Universidade do Estado do Rio de Janeiro

Centro de Ciências Sociais

Instituto de Filosofia e Ciências Humanas

Leticia Cordeiro Simões de Moraes Lima

Mudança de Maré?: A (re)visão chinesa sobre o Mar do Sul da China

Rio de Janeiro

2021

Letícia Cordeiro Simões de Moraes Lima

Mudança de Maré? : A (re)visão chinesa sobre o Mar do Sul da China

Tese apresentada, como requisito parcial para a obtenção do título de Doutor, ao Programa de Pós-Graduação em Relações Internacionais da Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Área de concentração: Política Internacional.

Orientador: Prof. Dr. Maurício Santoro Rocha

Rio de Janeiro

2021

CATALOGAÇÃO NA FONTE

UERJ / REDE SIRIUS / BIBLIOTECA CCS/A

L732 Lima, Letícia Cordeiro Simões de Moraes.
Mudança de Maré? : A (re)visão chinesa sobre o Mar do Sul da China / Letícia Cordeiro Simões de Moraes Lima. – 2021.
219 f.

Orientador: Maurício Santoro Rocha.
Tese (Doutorado) – Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas.

1. Relações Internacionais – Teses. 2. China – Teses. 3. Estados Unidos – Teses. I. Rocha, Maurício Santoro. II. Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Instituto de Filosofia e Ciências Humanas. III. Título.

CDU 327

Autorizo, apenas para fins acadêmicos e científicos, a reprodução total ou parcial desta tese, desde que citada a fonte.

_____ _____

Assinatura Data

Letícia Cordeiro Simões de Moraes Lima

Mudança de Maré?: A (re)visão chinesa sobre o Mar do Sul da China

Tese apresentada, como requisito parcial para a obtenção do título de Doutor, ao Programa de Pós-Graduação em Relações Internacionais da Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Área de concentração: Política Internacional.

Aprovado em 15 de dezembro de 2021.

Banca examinadora:

_____

Prof.º Dr. Maurício Santoro Rocha (Orientador)
Instituto de Filosofia e Ciências Humanas – UERJ

_____

Prof.ª Dra. Layla Ibrahim Abdallah Dawood
Instituto de Filosofia e Ciências Humanas – UERJ

_____

Prof.º Dr. Carlos Roberto Sanchez Milani
Instituto de Estudos Sociais e Políticos – UERJ

_____

Prof.ª Dra. Luiza Duarte
Wilson Center - Brazil Institute

_____

Prof. Dr .Wellington Dantas de Amorim
Escola Naval

Rio de Janeiro

2021

DEDICATÓRIA

Dedico este trabalho aos meus pais, Celia e Sylvio, aos meus avós, Yara e Jorge, ao meu marido, Mário Afonso, aos meus mestres e alunos. Obrigada por serem fonte de inspiração e motivação.

AGRADECIMENTOS

Finalizo a escrita desta tese em novembro de 2021, tendo iniciado o doutorado em agosto de 2016. Nunca imaginei me atrasar tanto na conclusão deste trabalho que é tão caro para mim, com um tema que me fascina. Contudo, essas palavras estão sendo escritas em um momento de profunda crise institucional, econômica e sanitária internacional. No Brasil, o futuro parece ser turbulento, desanimador. O presente é constituído por jogos e disputas políticas que passam por cima da morte de mais de 610 mil brasileiros pela Covid-19. Não há como ficar indolente, não repensar ou lamentar.

Contudo, venho aqui expor minha gratidão, apesar do momento difícil pelo qual ainda passamos. Perdemos muito e muitos, mas já temos a vacina, e aprende(re)mos a aproveitar a vida e as oportunidades que nos são dadas. É por isso que agradeço imensamente a todos os envolvidos por me permitirem chegar até aqui.

Agradeço, antes de mais nada, à minha mãe Célia, por cuidar de mim, mesmo nas broncas, por ser o sustentáculo dos meus dias e o melhor exemplo de ser humano em quem poderia me espelhar. Agradeço ao meu amigo, parceiro, confidente, namorado e marido Mário Afonso, pelos inúmeros cafés para animar a escrita, pela paciência, pelo colo, pela ajuda técnica, pelos debates acadêmicos e por me fazer rir. Aos meus amores Sylvio, Yara e Jorge, onde quer que estejam, agradeço a vocês por serem a essência do meu melhor eu.

À família que escolhi ou que me escolheu, obrigada Marcos, Bea, Carol, Nana, Sô e Vanessa pelo incentivo e por todo o amor. Ao meu irmão Pedro e à minha cunhada Aline que dividem comigo o amor pelos gatos e pela ciência (política, biomédica, natural, não importa) obrigada por sempre estarem lá. À minha irmã Lilian e ao Gui, afilhado mais incrível dessa Terra, obrigada por serem fonte de motivação para todos os meus dias. Aos tios, tias, amigxs, primos e primas que sempre torceram por mim, muito obrigada!

Aos amigos queridos, que sempre me apoiaram nesta empreitada, que sentem orgulho, que dão força, que dividem um café, uma frustação ou um vinho. Pelas trocas acadêmicas, pelas piadas, pelo carinho. Vocês são a luz dos meus dias! Eliza, Giulia, Mateus, Don Giovanni, Luciana, Leandro, Debbie, Victor, Alicinha, Gabi, Bruno e Nicole. Obrigada!

Às companheiras de GG, de perrengue, de viagem, de projetos, incentivadoras, puxadoras de orelha, as que me fazem pagar mico, colegas de profissão e amigas de vida, Alice e Fernanda, obrigada por me fazerem morrer de rir, empreender, sair da zona de conforto, mas ao mesmo tempo, por me confortarem. Obrigada pela força nesta etapa!

Aos colegas do “Anarquia da Zueira” obrigada pelas trocas e risadas, pelo apoio e convivência, mesmo quando só online. Aos docentes e corpo técnico do PPGRI-UERJ, muito obrigada pelos ensinamentos, amizade e humanidade. A forma como todos aqueles que passaram pela coordenação do PPGRI, durante meu doutorado, lidaram com as muitas crises, me fez acreditar que a academia pode sim valorizar as pessoas, suas particularidades, seus sentimentos e dificuldades e não apenas o seu Lattes. Vocês tornaram possível este momento.

Aos meus mestres, por me permitirem chegar até aqui, não há palavras que sejam suficientes para demonstrar a gratidão que tenho por cada um. Para não ser injusta e por uma falha deixar de mencionar algum nome, como forma de representar a todos, lhes agradeço citando o nome da professora Patrícia Nasser, professora querida que se tornou amiga e, mesmo de longe, agrega tanto à minha vida.

Aos professores que aceitaram fazer parte da banca desta tese de doutorado, professor Wellington Amorim, um amigo de longa data, talvez de outras vidas, mestre querido que me inspira e me apoia desde os tempos da graduação, e professora Layla Dawood, que tanto me ensinou em suas aulas. Obrigada por acompanharem este trabalho desde antes da qualificação pré-pandêmica e cujos *insights* foram essenciais para este momento. Muito obrigada pela dureza, doçura, qualidade técnica, paciência e respeito comigo e com este trabalho. Aos professores Carlos Milani e Luiza Duarte, que tem minha profunda admiração, obrigada por participarem deste momento com suas valiosas contribuições.

Aos meus alunos e ex-alunos, vocês são a motivação da minha vida profissional. Obrigada pela torcida, pelas trocas, por me ensinarem tanto, pelo carinho e por tornarem o cotidiano mais leve e feliz.

Não menos importante, o meu mais profundo obrigada ao professor Maurício Santoro, meu querido orientador, um amigo que a UERJ me deu. Por incentivar meu trabalho, valorizar minha escrita, compreender meus problemas, compartilhar comigo suas ideias e angústias e me deixar também compartilhar as minhas. Por me abrir tantas portas...Por ser um acadêmico de excelência, que muito admiro, e com quem tenho a felicidade de compartilhar este trabalho. Por me convidar para tantos cafés e por estar sempre aberto ao diálogo. Por ser um ser humano incrível! Maurício, mais uma vez, eu não estaria aqui se não fosse por você.

Por último, agradeço aqueles que não posso ver, mas que estiveram comigo durante toda essa jornada que é acadêmica, mas também pessoal, e tão peculiar pelo momento que vivemos.

Salve Jorge!

"Que notícias me dão dos amigos?
Que notícias me dão de você?
Alvoroço em meu coração
Amanhã ou depois de amanhã
Resistindo na boca da noite um gosto de sol
Num domingo qualquer, qualquer hora
Ventania em qualquer direção
Sei que nada será como antes amanhã"

Nada será como antes - Milton Nascimento/Ronaldo Bastos

RESUMO

LIMA, Letícia Cordeiro Simões de Moraes. **Mudança de Maré?**: A (re)visão chinesa sobre o Mar do Sul da China. 2021. 219 f. Tese (Doutorado em Relações Internacionais) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2021

A presente tese tem como um de seus objetos centrais analisar as disputas territoriais no Mar do Sul da China, bem como a relação entre a principal potência regional, a República Popular da China, seus vizinhos, em especial dois membros da Associação dos Países do Sudeste Asiático (ASEAN) Filipinas e Vietnã, e uma potência extrarregional, os Estados Unidos. O trabalho procura, ao trazer como fio condutor a corrente realista das Relações Internacionais, em especial o Realismo Neoclássico e conceitos apoiados em autores associados ao realismo tradicional, compreender a posição da China no Mar do Sul da China como mais próxima de uma potência revisionista ou de uma potência de *status-quo* dentro do escopo regional. Para isso, são analisados os históricos da China de 1970, década do início das tensões no Mar do Sul da China e da reabertura da RPC, até o início da pandemia de covid-19 na primeira metade de 2020, que alterará para sempre os rumos da política internacional. Além do histórico do país e de suas relações com Vietnã, Filipinas e Estados Unidos no que diz respeito aos acontecimentos no Mar do Sul da China, são analisados documentos oficiais de Defesa de China e Estados Unidos que abrangem a questão de suas relações mútuas, principalmente em relação ao Mar do Sul da China, assim como dados das capacidades materiais de ambos os Estados com ênfase em suas Marinhas. O objetivo final deste trabalho, além de trazer à pauta o debate necessário sobre a alta política no Mar do Sul da China e de dois de seus principais atores, sem deixar de lado tantos outros importantes personagens da região, é buscar construir um tipo ideal que permita a construção de análises mais claras sobre a posição dos Estados, em especial das potências, como mais ou menos aliados ao revisionismo da ordem.

Palavras-chave: Mar do Sul da China. China. Estados Unidos. ASEAN. Realismo Neoclássico. Potência Revisionista.

ABSTRACT

LIMA, Letícia Cordeiro Simões de Moraes. **A change of Tie?**: The Chinese (re)sion for the South China Sea.. 2021. 219 f. Tese (Doutorado em Relações Internacionais) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2021

The main goal of this thesis is to analyze territorial disputes in the South China Sea, as well as the relationship between the main regional power, the People's Republic of China, its neighbors, especially two members of the Association of Southeast Asian Nations (ASEAN) Philippines and Vietnam, and an extra-regional power, the United States. Bringing the political realism school of international relations as a guiding theory, in particular Neoclassical Realism and concepts from the traditional realism, this thesis seeks to understand the position of China in the South China Sea as closer to a revisionist or of a *status-quo* power in regional scope. To do this, the history of China is analyzed from the 1970s, the decade that began the tensions in the South China Sea and the reopening of the PRC, to the beginning of the covid-19 pandemic in the first half of 2020, which will change the course of international politics for ever. In addition to the country's history and its relations with Vietnam, the Philippines, and the United States regarding the events in the South China Sea, official Defense documents from China and the United States are analyzed and we emphasize the information about their mutual relations, but also about their interaction in the South China Sea. We also present data on the material capabilities of both States with an emphasis on their navies aiming understand their differences and similarities. The final objective of this work, in addition to bringing to the agenda the necessary debate about high politics in the South China Sea and two of its main actors, without leaving aside so many other important characters in the region, is to build an ideal type that allow us to create a clearer analyzes on the position of States, especially the powers, closer or further to the revisionism idea to international order.

Key-words: South China Sea. China. United States. ASEAN. Neoclassical Realism. Revisionist Power.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - O Mar do Sul da China e as reivindicações territoriais por país 20
Figura 2 - Localização de ilhas, recifes e atóis no Mar do Sul da China.....21
Figura 3 - A Linha de Nove Traços Chinesa e os principais conjuntos de ilhas em disputa..21
Figura 4 - A Linha de Onze Traços estabelecida em 1948 pela República da China.....22
Figura 5 - Limites impostos pela CNUDM ou UNCLOS.....22
Figura 6 - Realismo Neoclássico do Tipo III de Ripsman, Taliaferro e Lobell (2016).....60
Figura 7 - Países com bases militares dos EUA na região do Pacífico, com destaque para a área em disputa no Mar do Sul da China (2019) 104
Figura 8 - Capacidade de projeção de poder chinês a partir dos postos avançados nas ilhas Spratly e Paracel no Mar do Sul da China.....107
Figura 9 - A extensão das regiões Ásia Pacífico e Indo-Pacífico em perspectiva comparada 113
Figura 10 - Frotas Navais Americanas. (Destaque para a 7ª Frota).....115
Figura 11- Frotas Navais da Marinha Americana e suas localizações (2011).....115
Figura 12 - Área de Responsabilidade da USINDOPACOM (bandeira indica a sede).....116
Figura 13 - Bases Americanas e Chinesas na região do Indo-Pacífico com destaque para o Mar do Sul da China (2020).....137
Figura 14 - Infográfico da força militar naval de China e EUA em perspectiva comparada (2020).....137
Figura 15 - FONOPs da Marinha dos EUA no MSC entre Outubro de 2015 e Maio de 2017.....144
Figura 16 - Ilhas Paracel com destaque para a localização da ilha Duncan e da ilha Woody.....167
Figura 17 -: Imagem de Satélite da Pista de Pouso na Ilha Woody (2018).....167
Figura 18 - Ilha Palawan, em vermelho, nas Filipinas.....168
Figura 19 - Bacias Nordeste e Sudeste da Ilha Palawan.....170
Figura 20 - Campos de Petróleo e Gás Ativos nas Filipinas.....170
Figura 21 - Principais posições ocupadas por China, Malásia, Filipinas Taiwan e Vietnã no conjunto de ilhas Spratly.....170
Figura 22 -Localização e principais distâncias de Scarborough Shoal.....173
Figura 23 - Evolução da Construção no Recife de Fiery Cross (Ilhas Spratly) pela RPC (2009-2015-2018-2020).....176

Figura 24 -Postos Avançados da China nas ilhas Paracel e sua infraestrutura.....179
Figura 25 - Conjunto Ilhas Spratly e controle por país com destaque ao Vanguard Bank e três plataformas vietnamitas.....180

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1- Evolução do PIB da China em dólar corrente (1970-20).....95
Gráfico 2 - Evolução do PIB per capita da China em dólar corrente frente ao mundo (1970-20) 95
Gráfico 3 - Evolução do PIB (PPP) da China em dólar corrente frente aos EUA (1990-20) 96
Gráfico 4 - Percentual do Gasto Governamental em defesa vs Gasto total com defesa RPC.99.....96
Gráfico 5 - PIB total vs Percentual dos gastos com defesa RPC 97
Gráfico 6 - Gastos com Defesa na RPC por anos em % e em números reais.....97
Gráfico 7 - Navios da Marinha Chinesa (PLAN) em construção por tipo e por ano (2000-21) 98
Gráfico 8 - Navios da Marinha Chinesa (PLAN) em Serviço por tipo e por ano (2000-21) 99
Gráfico 9 - Navios militares em serviço da Marinha Chinesa por anos.....100
Gráfico 10 - Navios militares em construção na China por anos.....100
Gráfico 11 - Divisão do Pessoal da Marinha chinesa.....100
Gráfico 12 - Percentual do Gasto Governamental em defesa vs Gasto total em defesa-EUA 129
Gráfico 13 - PIB total vs Percentual dos gastos com defesa dos EUA.....129
Gráfico 14 - Gastos com Defesa dos EUA por anos em % e em números reais.....129
Gráfico 15 - Navios da Marinha dos EUA em construção por tipo e por ano (2007-21).....130
Gráfico 16 - Navios da Marinha dos EUA planejados por ano e por tipo (2007-2021).....131
Gráfico 17 - Navios da Marinha dos EUA em Serviço por tipo e por ano (2007-2012).....132
Gráfico 18 - Navios da Marinha dos EUA em construção por anos.....133
Gráfico 19 - Navios da Marinha dos EUA planejados por anos.....133
Gráfico 20 - Navios da Marinha dos EUA em serviço por anos.....133
Gráfico 21 - Divisão do Pessoal da Marinha dos EUA.....133
Gráfico 22 - Percentual do Gasto de Defesa das Filipinas em relação ao PIB (1970-20)....184
Gráfico 23 - Gasto de Defesa das Filipinas- % do PIB versus Valor Absoluto em Milhões de Dólares (1980-2020).....184
Gráfico 24 - Tamanho da Marinha Filipina – Pessoal.....184
Gráfico 25 - Composição da Marinha das Filipinas e Guarda Costeira.....185

Gráfico 26 - Percentual do Gasto de Defesa do Vietnã em relação ao PIB (1987-2018).....187
Gráfico 27 - Gasto de Defesa do Vietnã: % do PIB versus Valor Absoluto em Milhões de Dólares (1987-2018) 187
Gráfico 28 - Tamanho da Marinha Vietnamita – Pessoal.....187
Gráfico 29 - Composição da Marinha do Vietnã, Guarda Costeira e Guarda de Fronteiras 188

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - Resumo do quadro metodológico do Realismo Neoclássico Tipo III de Ripsman, Taliaferro e Lobell (2016) 61
Tabela 2 - Quadro Posicional sobre Potências Revisionista e de *Status-quo*.....63
Tabela 3 - Composição da Marinha chinesa (PLAN) entre 2000-2021.....101
Tabela 4 - Bases Navais dos EUA no Indo-Pacífico.....117
Tabela 5 - Composição da Marinha de Guerra norte Americana e Comando Militar Sealift entre 2007-2021.....134
Tabela 6 - Número de Operações de Liberdade de Navegação relatadas por parte da Marinha dos EUA no MSC nos Governos Obama (2009-2016) e Trump (2017-2020).....141
Tabela 7 - Número de recursos ocupados nas disputas no MSC - Ilhas Spratly, Ilhas Paracel e outros (2021) 152
Tabela 8 - Seleção e Resumo de Sete Reuniões Ministeriais da ASEAN (ASEAN Ministerial Meeting- AMM) destacando, decisões, acordos e desacordos sobre MSC.....160
Tabela 9 - Resumo do quadro metodológico do Realismo Neoclássico Tipo III de Ripsman, Taliaferro e Lobell (2016) 194
Tabela 10 - Quadro Posicional sobre Potências Revisionista e de *Status-quo*: CHINA (realce) 197

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO 16

1 **ASPECTOS TEÓRICOS: REALISMO(S) NAS RELAÇÕES INTERNACIONAIS** 32

1.1 **Considerações Iniciais** 32

1.2 **Realismo(s) Clássico(s)** 34

1.3 **Neorrealismo(s)** 43

1.4 **Realismo(s) Neoclássico(s)** 51
1.4.1 Randall Schweller 51
1.4.2 Norrin M. Ripsman, Jeffrey W. Taliaferro, Steven E. Lobell 57

1.5 **Potência Revisionista Versus Potência de *Status-quo*** 62

1.6 **Considerações Finais** 64

2 **A REPÚBLICA POPULAR DA CHINA E O MAR DO SUL DA CHINA** 67

2.1 **Considerações Iniciais** 67

2.2 **Um Breve Histórico Sobre a China Moderna: (Re)Pensando o Lugar da China para a China, para o Mar do Sul da China e Para o Mundo** 68

2.3 **De Deng Xiaoping a Hu Jintao: Cruzando Rios** 71

2.4 **A China de Xi: Ecos das Lições de Zheng He** 81

2.5 **O Livro Branco de Defesa Chinês: Defesa Nacional da China na Nova Era – Desenvolvimentos Sobre o Mar do Sul da China** 86

2.6 **As Capacidades Materiais Da China Moderna: Desenvolvimentos Econômicos e Militares com Ênfase na PLAN** 91

2.7 **Encontros e Desencontros Entre China e Estados Unidos no Mar do Sul da China: As Convenções Internacionais, os Direitos Históricos e a Perspectiva Chinesa**.....103

2.8 **Considerações Finais** 107

3 **OS ESTADOS UNIDOS NO MAR DO SUL DA CHINA** 110

3.1 **Considerações Iniciais** 110

3.2 **Estados Unidos na Ásia: Da Ásia Pacífico ao Indo-Pacífico** 111

3.3 **As Estratégias de Defesa Nacional e de Segurança Nacional dos EUA: O que se Fala da China?** 120

3.4 **As Capacidades Materiais Norte-Americanas: Desenvolvimentos Econômicos e Militares** 125

3.5 **Encontros e Desencontros Entre China e EUA No Mar do Sul da China: As Operações de Liberdade de Navegação** 139

3.6 **Considerações Finais** 146

4 **O PAPEL DA ASEAN NAS DISPUTAS DO MAR DO SUL DA CHINA E AS EXPERIÊNCIAS DE VIETNÃ E FILIPINAS** 148

4.1 **Considerações Iniciais** 148

4.2 **A Questão do "ASEAN-Way" Nas Disputas no Mar do Sul da China** 148
4.2.1 A UNCLOS e o "ASEAN-Way" 150

4.3 **As Reivindicações e os Ocupantes do Mar do Sul da China: Estratégias Individuais dos Membros da ASEAN** 152
4.3.1 Membros da ASEAN com Reivindicações no MSC e suas Posições 153
4.3.2 Membros da ASEAN sem Reivindicações no MSC e suas Posições 1566

4.4 **Influência dos Países-Membro na Tomada de Decisão da ASEAN** 158

4.5 **Comportamento da ASEAN nas Disputas do Mar do Sul da China: A Falta de uma Posição Assertiva** 162

4.6 **Filipinas e Vietnã** 164
4.6.1 Histórico de Embates e Incidentes de Filipinas e Vietnã com a China no MSC e a Postura dos EUA Frente a Manila e Hanói (1970-1990) 165
4.6.2 Embates Recentes de Filipinas e Vietnã com a China no MSC e a Postura dos EUA Frente a Manila e Hanói (2000-2020) 171
4.6.3 Análise Sobre a Evolução das Forças Armadas de Vietnã e Filipinas e sua Relação com as Tensões no MSC (1970-2000-2020) 182

4.7 **Considerações Finais** 189

CONCLUSÃO 193

R**EFERÊNCIAS** 204

INTRODUÇÃO

O Mar do Sul da China (MSC), principal objeto de pesquisa desta Tese de Doutorado, tem uma importância estratégica que ultrapassa a questão regional. E por tal razão, as disputas territoriais que se originaram no período da descolonização no pós-Segunda Guerra Mundial, e que se utilizam de registros históricos para aumentar a legitimidade e extensão das reivindicações, podem refletir profundamente na política global.

O Mar do Sul da China é um mar semi-fechado, sendo considerado pela Convenção das Nações Unidas sobre o Direito do Mar (CNUDM ou UNCLOS no original) "uma bacia, golfo ou um mar cercado por dois ou mais Estados ligado a outro mar por um canal estreito" (UNCLOS, 1982a, p. 63). São seis os Estados que circundam este mar, China (e Taiwan), Vietnã, Brunei, Malásia, Indonésia e Filipinas; o acesso a ele se dá a Sudoeste pelo estreito de Málaca e a Nordeste pelo estreito de Taiwan. Um dos alvos das disputas são dois grandes grupos de ilhas que se encontram dentro do Mar do Sul da China: as Ilhas Spratly, localizadas mais ao Sul, e Paracel, mais ao Norte. Além de outros pequenos atóis e recifes, a disputa também ocorre na região do Recife de Scarborough e das Ilhas Natuna, ricas em campos de gás.

Esta configuração topográfica restringe a entrada de grandes embarcações no local, mas ainda assim metade da tonelagem mundial, cerca de 90% dos bens transportados por navio e dois terços do suprimento de gás natural líquido consumido no mundo passam por essas duas rotas que ficam no Mar do Sul da China (CRONING, 2012). O MSC abriga também campos de gás natural, os maiores se localizando próximos à costa da Malásia e da China continental. Cerca de 80% do petróleo importado por Taiwan, Coréia do Sul e Japão também passa pelas rotas do MSC. Além disso, estudos apontam que o MSC possui cerca de 213 bilhões de barris de petróleo inexplorados em seu piso marítimo e se configura como a quarta maior origem pesqueira do mundo, fornecendo cerca de três bilhões de dólares do produto para o mercado mundial (THANG; THAO, 2012).

Vale ressaltar ainda que o MSC liga os Oceanos Índico e Pacífico, sendo o coração do recente, porém importante, conceito de Indo-Pacífico, uma vez que fica em sua região central (MEDCALF,2020). Tal fato agrega ainda maior valor econômico, estratégico e militar ao mar, uma vez que é rota para transporte de forças para o Oriente

Médio ou para o Sudeste Asiático, podendo ser também ponto de controle de comércio e transporte de tropas que passem pela região. Uma vez que um determinado Estado estacione uma embarcação de suas Forças Armadas nas Ilhas Paracel e/ou nas Ilhas Spratly, possuirá total condição de controlar o trânsito de embarcações que estejam passando pela região. (U.S. ARMY COMMAND AND GENERAL STAFF COLLEGE, 2014).

Devido a sua topografia única, sua reserva de recursos naturais e seu valor econômico e militar, o Mar do Sul da China é disputado pelos Estados que o circundam. Contudo, não só estes Estados se inserem nos contentos territoriais. Por sua importância estratégica, países vizinhos e até mesmo Estados com grande poder global voltam sua atenção para o que está acontecendo na região. As características que reúne o Mar do Sul da China e o interesse que desperta dos países ao seu redor tornam a região um caldeirão propício para o conflito (KAPLAN, 2014).

As demandas dos países que estão localizados no MSC são geográficas, mas envolvem questões históricas, econômicas e consequentemente, de segurança e defesa. A constituição física e topográfica do Mar do Sul da China acirra as disputas territoriais, uma vez que as reivindicações de cada um dos países banhados pelo mar se sobrepõem.

Entretanto, nem todas as reivindicações feitas pelos países diretamente afetados por suas posições geográficas no MSC estão de acordo com o que a lei internacional indica como aceitável. A UNCLOS regula as reivindicações marítimas, estabelece parâmetros para a demanda por Mar Territorial, Zona Contígua, Zona Econômica Exclusiva (ZEE) e Plataforma Continental, além de indicar que tipo topográfico de ilha pode fazer reivindicações sobre o mar que a cerca. A Convenção, ratificada por todos os países que se encontram geograficamente no Mar do Sul da China, aponta dois métodos para resolução de disputas em áreas sobrepostas: ajuste de reivindicações sem acionar a UNCLOS; e utilização do Tribunal Internacional do Direito do Mar, da Corte Internacional de Justiça ou de um tribunal especial (THANG,THAO,2012).

As extensas reivindicações chinesas, as maiores da região chegando a quase 85% do Mar do Sul da China, vêm levantando descontentamentos nos países vizinhos. Vietnã e Filipinas respectivamente em 2013 e 2014 fizeram denúncias à Corte Internacional de Justiça contra a assertividade chinesa na região (MOORE, 2018). Além deles, Estados Unidos, Japão e Austrália, dois dos seus principais aliados no Leste da Ásia, países que,

apesar de presentes na Ásia Pacífico, bem como no Indo-Pacífico[1], não estão geograficamente localizados no Mar do Sul da China, também demonstram preocupação com a assertividade do país.

Na última década, as relações entre China e Estados Unidos, no que diz respeito ao Mar do Sul da China, estão instáveis principalmente devido ao controle que as Forças Armadas chinesas vêm fazendo sobre a passagem de aeronaves e embarcações militares norte-americanas em regiões que os EUA entendem como águas internacionais e a China como seu Mar Territorial (SCIUTTO, 2015). Também, a rápida construção de ilhas artificiais chinesas e a recente instalação de mísseis em recursos avançados ocupados pela China nos conjuntos de Ilhas Spratly e Paracel, contribuem para uma tensão crescente nesta questão (THAM, 2018).

As reivindicações territoriais no Mar do Sul da China não eram tão acirradas antes da década de 1970. As disputas territoriais só começaram na região depois da reunião da UNCLOS III[2], em 1973, que aprovou o texto da convenção que cedia aos Estados o direito de reivindicar 200 milhas náuticas de ZEE a partir da costa de uma ilha ou conjunto de ilhas que fizesse parte de seu território[3] (BECKMAN, 2014). Atualmente as reivindicações são feitas basicamente por Vietnã, Filipinas, Malásia, Brunei e Indonésia (os dois últimos em menor escala), membros da Associação dos Países do Sudeste Asiático (ASEAN[4]), além de China (e Taiwan) (Figura 1).

O Estado chinês, principal ator da região, reivindica o Mar do Sul da China em sua quase totalidade, cerca de 85%, (NUDELMAN ET AL, 2014) – a chamada Linha de Nove Traços (*Nine Dash Line* em inglês ou *Jiǔ duàn xiàn* em chinês*)* –incluindo as Ilhas Paracel e Spratly além do Recife de Scarborough e as Ilhas Natuna (Figura 2). A

[1] Um debate sobre Ásia Pacífico e Indo-Pacífico é feito no capítulo 3 desta tese.
[2] Em 1967 a Assembleia Geral das Nações Unidas estabeleceu Comitê Ad Hoc para Estudar os usos pacíficos do Mar e do Fundo do Oceano para além dos limites da jurisdição nacional formado por 36 Estados Membros. Em 1968, depois de três sessões realizadas pelo comitê no ano de 1968, a Assembleia Geral decidiu estabelecer o Comitê sobre os Uso Pacíficos do Mar e do Fundo do Oceano para além da jurisdição nacional formado agora por 42 Estados membros. Já em 1970 a Assembleia Geral estruturou um Comitê sobre os Usos Pacíficos do Mar e do Fundo do Oceano para além dos limites da jurisdição nacional para servir de órgão preparatório para a Conferência das Nações Unidas sobre o Direito do Mar (UNCLOS III). A Conferência, teve a participação de 160 Estados, e realizou onze sessões entre 1973 e 1982. Apenas em 1982 foi estabelecida a Convenção das Nações Unidas Sobre o Direito do Mar (UNCLOS) que somente entrou em vigor em 1994, após a sexagésima ratificação (ONU, 2018).
[3] Exemplos são: um conflito na década de 1970 entre as Marinhas chinesa e vietnamita por uma parte das Ilhas Paracel; e outro na década de 1980 novamente entre Vietnã e China desta vez pelas Ilhas Spratly. Ambas as disputas foram vencidas pela China (BECKMAN, 2014).
[4] São países membros da ASEAN Tailândia, Indonésia, Malásia, Filipinas e Cingapura (desde 1967), Brunei (desde 1994), Vietnã (desde 1995), Laos e Myanmar (desde 1997) e Camboja (desde 1999).

demanda chinesa ultrapassa as reivindicações legais estabelecidas pela UNCLOS. No momento em que faz as reivindicações, o Estado chinês se baseia em antigos registros históricos para indicar todo o Mar do Sul da China como seu Mar Territorial, contrariando as 12 milhas náuticas estabelecidas pela UNCLOS.

A Linha de Nove Traços é um traçado sobre o mapa do MSC no qual o Estado chinês baseia sua reivindicação territorial. O mapa da Linha de Nove Traços (Figura 3) se afasta cerca de 2 mil quilômetros da costa chinesa e se aproxima da costa de Filipinas, Malásia e Vietnã (MOORE, 2018).

A primeira vez que o traçado apareceu foi em 1948, em um mapa originalmente criado pela República da China que estabeleceu a linha de onze traçados em formato de U (Figura 4) sobre o Mar do Sul da China, quando o governo do país declarou soberania sobre os recursos das ilhas e dos recifes dentro daquela região. Quando a República Popular da China (RPC) foi estabelecida, um ano mais tarde, o traçado foi reconhecido. A RPC permitiu em 1953, como sinal de boa vontade, que o governo do Vietnã do Norte construísse uma estação de radar em uma das ilhas do Golfo de Tonkin (Figura 3), que anteriormente estavam dentro da linha de onze traços. A partir de então, o governo chinês passou a reconhecer o mapa com a linha de nove traços (PU, 2015).

A partir do início da década de 2010, os EUA passaram a se preocupar cada vez mais com a região, também pela retomada da importância da Ásia Pacífico durante o governo Obama. Sem disputas territoriais no Mar do Sul da China, os EUA possuem, mesmo assim, interesses na região, uma vez que possuem inúmeras bases na localidade, como: o de assegurar a liberdade de navegação – comercial e militar – muitas vezes agindo a partir de Operações de Liberdade de Navegação (FONOPs na sigla em inglês), prevenir o uso da força para solucionar questões territoriais, e garantir a exploração de recursos minerais e pesqueiros em águas internacionais. Apesar de não demonstrar intenções de entrar em conflito com a China por suas posições assertivas no MSC, os EUA declararam-se contra o estabelecimento da Linha de Nove Traços uma vez que esta não está de acordo com as regras internacionais do direito do mar (BADER, 2014). Vale, contudo, destacar que, diferente de todos os países que estão localizados no Mar do Sul da China, incluindo a China, os EUA não são signatários da convenção. Mais recentemente no governo de Donald Trump, pela primeira vez, o governo dos EUA declarou oficialmente que são ilegais as reinvindicações chinesas no MSC através de uma declaração do Secretário de Estado norte americano, Mike Pompeo, em um

comunicado à imprensa em julho de 2020. Além de mencionar a ilegalidade das reivindicações, afirmou também que a campanha de intimidação da China contra países vizinhos pelo controle da área é irregular (EUA, 2020a).[5]

Baseado em registros históricos que datam até mesmo antes da era moderna[6], a China faz suas reivindicações marítimas e territoriais sobre o Mar do Sul da China. Contudo, não apenas a China se utiliza destes recursos para reivindicar os territórios da região. Vietnã e Filipinas, que também ocupam ilhas e recifes[7], principalmente no conjunto de ilhas Spratly e Paracel também se valem de documentos históricos para reclamar os direitos territoriais e de exploração (MOORE, 2018).

Figura 1 – O Mar do Sul da China e as reivindicações territoriais por país.

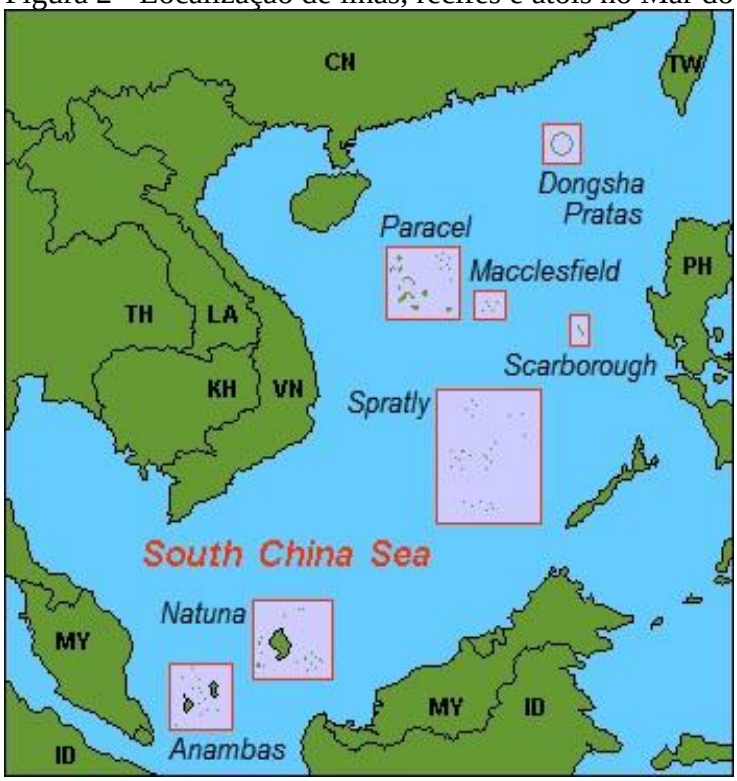
Fonte: The South China Sea.Org (s/d)

[5] A declaração completa de Mike Pompeo sobre as reivindicações marítimas da China no Mar do Sul da China pode ser acessada no site: < https://la.usembassy.gov/statement-by-secretary-michael-r-pompeo-u-s-position-on-maritime-claims-in-the-south-china-sea/ >

[6] Em 1992 a República Popular da China (RPC) aprova uma lei que a permite reivindicar porções mais extensas do Mar do Sul da China, baseado em direitos históricos que datariam da Dinastia Xian que governou a China entre os séculos XXI e XVI antes de Cristo (CFR, s/d).

[7] Segundo Moore (2018) um dos esforços mais criativos para ocupar espaços nas áreas disputadas é das Filipinas que desde os anos 1990 encalhou deliberadamente um navio que data da Segunda Guerra Mundial em um atol conhecido como Second Thomas Shoal no conjunto de ilhas Spratly disputado também pela China. No navio, de nome BRP Sierra Madre, funciona uma unidade avançada da Marinha filipina.

Figura 2 - Localização de ilhas, recifes e atóis no Mar do Sul da China

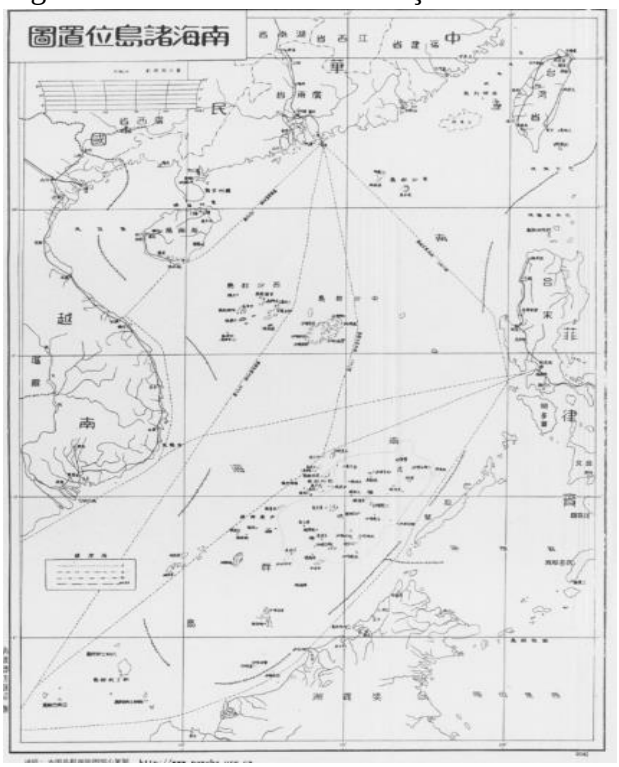


Fonte: China Daily Online (s/d)

Figura 3- A Linha de Nove Traços Chinesa e os principais conjuntos de ilhas em disputa

Fonte: The Economist (2014)

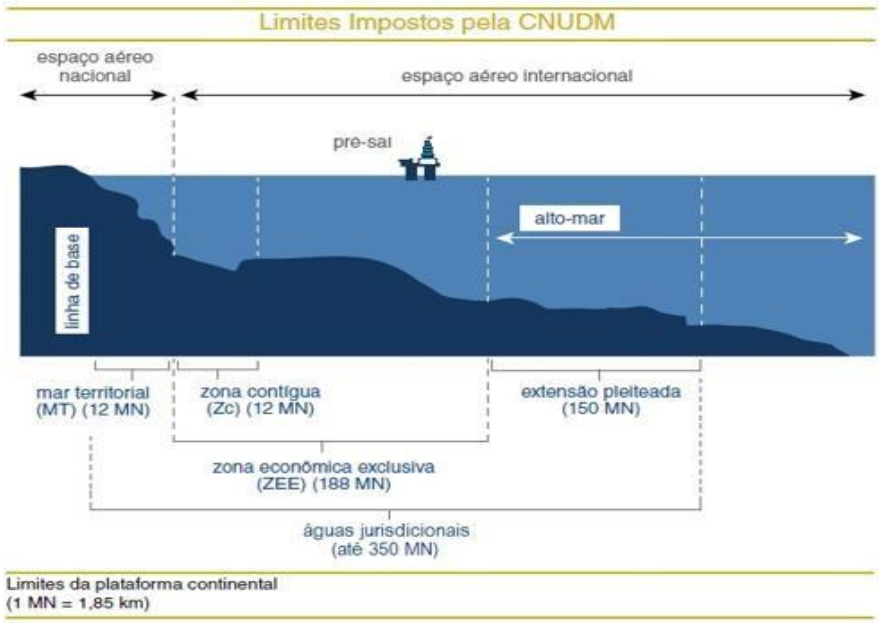
Figura 4 - A Linha de Onze Traços estabelecida em 1948 pela República da China



Fonte: Thim (2012)

A UNCLOS, contudo, estabelece como legais os limites de vigilância, exploração e passagem para todos os países signatários desde sua oficialização em 1982, conforme exemplifica a Figura 5.

Figura 5- Limites impostos pela CNUDM ou UNCLOS



Fonte: Brasil (2012)

Outro ator que, como a China, reivindica o MSC em sua quase totalidade é o Vietnã, incluindo as Ilhas Spratly e Paracel (Figura 2). O que diferencia a reivindicação vietnamita e a chinesa, além da área, que no caso do Vietnã é um pouco menor (Figura 1), é que ao contrário da China que demanda a área como Mar Territorial, o Vietnã a reivindica como ZEE. Ou seja, enquanto a China tem a intenção de aplicar suas leis sobre aqueles que utilizam o espaço marítimo e aéreo reivindicado, o Vietnã espera ter a região para propósitos econômicos. (U.S. ARMY COMMAND AND GENERAL STAFF COLLEGE, 2014).

As demandas territoriais do Estado filipino, mesmo ultrapassando o que a UNCLOS estipula como legal, se restringem a uma ZEE mais abrangente devido a busca pela expansão de sua indústria pesqueira, uma vez que as reivindicações se concentram principalmente na abundante zona de pesca no mar a Oeste do país (Figura 2). Apesar de não reivindicar as Ilhas Paracel, as Filipinas demandam parte das Ilhas Spartly. A presença de navios pesqueiros filipinos em áreas contestadas por China e Filipinas, como o Recife Scarborough, também é fonte de grande parte da confrontação entre os países.

As reivindicações da ZEE feitas pela Malásia estão dentro do que a UNCLOS classifica como legal. Entretanto, o Estado malaio reivindica que as ilhas do conjunto Spratly, que estão dentro de sua ZEE, sejam consideradas território do país, algo que não consta na UNCLOS (Figura 1). Brunei e Indonésia também têm reivindicações no Mar do Sul da China, mas nenhuma delas ligadas às Ilhas Spratly ou Paracel. As demandas de ambos os países estão dentro do previsto pela UNCLOS como legal e são exclusivamente para propósitos econômicos. Enquanto Brunei reivindica o atol Louisa – que ainda não foi definido como uma ilha ou uma rocha – a Indonésia dirige sua atenção à superposição da Linha de Nove Traços chinesa com os Campos de Gás das Ilhas Natuna, que se encontram em parte de sua ZEE (Figura 2) (U.S. ARMY COMMAND AND GENERAL STAFF COLLEGE, 2014).

Apesar da questão de conflitos e disputas territoriais parecer ter escalado a partir do início dos anos de 2010, uma vez que passou a ser possível verificar maior confrontação entre China, que apoia sua expansão assertiva com navios de patrulha e construção de ilhas, e EUA, que garantiram que não tomariam partido nas disputas territoriais e ainda assim enviaram navios e aviões militares para perto de ilhas disputadas em nome da liberdade de navegação, o histórico dos contentos é anterior ao início daquela década (BBC ONLINE, 2016).

Alguns embates contemporâneos ilustram as reivindicações territoriais no Mar do Sul da China, apesar de o país ter assinado em 2002 uma Declaração de Conduta com os países do Sudeste Asiático sobre as disputas territoriais no Mar do Sul da China[8]. Em 2009, a reivindicação conjunta de Vietnã e Malásia à Comissão das Nações Unidas, por suas plataformas continentais, foi malvista pela China, bem como a iniciativa filipina em 2011 de chamar o Mar do Sul da China como Mar do Oeste das Filipinas em resposta a uma série de pequenos incidentes entre as Marinhas dos dois Estados (BBC ONLINE, 2016). Recentemente, houve troca de farpas entre China e Filipinas quando um país acusava o outro de fortalecer sua presença militar nas Ilhas Spratly, e nas Ilhas Paracel. No ano de 2012, o contento foi sobre as incursões no Recife Scarborough ao norte do conjunto das Ilhas Spratly, que fica nas águas disputadas entre ambos os países, mas muito mais próximas das Filipinas. O incidente se deu quando a China expulsou alguns pescadores artesanais das Filipinas da região (BADER, 2014). Em 2013 as Filipinas, e em 2014 o Vietnã, levaram as disputas com a China para um tribunal internacional da UNCLOS, desagradando a China e aumentando a instabilidade regional.[9]

Ainda em 2012 a China criou um corpo administrativo com quartéis generais nas Ilhas Paracel, que gerou protestos não só nas Filipinas, mas também no Vietnã. (BBC ONLINE, 2016). Foi também com o Vietnã que a China travou o mais tenso embate recente. O contento se iniciou em maio de 2014 devido a uma sonda de perfuração chinesa posicionada próximo às Ilhas Paracel, território contestado por ambos os países. O Vietnã exigiu a retirada das embarcações chinesas envolvidas na procura por petróleo e gás natural no que considera ser sua ZEE. A China, por sua vez, considera a região como parte de seu Mar Territorial. (HODAL, 2014).

As tensões no Mar do Sul da China vêm escalonando principalmente pelas reações dos Estados Unidos aos avanços chineses sobre as Ilhas Spratly. Desde 2012, é

[8] Em 2002 a ASEAN assinou com a China uma Declaração sobre a Conduta das Partes no Mar do Sul da China (DOC) que aplica os mesmos princípios da Carta da ASEAN de 1967 (paz, estabilidade, crescimento econômico e prosperidade na região) às disputas territoriais e utiliza a UNCLOS como base para lidar com as reivindicações e disputas entre os países membros da ASEAN e a China. A DOC, entretanto, é um documento não vinculante e não conseguiu reunir uma posição comum entre os países da ASEAN sobre suas reivindicações se contrapostas às chinesas, uma vez que há pouca vontade por parte dos países membros de abrir mão de seus interesses individuais para chegar a um denominador comum (SEVERINO, 2014).

[9] Uma decisão final sobre o pleito filipino foi divulgada em 12 de julho de 2016 pela Corte Permanente de Arbitragem e o resultado foi majoritariamente favorável às Filipinas indicando abuso chinês em suas águas territoriais, deslegitimando o discurso chinês de direito histórico à região da Nine Dash Line, e se colocando contrária ainda à construção de ilhas artificiais por parte do Estado Chinês. Disponível em: <http://thediplomat.com/wp-content/uploads/2016/07/thediplomat_2016-07-12_09-15-37.pdf>

possível perceber as intenções chinesas através de fotografias e vídeos de satélites comerciais[10]. O país vem aterrando parte de pequenas ilhas, rochas e corais nas Ilhas Spratly e o desconforto norte americano é que uma das novas ilhas que vem sendo criada em *Fiery Cross Reef* seja utilizada para propósitos militares, como de fato é o que tem acontecido (TIEZZI, 2015).

Mais recentemente, a modernização de mísseis e navios militares chineses, permitiu que uma série de tecnologias "anti-acesso" diminuíssem a vantagem norte americana em partes do Pacífico, incluindo o Mar do Sul da China. O país ainda não equiparou seu poder de fogo em âmbito global aos EUA, mas pode-se perceber que a China consegue desafiar o poder militar dos norte-americanos nesta região do Pacífico (MYERS, 2018). Segundo Myers (2018) a China já pode ter atingido o objetivo de tonar uma intervenção norte-americana na região muito onerosa, o que por si só já seria uma forma de dissuadir uma atuação mais enfática daquele país no MSC, o que não significaria ter poder total para derrotar os EUA.

A partir deste quadro histórico, político e militar, preliminarmente apresentado, em que se encontra o Mar do Sul da China, espaço estratégico no Pacífico, entende-se que é possível investigar se há uma mudança no equilíbrio de poder na região. Enxerga-se, ao traçar o posicionamento chinês dos últimos anos, uma maior importância dada ao seu entorno, recuperada de décadas, talvez de séculos atrás. Não compreendemos que a região passou a ser importante novamente para o país – mas que ela sempre foi. Contudo, nota-se que a China passou a ter maiores condições de ocupar a região e reivindicar, de maneira mais sólida, a sua influência sobre ela. Entretanto, para analisar a posição chinesa no Mar do Sul da China frente aos EUA e aos vizinhos do Sudeste Asiático, é necessário olhar para a maneira como os recursos do Estado vem sendo utilizados, e a maneira como seus líderes e elite percebem seu próprio posicionamento e seus objetivos a médio e longo prazo.

[10] É possível ver mais fotos e vídeos da Ilha artificial em Fiery Cross Reef no site da Asia Maritime Transparency Initiative (2016). Disponível em: < https://amti.csis.org/chinas-new-spratly-islanddefenses/>

A Metodologia da Pesquisa: objetivos, problema, hipóteses e variáveis

Ao identificarmos uma mudança de comportamento chinês a partir da década de 1970 frente ao Mar do Sul da China, as disputas com vizinhos, os investimentos militares e a presença de potências extra-regionais, procuramos estruturar a pergunta central desta tese da seguinte maneira: É possível enxergar a atuação chinesa frente as questões do Mar do Sul da China, a partir da década de 1970, como compatível com a de uma potência revisionista? A partir desta pergunta central, apresentamos ainda uma pergunta secundária: como classificar as posturas de Vietnã e Filipinas, principais opositores da postura chinesa no Mar do Sul da China, frente a tal atuação?

Faz-se necessário, para analisar a temática proposta neste trabalho, trazer um importante debate partindo da corrente realista das Relações Internacionais para pensar o conceito de potência revisionista. Neste sentido, pensar a atuação de atores centrais na região como China e Estados Unidos, e Estados menores como Filipinas e Vietnã, no que diz respeito a disputa territorial principalmente marítima e aérea, significa pensar em fatores internos e externos no que tange esses atores. Não menos importante, porém, é pensar como o conceito de potência revisionista vem sendo construído dentro da corrente do realismo político e de que maneira é possível caracterizar um Estado como uma potência revisionista.

Recentemente, o documento de Estratégia de Defesa Nacional dos EUA sob o governo Trump, lançado no final de 2017, se refere à Rússia e à China como potências revisionistas que desafiam o poder norte-americano (EUA, 2017), apesar de não descrever em suas páginas o que significa para esses países ser uma potência revisionista. O documento não se refere diretamente ao realismo neoclássico, mas um dos principais autores que trata da temática de potências revisionistas é classificado de acordo com o pensamento desta corrente da Teoria de Relações Internacionais.

Alguns questionamentos sobre a postura chinesa a partir de sua atuação no Mar do Sul da China, são centrais para basear esta pesquisa. É necessário analisar se as ações da China podem ser consideradas compatíveis com as de uma potência revisionista do *status-quo* mesmo que estas não desafiem a atual potência do Sistema Internacional; ou se a ascensão chinesa e uma postura mais assertiva por parte do país nos conflitos no Mar do Sul da China, significam que o Estado tem uma postura de *status-quo* frente a região

e os atores que nela atuam. Fica ainda o questionamento sobre como classificar as ações chinesas como compatíveis com uma postura revisionista ou de *status-quo*.

Para ser possível responder a tais questionamentos propomos um debate a partir da corrente realista das Relações Internacionais que permita não só olhar o conceito de potência revisionista desde o realismo clássico passando pelo neorrealismo e chegando ao neoclássico como também entender como os principais autores desta corrente enxergavam e enxergam a questão da disputa pelo poder e manutenção ou revisão do *status-quo*. Desta forma, a partir da construção do conceito de potência revisionista através de um debate entre as diversas teorias realistas, bem como dos conceitos e concepções apresentadas pelo realismo neoclássico, seja de Schweller (1994, 1998) ou de Ripsman, Taliaferro e Lobell (2016), pretendemos classificar a atuação da China no Mar do Sul da China como condizente ou não condizente com a de uma potência revisionista do *status-quo*.

Desta forma, o objetivo geral desta pesquisa é analisar a postura chinesa a partir da década de 1970, momento do início das disputas no Mar do Sul da China, no que diz respeito às demandas territoriais chinesas no Mar do Sul da China. Dentro dos objetivos específicos da tese, podemos elencar: (1) traçar um histórico dos conflitos, reivindicações e tensões no Mar do Sul da China a partir da década de 1970 até 2020, tendo o início da pandemia de Covid-19 como recorte temporal final; (2) analisar as reações dos vizinhos do Sudeste Asiático, principalmente Vietnã e Filipinas, opositores da postura chinesa, quanto a atuação da China no Mar do Sul da China ; (3) buscar classificar a posição chinesa no Mar do Sul da China, frente aos EUA mas também frente aos países da região como Filipinas e Vietnã, como revisionista ou de *status-quo* a partir de um debate do realismo sobre tais conceitos

Para isso, duas hipóteses serão testadas, a primeira se apresentando como hipótese central, ligada ao problema principal da tese, e a segunda, se apresentando como hipótese secundária, associada ao problema secundário da mesma:

Hipótese central: a influência dos EUA na região provoca alta percepção de ameaça por parte da China, levando o país a ter postura de *status-quo* no Mar do Sul da China frente à potência extra-regional.

Hipótese secundária: frente a postura chinesa no MSC é possível explicar as respostas filipina e vietnamita através dos movimentos de *bandwagoning/balancing* em relação às potências envolvidas.

Para analisar a hipótese central é imprescindível pensar nas variáveis que propõe o realismo Neoclássico de Ripsman, Taliaferro e Lobell (2016), melhor apresentadas no capítulo 1 da tese.

Variável Independente Central:

Distribuição de capacidades e a posição da China no cenário regional do Mar do Sul da China

Variáveis Intervenientes Centrais:
Percepção do governo chinês sobre posição da China;
Percepção de ameaças por parte da China

Variável Dependente Central:
Postura e atuação da China no Mar do Sul da China

No que tange a hipótese secundária, procuramos apresentar as seguintes variáveis, tendo em vista a lógica de *balancing/bandwagoning* segundo Walt (1985):

Variável Independente Secundária:

Distribuição das capacidades de Filipinas e Vietnã e de sua posição regional em relação à China

Variável Interveniente Secundária:

Percepção de ameaças e/ou oportunidades ligadas à China por parte dos líderes de Filipinas e Vietnã

Variável Dependente Secundária:

Postura de *balancing* ou *bandwagoning* de Vietnã e Filipinas em relação às potências envolvidas.

Desta forma, seguindo a teoria neoclássica, a distribuição das capacidades e consequentemente a posição dos Estados, em nosso caso adaptada do Sistema Internacional segundo apresentada pelos autores, para a região do Mar do Sul da China, fazem parte da variável independente de qualquer análise da Política Internacional, uma vez que tais teóricos procuram compreender como os Estados se comportam na estrutura e como as variáveis internas influenciam nesta posição e vice-versa.

A partir destas variáveis, lançamos indicadores para entender e classificar postura e atuação chinesas no Mar do Sul da China: (1) a percepção de revisionismo da China sobre ela mesma e dos demais Estados – principalmente EUA, Vietnã e Filipinas – sobre

a China; (2) a ocupação chinesa de ilhas no Mar do Sul da China, (3) aumento quantitativo e qualitativo da Marinha chinesa (4) atuação chinesa em fóruns internacionais. Estes indicadores têm o objetivo de ajudar a classificar a China como uma potência mais próxima do revisionismo ou da defesa de *status-quo* permitindo analisar a atuação da China na região ao longo das décadas a partir da década de 1970.

Para fazê-lo, será necessário recorrer a fontes primárias e secundárias com o intuito de melhor compreender cada um dos indicadores e montar critérios para satisfazer as hipóteses e consequentemente a pergunta-guia deste trabalho. Para tanto, métodos de análise e procedimento são necessários. Segundo Lakatos e Marconi (2003, p.83) " o método é o conjunto das atividades sistemáticas e racionais que, com maior segurança e economia, permite alcançar o objetivo – conhecimentos válidos e verdadeiros – traçando o caminho a ser seguido [...].” À luz de tal afirmação, esta pesquisa procura, através de um método de abordagem dedutivo, analisar o Mar do Sul da China de maneira ampla, e de maneira mais específica compreender a atuação chinesa no Mar do Sul da China bem como a postura de atores importantes frente a esta atuação. O método de abordagem dedutivo, segundo Lakatos e Marconi (2003, p.92)

> tem o propósito de explicar o conteúdo das premissas [...] [a]nalisando [o método dedutivo] sob outro enfoque diríamos que os argumentos dedutivos ou estão corretos ou incorretos, ou as premissas sustentam de modo concreto a conclusão ou, quando a forma é logicamente incorreta, não a sustentam de forma alguma; não há graduações intermediárias.

Para além do método de abordagem, Lakatos e Marconi (2003) afirmam que há métodos de procedimentos específicos para as Ciências Sociais e que se configuram em “etapas mais concretas da investigação com a finalidade mais restrita em termo de explicação geral dos fenômenos” (LAKATOS;MARCONI,2003, p.106). Com o intuito de realizar a pesquisa na busca do teste das hipóteses, os métodos de procedimento a serem utilizados são o histórico e o de tipológico.

O método histórico compreende ser necessário retornar ao ambiente natural do surgimento do fenômeno para compreender todas as suas nuances e, portanto, a forma como funciona no contexto atual. Neste sentido a utilização do método histórico se vale para compreensão do retorno chinês ao Cenário Internacional, voltando seu interesse para a região em questão, a do Mar do Sul da China. O método tipológico busca criar um tipo ideal construído “a partir da análise de aspectos essenciais do fenômeno” (LAKATOS E MARCONI, 2003, p.109) com o intuito de comparar fenômenos sociais complexos. Desta forma, entendemos ser possível utilizar o método tipológico para avaliar se a China

se comporta como um Estado revisionista ou de *status-quo* através da construção de tipos ideais seguindo o debate sobre a corrente do realismo político nas Relações Internacionais.

As disputas territoriais no Mar do Sul da China vêm despertando a atenção de políticos e estudiosos ao redor do globo, apesar de ter pouco destaque na academia brasileira de Relações Internacionais. Contudo, tais questões passaram a receber maior atenção, devido à elevação das tensões entre China e EUA na região, com a construção de ilhas artificiais, a passagem de embarcações e aeronaves em áreas contestadas e as disputas territoriais pelos países que circundam o mar.

Tais disputas territoriais têm questões muito mais profundas que um possível embate entre duas grandes potências; são consequência de conflitos e negociações regionais entre a China e os demais países periféricos banhados pelo Mar do Sul da China, principalmente Filipinas e Vietnã. Um possível escalonamento do conflito entre os Estados chinês e americano na região (ZHIYUE, 2015) refletiria diretamente no posicionamento militar e de segurança regional das partes envolvidas, no comércio marítimo internacional e no posicionamento dos países membros da ASEAN, que estão intimamente ligados à disputa.

Por ser um tema complexo e rico em atores, fenômenos, embates e disputas, e pouco explorado no país, procuramos dialogar diretamente com algumas temáticas centrais das Relações Internacionais tais como Estudos Regionais, mais especificamente do Indo-Pacífico, Geopolítica e Estudos de Segurança e Defesa, Direito do Mar e Teoria das Relações Internacionais. Neste sentido, a contribuição em termos práticos da pesquisa é realizar uma leitura densa no sentido teórico, buscando reconstruir a trajetória chinesa ao longo do tempo no que diz respeito à sua atuação no Mar do Sul da China em particular. Entretanto, busca-se também mapear de maneira ampla a região, as áreas ocupadas e disputadas, como um registro em português para futuras pesquisas de uma das regiões mais dinâmicas, importantes e instáveis da política internacional contemporânea.

Esta tese escolheu como recorte temporal os anos de 1970 e 2020. O recorte inicial, como já mencionado, diz respeito ao início das disputas e reivindicações territoriais depois da realização da UNCLOS III, mesma década que a RPC inicia sua gradual política de reabertura. O marco final do trabalho, 2020, foi escolhido pois se trata do ano em que foi declarada pela Organização mundial da Saúde (OMS) a pandemia de

Covid-19, que vem alterando diversas dinâmicas da política, comércio, disputas e economia internacionais.

Este trabalho é constituído de quatro capítulos além desta introdução e da seção final que busca reunir as principais conclusões desta pesquisa. O primeiro capítulo apresenta o Realismo Político e os principais autores e conceitos basilares para a construção de nossa argumentação e investigação. O segundo capítulo está centrado na China, enquanto o terceiro está centrado nos Estados Unidos. Cada capítulos apresenta o histórico e as capacidades materiais – econômicas e bélicas – de ambos os países bem como sua presença e a postura de seus líderes e elite em relação ao Mar do Sul da China. O quarto e último capítulo apresenta o posicionamento da ASEAN, com destaque para Filipinas e Vietnã em relação à China e Estados Unidos no Mar do Sul da China e as relações entre as duas grandes potências no palco em questão nas últimas décadas.

1 **ASPECTOS TEÓRICOS: REALISMO(S) NAS RELAÇÕES INTERNACIONAIS**

1.1 **Considerações Iniciais**

O presente capítulo é dedicado ao aprofundamento dos aspectos teóricos que servirão de base para a elaboração da pesquisa sobre o objeto escolhido, os conflitos no Mar do Sul da China e a postura chinesa, suas mudanças e evoluções, a partir da década de 1970 até o ano de 2020. Dedicar-se a uma corrente teórica é, antes de mais nada, fazer uma escolha de lentes para enxergar o cerne de uma determinada questão. Fazê-lo, contudo, não implica necessariamente em negar outras visões, mas buscar entender os acontecimentos da Política Internacional partindo de um ponto de vista e, portanto, de suas especificidades, conceitos e teóricos.

Neste sentido, a escolha teórica para este trabalho é a Corrente Realista das Relações Internacionais, vista como a corrente *mainstream* da disciplina desde o início do século XX, quando esta ganhou corpo através de uma Cátedra de Política Internacional na Universidade de Aberystwyth no País de Gales, como conta o mito fundacional da disciplina. Escolher o realismo como arcabouço teórico, e a partir dele iniciar uma pesquisa ou sustentar um argumento pode ser enxergado por um lado como um desafio e por outro como comodismo; desafiador por ser provavelmente a corrente teórica mais criticada e questionada no âmbito das Relações Internacionais; cômodo por ser a teoria mais conhecida e utilizada na disciplina.

Essas duas características contraditórias, ou complementares, ditam o tom das críticas a serem recebidas e da argumentação por trás desta escolha. Vale mencionar também que, por escolher um objeto de análise que não faz parte da origem das teorias escolhidas, outros questionamentos poderão ser feitos. A corrente realista de Relações Internacionais produz um conhecimento que reflete preferências, interesses e percepções de mundo das potências do centro industrializado e desenvolvido, do Norte capitalista e convencional, baseado em uma pretensa neutralidade advinda do behaviorismo instalado na disciplina a partir da década de 1950.

Não é nossa intenção negar o viés da teoria, visto que todas as teorias são enviesadas e não neutras e a suposta verdade sobre os acontecimentos políticos do mundo apenas satisfaz parte dos leitores e analistas, pois reflete suas crenças, valores e propósitos. Contudo, também não nos cabe aqui negar todo o desenvolvimento teórico de

uma corrente de pensamento que ajudou no avanço da investigação contemporânea sobre política internacional. Compreendemos ser possível analisar fenômenos das relações internacionais mediante a lente do realismo político, desde que se tenha clareza sobre suas peculiaridades, negando uma presumida verdade única, mas, por outro lado, compreendendo sua importância na construção de uma imagem da política internacional contemporânea em que Estados Unidos e China tem papel protagonista.

Compreendemos que o Mar do Sul da China bem como a postura chinesa em relação a esta região, podem ser tratados dentro do espectro da teoria realista *mainstream* das Relações Internacionais por se tratar de disputa que envolve grandes potências no Sistema Internacional, e ser um dos conflitos tradicionais mais importantes no cenário atual. Contudo, a China tem uma estrutura de governo própria, demandas específicas e política externa que não se encaixa exatamente naquilo que se espera de potências em ascensão, se usamos a Europa ou a América do Norte a título de comparação. Contudo, a China é novamente considerada um *player* central na política internacional pelo menos desde 2001, quando o país passa a fazer parte da Organização Mundial do Comércio (OMC), e demonstra uma capacidade produtiva, exportadora e de crescimento notáveis.

Partindo de um pressuposto teórico Realista, podemos analisar que a China, como uma potência em (re)ascensão com amplas capacidades materiais, busca poder, entendendo que poder é um conceito mutável dentro da lógica realista clássica de Morgenthau (2003 [1948]). E pensar em termos de poder é pensar em termos de Realismo Político na Política Internacional, seja para corroborar, seja para desafiar alguns princípios e certezas desta corrente. Desta forma, é possível realizarmos uma pesquisa, através do realismo político, que investigue a busca por poder de China e de Estados Unidos, mesmo que esses atores possam fazer movimentos, entendidos pelo próprio realismo político, antagônicos para alcançar o mesmo fim.

Desta forma, este primeiro capítulo tem como objetivo apresentar autores e conceitos do realismo político para analisar as posições de China e a resposta norte-americana sobre sua ação, desde a década de 1970, no Mar do Sul da China e os recentes ganhos territoriais e militares do país naquela região, até o ano de 2020. As próximas seções deste capítulo versam sobre o realismo político para as Relações Internacionais sob diversas perspectivas, e em diferentes momentos do contexto histórico internacional. Apresentamos o Realismo Clássico, seus principais autores e conceitos; em seguida o Neorrealismo ou Realismo Estrutural e da mesma forma, seus principais autores, conceitos e as diferenças para o Realismo Clássico; e por fim, o Realismo Neoclássico,

desenvolvimento teórico escolhido para analisar as movimentações de China, mas também de Estados Unidos, na região do Mar do Sul da China. Por fim, a partir das releituras da corrente Realista, buscamos fazer um quadro posicional que possa apresentar as principais características de uma potência revisionista e de uma potência de *status-quo*, com o intuito de utilizá-lo para o teste das hipóteses lançadas nesta pesquisa.

Usando o Realismo Neoclássico como base para nossa investigação, são destacadas as obras de Randall Schweller (1994;1998) além do livro de Ripsman, Taliaferro e Lobell (2016), com ricas contribuições teóricas para pensar o Realismo no mundo contemporâneo através de uma perspectiva mais completa. Assim, procuramos trazer como fio condutor deste capítulo o conceito de potência revisionista, devido às características muitas vezes associadas à China em relação aos Estados Unidos, e cujo principal desenvolvimento teórico foi feito pela corrente do Realismo Neoclássico, que, contudo, não inaugura tal conceito, como afirmou Schweller (1994)[11].

1.2 **Realismo(s) Clássico(s)**

Randall Schweller (1994), como brevemente mencionado na introdução deste capítulo, ao criticar realistas modernos (ou neorrealistas) em relação ao viés que dão ao *status-quo*, e a pouca atenção que dão a potências que estão dispostas a arriscar para alterar a ordem, menciona que realistas tradicionais (ou clássicos) entendem haver outras formas de Estados fortes se posicionarem no Sistema além de pagar pelos custos da manutenção do *status-quo*. Nesta seção, procuramos trazer de forma mais aprofundada os autores clássicos mencionados por Schweller, de maneira pontual em seu texto de 1994, para entender como realistas clássicos enxergam a possibilidade de revisão de *status-quo* na Política Internacional.

Johannes Mattern (1946 [1942]) levanta a questão da geopolítica a partir da ideia alemã do Partido Nacional Socialista durante a Segunda Guerra Mundial, mas também a percepção norte-americana da importância da geopolítica para moldar a Política Internacional do pós-Guerra. O livro foi escrito durante os primeiros anos da Segunda Guerra Mundial e divide o mundo, partindo de uma lógica marxiana, entre ‘os que tem’

[11] Realistas clássicos, conforme demonstrou Schweller (1994), apresentam: potências imperialistas e de status-quo(MORGENTHAU, 2003 [1948]); potências saciadas e não-saciadas (SCHUMAN, 1948); Estados revolucionários e de status-quo(KISSINGER, 1957); potências satisfeitas e insatisfeitas (CARR, 1981 [1946]); Estados que tem e os que não tem (MATTERN, 1942); Estados de status-quo e revisionistas (WOLFERS, 1959).

e os ‘que não tem’, ou seja, entre países exploradores, detentores da riqueza, e aqueles explorados que querem alcançá-la.

Ao analisar o estudo da geopolítica por parte dos acadêmicos ligados aos países ‘que não tem’, ou como o autor chama no original os “*have-nots”,* Mattern (1946 [1942]) afirma que a lógica de tais pensadores é justificar a tomada de território e riqueza excedente por parte daqueles Estados que tem em excesso, ou chamados por Mattern de “*haves*”. Assim, o movimento de aquisição das regiões excedentes dos “*haves*” não traria prejuízo aos mesmos. Por outro lado, traria poder e riqueza para os “*have-nots*”. Entretanto, Mattern (1946 [1942]) questiona quanto seria este recurso excedente que os Estados que ‘não têm’, tomariam dos Estados ‘que têm’, e que não afetaria estes últimos. Questiona também o que aconteceria caso os Estados ‘que têm’ não desejassem partilhar com os ‘que não tem’ parte de seus territórios e recursos que estes julgam ser excedente.

O autor entende, portanto, que a resposta dos geopolíticos dos países que ‘não têm’ está “na demanda ou no comando de tomar os recursos que precisam, se necessário, pela guerra” (MATTERN, 1946 [1942], p. 108, tradução nossa). Apesar de o autor não trazer diretamente em sua argumentação a questão de potências revisionistas ou de *status-quo,* demonstra claramente que nem todos os Estados estão satisfeitos com aquilo que possuem e com o que os demais possuem, o que pode levar a conflitos por bens, territórios e recursos que são escassos, como em um jogo de soma zero.

Edward Carr (1981[1946]), assim como Mattern (1946 [1942]), comenta sobre aqueles Estados que têm e os que não têm, se referindo também a um contexto de Segunda Guerra Mundial. O autor indica que este pensamento das potências que chama de não satisfeitas lembra, em um contexto interno do Estado, a reação do proletariado contra a classe privilegiada, que tenta esconder um conflito de interesses argumentando sempre um interesse mínimo comum, normalmente exaltado pelos mais poderosos.

Carr (1981 [1946]) cita Hittler, que se recusa a acreditar que algumas nações receberam o direito divino de tomar o mundo pela força, para só depois defenderem teorias moralistas sobre acumulação. Para o autor, Hitler “manifestava, em um outro contexto, a negação marxista de uma comunhão de interesses entre ‘os que têm’ e ‘os que não têm’ [...] e a exigência marxista da expropriação dos expropriadores” (CARR, 1981 [1946], p. 110). Neste sentido “[...] a defesa da guerra, pelas potências insatisfeitas era a 'reação cética natural' contra as banalidades sentimentais e desonestas das potências saciadas, sobre o interesse comum na paz” (CARR, 1981 [1946], p. 110).

Edward Carr, contudo, é bastante enfático em afirmar em sua obra que não se deve entender que as potências saciadas com o *status-quo* e que buscam a todo o tempo a segurança e manutenção desta ordem, não estejam preocupadas com a força, e que esta seja apenas a política dos Estados insatisfeitos com o *status-quo*, baseados na política de poder que gera conflitos. Carr (1981 [1946]) afirma que, por diversas vezes, a busca pela segurança por parte das potências saciadas tem sido frequentemente exemplo de política de poder. Nesta lógica, as potências satisfeitas se envolvem em conflitos para assegurarem esta ordem através da ocupação de territórios e a obrigação do desarmamento por parte dos derrotados.

> Aqui temos o mesmo constante conflito entre ' os que têm e 'os que não têm', entre os 'satisfeitos' e os insatisfeitos' [...] os mesmos apelos pela 'lei e a ordem' do grupo satisfeito; e o mesmo uso, ou ameaça de uso, da violência, pelos insatisfeitos, para satisfazer suas queixas. Por vezes se diz que não pode existir um processo internacional de mudança pacífica uma vez que os estados insistem em serem juízes de sua própria causa. (CARR, 1981 [1946], p. 273)

Fazendo paralelos com o proletariado e a classe burguesa privilegiada, o autor entende ser possível pensar em uma analogia, para as relações internacionais, onde os Estados insatisfeitos não se utilizem da força para alterarem a ordem a seu favor. Dando exemplos das conquistas dos trabalhadores de países industrializados através do direito a greve, que substituiu o uso constante da força entre empregadores e empregados, tal processo trouxe a necessidade de ambos os lados levarem suas questões a diversas formas de conciliação e arbitramento. Partindo desta analogia, Carr (1981 [1946]) entende que o uso da força poderia ser eliminado das resoluções de litígios do campo da política internacional. Seria necessário que as potências insatisfeitas se convencessem de que é possível resolver litígios através de negociações pacíficas normalmente precedidas, em um primeiro momento, pela ameaça do uso da força.

Apesar de admitir a possibilidade de negociações pacíficas, Carr (1981 [1946]) não elimina completamente de sua análise a possibilidade da ameaça do uso da força, seja por aqueles ‘que têm’, seja por aqueles ‘que não têm’, o que Schuman (1948) mais tarde chamará de potências saciadas e não saciadas.

Frederick Schuman (1948), observando a política dos EUA mas também da União Soviética nos primeiros anos da Guerra Fria, busca compreender as dinâmicas dos Estados naquele contexto internacional. Tomando emprestado de Bismark os conceitos de Estados saciados e não-saciados, o autor entende que, para certas potências, o equilíbrio existente de recursos, territórios, riqueza e distribuição de poder parecerá ideal,

uma vez que se beneficiam deste. Entretanto, este mesmo ‘equilíbrio’ parecerá intolerável para os Estados que não entendem receber o que merecem desta mesma ordem.

Assim, os Estados saciados estão satisfeitos com o *status-quo* e normalmente fazem alianças com outros Estados saciados, para defender a manutenção da ordem. Os Estados não-saciados procuram modificar o *status-quo* e formam coalizões para buscar o que desejam – a alteração da ordem a seu favor. Ainda segundo o autor, os Estados saciados costumam ser aqueles que saíram vitoriosos da última guerra e os não-saciados, quase sempre, são aqueles que foram derrotados e impedidos pelos vencedores de acessar o poder (SCHUMAN, 1948).

Schuman (1948) defende ainda a ideia de que Estados que se sentem humilhados ou oprimidos pelo *status-quo* procuram naturalmente alterá-lo, enquanto aqueles Estados que se sentem beneficiados por ele, buscarão automaticamente defendê-lo. Assim como Carr (1981 [1946]), Schuman afirma que os Estados saciados são comumente vistos como pacíficos e comprometidos com a paz no sistema internacional, uma vez que estão advogando a favor da segurança. Estados não-saciados advogam por mudanças, revisões e redistribuições, principalmente de poder. Este posicionamento contra o *status-quo*, que não lhes satisfaz, é compreendido pelos Estados saciados como agressivo e contrário a paz.

Contudo, para o autor, se Estados não-saciados possuem políticas agressivas, isso não se dá pela relativa desvantagem quanto a sua posição na partilha do poder internacional, mas pela esperança que tais Estados têm de conseguir alterar a distribuição do poder. Grandes potências não-saciadas poderiam, portanto, ter essa esperança, enquanto pequenas potências normalmente não. O autor complementa ainda sua ideia ao afirmar que políticas agressivas por parte de Estados não-saciados são consequências de tensões e inseguranças internas (como fracassos econômicos e frustações militares), bem como do papel de seu governante, o que muitas vezes leva ao sentimento de revanche e questionamento da ordem e da distribuição do poder.

> Qualquer aumento no poder dos Estados insatisfeitos, através de armamentos ou alianças, cria novas inseguranças entre os saciados e faz com que eles procurem restabelecer o equilíbrio por meio de armamentos ou contra-alianças. Mas as políticas compensatórias raramente restabelecem o equilíbrio ao seu antigo nível. Eles criam novas inseguranças entre os que 'não-tem', levando-os a novos passos para aumentar sua capacidade de derrubar o *status-quo* à força (SCHUMAN, 1948, p. 380, tradução nossa).

Em outras palavras, não basta ser um Estado não-saciado para questionar a ordem e, a partir disso, ter atitudes de ameaça do uso da força. É necessário, mais do que a

vontade de mudar o *status-quo*, ter a possibilidade real de fazê-lo. As grandes potências que questionam o *status-quo* têm capacidades materiais para alterá-lo e por isso são as mais temidas pelos Estados saciados. A condição de revisionismo não é suficiente para que os Estados tenham políticas agressivas no Cenário Internacional; devem poder ter a esperança de conseguir fazê-lo.

Hans Morgenthau (1948), por outro lado, apresenta, seguindo os autores anteriormente apresentados, as potências imperialistas e as de *status-quo*, enfatizando suas ideologias. Para muito além dos seis princípios do realismo político, Morgenthau (2003 [1948]), contemplou uma série de outros assuntos em sua obra, onde a temática do poder sempre se faz central (LEBOW, 2013).

Sobre o comportamento ideológico na política internacional, partindo do princípio de que todos os Estados buscam poder, Morgenthau (2003 [1948]) afirma que as nações não podem simplesmente agir para alcançar o poder sem que isso esteja ligado a uma ideologia. O Estado que busca poder sem justificar essa busca através da própria existência nacional ou da busca pela justiça, certamente será malvisto pelos outros Estados.

Assim, o autor apresenta duas ideologias típicas de política externa que tem origem em forças psicológicas: a ideologia do *status-quo* e a ideologia do imperialismo. Sobre as políticas imperialistas, o autor diz que a maioria recorre à ideologia, enquanto as políticas de *status-quo* podem ser apresentadas como são, uma vez que postulam a continuidade.

Para Morgenthau (2003 [1948]), as políticas do *status-quo* podem normalmente abrir mão do que chama de 'disfarce ideológico', já que é mais fácil justificar aquilo que já é, ou seja, a ordem como ela se coloca, pois esta adquire certa legitimidade. Ainda sobre as políticas de *status-quo*, o autor afirma que são políticas de Estados que querem manter um poder já adquirido. Contudo, quando é necessário que haja uma ideologia para justificar a política de *status-quo* de um Estado, a paz e o direito internacional são as mais utilizadas, alterando inclusive a fórmula 'manutenção do *status-quo'* para 'manutenção da paz e da segurança internacionais'(MORGENTHAU, 2003[1948]).

> Ao expressar em termos pacifistas os objetivos da política de *status-quo*, um estadista pode lançar o estigma de fomentadores de guerra sobre seus opositores imperialistas, ao mesmo tempo em que alivia de escrúpulos morais a sua própria consciência e a de seus compatriotas. Por esses motivos, ele pode esperar conseguir o apoio de todos os países interessados na manutenção do *status-quo*. (MORGENTHAU, 2003 [1948], pp. 180-181).

Sobre as políticas de imperialismo, o autor afirma que estão sempre procurando por uma ideologia, pois como questionam e desafiam uma ordem já instaurada, precisam sempre de provas para justificar a necessidade da mudança do *status-quo* e para questionar a legitimidade daquela distribuição do poder, pleiteando outra (MORGENTHAU,2003 [1948]).

Assim, Morgenthau (2003 [1948]) afirma que a política imperialista se apoia na lei como ela deveria ser (no direito natural). Desta forma, há espaço para a criação de uma ideologia que possa questionar injustiças do direito internacional como ele se apresenta, e que apenas agradaria aos Estados de *status-quo*, levando então à ação, por parte dos Estados imperialistas, de alteração desta lei para outra, mais 'justa'. Por outro lado, caso a política imperialista não desafie a ordem estabelecida por uma ou mais potências de *status-quo*, mas haja um vácuo de poder, a ideologia imperialista se adequa a uma missão humanitária, sagrada, civilizatória – ligada ou não à uma religião –de estabelecer um direito natural justo.

Ainda, o autor apresenta outra justificativa para a ideologia do imperialismo, desta vez associada a biologia. Parte-se da lógica de que o mais forte, o mais apto, aquele com maior superioridade militar deve prevalecer, ou seja, que uma nação forte merece ter seu espaço no Sistema Internacional reconhecido. Assim, a ideologia de uma política imperialista pode estar no sentimento do Estado questionador da ordem, de uma superioridade frente aos demais Estados. Entretanto, a ideologia mais clássica da política imperialista é a ideologia do anti-imperialismo (MORGENTHAU, 2003 [1948]).

Por fim, Morgenthau (2003 [1948]) apresenta um terceiro tipo de ideologia: a ideologia ambígua, intimamente ligada a ideologia anti-imperialismo. Para o autor, a eficácia da ideologia anti-imperialista está em sua ambiguidade, uma vez que confunde o observador que tem dificuldade em distinguir se está frente a uma ideologia anti-imperialismo ou uma política de *status-quo*. Este tipo de ideologia ambígua confunde pois pode ser utilizada tanto pelos Estados que defendem o *status-quo*, quanto pelos que procuram alterá-lo (MORGENTHAU, 2003 [1948]).

Os aspectos ideológicos trazidos pelo autor para compreender as ações de Estados do *status-quo* e imperialistas coadunam com as análises de Mattern (1946 [1942]), Carr (1981 [1946]) e Schuman (1948), mas acrescentam uma dimensão a mais. Pensar nas ideologias utilizadas por potências em diferentes contextos históricos, nos permite compreender as justificativas normalmente presentes em suas políticas externas e a

maneira como tais Estados se posicionam frente aos demais, algo também analisado por Kissinger (1957) que rotula os Estados como revolucionários ou de *status-quo*.

Henry Kissinger (1957) se preocupa em analisar as ações de política externa de Estados tidos como revolucionários frente aqueles que buscam manter uma ordem 'legitima'. O autor enfatiza as noções de estabilidade e legitimidade como algo fundamental para pensar o *status-quo*, como uma legitimação da ordem construída por alguns Estados, que certamente, beneficiam-se dela. "Sempre que a paz – concebida como evitar a guerra – tem sido o objetivo primordial de uma potência ou aliança, o sistema internacional está à mercê do membro mais implacável da comunidade internacional" (KISSINGER, 1957, p. 1, tradução nossa).

O autor compreende que a estabilidade é fruto da legitimidade no sistema internacional, que significa, para o autor, a existência de uma concordância sobre os tratados a serem estabelecidos e os objetivos de política externa dos Estados, bem como sua forma de fazê-lo. Legitimidade, portanto, significaria não a justiça, mas a aceitação de uma estrutura da ordem internacional por parte das principais potências. Para o autor, uma ordem legítima, apesar de não impossibilitar a ausência de conflitos, os torna mais difíceis de acontecer. Contudo, quando Estados se mostram não satisfeitos com a ordem, podem expressar essa insatisfação através de uma política externa revolucionária (KISSINGER, 1957).

Quando guerras ou conflitos ocorrem dentro de uma ordem ou estrutura internacional legítima, a paz será entendida como uma caracterização mais precisa do consenso. Neste caso, a diplomacia pode ser um instrumento chave para o ajustamento de pensamento das potências através de negociações possíveis apenas se tais Estados estão de acordo com esta ordem legítima internacional. Contudo, há potências que entendem como opressora e desfavorável esta ordem internacional e a forma como ela é legitimada. A relação destes Estados com os demais, será, portanto, revolucionária.

Quando Estados com atitudes revolucionárias se posicionam frente a Estados que defendem a ordem 'legítima', tal qual ela se apresenta, o que acontece não é um ajuste de diferenças sobre como administrar aquela ordem, dentro daquele sistema de *status-quo*. Haverá um questionamento do sistema e da ordem, uma vez que, para esses Estados ela não é considerada legítima. Nesses casos, admite Kissinger (1957), a diplomacia em seu entendimento clássico não será de grande valia; normalmente o conflito armado é a única saída para este confronto de posições frente à ordem estabelecida no Sistema.

Todavia, é importante destacar que a motivação dos Estados classificados como revolucionários pode ser também defensiva, uma vez que este pode sentir-se genuinamente ameaçado pela ordem legitimada pelas potências de *status-quo*. Mas o fato de o Estado revolucionário se sentir ameaçado não é exclusivo de sua natureza revolucionária. Contudo, não há nada para garanti-lo, uma vez que ele não está de acordo com a ordem legítima. É esta peculiaridade que o faz diferente dos Estados de *status-quo* (KISSINGER, 1957).

> [A] característica distinta de um poder revolucionário [...] [é] que nada pode tranquilizá-lo. Somente a segurança absoluta – a neutralização do oponente – é considerada uma garantia suficiente, e assim, o desejo de poder para ter segurança absoluta significa insegurança absoluta para todos os outros (KISSINGER, 1957, p.2, tradução nossa).

Ainda sobre a relação entre Estados revolucionários e de *status-quo*, Kissinger (1957) comenta que os Estados defensores do *status-quo* por vezes percebem que as demandas dos Estados revisionistas são basicamente técnicas. Os Estados de *status-quo* interpretariam que os Estados revolucionários seriam levados a questionar a ordem para resolver questões pequenas e específicas através de algumas mudanças limitadas. Entretanto, afirma o autor, faz parte da essência de um Estado revolucionário ter certeza de suas convicções, exaltar seus princípios e ter coragem para atuar em prol de seus objetivos, moldando uma nova ordem à sua própria legitimidade, se necessário por meio da força (KISSINGER, 1957).

Seguindo a lógica de Kissinger (1957) sobre Estados revolucionários e de *status-quo*, Wolfers (1959) traz as nomenclaturas de Estados revisionistas e de *status-quo*. Mas, diferente daquele, este procura analisar como revisionistas e *status-quo* se comportam frente ao equilíbrio de poder, entendendo que equilíbrio de poder pode ser enxergado sob diferentes perspectivas.

Arnold Wolfers (1959) se preocupa com a figura do *balancing* na política internacional, que considera ser idêntico a ideia de equilíbrio. Além disso, o autor também debate quatro teorias para pensar o equilíbrio de poder entre os Estados. A primeira delas entende o equilíbrio de poder como uma distribuição ideal de poder; a segunda como um resultado automático de um sistema multipolar; a terceira um objetivo de política externa para alguns estadistas; e a última, mais recente, uma noção obsoleta

Sobre a primeira delas, o autor alega que um equilíbrio de poder nunca foi visto como algo ideal por boa parte dos estadistas, por mais que vários utilizem deste conceito para justificar ações de política externa. O equilíbrio de poder pode, inclusive, ser

enxergado como hipócrita para aqueles que não concordam com ele quando há insistência de que este é igualmente benéfico para todos. Entretanto, Wolfers (1959) afirma que países contrários ao *status-quo* geralmente se posicionam contra o equilíbrio de poder, pois esse costuma evitar a mudança e preservar a ordem. Assim, o equilíbrio na distribuição de poder impede ou dificulta a alteração da ordem pela força, maneira mais comum para o acontecimento de grandes mudanças na política internacional.

Sobre a segunda teoria, ela é enxergada apenas como hipotética, derivada das condições da Europa após o fim das Guerras Napoleônicas, quando se formou o chamado Concerto Europeu (1815-1914). Em relação a terceira teoria, sobre o equilíbrio de poder ser um objetivo de política externa dos Estados, Wolfers (1959) indica algumas possibilidades partindo do questionamento de se os Estados, sob certas circunstâncias, prefeririam fazer equilíbrio de poder ou buscar a superioridade. Segundo o autor, o equilíbrio pode ser uma alternativa aceitável caso os Estados em disputa entendam que a superioridade levará a perdas e exaustão para todos os lados. Mas há casos em que o equilíbrio de poder é o objetivo de política externa de certos Estados; mas quando isso é fato, os Estados querem estabelecer um equilíbrio frente a outras nações.

Contudo, vale destacar que nenhum país que enfrenta ameaças externas sérias abrirá mão de sua superioridade frente a seu oponente se isso puder ser feito a um custo aceitável. Mas Estados poderosos e seus aliados podem bancar uma política de equilíbrio de poder caso a supremacia seja algo inalcançável. É neste momento que o autor apresenta suas definições para potências de *status-quo* e potências revisionistas:

> As potências de *status-quo* são aqueles Estados que buscam preservar a ordem estabelecida ou que renunciaram ao uso da força como um método de mudar essa ordem [...] eles podem alcançar seu objetivo de dissuadir ou parar seu oponente somente se possuírem poder de defesa igual ao poder de seu oponente [...] os chamados Estados 'revisionistas', [são] aqueles empenhados em mudar o *status-quo*, se necessário à força [e] estão em posição menos favorável. Eles só podem se resignar a uma política de equilíbrio de poder em desespero, pois sabem que a ordem estabelecida [...] pode ser seriamente modificada apenas com a ameaça ou o uso de força tão preponderante que supere a resistência do lado opositor. (WOLFERS, 1959, pp.11-12, tradução nossa).

Por fim, o autor menciona uma última teoria que entende ser obsoleta: a ideia do equilíbrio de poder para a política internacional. Para Wolfers (1959) a argumentação desta teoria parte da ideia de que o equilíbrio de poder deixou de ser uma condição de paz ou independência para os Estados e passou a ser uma prática devido a cisão ideológica da Guerra Fria. Entretanto, para o autor, a política de equilíbrio de poder apenas desapareceria caso todos os Estados renunciassem suas capacidades militares e estas fossem concentradas nas mãos de uma única autoridade global.

Sobre as potências de *status-quo* e revisionistas apresentadas por Wolfers (1959), cabe destacar sua compreensão de que políticas revisionistas são normalmente contrárias às políticas de equilíbrio de poder, praticadas em grande medida pelas potências de *status-quo*. Isto, contudo, não impede que as potências revisionistas pratiquem também políticas de equilíbrio de poder. A relutância por parte das potências revisionistas em agir de acordo com a política de equilíbrio de poder é a impossibilidade que enxergam de alterar a ordem de forma substancial, como desejam e acreditam merecer.

O que procuramos nesta seção foi, de maneira mais aprofundada, investigar como alguns realistas clássicos apresentam a diferença entre o comportamento de política externa dos Estados no Cenário Internacional. Neste sentido, a escolha pelas obras e pelos nomes, seguiu, como já mencionado, aqueles autores apresentando por Schweller (1994) como realistas tradicionais que, ao contrário dos neorrealistas, já pressupunham a existência de potências distintas quanto ao seu posicionamento frente à ordem internacional. Assim, Mattern (1946 [1942]), Carr (1981 [1946), Schuman (1948), Morgenthau (2003 [1948]), Kissinger (1957) e Wolfers (1959) constituem a base para pensarmos sobre a atuação de Estados revisionistas na Política Internacional.

1.3 **Neorrealismo(s)**

O Neorrealismo nas Relações Internacionais, ou realismo estrutural, ganhou destaque durante a década de 1970, e a partir da obra de Waltz (1979) passou-se a analisar a política internacional através de sua estrutura anárquica, dando menor destaque aos aspectos internos de seus principais atores, os Estados, ou das motivações humanas por trás da atuação destes. Waltz, importante autor da teoria de Relações Internacionais, antes de lançar seu principal livro que buscou criar uma teoria com poder explicativo, preditivo e de caráter geral para a dinâmica dos Estados, e dos conflitos no Sistema Internacional, escreveu uma obra que buscava compreender as origens da guerra com o intuito de buscar um caminho para a paz.

Para isso, o autor procura entender a origem da guerra em três diferentes níveis de análise que chama de imagens, começando pelo homem, como "a raiz de todo o mal, e do mal específico que é a guerra" (WALTZ, 2004 [1959], p. 6), o Estado como "a sociedade que constitui a força de degradação da vida dos homens, mas ela é também o agente moralizador" (WALTZ, 2004 [1959], p. 8), e o Sistema de Estados como "um mundo de Estados" (WALTZ, 2004 [1959], p. 9), onde estes interagem uns com os outros.

Desta forma, o autor procura entender a Guerra pelas características inerentes ao homem, pelas qualidades de um ou de todos os Estados e por fim, pela estrutura do Sistema de Estados.

Waltz (2004 [1959]), portanto, compreende que não é possível entender completamente as origens e causas da guerra olhando individualmente para cada uma das imagens, uma vez que isso distorceria a análise por não incluir as demais, o que nos levaria a uma prescrição de paz incompleta, pois o estudo das causas da guerra seria parcial. O autor, portanto, é partidário de um inter-relacionamento das imagens – apesar de afirmar que a popularidade das imagens varia de acordo com o tempo e seu contexto – dividindo as peculiaridades de cada uma delas para entender as causas da guerra como ativas e permissivas.

Entende-se, então, que as causas ativas da Guerra estão no homem e no Estado, pois o que leva um Estado a entrar em conflito com outro ou outros envolve uma série de circunstâncias como a localização destes Estados, o tamanho de cada um deles, suas capacidades, os interesses que possuem em cada contexto, o seu tipo de governo e quem é ou são seu(s) governante(s), a história que tem tanto como Estado-nação quanto com relação ao(s) outro(s) Estado, e as motivações específicas que tem para entrar em conflito. Tais causas se relacionam com o Sistema de Estados pois a ausência de um governo superior permite que o conflito ocorra, justamente porque não tem nada que o impeça de ocorrer. Assim, acredita Waltz (2004 [1959]), a causa permissiva da Guerra está na terceira imagem.

Com o desenrolar da Guerra Fria, o aprofundamento do behaviorismo nas teorias de Relações Internacionais e a necessidade, para Waltz, de alcançar uma teoria geral para pensar a dinâmica do sistema internacional, permeado por conflitos e cuja moeda de troca é o poder, o autor lança sua grande Teoria de Política Internacional. Tal teoria enfatiza a estrutura anárquica do sistema como a responsável pelas relações em termos de auto-ajuda entre os Estados, agora chamados de unidades pelo autor.

A grande obra de Waltz faz um debate sobre teorias reducionistas e sistêmicas para tratar da política internacional. A diferença entre elas seria a forma como organizam seus objetos de análise: a primeira olhando como os acontecimentos internacionais são resultantes dos eventos em nível nacional ou subnacional; a segunda reconhecendo particularidades do internacional que levam a seus próprios resultados. Ao entender que a política internacional é sempre resultado do que acontece dentro do Estado, destaca-se a particularidade, e não se buscam os elementos que se repetem. Desta forma, postula o

autor, não seria possível compreender resultados semelhantes que acontecem nas relações internacionais se os atores não são os mesmos. Segundo Waltz (2002 [1979], p.96) "[a] textura das relações internacionais permanece altamente constante, os padrões reaparecem, os eventos repetem-se incessantemente". A explicação que o autor enxerga para esta constante é o caráter anárquico duradouro das relações internacionais, que ornamenta a estrutura, cujo princípio ordenador é justamente a anarquia, e se contrapõe às unidades, cujo princípio ordenador é a hierarquia.

É importante destacar que Waltz entende que há eventos que ocorrem no nível da estrutura e outros no nível das unidades, mas compreende também que por mais que esses eventos aconteçam em contextos históricos distintos e entre diferentes Estados, eles acabam seguindo um padrão. Assim, a teoria que constrói deve explicar por que um evento da política internacional, como a guerra, acontece, mas sem explicar o motivo para uma guerra específica acontecer (WALTZ, 2002 [1979]).

Para explicar sua lógica sistêmica para a teoria de Relações Internacionais, o autor apresenta as unidades (Estados) e a estrutura (o sistema internacional). As unidades interagem na Estrutura cuja principal característica é ser anárquica. Entretanto, a estrutura, apesar de ser sempre anárquica, pode variar entre multipolar e bipolar, sendo esta última mais segura. Essas mudanças, chamadas de estruturais, acontecem de acordo com as interações das unidades. Destaca-se ainda que as unidades podem ter maior ou menor capacidades relativas, que indica quanto de poder relativo possuem, seja este poder militar ou latente (ligado a força econômica e tamanho da população de uma unidade). As unidades que mais importam, pois são as que conseguem causar mudanças sistêmicas, são as grandes potências que possuem maiores capacidades, e, portanto, maior poder relativo. Poder é, para Waltz, em sua teoria neorrealista, um meio para alcançar o objetivo final dos Estados: segurança e não a hegemonia ou maximização de poder, e para isso preferem manter o equilíbrio de poder. (WALTZ, 1979).

> Na anarquia, a segurança é o fim mais primordial. Somente se a sobrevivência for garantida, os Estados podem buscar com segurança outros objetivos, como tranquilidade, lucro e poder. Porque o poder é um meio e não um fim, os Estados preferem se juntar ao lado mais fraco de duas coalizões. Eles não podem deixar que o poder, um meio possivelmente útil, se torne o fim que eles buscam. O objetivo que o sistema os encoraja a procurar é a segurança. O aumento de poder pode ou não servir a esse fim. Dadas duas coalizões, por exemplo, o maior sucesso de uma em atrair membros para ela pode levar a outra a arriscar uma guerra preventiva, esperando que a vitória se faça através de surpresa antes que as disparidades se alarguem. Se os Estados desejassem maximizar o poder, eles se uniriam ao lado mais forte, e veríamos não o equilíbrio de poder se formando, mas uma hegemonia mundial. Isso não

> acontece porque o equilíbrio de poder, e não o bandwagoning, é o comportamento induzido pelo sistema. A primeira preocupação dos Estados não é maximizar o poder, mas manter sua posição no sistema (WALTZ, 1979, p.126, tradução nossa).

A obra de Kenneth Waltz é muito mais profunda e extensa que a breve revisão que propusemos aqui. Contudo, nosso ponto é apresentar, mesmo que de forma breve, alguns dos elementos centrais daquilo que parte dos críticos do neorrealismo questiona, inclusive aqueles que se posicionam no mesmo espectro realista da análise da política internacional. Várias foram as críticas sobre a superficialidade da teoria neorrealista de Waltz (1979), por não tratar do aspecto interno do Estado e por supor um equilíbrio de poder a favor do *status-quo*, uma vez que os Estados buscariam sobrevivência antes do poder. Mas talvez a crítica mais contundente, seja a de que Waltz (1979), para ter uma teoria geral, abriu mão das particularidades dos atores estatais na política internacional.

Contudo, a crítica que mais nos interessa é a de realistas neoclássicos como Schweller (1994) que afirma que um dos maiores problemas de autores que escrevem sob o signo do neorrealismo é o fato de olhar o mundo apenas da perspectiva de Estados satisfeitos com o *status-quo*. Para o autor, não pode ser entendido como verdadeiro que o objetivo primordial de todo Estado é a sua segurança. Esta seria uma perspectiva típica de Estados saciados ou pro-*status-quo*, uma vez que apenas Estados satisfeitos teriam como objetivo manter suas posições no sistema internacional.

Por ter esta visão exclusivamente pela perspectiva norte-americana, como destaca Cox (1983) e reinterpreta Schweller (1994), Waltz (1979) não analisa a perspectiva de Estados revisionistas – uma vez que os EUA não o eram – que buscam aumentar e não apenas manter seu poder. Estados revisionistas, entende Schweller (1994) que bebe de realistas clássicos como já apresentados na seção anterior, procuram uma nova ordem, mais 'justa' para com suas capacidades e vontades, algo que Waltz (1979) não leva em consideração ao entender que estados secundários tendem a se aliar ao lado mais fraco pois lá estariam mais seguros.

Contudo, o neorrealismo não se encerra em Kenneth Waltz (1979). Um debate muito interessante inaugurado por Wohlforth (2011) critica justamente esta centralidade da obra e pensamentos de Waltz (1979) no campo teórico das Relações Internacionais. Para fazer um contraponto com o trabalho de Waltz (1979), o autor apresenta outra grande contribuição realista ao campo – a de Robert Gilpin (1981) – que não recebe tanto destaque, talvez por ter pretensões menores.

Um dos destaques da obra de Gilpin (1981), para o autor, é a sua ênfase na mudança constante na política internacional. Enquanto o neorrealismo de Waltz (1979) visava compreender o comportamento cíclico dos Estados, enxergando a mesmice anárquica do Sistema para explicá-lo, a teoria de Gilpin (1981) busca abarcar mais possibilidades de comportamento dos atores no cenário internacional. Essa vasta gama de interações entre Estados faz com que seja possível entender o Sistema Internacional como algo temporário e, portanto, sujeito a alterações devido à mudança de papéis desempenhados por certos atores. Sendo assim, o comportamento de *balancing* ou equilíbrio de poder não é algo automático para Gilpin (1981), mas uma escolha baseada nos ganhos que um Estado pode obter.

Para Gilpin (1981), as potências podem buscar a alteração da ordem do Sistema caso entendam que os ganhos superam os custos de tal mudança. Assim, seria a mudança e não o *status-quo*, a pedra de toque do Cenário Internacional. Wohlforth (2011) postula que a obra de Gilpin (1981) está correta em relação a não centralidade do mecanismo de equilíbrio de poder para definir os acontecimentos da vida internacional, possuindo, portanto, papel secundário ou terciário para explicar os limites da expansão hegemônica. Para Gilpin (1981), fatores como barreiras naturais, perda de força gradativa dos Estados, limites econômicos e tecnológicos, bem como instituições domésticas, são mais centrais para que uma hegemonia não ascenda que a lógica do equilíbrio de poder.

Outra obra que foge, de certa forma, de algumas das principais conclusões do neorrealismo de Waltz (1979), é a de John Mearsheimer, que também se apresenta como neorrealista, mas que segundo Wohlforth (2011, pp.500-501, tradução nossa), assim como outras investidas neorrealistas mais recentes, "continua se desenvolvendo na sombra de Waltz". O chamado realismo ofensivo de John Mearsheimer desafia as ideias de equilíbrio de poder ou busca por uma quantidade limitada de poder por parte dos Estados, base importante da argumentação de Waltz (1979).

Em um artigo sobre o Neorrealismo nas relações internacionais, Mearsheimer (2013) diferencia o que chama de realismo defensivo, que associa a Waltz (1979), de seu realismo ofensivo. Seguindo a tradição neorrealista, Mearsheimer (2013) afirma que o neorrealismo entende que a natureza humana não é a responsável pelos Estados buscarem poder e sim a estrutura anárquica do sistema internacional. Nesta argumentação seria, para o autor, prudente que os Estados buscassem ser poderosos o suficiente para sua autoproteção, uma vez que não há autoridade superior para garantir a segurança dos atores. Contudo, a grande questão que divide neorrealistas é quanto poder é suficiente.

Mearsheimer (2013) entende que para realistas defensivos como Waltz (1979), não é inteligente para os Estados buscar maximizar seu poder, uma vez que o Sistema, de forma automática, puniria aqueles que buscassem poder demais através do mecanismo do equilíbrio de poder. Nesta lógica, buscar hegemonia seria obra de extrema imprudência. Por outro lado, Mearsheimer (2001) como realista ofensivo, enxerga de forma diferente a quantidade de poder que um Estado pode ou deve acumular. Seria, então, uma boa estratégia para Estados poderosos, buscar quanto poder fossem capazes, e se possível a hegemonia. Para o autor, ter poder esmagador é a melhor maneira de garantir sua sobrevivência. Entretanto, vale mencionar, o autor também não apresenta uma perspectiva de mudança da ordem, uma vez que entende que os Estados mais poderosos, ou seja, aqueles que se beneficiam com a ordem, devem buscar ainda mais poder para não serem desafiados a ponto de haver uma alteração do *status-quo* (MEARSHEIMER, 2013).

Para além de Mearsheimer (2001), e até mesmo antes de seu posicionamento como um neorrealista ofensivo, Stephen Walt (1985;1987) desenvolve uma teoria baseada no mecanismo de equilíbrio de poder de Waltz (1979), o chamado equilíbrio de ameaças. Tais ameaças, segundo o autor, seriam medidas de acordo com a percepção dos Estados em relação a outros Estados e entrariam no cálculo quatro elementos que ajudam a definir esta percepção de ameaça: poder agregado, proximidade geográfica, capacidades ofensivas e intenções agressivas (WALT, 1987).

Em seu artigo de 1985, Walt entende que o motivo mais comum para a formação de alianças é a resposta à uma ameaça. Esta aliança pode ter o formato de *balancing*, quando o(s) Estado(s) se posiciona(m) contra o(s) Estado(s) que representa(m) a ameaça, ou *bandwagoning*, quando o(s) Estado(s) se alia(m) com o(s) Estado(s) que representa(m) a ameaça[12].

> [...] se o *balancing* é mais comum do que o *bandwagoning*, então os Estados são mais seguros porque os agressores enfrentarão oposição combinada. Os Estados de *status-quo* devem, portanto, evitar provocar coalizões contrárias, evitando as ameaças de políticas externas e de defesa. Mas se *bandwagoning* é a tendência dominante, então a segurança é escassa porque a agressão é recompensada (WALT, 1985, p. 4, tradução nossa).

[12] Vale destacar a diferença para Walt (1985) e Waltz (1979) entre as definições de *balancing* e *bandwagoning* como faz Schweller em seu texto de 1994.Para Waltz (1979) *balancing* é o movimento de o Estado se aliar a coalizão mais fraca, enquanto *bandwagoning* é o movimento de o Estado se aliar a coalização mais forte. Contudo, para Walt (1985), *balancing* é o movimento de se aliar a coalizão contrária à ameaça, enquanto o *bandwagoning* é o movimento de se aliar a coalizão que representa a ameaça. O que iguala Walt e Waltz sobre os comportamentos de *balancing* e *bandgawoning* é o fato de serem, em cada argumentação, um o oposto do outro (SCHWELLER, 1994).

Construindo seu argumento, o autor afirma que a ideia de que Estados buscam se aliar para evitar dominação dos mais fortes e garantir sua segurança e, com isso, sua sobrevivência, está na base da teoria neorrealista do equilíbrio de poder. Desta forma, para Walt (1985) os Estados escolheriam fazer *balancing* por dois motivos: primeiro pois os Estados colocam sua existência em risco se não controlarem um poder ascendente antes que ele se torne forte demais, e segundo pois unir-se ao lado mais fraco, e não ao mais forte, aumenta a influência do Estado sobre os demais.

Sobre o comportamento de *bandwagoning*, por outro lado, o autor afirma que, muitos são os Estados atraídos pela força. Quanto mais forte e poderoso um Estado ou grupo de Estados for, mais provável será atrair aliados. Para Walt (1985) dois motivos explicam o movimento de *bandwagoning* na política internacional: primeiro, a atuação dos Estados como forma de apaziguamento, ou seja, para evitar um ataque contra si próprio; e segundo, para compartilhar com o lado mais forte e dominante, os ganhos da vitória.

Grande crítico do pensamento neorrealista do equilíbrio de ameaças de Walt (1985), Schweller (1994), como já mencionado, afirma que é problemático, para o autor, olhar o Sistema Internacional e a ordem apenas pela perspectiva dos Estados satisfeitos com esta. Contudo, as críticas de Schweller (1994) não se restringem a este único ponto. Segundo o autor, o principal questionamento sobre a obra de Walt (1985) está na sua compreensão de que o comportamento de *balancing* é mais comum que o de *bandwagoning*. Também, afirma Schweller (1994), as alianças são formadas na política internacional não só como forma de buscar segurança para os Estados, como postula a teoria de equilíbrio de ameaças, mas também são motivadas por oportunidades de ganhos, como admitido por Walt (1985), ou por medo. O que sugere o autor sobre a obra de Walt (1985) em relação ao equilíbrio de ameaças é que se deve analisar a formação de alianças sem a restrição neorrealista da segurança, destacando a questão dos ganhos que um Estado vislumbra ao fazer parte de uma.

Entretanto, mais recentemente, Walt (2018) escreveu um artigo sobre os riscos de uma guerra entre Estados Unidos e China. No artigo, Walt tenta compreender o futuro das relações entre China e EUA. Em primeiro cenário otimista, a probabilidade é de maior estabilidade na Ásia Pacífico e aumento de cooperação internacional em várias áreas; no segundo, mais pessimista, o risco de guerra é aumentado devido a competição não só por segurança, mas também por ganhos.

Walt (2018) afirma que acadêmicos neorrealistas entendem que grandes mudanças no equilíbrio de poder ou no equilíbrio de ameaças são perigosas em um sistema anárquico, mais ainda quando um Estado em ascensão – ou reascensão como com a China – está se aproximando muito rapidamente de um Estado de *status-quo*. Esta configuração aumenta o risco de conflito de largas proporções entre grandes potências, trazendo instabilidade para o Cenário Internacional. Assim, afirma Walt (2018) embasado pela corrente realista, haverá crescimento de desconfianças entre os dois atores, o que levará ao aumento de competição por influência e por aliados além de um aumentado risco de guerra (WALT, 2018).

Walt (2018) se questiona sobre porque mudanças no equilíbrio de poder de grandes proporções tornam a competição e a guerra mais prováveis. Para ele, o realismo identifica quatro causas :primeiro, porque Estados em ascensão desafiam a ordem para aumentar sua segurança ou aumentar seus ganhos; segundo por que tentativas de alterar o *status-quo* aumentam a percepção negativa de um Estado sobre o outro; terceiro por que grandes mudanças no equilíbrio de poder encorajam os Estados a buscarem guerras preventivas ou oportunistas; e por fim, por que alterações no equilíbrio de poder levam a interpretações equivocadas sobre o que está ocorrendo.

Contudo, apesar de trazer uma perspectiva de ganhos por parte dos revisionistas, o autor, mais uma vez, parece adotar uma perspectiva dos Estados satisfeitos com o *status-quo* que procuram estabilidade e segurança. Realistas neoclássicos como Schweller (1994), entendem que os Estados revisionistas estarão dispostos a colocar sua segurança em risco para alcançar ganhos, algo que não foi inteiramente compreendido pelos realistas estruturais que enxergam o objetivo final dos Estados como a segurança, uma vez que a ordem está a seu favor.

Ao apresentar de forma resumida a percepção sobre política internacional e a interpretação da atuação dos Estados no sistema internacional anárquico por parte dos realistas estruturais ou neorrealistas, nota-se que apesar das diversas críticas que recebem – em especial Waltz (1979) – é possível como em Gilpin (1981), como interpretou Wohlforth (2011), e Walt (2018) reconhecer a necessidade de enxergar tipos distintos de comportamentos de Estados no Sistema Internacional, abrindo espaço para que as potências revisionistas sejam também analisadas com motivações distintas, em alguns casos contrárias, às das potências de *status-quo*, como argumenta Schweller (1994). Para isso, é necessário voltar a olhar para dentro dos Estados, algo que realistas neoclássicos procuram fazer, como será apresentado na próxima seção.

1.4 **Realismo(s) Neoclássico(s)**

A corrente realista neoclássica é um braço da tradição realista das Relações Internacionais que, assim como o realismo clássico e o realismo estrutural, procura compreender a realidade da política internacional através da análise do poder como moeda de troca, e das relações normalmente conflituosas entre Estados. O que difere o realismo neoclássico das correntes antecessoras fundamentais para construir o realismo político para pensar as Relações Internacionais é o fato de buscar analisar o comportamento dos Estados na política internacional através do estudo do nível interno, ou doméstico, e do nível externo, ou internacional. Contudo, o realismo neoclássico não deve ser pensado apenas como uma teoria de política externa – focada em explicar o comportamento dos Estados no sistema – uma vez que vem buscando tonar-se também uma teoria sobre política internacional que investiga as tendências e padrões deste mesmo Sistema, mas sem dispensar as particularidades dos atores (DAWOOD, 2016).

Nesta seção, apesar de admitirmos a centralidade das obras de Rose (1998), Christensen (1996), Wohlforth (1993) e Zakaria (1998), como apresenta Dawood (2016), nossa escolha é por enfatizar os trabalhos seminais de Schweller (1994;1998) e a obra de Ripsman, Taliaferro e Lobell (2016), todos posicionados no espectro neoclássico da tradição realista da política internacional. A escolha por Schweller se dá pelo tratamento do autor à questão de potências revisionistas. Já Ripsman, Taliaferro e Lobell foram escolhidos pela sofisticação da teoria que apresentam no livro de 2016 e que procura, através da combinação de elementos do realismo clássico e do neorrealismo, levando em consideração variáveis e modificadores internos e internacionais, analisar acontecimentos das relações internacionais.

1.4.1 Randall Schweller

As duas principais obras de Randall Schweller abordadas nesta seção, são seu artigo de 1994, *"Bandwagoning for Profit: Bringing the Revisionist State Back In*" que já foi mencionado em várias ocasiões nas seções anteriores, assim como seu livro de 1998 "*Deadly Imbalances: Tripolarity and Hitler's Strategy of World Conquest*". A primeira obra nos interessa não só pelas críticas que o autor traz aos realistas estruturais, como apresentado na seção 1.3, ou pela recuperação clássica do termo central de seu trabalho a

‘potência revisionista’, mas por toda a análise que o autor apresenta sobre o comportamento deste tipo de ator na política internacional, algo negligenciado pela corrente do realismo estrutural por diversos anos, como postula Schweller. A segunda obra é central para este trabalho uma vez que apresenta uma classificação dos Estados, através de uma tipificação animal, mais completa que na obra de 1994, para caracterizá-los quanto a sua graduação em relação a satisfação ou insatisfação com o *status-quo*.

Em um artigo de 1997, “*A tale of two Realisms: expanding the institutions debate*” de Schweller e Priess, os autores afirmam que apesar dos esforços de uma potência hegemônica, Estados revisionistas vão emergir e podem contestar a ordem vigente, utilizando-se da argumentação gilpiniana, “um crescimento desigual de poder entre Estados leva a guerras hegemônicas devido a alteração de custos e benefícios da expansão territorial, política e econômica para as potências ascendentes insatisfeitas” (GILPIN, 1981 apud SCHWELLER; PRIESS, 1997, p. 13, tradução nossa). Os autores também afirmam que nem todas as potências ascendentes questionam o *status-quo*.

A característica revisionista não é derivada apenas da distribuição interna de capacidades; um Estado se torna revisionista quando “há uma discrepância entre sua performance atual e sua satisfação” (SCHWELLER; PRIESS, 1997, p. 13, tradução nossa). Esta argumentação é ricamente retratada no livro de 1998, mas antes de apresentá-la, cabe primeiro trazer a argumentação do artigo de 1994 e a centralidade da ferramenta de *bandwagoning* para os Estados insatisfeitos com a ordem.

No artigo de 1994, Schweller, além de fazer um debate direto com o Walt (1987), neorrealista, sobre o seu ‘equilíbrio de ameaças’ como mencionado na seção anterior, propõe uma teoria de alianças alternativa, o ‘equilíbrio de interesses’. Também, Schweller (1994) entende que neorrealistas como Waltz (1979) e Walt (1987) classificaram *bandwagoning* de forma muito superficial e restrita. Para ele:

> [n]a prática, no entanto, os Estados têm razões muito diferentes para escolher o equilíbrio ou o *bandwagoning*. O objetivo do equilíbrio é a autopreservação e a proteção dos valores já possuídos, enquanto o objetivo do *bandwagoning* é geralmente a auto-extensão: obter valores cobiçados. Simplificando, o equilíbrio é impulsionado pelo desejo de evitar perdas; *bandwagoning* pela oportunidade de ganho (SCHWELLER 1994, p. 74, tradução nossa).

O autor enxerga outros motivos para os Estados fazerem *bandwagoning* além de ameaças externas, como faz Walt (1985), como o fato de Estados revisionistas buscarem não apenas preservar sua posição no Cenário Internacional, mas também melhorá-la. Para isso, não basta apenas garantir que os outros Estados não ganhem mais em relação a eles;

eles precisam ganhar mais em relação aos outros também. Assim, potências revisionistas buscam uma nova ordem, e Estados insatisfeitos com o *status-quo* acabam se juntando a elas (SCHWELLER, 1994).

Schweller (1994) admite, através de uma série de exemplos históricos, que Estados não fazem *bandwagoning* apenas em resposta a ameaças, mas o fazem também por incentivos positivos, como ganhos, por exemplo. A primeira resposta do autor sobre o porquê Estados fazerem *bandwagoning*, é que tal dinâmica costuma mudar o sistema, enquanto, por outro lado, o comportamento de equilíbrio ou *balancing* é uma maneira de prevenir desequilíbrio ou restaurar o equilíbrio. Neste sentido, os efeitos do *bandwagoning* nem sempre são indesejados. Dependerá exclusivamente do tipo de ordem que está estabelecida. Se a ordem for caracterizada por conflito, o resultado do *bandwagoning* pode ser o estabelecimento de paz mais duradoura (SCHWELLER, 1994).

Para esclarecer os diferentes resultados de um mecanismo de *bandwagoning*, Schweller (1994) apresenta alguns tipos de *bandwagoning* como o '*bandwagoning* chacal' (ou '*jackal*' no original); o '*bandwagoning* de acumulação' (ou *'piling on'* no original); o *bandwagoning* 'onda do futuro' (ou *'wave of the future'* no original); e o *bandwagonin*g de contágio ou do efeito dominó (ou *'the contagion or domino effect'* no original). O que todas as formas de *bandwagoning* tem em comum, segundo o autor, é que são motivados pela possibilidade de ganhos.[13]

Enquanto buscar o movimento de equilíbrio costuma ser extremamente caro, mas certos Estados se sentem na obrigação de fazê-lo para manter seus valores, o *bandwagoning* normalmente não envolve custos e é feito com a expectativa de ser revertido em ganho. Portanto, afirma o autor, esse é o motivo para o *bandwagoning* ser mais comum do que Walt (1985) e Waltz (1979) imaginam em suas respectivas obras.

[13] Ao apresentar os diferentes tipos de *bandwagoning*, Schweller (1994) classifica o 'chacal' como quando há um forte Estado revisionista da ordem que atrai outros Estados revisionistas, formando uma forte coalizão revisionista oportunista cujo principal objetivo é ter ganhos/lucros. Normalmente fazem *bandwagoning* para compartilhar entre si os espólios (como território mas também segurança) da vitória que buscam frente os defensores do *status-quo*. O *bandwagoning* de acumulação acontece, segundo o autor, quando o resultado da guerra já está claro e os Estados fazem *bandwagoning* com o Estado vitorioso para adquirir sua parte de ganhos. Assim o *bandwagoning* de acumulação, é idêntico ao chacal, mas acontece depois do final da guerra. O *bandwagoning* onda do futuro ocorre quando os Estados fazem *bandwagoning* para se aliar ao lado que consideram mais forte pois acreditam que ele representa o futuro, como no caso de vários países menos desenvolvidos que, durante a Guerra Fria se associaram ao comunismo pois entendiam que este representava o futuro lado vencedor. Por fim, o *bandwagoning* de contágio ou do efeito dominó faz com que os Estados façam *bandwagoning* motivados por uma força externa que leva à uma reação em cadeia.

A teoria do equilíbrio de interesses de Schweller funciona no nível do sistema e no nível das unidades. No nível das unidades procura analisar quanto um Estado está propenso a pagar para defender seus valores em relação a quanto está propenso a pagar para aumentar os mesmos. Já no nível do sistema, busca compreender o tamanho da força relativa das potências de *status-quo* frente a força relativa dos Estados revisionistas. Sobre o equilíbrio de interesse em seu texto de 1994, Schweller faz um ensaio sobre como este funciona no nível das unidades e do sistema, usando a tipologia de leões, cordeiros, chacais e lobos, algo que irá aprofundar no livro de 1998.

O livro seminal de Randall Schweller, publicado em 1998, traz uma reinterpretação das origens da Segunda Guerra Mundial, e faz previsões sobre o equilíbrio de poder. Para tal, o autor divide as grandes potências de acordo com suas capacidades relativas, e não apenas de acordo com a quantidade de grandes potências existentes no cenário internacional. Também, os Estados são divididos entre "forte apoio ao *status-quo*; apoio ao *status-quo*/aceitação de revisão limitada; indiferença; revisionismo com objetivos limitados; revisionismo com objetivos ilimitados" (SCHWELLER, 1998, pp. 24-26, tradução nossa).

Uma potência revisionista segundo Randall Schweller (1998, p. 46, tradução nossa) abrangeria "Estados que buscam aumentar seus recursos e para quem os ganhos de uma expansão insegura excedem os custos da Guerra", enquanto a definição de uma potência de *status-quo* seria a de "Estados que buscam apenas manter seus recursos e para quem os custos da Guerra excedem os ganhos de uma expansão insegura". Partindo destas definições, o autor aprofunda conceito de equilíbrio de interesses, já apresentado no artigo de 1994.

Schweller elabora uma tipologia de acordo com o equilíbrio de interesses que tem como objetivo analisar o comportamento de diferentes potências (pequenas, médias e grandes) e se divide em nove tipos (leões, corujas, falcões, pombas, cordeiros, avestruzes, raposas, chacais e lobos) sejam eles compatíveis com apoio, indiferença ou revisão do *status-quo*, com suas particularidades e intensidades (SCHWELLER, 1998).

A tipologia de Schweller (1998), formada por diferentes animais, procura distinguir os Estados baseados em seus interesses, capacidades e atuações no sistema internacional. Os leões, por exemplo, são grandes potências que estão dispostas a pagar altos custos para proteger o que já possuem, e um preço pequeno para expandir o que já tem. Ou seja, agem de maneira defensiva para maximizar sua segurança e, com isso, sua autopreservação. Poderão, portanto, pagar caro para manter e proteger a ordem

internacional e precisam ter força suficiente para espantar as potências revisionistas poderosas (lobos).

Corujas e falcões são potências menores e/ou Estados intermediários que apoiam fortemente o *status-quo*, mas não tem poder militar suficiente para individualmente defender a ordem frente ao(s) Estado(s) revisionista(s) mais poderoso(s). Eles compreendem que apenas uma força superior (a eles) pode deter a ameaça. A diferença entre falcões e corujas é que corujas percebem ameaças reais, enquanto falcões percebem ameaças imaginadas ou inventadas, levando-os a conflitos desnecessários com Estados que postulam apenas pequenas alterações na ordem. Falcões e corujas agem como apoiadores dos leões quando há uma coalizão a favor do equilíbrio e da manutenção do *status-quo*; quando não há um leão, mas se forem muitos, corujas e falcões podem formar uma aliança para tentar conter a ameaça revisionista.

Avestruzes são grandes potências ou potenciais grandes potências que se comportam como Estados fracos, insignificantes para a manutenção ou alteração da ordem. Possuem capacidade de impor seus desejos no sistema, mas preferem não fazê-lo, gastando apenas o necessário para garantir sua autonomia. Já as pombas são Estados pró-*status-quo*, de caráter defensivo, que aceitam pequenas mudanças que enxergam como legítimas por parte de Estados revisionistas, uma vez que seus objetivos são manter a paz e as características básicas da ordem como ela se apresenta.

Cordeiros são Estados que estão dispostos a pagar apenas custos baixos para defender ou aumentar seus valores. São Estados fracos, com poucas capacidades relativas, com imagens de presas no Sistema Internacional, uma vez que possuem diversos problemas internos para serem solucionados. Falta de legitimidade das instituições e conflitos ideológicos no âmbito do Estado são alguns exemplos. Cordeiros, por serem Estados fracos, normalmente fazem *bandwagoning* não pelos ganhos, mas para fugir de ameaças, para seguir o Estado que imaginam representar o futuro, ou ainda devido a um efeito dominó (ver pé de página 13).

Raposas são potências revisionistas com objetivos limitados que se utilizam de habilidade para conseguir ganhos frente aos seus rivais. Fingem indiferença ao *status-quo* com o objetivo de manter ganhos. Para isso, muitas vezes, se posicionam a favor de conflitos entre outros Estados, procurando ter um papel onde consigam angariar o máximo possível de ganhos. Por outro lado, chacais são Estados (e não potências) revisionistas com objetivos limitados, insatisfeitos com a ordem, mas que são muito fracos para possuírem objetivos ilimitados de alteração desta. Podem também não ser

completamente insatisfeitos com o seu lugar no sistema, mas isso apenas reforça sua condição de Estado fraco. São contrários aos riscos, mas agem de forma oportunista quanto à expansão de seus ganhos, seguindo tanto leões (pró-ordem) quanto lobos (pró-mudança), desde que garantam seus ganhos no final.

Por fim, lobos são Estados predatórios com objetivos ilimitados. São potências revolucionárias que enxergam a ordem atual como opressora, valorizando mais o que buscam que aquilo que já tem. Portanto, estão dispostos a enfrentar riscos para melhorar sua condição no sistema, sem temer as perdas que esse tipo de comportamento pode trazer. Segundo Schweller (1998), normalmente a motivação dos lobos é ofensiva, mas pode ser defensiva, uma vez que a ordem tal como se apresenta, pode ser percebida pelos lobos como uma ameaça a sua existência. Contudo, diferente dos outros Estados que também se sentem ameaçados, Schweller (1998), citando Kissinger (1957) ao falar sobre Estados revolucionários, afirma que a única forma de lobos se sentirem seguros é através da completa eliminação de seus oponentes.

Ao apresentar o equilíbrio de interesses dentro do nível das unidades, o autor procura, através da tipologia que desenvolve, analisar os diferentes tipos de atores no Cenário Internacional e como eles se comportam frente ao *status-quo* e a uma possível mudança deste, levando em consideração as características intrínsecas de cada tipo de unidade. Também, Schweller (1998) procura compreender como esses tipos ideais se posicionam no nível sistêmico. O autor postula que mais importante que a distribuição de capacidades para determinar a estabilidade sistêmica, o que importa é como cada uma dessas capacidades é utilizada e qual objetivo têm por trás, algo que depende exclusivamente do tipo de Estado (leões, lobos, chacais, avestruzes etc) e como este usa cada capacidade ou influência.

> Em outras palavras, a estabilidade do sistema é uma função do equilíbrio entre as forças revisionistas e conservadoras. Quando os Estados de *status-quo* são muito mais poderosos do que os Estados revisionistas, o sistema será estável. Quando um Estado ou coalizão revisionista é mais poderoso que os defensores do *status-quo*, o sistema acabará sofrendo mudanças - apenas as questões de quando, como e para quem está a vantagem permanecem indecisas (SCHWELLER, 1998, p.69, tradução nossa).

Ao diferenciar os tipos de Estados, seus objetivos, motivações, interesses e capacidades, bem como a possibilidade de agirem a favor da manutenção ou da mudança da ordem, Schweller (1994;1998) apresenta a Política Internacional de maneira mais complexa e profunda, principalmente quando as motivações internas dos Estados são levadas em consideração. Desta forma, ao trazer o Estado revisionista novamente para o

debate, retomando discussões já iniciadas com os realistas clássicos, o autor torna possível uma avaliação mais interessante e possivelmente mais cuidadosa e precisa das relações internacionais.

1.4.2 Norrin M. Ripsman, Jeffrey W. Taliaferro, Steven E. Lobell

O livro de Ripsman, Taliaferro e Lobell (2016) apresenta a teoria do realismo neoclássico para política internacional e seus principais avanços em relação a outras teorias, incluindo o realismo estrutural, levando em consideração a interconexão indispensável do nível doméstico e do internacional para compreender o sistema e o comportamento estatal.

Apresentando o que acreditam ser o ponto fraco das demais correntes das Relações Internacionais, os autores afirmam que o que o realismo neoclássico faz é ir além das teorias de nível interno e das de nível sistêmico, uma vez que ambas, isoladas, são insuficientes para explicar de forma mais ampla os casos de política internacional. Combinando variáveis internas e externas, os autores afirmam que o realismo neoclássico constrói suas hipóteses baseado nas correntes antecedentes, criando uma abordagem unificada para a teoria (RIPSMAN, TALIAFERRO, LOBELL,2016,).

Compreendendo que o realismo neoclássico é uma extensão lógica da tradição realista, sendo uma alternativa ao construtivismo e ao liberalismo, seu principal papel é consertar as falhas do neorrealismo, origem do pensamento neoclássico. Para os autores, é possível compreender explicações sobre resultados de política externa criando certo modelo de comportamento estatal derivado de premissas de resultados internacionais. O realismo neoclássico também compreende que os Estados formam sua política externa de acordo com as pressões e oportunidades do sistema, mas rejeita a lógica de respostas mecânicas e automáticas da teoria sistêmica de equilíbrio de poder de Waltz (1979), trazendo de volta o doméstico para a análise (RIPSMAN, TALIAFERRO, LOBELL,2016).

Para os autores, as limitações da teoria neorrealista estão no fato de não levarem em consideração: a percepção dos líderes dos principais Estados no cenário internacional, a falta de clareza dos sinais sistêmicos, a racionalidade – ou falta dela – dos *policymakers* e das elites, e a mobilização de recursos domésticos. Ao fixar sua análise apenas nos acontecimentos externos das relações internacionais, os neorrealistas se furtam de

compreender como as variáveis internas dos Estados refletem seu comportamento externo, o que torna a teoria superficial.

Para ultrapassar as falhas do realismo estrutural, combinando abordagens sistêmica e doméstica e para vencer as limitações apresentadas, os autores apresentam duas variedades de realismo neoclássico. Enquanto o primeiro tipo entende que na maioria das vezes o equilíbrio vai acontecer de maneira automática (realismo estrutural) e o realismo neoclássico precisará interferir apenas para explicar casos raros de desvio (como interpretação equivocada do líder ou constrangimentos políticos/econômicos internos), o segundo entende que o realismo neoclássico pode explicar uma gama de comportamento de política externa mais que apenas anomalias. (RIPSMAN, TALIAFERRO, LOBELL,2016).

Contudo, a obra de Ripsman, Taliaferro e Lobell (2016) se dedica a um terceiro tipo de realismo neoclássico, com variáveis específicas: as independentes (sistema internacional e seus estímulos), intervenientes (imagem do líder; cultura estratégica; relações Estado-sociedade; estrutura das instituições domésticas) e dependentes (respostas da interação entre sistema e doméstico). Os autores afirmam que a teoria neoclássica que propõem tem maior poder explicativo que as teorias que dão ênfase a questões internas (como liberalismo e construtivismo) e a teoria sistêmica do realismo estrutural, pois levam em consideração ambos os níveis de análise.

Para explicar o que chamam de Tipo III da teoria realista neoclássica, os autores apresentam e caracterizam o sistema internacional e seus estímulos como variável independente, classificando o realismo neoclássico como uma teoria estadocêntrica, apesar de considerar a existência de outros atores. Também são apresentados os conceitos de modificadores estruturais que vão impactar no comportamento de certos Estados de maneira uniforme ou não, e consequentemente na estrutura. Tais modificadores estruturais podem ser a geografia, a taxa de difusão da tecnologia, e o equilíbrio ofensivo-defensivo na tecnologia militar. Esses fatores, para os autores, podem modificar os efeitos da estrutura sistêmica, ou seja, da anarquia internacional e da distribuição das capacidades (que tornam o sistema multipolar ou bipolar, na concepção de Waltz), apesar de não serem fatores estruturais. Essas modificações podem ocorrer principalmente em relação aos comportamentos externos das unidades, ou seja, como os Estados passam a interagir uns com os outros. Ainda são indicadas as variáveis ‘clareza’ dos sinais do sistema e permissividade e restrição dos ambientes estratégicos dos Estados, o que ajudaria a explicar a variável independente dos autores.

A variável sistémica sobre clareza dos sinais tem três componentes básicos: a velocidade em que ameaças e oportunidades podem ser diferenciadas umas das outras; se o sistema informa o horizonte temporal de ameaças ou oportunidades; e se as opções ótimas se destacam ou não. Sobre o primeiro elemento, ameaças claras são Estados revisionistas ou hostis sobre os principais interesses ou territórios dos demais, com capacidades econômicas e militares que possam fazer mal a outros Estados e o senso de eminência do uso dessas capacidades contra outros. Já as oportunidades claras são evidências de que as capacidades relativas sejam utilizadas em prol do Estado que as observa, evidências de que outros Estados não podem ou não irão resistir a ação do Estado em questão, e evidências ainda de que a balança das capacidades está favorável ao Estado em questão. O segundo elemento é o horizonte temporal sempre muito difícil de estimar uma vez que é necessário saber as capacidades e intenções dos outros Estados, principalmente os adversários. Para os autores, o último elemento – se as opções de respostas políticas ótimas estão destacadas – é raro, uma vez que normalmente o sistema não provê claramente as opções ótimas de atuação para os Estados (RIPSMAN; TALIAFERRO; LOBELL, 2016).

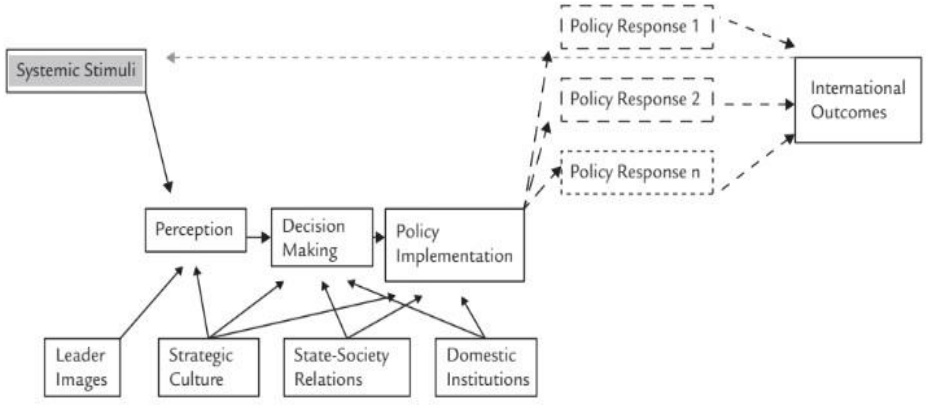
Por fim, sobre a variável permissividade e restrição dos ambientes estratégicos dos Estados, os autores afirmam que diferente da variável clareza que versa sobre informação, tal variável trata do conteúdo da informação, ou seja, o tamanho das ameaças e das oportunidades que os Estados devem enfrentar. Quanto mais eminente a ameaça ou a oportunidade e quanto mais perigosa a ameaça ou quanto mais atraente a oportunidade, mais restrito é o ambiente estratégico para o Estado atuar. Por outro lado, quanto mais distante a ameaça ou a oportunidade e quanto menos intensas forem, mais permissivo é o ambiente estratégico para a atuação do Estado (RIPSMAN; TALIAFERRO; LOBELL, 2016).

Sobre as variáveis intervenientes, os autores apresentam quatro, baseadas no nível das unidades, representando constrangimentos que os atores podem sofrer no doméstico e como isso pode respingar na forma como interagem no sistema. As variáveis intervenientes apresentadas são a imagem do líder, ou seja, sua percepção sobre os outros Estados e o sistema; a cultura estratégica de um país que pode influenciar a maneira como se adapta aos estímulos do sistema; as relações Estado-sociedade, ou seja, o nível de harmonia entre as instituições centrais do Estado e a forma como a sociedade se porta principalmente em relação à política externa; e a estrutura das instituições domésticas e como se comportam em relação ao externo e a formação de política para tal. Tais

variáveis, identificadas pelo realismo neoclássico, medem o impacto que questões de processo interno podem ter no sistema e como o sistema, aliado a tais variáveis que são interdependentes, pode afetar a percepção por parte dos Estados, a tomada de decisão pelas elites, e a implementação das políticas por parte das mesmas. (RIPSMAN, TALIAFERRO, LOBELL,2016)

Por fim, as variáveis dependentes são apresentadas como as respostas da interação entre os estímulos sistêmicos e as variáveis domésticas dos Estados, resultando em respostas políticas que levam a um resultado internacional. Os autores compreendem, portanto, que esta resposta internacional gerada pela interação do sistêmico com o doméstico em curto, médio e longo prazos podem alterar o sistema de formas distintas. A teoria Tipo III do realismo neoclássico conseguiria explicar ações de curto prazo dos Estados para responder a certos desafios e oportunidades do Sistema. Em médio prazo, conseguiria explicar processos políticos de grande estratégia dos Estados. E em longo prazo, poderia explicar mudanças na natureza do sistema internacional. Cada variável interveniente ajudaria a explicar um ou mais períodos (RIPSMAN, TALIAFERRO, LOBELL,2016).Na Figura 6 há uma reprodução do esquema do Realismo Neoclássico do Tipo III de Ripsman, Taliaferro e Lobell (2016).

Figura 6 - Realismo Neoclássico do Tipo III de Ripsman, Taliaferro e Lobell (2016).



Fonte: Ripsman, Taliaferro e Lobell (2016, p. 34).

Com uma abordagem mais complexa e ampla que envolve os níveis doméstico e externo, além das diversas variáveis que podem influenciar tanto um quanto outro em curto, médio e longo prazos, incluindo fatores como percepção, imagem do líder, clareza dos sinais sistêmicos, restrições de atuação no sistema e outros, a obra de Ripsman, Taliaferro e Lobell (2016) nos ajuda a compreender como uma resposta de um Estado ao

sistema e a outros Estados acontece. Apesar de estar centrado no Estado e não poder analisar profundamente atores não estatais, a teoria neoclássica do Tipo III é bastante inclusiva também para analisar potências desafiadoras da ordem, uma vez que leva em consideração variáveis que cabem também a este tipo de ator.

Por mais que a temática não seja abordada diretamente nesta revisão sobre a obra, ao levar em consideração as variáveis – independente, distribuição das capacidades e consequente posição dos Estados no Sistema Internacional, intervenientes, como a percepção dos líderes, e dependente, como a postura revisionista de um Estado – é possível analisar o posicionamento de um ator que questiona a ordem.

No quadro abaixo procuramos apresentar de maneira gráfica as variáveis independentes, intervenientes e dependentes que caracterizam o Realismo Neoclássico de Tipo III da obra de Ripsman, Taliaferro e Lobell (2016). Conforme apresentado na Tabela 1, as variáveis independentes estão estritamente associadas ao sistema internacional quanto a sua clareza de ameaças e oportunidades e sua permissividade ou restrição de ação dos Estados, enquanto as variáveis intervenientes estão associadas a fatores domésticos que implicam diretamente nas variáveis dependentes, ou seja, a variedade de respostas entre as interações de estímulos sistêmicos e domésticos de curto, medio ou longo prazo. Por fim, as variáveis dependentes são os resultados das interações entre as variáveis anteriores.

Tabela 1 - Resumo do quadro metodológico do Realismo Neoclássico Tipo III de Ripsman, Taliaferro e Lobell (2016)

Variáveis independentes (Sistêmicas)	Variáveis intervenientes (Domésticas)	Variáveis dependentes (Resultados)
Sistema Internacional interestatal	Imagem do líder	Resposta da interação entre estímulos sistêmicos e variáveis domésticas em curto, médio ou longo prazo.
Clareza dos sinais de ameaças e oportunidades no sistema	Cultura estratégica de um país	Ações de curto prazo: resposta a desafios e oportunidades do sistema
Permissividade e restrição dos ambientes estratégicos dos Estados no Sistema	Relações Estado-sociedade	Ações de Médio prazo: processos políticos de grande estratégia dos Estados
	Estrutura das instituições domésticas	Ações de longo prazo: mudanças na natureza do sistema internacional

Elaboração própria baseada em Ripsman, Taliaferro e Lobell (2016)

1.5 **Potência Revisionista versus Potência de *status-quo***

Para além da revisão de alguns dos principais autores da corrente Realista das Relações Internacionais, passando por clássicos, neorrealistas e neoclássicos, para fazer a aplicação do conceito de potência revisionista, procuramos criar uma tabela que opõe Potência Revisionista e Potência de *status-quo* sobre certos parâmetros. Em grande medida, a tabela foi criada a partir da leitura dos autores supracitados, e como a maioria deles enxergava o posicionamento do Estados em relação a estes dois comportamentos na política internacional. Desta forma, é possível não só resumir tais posturas como também aplicá-las ao nosso objeto de estudo com o intuito de compreender a postura chinesa frente ao Mar do Sul da China e a potência extrarregional, os Estados Unidos, levando em consideração a ideia do tipo ideal, trazido como metodologia na introdução desta tese.

Vale destacar que, para efeitos deste trabalho, os parâmetros escolhidos para a classificação da postura da China enquanto potência revisionista ou de *status-quo* na região do MSC a partir de conceitos do realismo clássico e neoclássico tem pesos idênticos. Ou seja, cada um dos conceitos apresentados na Tabela 2 para a construção do tipo ideal pensado para esta Tese, tem a mesma importância ou "valor" na elaboração da avaliação a ser construída pelo estudo realizado.

Apesar de a Tabela 2 ser elaborada baseando-se amplamente nos trabalhos de autores alocados nas correntes clássica e neoclássica do realismo político, torna-se importante voltar ao pensamento e argumentação de Walt (2018) sobre a relação de China e Estados Unidos no que diz respeito as caracterizações de potências de *status-quo* e revisionistas, conforme apresentamos no Quadro em questão. Por mais que Walt (2018) mantenha um pensamento embasado em sua ideia de equilíbrio de ameaças, no artigo em questão afirma que mudanças no equilíbrio de poder são alarmantes no Sistema Internacional, cuja principal característica é a anarquia. Citando especificamente o caso da China e dos Estados Unidos sem classificá-los como potências de *status-quo* ou revisionista, afirma que a China vem ascendendo e alcançando de forma rápida o Estado de situação. Balizado pela lógica realista, Walt (2018) prevê aumento de desconfianças, competição e risco de Guerra.

Tabela 2 – Quadro Posicional sobre Potências Revisionista e de *status-quo*

	Parâmetros	Potência Revisionista	Potência de *status-quo*
1	Quanto ao uso da força (CARR,1981 [1946])	Para alterar a ordem (busca por aumentar poder)	Para manter a ordem (busca pela segurança)
2	Quanto à fatia do poder global (CARR,1981 [1946])	Insatisfeito	Satisfeito
3	Quanto à distribuição de territórios, riqueza e poder (SCHUMAN, 1948)	Não ideal	Ideal
4	Quanto ao *status-quo* (SCHUMAN, 1948)	Insatisfeito (humilhado ou oprimido)	Satisfeito (beneficiado)
5	Quanto à percepção sobre a paz no SI (CARR,1981[1946]) (SHCUMAN,1948)	Pró-mudanças e redistribuições (agressivo)	Comprometido com a paz (pacífico)
6	Quanto à capacidade material para alterar a ordem (SCHUMAN,1948)	Grande potência: Sim Pequena potência: Não	N/A
7	Quanto à ideologia de política externa (MORGENTHAU,2003 [1948])	De imperialismo. Sempre necessária. Direito natural	De *status-quo*. Nem sempre necessária. Paz e direito internacional
8	Quanto à postura frente a ordem internacional (KISSINGER, 1957)	Revolucionária (defensiva ou ofensiva)	Legitima (defensiva)
9	Quanto ao equilíbrio de poder (WOLFERS, 1959)	Contrário (pois costuma evitar mudanças), mas sem alternativa pode praticar	A favor (mantém a ordem)
10	Quanto ao objetivo primordial do Estado (SCHWELLER, 1994)	Alteração de *Status-quo* (aumentar poder)	Manutenção do *Status-quo* (manter poder ou aumentar poder para manter *status-quo*)
11	Quanto à disposição em colocar segurança em risco. (SCHWELLER,1994)	Disposto (por ganhos)	Não disposto (objetivo final é segurança)
12	Quanto ao bandwagoning (SCHWELLER,1994)	Válido pela oportunidade de ganhos e auto-extensão	Válido em resposta a ameaças externas
13	Quanto a distribuição de capacidades (RIPSMAN, TALIAFERRO,LOBELL, 2016)	Aumento de capacidades econômicas e militares de maneira rápida e escalonada	Aumento de capacidades econômicas e militares de maneira lenta e não escalonada
14	Quanto a imagem do líder (RIPSMAN, TALIAFERRO,LOBELL, 2016)	Confiante ao aumento de poder relativo do país	Receoso quanto ao aumento do poder relativo do país
15	Quanto a postura regional (RIPSMAN, TALIAFERRO,LOBELL, 2016)	Distinta da postura no Sistema Internacional	Condizente com postura no Sistema Internacional

Fonte: Elaboração Própria

Graham Allison (2017) em seu livro "*Destined for War: Can America and China escape Thucydides's Trap?"* também versa sobre a ascensão, ou reascensão, chinesa no cenário internacional e a forma como os EUA está lidando com esse novo importante ator. Usando um conceito chamado 'armadilha de Tucídides' cunhado pelo próprio autor em 2015, o trabalho procura explicar usando 16 exemplos históricos, como uma potência em ascensão instaura medo em uma potência de *status-quo* e como isso, na maior parte dos casos (12 entre os 16 estudados) leva à guerra. Contudo, é interessante destacar que o estudo não aponta uma tendência para qual lado, em ascensão ou em situação, há maiores possibilidades de vitória.

A armadilha a qual o autor se refere, data do livro 'História da Guerra do Peloponeso' de Tucídides que no século 5 a.C narra a ascensão da cidade-Estado de Atenas frente a uma poderosa e militarizada cidade-Estado de Esparta. O que o autor percebe na narrativa da Guerra do Peloponeso é que ao se tornar mais proeminente em áreas como arquitetura, filosofia, história, democracia e navegação, Atenas passou a desafiar a então dominante Esparta, o que levou a cidade-Estado a iniciar e vencer, mesmo enfraquecida, a guerra contra Atena.

Em sua obra Allison (2017) faz um interessante paralelo entre a armadilha de Tucídides ao longo dos séculos e a atual relação entre China e EUA sem caracterizar nenhum deles como potência de *status-quo* ou revisionista de maneira explicita. O autor se questiona se é possível que os dois atores vençam a armadilha em questão e ao mesmo tempo caracteriza grandes diferenças de postura, mas também impressionantes paralelos entre as duas nações, principalmente na gestão de seus presidentes. Entendemos, nesse sentido, que uma potência em ascensão não é necessariamente uma potência revisionista que busca alterar a ordem, pois deve haver condições para poder fazê-lo, como afirma Schuman (1948), mas também vontade para tal.

1.6 **Considerações Finais**

O objetivo básico deste capítulo foi, em primeira instância, revisitar algumas das obras mais fundamentais da tradição realista das Relações Internacionais, tendo como fio condutor o conceito de potências revisionistas tal qual apresentado inicialmente pelos realistas clássicos, conforme destacou Schweller (1994), e mais tarde aprofundado por realistas neoclássicos. Também, seguindo esta primeira intenção, buscou-se contribuir com a classificação deste conceito, através de um quadro posicional.

Ainda faz parte das motivações e objetivos deste capítulo, fazer uma leitura mais aprofundada das obras de Schweller (1994;1998) bem como de Ripsman, Taliaferro e Lobell (2016), sobre como acomodar variáveis internas e internacionais para melhor analisar o comportamento dos Estados no Cenário Internacional. Contudo, entendemos ser prudente utilizar as contribuições feitas pelos realistas clássicos aqui apresentados sobre Estados insatisfeitos com a ordem. São compatíveis, em nossa percepção, as considerações neoclássicas e clássicas, em suas várias nuances, sobre as potências revisionistas e até mesmo algumas das contribuições estruturais como as de Walt (2018), principalmente no que diz respeito às relações China-Estados Unidos no Mar do Sul da China.

Neste sentido, não só as obras neoclássicas aqui apresentadas, mas também as clássicas, serão fundamentais para a caracterização dos posicionamentos de China e Estados Unidos no Mar do Sul da China. Os trabalhos clássicos, em especial Carr (1946), Morgenthau, (1948), Schuman (1948), Kissinger (1957) e Wolfers (1959) serão centrais para tais conceitualizações.

Por fim, justificamos a escolha do realismo neoclássico, e em especial as obras de Schweller (1994;1998) e Ripsman, Taliaferro e Lobell (2016) por compreendemos que a análise do conflito de atores poderosos e complexos como China e EUA e sua atuação no Mar do Sul da China, uma das várias arenas onde se encontram, não pode ser restritivo quanto a busca de conceitos ou variáveis. Assim como os neoclássicos, entendemos que a postura chinesa e sua atuação no Mar do Sul da China, não pode ser analisada tão somente por suas variáveis internas como mudanças de governo e capacidades.

Por outro lado, é impensável olhar para o chamado ‘gigante em (re)ascensão' apenas por suas posturas sistêmicas em relação aos Estados Unidos ou aos seus vizinhos no Mar do Sul da China. Da mesma forma, não basta analisar as respostas norte americanas para a chegada de uma China cada vez mais poderosa de maneira mecânica, olhando o sistema internacional de forma estéril. Assim como a China, os EUA têm motivações internas que vem alterando sua postura e suas respostas internacionais.

Por tais motivos, reforçamos nosso interesse em investigar as relações entre Estados Unidos e China na região do Mar do Sul da China através do embate entre os satisfeitos e os não satisfeitos com a ordem (CARR, 1946), com o intuito de, através do quadro posicional proposto, compreender a postura da China no Mar do Sul da China, frente aos EUA, uma potência extrarregional sempre muito presente na região, e outros

países, como Filipinas e Vietnã, que estão geograficamente posicionados naquela região e que tem relações diretas com ambos os atores.

Da mesma forma, entendemos que não é suficiente analisar tais atores e suas posições, que tem chamado atenção internacional, no Mar do Sul da China apenas através dos conceitos (de *status-quo* e revisionista) que procuramos aprofundar neste capítulo. Por isso a obra de Ripsman, Taliaferro e Lobell (2016) é tão fundamental para nossa análise. As variáveis intervenientes e seus modificadores para cada um dos atores, são essenciais para identificar como estímulos sistêmicos combinados com posturas domésticas a partir da década de 1970 corroboram ou não com a ideia de modificação de postura chinesa no Mar do Sul da China, em qual sentido se dirigem essas mudanças, caso elas estejam de fato acontecendo, e qual é postura norte americana frente a elas. Destacamos por fim que as obras de Walt (2018) e Allison (2017), bastante atuais e que se voltam especificamente para tratar a temática das relações China-EUA na política internacional, também serão de grande utilidade para o debate que se estrutura nesta tese voltado para a região do Mar do Sul da China

2 **A REPÚBLICA POPULAR DA CHINA E O MAR DO SUL DA CHINA**

2.1 **Considerações Iniciais**

Os próximos capítulos deste trabalho se voltam para uma apresentação mais estruturada das relações dos países em questão, China e Estados Unidos – mas também Vietnã e Filipinas como membros da ASEAN –região central para a análise desta tese, o Mar do Sul da China.

Neste capítulo procuramos narrar, em sua primeira seção, um histórico interno e regional da China moderna, a partir, principalmente, da importante década de 1970, quando o país gradativamente se abre novamente ao Sistema Internacional, até o ano de 2020, tendo a pandemia de COVID-19 como o recorte final. Além de apresentar este histórico, que procura destacar ações do governo chinês, seus principais chefes de Estado e políticas, bem como a evolução da relação de suas instituições com a sociedade em questão, procuramos também posicionar a China em seu entorno regional, o Mar do Sul da China.

Na segunda, terceira e na quarta seções deste capítulo, procuramos rastrear o aumento de poder relativo da China ao longo das seis décadas de nosso recorte temporal, levando em consideração seu aumento populacional, mas também e principalmente econômico, industrial e militar, mas também seus governos, instituições e população. Ao tratar das capacidades materiais crescentes do governo chinês procuramos trazer, na quinta seção, um mapeamento detalhado não só do posicionamento chinês no Mar do Sul da China ao longo das décadas retratadas, amplamente voltado para a Marinha Chinesa, mas também dos navios, armamento e pessoal especializado alocados na região.

A sexta seção do capítulo procura apresentar os documentos de defesa chineses, enfatizando sua política de defesa bem como o mais recente Livro Branco do país, buscando enfatizar os principais comentários voltados para sua estratégia de defesa marítima. Também enfatizamos nesta seção os destaques feitos em ambos os documentos voltados para os acontecimentos e posicionamentos da República Popular da China no Mar do Sul da China.

A sétima seção deste capítulo procura apresentar de forma breve as principais interações entre a China e os Estados Unidos desde a década de 1970 até o ano de 2020, no que tange as questões e territórios do Mar do Sul da China, destacando a ótica chinesa sobre a questão. Uma vez que o histórico das disputas no Mar do Sul da China foi

apresentado na introdução deste trabalho, procuramos neste capítulo retratar apenas os principais choques e incidentes que envolveram a China na região, destacando aqueles com os EUA. Os eventos regionais que envolvem os países da ASEAN, com destaque para Filipinas e Vietnã são abordados com maiores detalhes no capítulo quatro desta tese.

Além de apresentar as motivações, região e atores envolvidos em cada um desses conflitos, buscamos analisar a postura chinesa utilizando uma leitura baseada na corrente associada ao Realismo Político nas Relações Internacionais. Buscamos enfatizar tais conceitos, associando-os diretamente à RPC, nas considerações finais deste capítulo.

2.2 **Um breve histórico sobre a China Moderna: (re)pensando o lugar da China para a China, para o Mar do Sul da China e para o Mundo.**

Um dos fatores que mais influencia a atuação e o envolvimento da China com o mundo e mais especificamente com a região do Leste Asiático é o fato de se enxergar como uma civilização com milhares de anos de história. E a causa em perceber sua centralidade no mundo e na sua região não é recente. O "Reino do Meio"[14] (ou *Zhōngguó* em mandarim ou *Middle Kingdom* em inglês), como era conhecida a China, tinha suas principais cidades em sua parte oriental, onde se encontrava o centro do reino, o que incluía o Vale do rio Yangtze, formando assim uma região que vivenciou longos períodos de união, apesar de ter sofrido divisões por algumas vezes em sua história. Mais tarde, durante a dinastia Manchu, sua última, (1644 a 1911), o país vivenciou seu maior período expansionista.

Um sistema de tributos, que se iniciou formalmente na dinastia Ming (1368-1644), mas se estendeu até a dinastia Manchu – ou Qing – abrangia alguns países vizinhos como a Coréia do Sul e o Vietnã, o que influenciou política e culturalmente aquela área, bem como o Tibet e a região da Ásia Central que também se encontravam na área de influência chinesa. Apesar de o Japão não fazer parte do sistema de tributos chinês, sua cultura também deriva, em grande parte, da China (MCDOUGALL, 2007).

Em meados do século XIX, o vasto território chinês foi diminuído com a chegada de países Ocidentais na região. Para a China, os europeus e americanos, com quem não tinha quase nenhum contato, eram culturas e civilizações menos desenvolvidas já que

[14] A noção de Reino do Meio remete a três acepções: meio como centro do mundo, em termos de importância, meio como passagem pela qual todos os fluxos devem percorrer e meio como "espaço da ponderação, serenidade e harmonia, como em "caminho do meio" (MCDOUGALL, 2007)

eram muito mais recentes. Contudo, ambas as civilizações possuíam tecnologia mais poderosa e mais avançada que a China, uma vez que o país ainda não havia passado pela Revolução Industrial ao contrário das potências ocidentais. A partir da chegada da Grã-Bretanha, ficou clara a debilidade bélica chinesa, o que levou às derrotas nas Guerras do Ópio de 1839-1842, 1856-60 e os subsequentes tratados desiguais que foram aplicados ao país por outras potências extrarregionais para além da Grã-Bretanha, e potências regionais como o Japão Imperial.

Na segunda metade do século XIX, a China cedeu dezenas de portos às potências estrangeiras, como foi o caso de Hong Kong para a Grã-Bretanha. Na mesma época também perdeu grandes faixas territoriais do Norte para a Rússia. Com a Guerra Sino-Japonesa na última década do século XIX, a China ainda perdeu Taiwan e a influência sobre a península da Coreia e mais tarde, na primeira metade do século XX, a Manchúria, também para o Japão que na década de 1940 tonou-se a maior preocupação da política externa chinesa (FAIRBANKS; GOLDMAN, 2006).

Já na década de 1950, depois da vitória do Partido Comunista na chamada guerra civil chinesa (1927-37 e 1946-49) sobre o Kuomitang e a criação da República Popular da China (RPC) sob a liderança de Mao Zedong, o país buscou, a nível internacional, agir com pragmatismo se aliando a Estados com interesses comuns. A China manteve a ideia do pragmatismo nas décadas posteriores aliando-a às ideias do nacionalismo e do comunismo, cujo objetivo era devolver à China seu lugar de direito no mundo. O país buscava aliados que pudessem ajudar o país em termos de comércio, investimento e acesso à tecnologia como formas de atingir a modernização econômica. Japão, EUA, alguns outros países ocidentais, mas também Coréia do Sul, Malásia e Singapura foram importantes neste momento (MCDOUGALL, 2007).

O fantástico crescimento da China nos últimos quarenta anos faz surgir uma questão pertinente sobre qual é o “lugar de direito” do país no mundo e, de forma mais particular, na região do Leste Asiático. Quando Chiang Kai-shek liderou o país e o levou à vitória contra os japoneses em 1945, teve a certeza de colocar a China no lugar que acreditava ser de direito: entre as cinco maiores potências globais presentes no Conselho de Segurança das Nações Unidas. Mais tarde, quando Mao Zedong tirou Chiang Kai-shek do poder, expulsando-o para Taiwan, e chegando ele próprio ao poder juntamente com o Partido Comunista (PCC), suas ambições para o papel da China no mundo eram muito maiores. Sua intenção era restaurar a posição proeminente que o país vivenciou há dois milênios. (TSANG, 2008).

Com a morte de Mao Zedong (1976) e o fim da Revolução Cultural (1966-1976) inicia-se um período de transição política no PCC, que traz a ascensão de um grupo pragmático ao poder que tinha Deng Xiaoping como líder. A modernização da RPC se inicia efetivamente neste momento, com a busca por uma revisão da ideologia que guiava o partido até então, mas também que, de forma mais objetiva, buscava modernizar e, portanto, desenvolver a agricultura, a indústria, a tecnologia e a defesa do país, com o que ficou conhecido como as "Quatro Modernizações" de Deng. Com uma guinada que buscava afastar o país de sua tradição fechada e pouco aberta a estrangeiros, em 1978 iniciaram-se as aberturas políticas, mas também econômicas do país, incialmente com as Zonas Econômicas Especiais, que deram à RPC o fôlego necessário para iniciar sua reinserção na economia global e no Sistema Internacional (FAIRBANKS; GOLDMAN, 2006).

Quanto à política externa do governo Deng, que não possuiu o título de presidente do país, mas de Chefe do Comitê Central do Partido, ela pautou boa parte do que se pensou em termos de política externa para os próximos líderes do país, como Jiang Zeming e Hu Jintao. Os cinco princípios da Coexistência Pacífica[15] desenvolvidos formalmente em 1954 por Zhou Enlai, então PrimeiroMinistro da China, em um acordo estabelecido entre a RPC, a Índia e Burma, e que teve grande importância na política internacional, baseou, de certa forma, a abordagem chinesa durante o governo de Deng Xiaoping. Tal ideário transbordou também para os princípios de política externa dos governos seguintes, como as ideias de "Desenvolvimento Pacífico" e mais tarde de "Mundo Harmonioso", também derivado de uma filosofia chinesa milenar, ambas presentes no governo de Hu. Essas abordagens, através de uma diretriz governamental, propõem paz e desenvolvimento ao mesmo tempo em que buscam o respeito por parte de outros Estados, com o intuito de atingir igualdade, benefícios mútuos e harmonia. (OLIVEIRA, 2010).

O atual líder chinês, Xi Jinping, apontado como o homem mais poderoso do mundo no ano de 2017 por algumas publicações Ocidentais, como a "*Time*" e a "*The Economist*" faz parte da quinta geração de líderes pós-Mao[16] e parece se distanciar das

[15] (1) respeito mútuo à soberania e integridade nacional; (2) não agressão; (3) não intervenção nos assuntos internos do país por parte de outro; (4) igualdade e benefícios recíprocos; (5) coexistência pacífica entre os Estados com sistemas sociais e ideológicos diferentes. (CHINA, 2014) Disponível em: <https://www.fmprc.gov.cn/mfa_eng/wjb_663304/zwjg_665342/zwbd_665378/t1170821.shtml>

[16] Esta tipologia de "geração de líderes" foi criada por Deng Xiaoping, que enxergava Mao Zedong como o primeiro grande líder, ele próprio como o segundo, Jiang Zemin como terceiro e Hu Jintao como o quarto.

políticas de coexistência e desenvolvimento pacíficos, mas sem romper completamente com estas. A nova abordagem de política interna e externa da China, o “Sonho Chinês”, busca reestabelecer a posição central que o país entende ser sua por direito no cenário internacional, apesar de afirmar que não busca hegemonia ou mudança do *status-quo*. Tal abordagem possui três conceitos principais: “a continuação do modelo específico de desenvolvimento chinês; a consolidação do espírito patriótico chinês; e a concentração e cristalização do poder da China” (CARRIÇO, 2013, p.27).

De todo modo, os cinco princípios de coexistência pacífica, continuam presentes no discurso da política chinesa e dentro da lógica do Sonho Chinês de Xi Jinping. Em 2014 comemorou-se os 60 anos dos Cinco Princípios da Coexistência Pacífica, e em seu discurso durante a cerimônia de comemoração, o Presidente Xi Jinping agregou um novo conteúdo aos princípios, a partir de seis aspectos: "igualdade soberana", "segurança comum", "desenvolvimento comum", " cooperação *win-win* "," inclusão e aprendizagem mútua "," equidade e justiça ". Esses aspectos, segundo o presidente, representam a adesão da China aos Cinco Princípios em uma nova era, buscando seu desenvolvimento, defesa e preservação na política internacional (CHINA, 2014).

2.3 **De Deng Xiaoping a Hu Jintao: cruzando rios**

Deng Xiaoping, descrito pela Agência de Notícias Oficial da RPC e a maior do país, como o arquiteto chefe da reforma e reabertura de seu país tem um papel crucial na construção da China Moderna a partir de sua chegada ao poder em 1978. Contudo, a transição de poder entre 1976 e 1978 até a chegada de Deng ao cargo de Chefe do Comitê Central do Partido, após a morte de Mao Zedong, não foi automática, natural ou gradual. Deng Xiaoping não era apontado na década de 1970 como o principal nome para assumir o cargo mais importante do país. O nome mais cotado era de Hua Guofeng, de uma ala conservadora do partido, e que enxergava Deng Xiaoping como revisionista e capitalista (WASSERSTROM, 2013).

Cabe dizer, no entanto, que a Política de Reforma e Reabertura da RPC, essencial para a China contemporânea foi, em grande medida, arquitetada e bancada por Deng Xiaoping, o que deu novo fôlego à economia chinesa. Com uma abordagem diferente no que diz respeito ao culto à personalidade que Hua e Mao, Deng não tinha seu rosto estampado em muitos cartazes ou em monumentos espalhados pelo país, sendo uma figura conhecida, mas controversa, uma vez que havia sido exilado do país por algumas

vezes. A última vez que caiu em desgraça, juntamente com sua família, foi durante a Revolução Cultural, mas desde o final de 1978 desempenhava indiscutível papel de liderança mesmo depois de estar oficialmente aposentado, pois ainda possuía importante presença nos bastidores do poder (WASSERSTROM,2013).

A transformação da China desde o final do Grande Salto para Frente (1958-61) até a segunda década do século XXI é impressionante e um importante marco são as reformas econômicas de Deng Xiaoping, responsáveis por impulsionar as mudanças que transcendem a economia chinesa e se espalham para a sociedade, a tecnologia, a forma de produção, as forças armadas, o posicionamento no Sistema Internacional, e, parcialmente, para a política. Uma maneira de demonstrar o fortalecimento e reascensão do país no cenário internacional é através do crescimento de seu Produto Interno Bruto (PIB), cujas previsões são de ultrapassar o norte-americano até 2025, certamente apenas um dos impressionantes números que o país tem a apresentar.

Segundo Gewirtz (2017), os 'reformuladores' da política econômica chinesa costumavam utilizar-se da expressão 'cruzar o rio sentindo as pedras' para descrever o método utilizado no país, indicando que buscava-se avançar por tentativa e erro, adaptando as lições do exterior ao jeito próprio do PCC de fazer e entender política. A poderosa metáfora casava bem com a civilização chinesa que cresceu ao longo de dois rios – o Rio Amarelo e o Rio Yangtze – mas se referia às mudanças constantes e ao fato de não conhecerem bem o caminho a percorrer, os desafios a enfrentar ou o lugar onde se buscava chegar. Desta forma, criou-se, sob o governo de Deng Xiaoping, o que veio a ser chamado de 'economia de mercado socialista,' uma outra expressão aplicada à China a partir da década de 1990.

Está no Programa das Quatro Modernizações o ponto primordial para enxergamos hoje uma China da Nova Era, que se apresenta como de mercado e socialista. Pragmatismo foi a palavra de ordem na China de Deng Xiaoping e é o que conecta todas as iniciativas e abordagens políticas do país até o momento. Apesar de ser possível compreender hoje a importância dos programas de modernização chinesa propostos por Deng, suas ideias não foram uma unanimidade no momento de sua proposição, uma vez que nem mesmo Deng era uma unanimidade no partido (GEWIRTZ,2017).

Em meados da década de 1970 com Zhou Enlai, Primeiro-Ministro, e o próprio Mao Zedong, os principais representantes da primeira geração da RPC, muito doentes e debilitados, novos líderes precisavam chegar ao poder. Naquele momento os quatro

principais nomes da Revolução Cultural[17] formavam um grupo forte e que era favorável à manutenção do sistema de comunas, que começava a se tornar insustentável por custar muito ao Governo Central. As pequenas aberturas da China ao Ocidente, como a visita do presidente norte-americano Richard Nixon à RPC em 1972, eram apenas toleradas. (SPENCE,2013).

Por outro lado, havia uma parte do PCC formada por planejadores chineses, como Deng, que entendiam que o desenvolvimento nacional deveria ser mais dinâmico assim como o crescimento da economia, com base em experiências externas principalmente no âmbito da ciência e tecnologia, mas mantendo e protegendo a integridade e a forma de fazer política do Partido. Suas ideias misturavam autossuficiência e ajuda estrangeira, principalmente para as áreas técnicas e tecnológicas, o que para tais líderes era a chave para a retomada do crescimento chinês. As críticas eram muitas, principalmente sobre a presença de estrangeiros em setores centrais da economia e da produção do país, o que relembrava a dolorosa presença externa, de Ocidentais principalmente, na China durante o século XIX (SPENCE,2013).

Pouco tempo depois, com uma já forte campanha anti-Deng, Mao Zedong faleceu. Nos últimos meses do ano, a intitulada Gangue dos Quatro, formada pelos principais líderes da Revolução Cultural, foi presa e condenada pelos piores crimes durante os últimos anos do governo. Foi exatamente neste período, refugiado na província de Guangzhou, que Deng planejou seu retorno ao poder e já no ano de 1977 foi readmitido como Vice Primeiro-Ministro, como membro do Politiburo e à comissão de assuntos militares. Cabia ao político, dentre outras funções, o relacionamento com o exterior (FAIRBANKS; GOLDMAN, 2006).

Mas o ano de 1978 foi especialmente interessante para a China, uma vez que importantes decisões de política interna e externa, que marcariam o rumo do país nas décadas seguintes, foram tomadas. No que tange a política externa, houve a ratificação do Tratado de Paz e Amizade com o Japão, além da denúncia do tratado de Amizade e Cooperação URSS-Vietnã, pois poderia colocar em xeque a paz e a estabilidade do Pacífico. Destaca-se ainda, em âmbito externo, a normalização das relações entre a RPC e os EUA, no ano seguinte, com o intercâmbio de embaixadores (SPENCE, 2013).

[17] Os quatro principais líderes da Revolução Cultural lançada por Mao Zedong em 1966 (oficialmente terminada em 1971 mas que durou até 1976) formavam um grupo de oficiais do PCC liderado pela última esposa de Mao Jiang Qing, além de Zhang Chunqiao, Yao Wenyuan e Wang Hongwen. Um mês após a morte de Mao, a Gangue dos Quatro, como o grupo ficou conhecido, foi acusada pelos piores excessos cometidos durante os dez anos da revolução. (SPENCE, 2013)

Internamente, um importante evento que pode ser destacado foi a reabilitação de indivíduos condenados injustamente durante a campanha anti-direitista de 1957 na Era Mao. Outras ações, que pareciam apontar para uma flexibilização cultural, incluíam várias publicações em jornais de alta circulação no país que demonstravam a perspectiva dos condenados e feridos durante a Revolução Cultural (FAIRBANKS;GOLDMAN, 2006).

Contudo, o acontecimento mais importante daquele ano na China foram as reuniões de dezembro de 1978 conhecidas como Terceira Plenária do Décimo Primeiro Comitê Central do PCC, que trouxe a principal mudança do comunismo chinês desde a Revolução Cultural e cujos efeitos ainda são sentidos até os dias atuais. Durante a Plenária, foram estabelecidos os requisitos das Quatro Modernizações voltadas para o crescimento das forças produtivas e as mudanças estruturais relacionadas à forma de produção, o que significava uma ênfase na modernização da indústria. Além disso, foi estabelecida uma importante alteração no que dizia respeito à autoridade, entendendo que essa deveria ser transferida da liderança central para níveis inferiores (SPENCE, 2013; FAIRBANKS; GOLDMAN, 2006). Desta forma, o governo central deixaria de interferir nos assuntos dos produtores familiares que se utilizavam de pequenas faixas de terra para produzir e comercializar diretamente em suas vilas e aldeias, pois entendiam que isso era necessário à produção do país e não uma ação capitalista nas comunas (TERRIL, 1980).

Com o início da década de 1980, apesar da clara demonstração de maior abertura, diálogo, flexibilização das relações culturais e uma possível maior liberdade intelectual e de pensamento, movimentos pró-democracia foram duramente combatidos pelo PCC. A ‘quinta modernização’, como afirma Spence (2013), não foi levada a frente. Foi também no começo da década de 1980 que a chamada ‘Política de Portas Abertas’ da China começou a se estruturar de maneira mais clara buscando crescimento econômico através da entrada de capital externo e tecnologia, contudo, sem desvirtuar-se da postura e da construção socialista de seu governo, baseado no PCC. Durante os próximos dez anos, tendo Deng Xiapoing a frente do governo chinês, o objetivo do Estado era, através da reabertura, reconstruir a política econômica do país, mas também adaptar suas instituições à esta nova realidade, sem abandonar sua essência socialista, e, consequentemente, adaptar também sua sociedade, cujo baixo padrão de vida estava defasado em comparação às contrapartes regionais (KOBAYASHI; BAOBO; SANO,1999).

No final do ano de 1979 e início de 1980, as primeiras Zonas Econômicas Especiais (ZEEs), começaram a ser estabelecidas nas províncias de Guangdong (nas

cidades de Shenzhen, Zhuhai e Shantou) e Fujian (na cidade de Xiamen). Quatro anos mais tarde as ZEEs já eram 18, somadas às quatro primeiras, todas estabelecidas em cidades costeiras. Com a abertura de tais regiões, houve um aumento substancial de investimento externo no país, capital estrangeiro e tecnologia, boa parte vindo de Hong Kong e Taiwan, economias que passavam por um momento de crescimento acelerado. Desta forma, o governo de Deng começava a promover seu conceito de economia de mercado socialista (KOBAYASHI; BAOBO; SANO,1999).

Ainda no ano de 1979, a política do filho único[18] foi lançada na China, entrando em vigor no ano seguinte. A política foi uma mudança considerável se comparada à Era Mao, uma vez que na década de 1960 considerava-se a maternidade um dever patriótico e as famílias possuíam uma média de seis filhos (PEARCE,2015). A política tinha como objetivo controlar o exponencial crescimento populacional do país que na época já contava com uma população que se aproximava de 1 bilhão, tendo praticamente dobrado em trinta anos, mas com um PIB per capital de apenas US$ 184[19] enquanto a média mundial era de aproximadamente US$ 2.300. (WORLD BANK,2021).

Apesar de ter sido aplicada em toda a China, a política do filho único, que previa punições às famílias que tivessem mais de um filho, foi abrandada já em meados da década de 1980 para famílias rurais, mantendo-se, contudo, rigorosa nas grandes cidades. Apesar da diminuição do controle sobre as famílias no campo e da produção das comunas, o que se verificou com a política do filho único foi um aumento na ingerência do Estado sobre certos aspectos da vida de sua população (FAIRBANKS; GOLDMAN, 2006).

A década de 1980 foi de fato de grandes mudanças políticas, econômicas e culturais para a RPC tanto que criou um rótulo geracional que divide, ainda nos dias de hoje, aqueles que vieram antes e depois das mudanças ali ocorridas: as gerações pré-1980 e pós-1980(GAO, 2015). A abertura da economia no final da década anterior criou não só um aumento do fluxo de capital externo no país e o retorno dos estrangeiros ao território chinês, mas também o recomeço da atividade empresarial de iniciativa privada, inclusive por parte de empresas estrangeiras. Disparidades de crescimento e

[18] No ano de 2015 a política do filho único foi abrandada com a aprovação, em outubro daquele ano, da política do segundo filho, dada a contínua queda da taxa de natalidade no país desde 1987 e uma diminuição do número de jovens no país. Com um pequeno aumento na taxa de natalidade no ano de 2016 e nova queda nos anos subsequentes, em maio de 2021 foi aprovada política do terceiro filho como uma tentativa de frear a diminuição da base da pirâmide etária chinesa (MCDONELL, 2021). A política do filho único não se aplica à minorias, ou a Hong Kong e Macau.

[19] Em termos comparativos, em 2020 a população chinesa ultrapassava os 1.4 bilhão, enquanto o PIB per capita alcançava os US$ 10.500 mil. A média mundial do PIB per capita em 2020 era de US$ 10.900 aproximadamente (WORLD BANK, 2021).

desenvolvimento puderam ser sentidas já na década de 1980, mas principalmente nas décadas seguintes, principalmente ao se comparar as cidades litorâneas com as cidades do interior do país (KOBAYASHI; BAOBO; SANO,1999).

Apesar do aumento do PIB per capita durante os anos 1980, a disparidade de renda também aumentou na RPC em paralelo com seu desenvolvimento econômico, trazendo consigo um aumento de desigualdade social que pôde ser notada de maneira mais clara a partir do final da década de 1980. Segundo o estudo de Xie e Zhou (2014) o Coeficiente de Gini[20] da China em 2010 era de 0,5, acima dos 0,4 dos EUA. Contudo, no início da década de 1980, esse número era bem mais favorável ao país, com estimativas que apontam o coeficiente de 0,16 nas áreas urbanas e 0,3 na China como um todo.

Menos conhecida que as quatro modernizações, o governo de Deng Xiaoping também protagonizou uma 'reforma política estrutural' no país. Apesar de os debates no PCC por este tipo de reforma estrutural terem se iniciado ainda no início da década, o termo foi cunhado apenas na segunda metade dos anos 1980. Os líderes do PCC iniciaram na época um processo de reforma do aparato de tomada de decisão do Estado e do partido. A reforma política estrutural envolveu dimensões como "democratizar o processo político do Partido e seu aparato; providenciar uma sucessão de liderança tranquila; agilizar e racionalizar a burocracia do Partido; fortalecer o Congresso Nacional do Povo; e liberalizar a vida intelectual" (WONG, 1998, p.133, tradução nossa).

Para Wong (1998), as reformas econômica e de estrutura política desempenhadas por Deng ao longo da década de 1980 mudaram para sempre e de forma significativa a política do Partido e do governo chinês: houve diminuição do 'fundamentalismo' maoísta, da interferência do Estado, a criação de um código legal que fortaleceu os direitos dos cidadãos na China e a possibilidade de enriquecimento pessoal. Ainda, houve o estabelecimento de diálogos consultivos entre o Partido e grupos de uma sociedade civil que começava a se estruturar. Contudo, apesar das importantes mudanças, as mais liberais em décadas, a base do sistema político permaneceu inalterada, combustível para revoltas e repressões na virada para a década de 1990.

Apesar de certas limitações na reforma política estrutural, cerca de uma década de remodelamento foi fundamental para abrandar as relações políticas e sociais na China moderna: houve uma readequação da estrutura social frente às muitas mudanças

[20] Sendo um instrumento para medir o grau de concentração de renda em um determinado grupo, varia de zero a um. Quanto mais próximo ao zero, mais próximo de uma situação ideal de igualdade de renda. Por outro lado, quanto mais próximo ao um, mais concentrada é a renda.

desenvolvidas, diversificação do sistema produtivo, fortalecimento da cultura popular, controle dos privilégios dos líderes do partido. Ainda assim, mesmo com o crescimento econômico e desenvolvimento do país na primeira metade da década de 1980, dificuldades econômicas do final da década combinadas com a lentidão das mudanças políticas levou à mobilização estudantil e intelectual na RPC para a qual o Partido e o governo não estavam preparados e muito menos pretendiam ceder (WONG, 1998).

E apesar da importância de tantas mudanças e reforças, talvez nenhum outro evento tenha marcado tão profundamente a década de 1980 na China como o incidente na Praça da Paz Celestial. Se até meados da década de 1980, tecnologia, *know how* e capital estrangeiro ajudaram o país a iniciar o redirecionamento de sua mão-de-obra e seus recursos em direção a um crescimento econômico que se consolidou de forma rápida, as tensões políticas e os problemas econômicos e sociais que levaram ao incidente da Praça Tiananmen (ou Paz Celestial) em 1989, se tornaram mais um elemento para uma estagnação da economia chinesa, que voltou a apresentar taxas compatíveis com crescimento apenas no final da primeira metade da década de 1990 (KOBAYASHI; BAOBO; SANO,1999).

No ano em que a RPC completava seus 40 anos, o Ocidente se voltou para os acontecimentos na Praça de Tiananmen. Mais que uma revolta de estudantes, o protesto que ocorrera em meados do ano de1989 em Beijing, mas também em outras cidades, envolvia o pleito de cidadãos comuns, trabalhadores e, também, em menor número, estudantes universitários. O movimento, que se aproveitou das homenagens a Hu Yaobang, detentor de diversos altos cargos no governo chinês falecido em abril daquele ano, cresceu para em julho de 1989 reunir pautas como insatisfação com a hiperinflação, com a corrupção no alto escalão do país, e com a lentidão na abertura pelas liberdades individuais e políticas. A democratização da China era um tópico menor entre os tantos trazidos a frente dos protestos, que foram duramente reprimidos pelo governo central com a alegação de evitar novas manifestações como aquelas ocorridas durante a Revolução Cultural (WASSERSTROM, 2013).

Os anos de 1990 são para a RPC como a década do controle de danos, não só da estagnação econômica que se apresentava na virada da década, mas também pela imagem internacional do país depois dos eventos da Praça da Paz Celestial. Porém, vale destacar que a RPC encerra a década com um papel de destaque na Crise Asiática de 1997 assumindo, em conjunto com outros países da região, uma postura de liderança regional que enfraquece rapidamente o efeito manada que devastou a economia do Sudeste

Asiático naqueles anos. Além disso, no final da década, se iniciava uma nova estrutura política na China; a de ‘um país, dois sistemas’ com o estabelecimento das Regiões Administrativas Especiais (*Special Adminstrative Regions* – SAR – em inglês) (WAN, 2008).

Internamente, Deng Xiaoping se aposentava oficialmente no início da década de 1990, mas permaneceu envolvido com a política do país até próximo de sua morte em 1997. Em 1992, pouco tempo depois de se afastar oficialmente do governo, Deng realizou uma longa viagem ao sul do país, incluindo em seu roteiro algumas das principais ZEEs estabelecidas no início de seu mandato. No ano de 1989 o futuro sucessor de Deng, Jiang Zemin se tornava Secretário Geral do Partido, assumindo o cargo de Presidente da RPC em março de 1993.

A década de 1990 marca, segundo Lin (2020), a ascensão de lideranças tecnocratas na China, principalmente em níveis provinciais, sendo o ano de 1994 aquele que marca o número de tecnocratas ultrapassando o número de burocratas, o que de certa forma refletia o que acontecia nos cargos mais altos do país. Jiang Zemin era um burocrata, mas como Deng, possuía uma visão pragmática sobre as reformas econômicas, buscando alcançar, em seu governo, um socialismo de características chinesas. Em termos econômicos, buscando dar prosseguimento às mudanças iniciadas no governo anterior, Jiang procurou diversificar o mercado e a economia do país, atraindo capital e investimento externos, mantendo a base política estrutural da RPC intacta (CLIBBON, 2011).

Quanto a sua política externa, Jiang Zemin buscou estabelecer um conceito de mundo multipolar durante o 14o Congresso do Partido Comunista no ano de 1992. Em seu discurso afirmava que a RPC apoiava a ideia de que um mundo mais justo e pacífico seria possível apenas através da multipolaridade. Em seu governo foram normalizadas as relações com os EUA e estabelecidas boas relações com a Rússia. Por outro lado, a busca por uma economia de crescimento rápido, o que de fato aconteceu durante a década de 1990 e início da década de 2000, trouxe maior desigualdade de renda, alto consumo de energia e recursos naturais bem como profundos danos ao meio ambiente (CLIBBON, 2011).

O final da década de 1990 foi marcado pela crise financeira asiática de 1997, que se iniciou como uma crise cambial na Tailândia. Em uma manobra considerada bastante ousada, já que a economia chinesa se apoiava em exportações de baixo valor agregado para alimentar seu crescimento acelerado, o governo de Jiang Zemin manteve o yuan

estável em um momento em que os mercados de ação da região colapsaram. (ECONOMIC TIMES,2017).

O fracasso dos programas do FMI para solucionar ou remediar a crise aumentou o papel de destaque da China, mas também de Japão e Coreia do Sul, na região (WAN, 2008) Como forma de mitigar a crise, tais países assinaram em 1999 a Iniciativa Chiang Mai (ICM) com a ASEAN. A ICM é um arranjo financeiro regional criado para o Leste Asiático após a crise financeira de 1997 que tem como principal finalidade promover suporte à liquidez de países que tenham dificuldades em suas balanças de pagamento. (ASAMI, 2005). Para além do sucesso da abordagem frente a crise asiática, pouco antes da virada do século, Hong Kong e Macau retornaram, de forma gradual, ao controle chinês. Tais acontecimentos marcavam o (re)surgimento de um país que começava a reunir cada vez mais poder, não só em seu entorno regional, mas também no cenário internacional do século XXI.

Mas antes mesmo desta nova posição perante o Sistema Internacional, algumas importantes mudanças também foram colocadas em prática internamente. Em 2000, por exemplo, a Bolsa de Shanghai emitiu a primeira orientação de governança corporativa da RPC, baseada na experiência de outros países (GEWIRTZ,2017). As bases da construção da China enquanto uma economia global estavam lançadas e no final do ano de 2001, ainda sob o governo de Jiang Zemin. Este momento tem seu primeiro estágio finalizado com a entrada do país na Organização Mundial do Comércio (OMC) que garantiria à China acesso a novos parceiros comerciais e a consolidação da sua reabertura em direção ao sistema econômico internacional.

No ano de 2003, o cargo de Presidente da RPC passou das mãos de Jiang Zemin para Hu Jintao, momento em que as empresas chinesas começavam um processo robusto de internacionalização através de investimentos diretos estrangeiros. A política, que ficou conhecida '*going global*' não significava automaticamente, segundo Shambaugh (2013), que o país buscava, naquele momento, tornar-se uma potência global. Tendo o crescimento econômico ainda como seu principal objetivo e sustentáculo da legitimidade do PCC no poder, o autor descreve o país, na primeira metade da década de 2010, como uma potência 'parcial' em todos os aspectos: diplomacia, presença econômica e cultural externa, governança global e segurança, bastante distante de potências desenvolvidas.

Vale destacar alguns importantes feitos do governo central da China, a partir do de Deng, como retirar milhões da extrema pobreza e manter a integridade territorial e segurança do país. Contudo, neste mesmo período passou-se a perceber uma crescente de

sentimentos negativos sobre o país, não só por parte do Ocidente desenvolvido, mas também em alguns países da África. Parte destes desenvolvimentos estavam diretamente ligados ao incipiente *soft power* chinês e reflexos negativos que o aumento nos gastos militares e as posturas assertivas no Mar do Sul da China passaram a ter no cenário internacional (SHAMBAUGH, 2013).

Apesar de uma política estabelecida desde o início do governo Hu que se baseava nos princípios da coexistência pacífica e estruturava um roteiro para os próximos anos enfatizando a ascensão pacífica, rótulo posteriormente alterado para desenvolvimento pacífico (CARRIÇO,2013), duas visões aparentemente contraditórias se chocavam dentro da China: a manutenção de uma postura de baixo perfil, evitando ocupar o centro das atenções no cenário internacional, conforme postulada por Deng por um lado, e por outro, o desenvolvimento de uma postura mais assertiva, compatível com a de potências como EUA ou Japão, no cenário internacional, o que acompanharia as últimas décadas do espetacular desenvolvimento da economia chinesa. A atenção que a China passou a atrair no cenário internacional e regional, suas escolhas internas e posturas externas, levaram vizinhos e potências extrarregionais a redobrar sua presença e atenção na região, iniciando uma escalada de tensões regionais (SHAMBAUGH, 2013).

Se por um lado a ascensão ou desenvolvimento pacífico, envolvendo as dimensões político-diplomática, de segurança, comercial e cultural, deriva de uma grande estratégia pacífica e harmoniosa, por outro reflete uma escolha pragmática do governo central (LESSA;OLIVEIRA, 2014). Justamente em 2006, ano em que o crescimento dos gastos militares da RPC se tornou exponencial[21], quando já era Presidente da RPC, Hu Jintao lançou sua política interna de 'sociedade harmoniosa' e sua política externa de 'mundo harmonioso'.

Enquanto a ideia de sociedade harmoniosa lançava as bases para as políticas nacionais do governo, o mundo harmonioso preparava caminho para uma importante mudança de postura sobre a posição e a estratégia da China no sistema internacional. A realidade interna da China herdada por Hu Jintao, apresentava uma série de desafios resultantes das três décadas anteriores de rápido crescimento econômico combinado com a globalização econômica do país. Entre os principais obstáculos para o contínuo

[21] Em dados do Banco Mundial, os gastos militares da RPC já eram em 2010 quase cinco vezes maiores que os gastos realizados no início da década, passando de US$ 22 bilhões em 2000 para US$ 105 bilhões em 2010. O mais recente dado de gastos militares da RPC é de US$ 252 bilhões, onze vezes maior que o gasto no início do século XXI (WORLD BANK, 2021).

desenvolvimento da RPC, talvez o principal seja de uma sociedade dividida pelas disparidades regionais, com crescentes preocupações ambientais, um sistema de bem-estar social enfraquecido e alta no desemprego. No âmbito externo, a China precisou se adaptar ao terrorismo internacional, que se fortaleceu no início do século, com movimentos separatistas e desequilíbrio comercial (ZHENG;TOK, 2007).

Desde meados da década de 2010, a China é mais que apenas um gigante econômico, pois também figura como importante membro de instituições regionais e internacionais, vem modernizando suas forças armadas, internacionalizando suas empresas, figurando como principal parceiro comercial com diversas contrapartes, e ganhando cada vez mais poder e visibilidade no cenário internacional. Se a abordagem de política externa do governo Hu perpassava a ideia de desenvolvimento harmonioso, isso significa dizer que buscava uma via de mão dupla onde não só a China se inserisse de maneira harmoniosa no cenário global, mas também onde os diversos atores internacionais reconhecessem o direito chinês ao desenvolvimento, recebendo-a de forma a garantir cooperação e estabilidade mútuos (LESSA, OLIVEIRA, 2014).

2.4 **A China de Xi: ecos das lições de Zheng He**

Em março de 2013, Xi Jinping tornou-se o 7º Presidente da RPC, iniciando o que em 2017, durante o 19º Congresso Nacional do PCC, chamou de uma Nova Era. Foi no 18º Congresso Nacional do PCC em 2012 que seu nome foi anunciado como o presidente que assumiria o comando do país no ano seguinte. Nesta oportunidade, Xi apresentou, para aprovação da liderança do PCC, o que se tornaria o objetivo nacional do país sob sua governança, o chamado ‘Sonho Chinês’. A estratégia traçada e divulgada por Xi combina, como outras antes dela, uma abordagem doméstica e externa, apresentando o que Carriço (2013) afirma ser uma espécie de evolução na continuidade, partindo das bases do desenvolvimento pacífico e do mundo harmonioso, que por sua vez se apoiaram sobre a perspectiva da coexistência pacífica.

O conceito de ‘Sonho Chinês’ se fundamenta em um tripé de requisitos fundamentais: continuação do modelo de desenvolvimento chinês, consolidação do espírito patriótico e consolidação do poder do país. O objetivo principal do ‘Sonho Chinês’ é garantir o renascimento nacional da China. Os dois primeiros pilares procuram equilibrar o coletivismo e o individualismo na China moderna, indicando, contudo, que o sonho da China é o sonho de todos os chineses. O terceiro pilar enfatiza o plano externo

de fortalecimento da postura chinesa, buscando, contudo, manter ao menos em retórica, a continuidade das linhas do desenvolvimento pacífico, ao mesmo tempo que marcando uma posição assertiva sobre a defesa de seus interesses e legítimos diretos (CARRIÇO,2013).

Vaz-Pinto (2014) afirma que o conjunto de desafios domésticos que Xi e sua equipe passaram a enfrentar no momento que este chegou ao poder é enorme. Destacam-se ainda os traços de liderança do Presidente que apresenta uma postura mais individual e assertiva que seus antecessores. Entre os principais desafios apontados pela autora estão a busca pelo equilíbrio entre continuar uma reforma econômica e encerrar uma mudança política; a manutenção do ritmo da economia do país através do modelo socialista de características chinesas, essencial para o país; além da dívida das autoridades provinciais com o governo central criada no caminho da rápida modernização do país.

A autora também destaca a utilização futura de recursos naturais da China que busca até 2030 urbanizar 400 milhões de pessoas, o que aumentaria sobremaneira o consumo de água e energia do país, uma vez que as áreas urbanas gastam 3,5 vezes mais energia e 2,5 vezes mais água que as áreas rurais. Esta questão, que aparenta ser um gargalo interno, tem potencial para estremecer as relações regionais do país, pois parte das políticas energéticas da China passam por represar e desviar rios da região (VAZ-PINTO,2014).

Xi Jinping, autor de dois livros sobre a governança chinesa (2014 e 2018), é descrito pela Xinhua, mídia estatal do país em sua publicação internacional, como o arquiteto para a modernização da Nova Era, construtor de um roteiro de prosperidade para o país até 2049 buscando transformá-lo em uma nação socialista e moderna, forte e influente no que tange a liderança global. O perfil do líder traçado pela empresa de comunicação, apresenta um presidente calcado na crença do marxismo e força originada de seus pais que participaram da revolução quando ainda jovens. Seu pai fora um perseguido político por 16 anos, a partir de 1962, logo depois da política do Grande Salto à diante, e chegou a ser preso, mas segundo a publicação nunca cedeu à adversidade ou perdeu a crença na revolução, ensinamento passado adiante (XINHUA INTERNATIONAL, 2017).

Para além da modernização econômica e social da China, o novo governo tem enfatizado, mais que nunca, a modernização através de investimentos em gastos militares, e nas forças armadas do país. Apesar de uma queda considerável no percentual do PIB destinado ao Exército de Libertação Popular (PLA na sigla em inglês), nunca se destinou

tanto, em números absolutos, para gastos militares da RPC[22]. Como o comandante-chefe das forças armadas do país, cabe a Xi Jinping e seu governo garantir que a modernização do país não passe ao largo das forças armadas. Os planos também apontam 2049, primeiro centenário da RPC, como a estimativa para completar esta missão. Para Xi, reforça a Xinhua News Internacional (2017), cabe ao PLA garantir a soberania terrestre, marítima e espacial do Estado, facilitar a unificação nacional –o que inclui questões delicadas como a de Taiwan – combater o terrorismo, e seguir unificado sob as ordens do partido, preservando uma conduta exemplar.

Desde 2015 uma reforma militar está em curso no PLA sob supervisão direta do Partido. Houve a reformulação de organizações militares e aprimoramento dos mecanismos de combate combinados. Os quatro quartéis-generais militares – Estado-maior; Política, Logística e Armamento – foram reorganizados em 15 agências, enquanto os sete comandos militares da área foram reagrupados em cinco Comandos de Teatro de Operações. A interação civil-militar passou a ser parte da estratégia nacional, e o PLA passou a ser uma força que busca maior capacidade e otimização, o que levou ao comissionamento de novas aeronaves, jatos e a construção de um porta aviões chinês (XINHUA INTERNATIONAL, 2017).

Desde 2012, quando seu nome fora confirmado como o do próximo presidente da RPC, Xi comunica através de seus discursos que se é o Sonho da China ser um país forte, com uma posição internacional consolidada, é necessário que o país tenha não só uma economia próspera, mas também forças armadas bem equipadas e poderosas (CARRIÇO, 2013) Em uma das muitas visitas realizadas pelo chefe de Estado chinês a comandos, tropas e divisões do PLA declarou que: "[o] único [Estado] que pode acabar com a guerra é aquele que é capaz de fazer guerra. O único que pode prevenir a guerra é aquele que está pronto para a guerra. Aqueles que não podem lutar, apenas se tornam vulneráveis à agressão" (XINHUA INTERNATIONAL, 2017, s/p, tradução nossa).

Tendo o fortalecimento da postura da China no sistema internacional como um dos requisitos para o renascimento da China da Nova Era, elaborado não apenas a partir da força, otimização e harmonização de suas forças militares, mas também de uma abordagem cooperativa e integrativa com os demais países do mundo, em 2013 Xi Jinping

[22] Segundo dados do Banco Mundial em 1990 o gasto militar em números absolutos foi de aproximadamente US$ 10 bilhões, enquanto em 2020 ultrapassaram os US$ 252 bilhões. Contudo em termos percentuais relativos ao PIB, em 1990 o percentual do PIB chinês em gastos militares era de 2,5% e em 2020 passou para 1,75% (WOLRD BANK, 2021).

lançou e promove desde então o plano da Rota da Seda do século XXI. Atualmente conhecido como Iniciativa Cinturão e Rota ou *Belt and Road Initiative* (BRI) e formado por um cinturão de ferrovias e rodovias e uma rota marítima, que emula os antigos caminhos da seda, o empreendimento tem os olhos voltados para o doméstico e o externo. Com o intuito de desenvolver o interior do país e manter aquecida sua indústria civil, o governo de Xi procura iniciar, ou reeditar, uma nova maneira de se posicionar no comércio internacional, mas também de se legitimar regionalmente e internamente.

No ano de lançamento da BRI, Xi Jinping utilizou-se de uma importante figura histórica para agregar à sua iniciativa maior legitimidade, evocando momentos prósperos do Império chinês. A figura em questão era o diplomata e oficial chinês Zhang Qian, enviado da dinastia Han que viveu no século II AC, apresentado como o criador da Rota da Seda que ligava a China à Ásia Central, Pérsia e Roma. Mais recentemente, em maio de 2017, Xi utilizou-se de outra figura histórica, também um oficial chinês em um paralelo com a BRI. O almirante da dinastia Ming, Zheng He, liderou ao menos sete expedições marítimas no Sudeste Asiático, África e Índia na primeira metade dos anos de 1400. Em ambas as ocasiões, Xi buscou construir uma analogia entre a BRI, Zhang e Zheng descritos como emissários que, liderando caravanas ou velejando navios, estabeleceram uma ponte de paz e cooperação entre Leste e Oeste (MUSGRAVE; NEXON, 2017).

A impressionante história de Ma, um rapaz muçulmano nascido em Yun-nan, capturado durante as invasões Ming na região, castrado, rebatizado e feito servo na corte imperial e que mais tarde se transformaria não só no enviado do imperador Ming à terras distantes, mas também o Almirante Zheng He, homem de confiança do imperador Yong-le no século XV (WADE, 2005) pode não parecer se relacionar de forma tão direta com a China de Xi Jinping do século XXI à primeira vista. Contudo, para além do simbolismo de sua figura associada à iniciativa Cinturão e Rota, outras pontes podem ser feitas.

Para Wade (2005), mas também para Musgrave e Nexon (2017), a apresentação de Zheng He como um enviado que liderou armadas em mar aberto em direção a terras distantes com o objetivo de desenvolver relações de paz, amizade e cooperação com os governantes não é exatamente precisa. O Imperador Yong-le, o qual Zheng He representava, foi visto como um usurpador porque tomou o poder de forma ilegítima, inclusive assassinando muitos dos apoiadores do governante anterior. Contudo, para se manter no poder de maneira segura precisava alcançar legitimidade e para isso buscou

reviver o sistema tributário da China também com países mais distantes, comissionando Zheng He para a missão (MUSGRAVE; NEXON, 2017).

A primeira expedição partiu em 1405, e nesse sentido Wade (2005) e Musgrave e Nexon (2017) concordam que não se tratavam exatamente de missões comerciais, uma vez que as frotas que acompanhavam o enviado eram extensas e altamente armadas. As expedições buscavam demonstrar a autoridade e força da dinastia Ming como forma de fazer ceder aqueles que as recebiam em seus portos. Nas expedições em que o enviado e sua armada eram bem recebidos, os governantes locais ganhavam presentes e enviavam embaixadores para a corte dos Ming. Contudo, quando o governo local não concordava em ceder, era necessário usar a força. Wade (2005) constrói em seu texto o argumento de que as expedições de Zheng He carregavam consigo uma espécie de 'colonialismo' Ming.

Para Musgrave e Nexon (2017), mais importante do que para onde as expedições iam e o que levavam, era o que traziam de volta para a corte: legitimidade através de tesouros, presentes, iguarias, embaixadores, sinais de que Yong-le era de fato respeitado para além da China. Por este motivo, o simbolismo da utilização da figura de Zheng He utilizada por Xi para se referir à Iniciativa Cinturão e Rota é tão interessante, reforçam Musgrave e Nexon (2017). Afinal, quanta legitimidade as ações, acordos, financiamentos, projetos e construções da BRI não estão levando para a China no Sistema Internacional, e internamente para o governo de Xi Jinping?

Com a morte do imperador Yong-le, as expedições de Zheng He foram também finalizadas, com exceção de uma última frota que partiu em 1433 sob o governo do neto do então imperador. Foi também nesta última viagem que Zheng He faleceu, sendo enterrado no mar. As próximas gerações da dinastia Ming não deram continuidade à potência naval que a China foi na primeira metade do século XV, graças as expedições do navegador Zheng He sob comando de Yong-le. Quase um século antes de Cristóvão Colombo navegar as cegas para encontrar as Índias, a Marinha da Dinastia Ming já navegava com a certeza de chegar a portos conhecidos, apesar de distantes, percorrendo incríveis distâncias, com um impressionante número de embarcações, cerca de 200 com alta tecnologia para a época, e soldados, mais de 28 mil (WADE, 2005).

A escolha em reforçar as defesas terrestres no norte do país contra os mongóis no século XV parece ecoar até os dias atuais quando os territórios marítimos, principalmente a partir da década de 1970, se tornam tão fundamentais para a segurança e defesa chinesas, mas também para a sua expansão comercial. As lições, ao que parece, foram

compreendidas pelo governo de Xi que redobrou à atenção a Marinha chinesa que, talvez pela primeira vez desde Zheng He, voltou a ser prioridade para o governo central do país.

2.5 **O livro Branco de Defesa Chinês: Defesa Nacional da China na Nova Era – desenvolvimentos sobre o Mar do Sul da China**

O atual Livro Branco de Defesa da China, principal documento de defesa do país, foi lançado em 24 de julho de 2019 sob o título Defesa Nacional da China na Nova Era. Este é o décimo Livro Branco de Defesa do país publicado pelas autoridades chinesas desde 1998[23]. Em 2019, o Livro Branco de Defesa chinês foi intitulado "Defesa Nacional da China na Nova Era". Foi divulgado pelo Departamento de Comunicação do Conselho de Estado do país, com objetivo de levar à comunidade internacional melhor compreensão sobre a Defesa nacional da China (XINHUA PORTUGUÊS, 2019)

O documento analisa especificamente a atual tendência da estratégia militar chinesa voltada também para o futuro, e lança as novas bases da organização militar do país depois das reformas realizadas em 2015. Atualmente, as forças militares chinesas contam com seis forças armadas (PLA) todas apresentadas de maneira mais explicita: Marinha (PLAN); Exército (PLAA/PLAGF); Força Aérea (PLAAF); Força de Foguetes (PLARF), que reúne os mísseis nucleares estratégicos e infraestrutura necessária à sua operação; Força de Apoio Estratégico(PLASSF), que engloba as novas capacidades de combate no campo da cibernética e da guerra eletrônica; e Força Conjunta de Apoio Logístico (PLAJLFS), que provê os meios logísticos de diversas naturezas.

Segundo Filho (2019), Livros Brancos de Defesa são documentos governamentais de alto nível e tem o objetivo de esclarecer à sociedade doméstica e internacional as estratégias e ações de segurança e de defesa de um país. A intenção desta seção, além de fazer uma breve análise sobre o documento de defesa chinês, é destacar os principais pontos que se relacionam ao desenvolvimento da força naval do país, bem como os pontos relativos aos conflitos no Mar do Sul da China. Por este motivo são enfatizadas as seções I, II ,V e VI do documento .

O corpo principal do Livro Branco é dividido em 6 seções além do Prefácio e das Considerações Finais:

[23] Os anteriores foram: 1998;2000;2002;2004;2006;2008;2010;2012;2014.

> I-Situação de Segurança Internacional;
> II-Política Defensiva de Defesa Nacional da China na Nova Era;
> III-Cumprimento das Missões e Tarefas das Forças Armadas da China na Nova Era;
> IV-Reforma na Defesa Nacional e Forças Armadas da China;
> V-Despesas de Defesa Razoáveis e Apropriadas;
> VI- Contribuição Ativa para a Construção de uma Comunidade com um Futuro Compartilhado para a Humanidade. (CHINA, 2019, p. 2, tradução nossa)

O breve prefácio do documento comenta que países e pessoas têm, cada vez mais, se tornado membros de uma comunidade cujo futuro é compartilhado e baseado na interdependência de fatores de segurança e interesses. Apresenta a China como um país que está em estágio avançado de construção de uma sociedade moderna e próspera para seus cidadãos. Com o atual Livro Branco, o governo chinês postula expor sua política de defesa nacional defensiva; explicar a prática, os propósitos e os esforços chineses para criar uma força militar poderosa que garanta a Defesa nacional; e auxiliar a comunidade internacional a compreender melhor a defesa nacional do país.

A seção I do documento expõe a situação de segurança internacional pela visão chinesa. O governo central identifica que na atualidade ocorrem as maiores mudanças no sistema internacional do último século que incluem o desenvolvimento de um mundo multipolar imerso em globalização econômica e tecnologia da informação. De maneira otimista, o documento afirma que a paz, o desenvolvimento e a cooperação através da lógica de *win-win* são tendências contemporâneas e irreversíveis do sistema. Porém, fatores desestabilizadores e externalidades podem minar a segurança internacional.

Nesse sentido, o documento afirma que a competição estratégica entre Estados aumenta à medida que o hegemonismo, a política de poder, o unilateralismo e os conflitos regionais também se apresentam como crescentes. Sobre esta afirmação, o documento apresenta os EUA como fonte de parte desta insegurança, uma vez que ajustou suas estratégias de segurança e defesa nacionais, adotando políticas unilaterais, aumentando os gastos com Defesa principalmente em setores estratégicos como cibernética, espaço e armas nucleares.

O documento também identifica, em sua primeira seção, sinais de corrida armamentista no sistema internacional, bem como ameaças não-tradicionais. Contudo, compreende que a situação de segurança da Ásia Pacífico permanece estável e que disputas e diferenças são abordadas através de diálogos consultivos positivos, principalmente na ASEAN e na Organização da Cooperação de Xangai. Para a China, e

de acordo com o documento, a situação do Mar do Sul da China também é estável, pois há gerência compartilhada dos atores regionais quanto aos riscos e diferenças na região.

Ao identificar que o núcleo econômico e estratégico do sistema está se deslocando em direção à Ásia Pacífico, o documento identifica um crescente foco de competição entre os países, que pode trazer desafios para a segurança regional, principalmente porque há o fortalecimento de alianças militares na Ásia Pacífico protagonizadas pelos EUA e aumentando a complexidade regional. Apesar de identificar o país como um ator que desfruta de estabilidade política, unidade étnica e estabilidade social, compreende também que um aumento da influência global da China a coloca como um possível foco de ameaças e desafios, como a luta contra os separatistas de Taiwan, a ameaça mais imediata e grave, bem como Tibet e Turquestão [Xinjiang], como identifica o texto.

O documento apresenta as disputas territoriais terrestre e marítimas nas quais a China está envolvida como uma ameaça à segurança interna e a soberania do país. Sobre as disputas marítimas, o documento registra que potências extrarregionais entram ilegalmente nas águas territoriais da China e nas águas e espaço aéreo perto das ilhas e recifes do país como forma de minar sua segurança nacional. Ainda na primeira seção, o documento coloca que as principais potências do cenário internacional estão reajustando suas estratégias militares de defesa e de segurança e reorganizando as estruturas militares de seus Estados. Entre as potências citadas estão EUA, Japão, França, Alemanha, Reino Unido e Índia. Essa readequação das diversas forças armadas passa também pela revolução tecnológica de ponta, o que muda o jogo estratégico do cenário internacional. Dentro desta ideia, o documento admite que o PLA ainda tem uma grande lacuna tecnológica que precisa ser solucionada.

No início da segunda seção, o documento apresenta de maneira direta os objetivos da Defesa nacional da China:

> deter e resistir à agressão; salvaguardar a segurança política nacional, a segurança do povo e a estabilidade social; opor-se e conter a 'independência de Taiwan'; reprimir os proponentes de movimentos separatistas como a 'independência do Tibete' e a criação do 'Turquestão Oriental'; salvaguardar a soberania nacional, unidade, integridade territorial e segurança; salvaguardar os direitos e interesses marítimos da China; salvaguardar os interesses de segurança da China no espaço sideral e ciberespaço; salvaguardar os interesses ultramarinos da China; apoiar o desenvolvimento sustentável do país (CHINA 2019, ps.6-7, tradução nossa).

Nesta mesma seção, afirmando salvaguardar a soberania nacional e a integridade territorial do país, o documento afirma que as ilhas do Mar do Sul da China e as ilhas Diaoyu (ou Senkaku) no Mar do Leste da China são partes inalienáveis do território do

país e, portanto, faz parte de sua política de defesa construir infraestrutura e implantar capacidades nas ilhas do Mar do Sul e nas águas próximas as ilhas Diaoyu como forma de salvaguardá-las.

O documento confirma que a China busca trabalhar diretamente com seus vizinhos para manter a paz e a estabilidade da região. E ao adotar a lógica de reunificação pacífica e de um país e dois sistemas, o Estado chinês estaria avançando para uma reunificação pacífica com Taiwan. Nesta seção, o documento deixa claro que não é objetivo do país buscar hegemonia, expansão ou esferas de influência, buscando inclusive estabelecer parcerias em vez de alianças, mas não tolerará qualquer tentativa de dividir a China , principalmente que buscar separar Taiwan e RPC.

Ainda, o documento afirma que o país mantém uma postura de não-enfrentamento, mas de contra-ataque, destacando ainda que não participa de corridas armamentistas nucleares, mantendo um nível de capacidades nucleares mínimas para efeitos de dissuasão. Ainda na seção II, o documento apresenta os objetivos estratégicos para o desenvolvimento da defesa nacional e militar da China na nova era: “alcançar a mecanização de modo geral até o ano 2020; concluir a modernização da defesa nacional e das forças armadas até 2035; e transformar totalmente as forças armadas chinesas em forças de classe mundial em meados do século XXI"(CHINA 2019, p.10, tradução nossa).

Na penúltima seção do documento, a parte V, descrevem-se as despesas de defesa da RPC apresentadas como razoáveis e apropriadas. Afirmando buscar desenvolver coordenadamente defesa nacional e economia, o documento apresenta uma série de dados econômicos que demonstram a evolução dos gastos com defesa do país logo após a reforma e abertura da China e nos anos correntes. O argumento é que os gastos com defesa como porcentagem do PIB e como percentual dos gastos do governo caíram sensivelmente desde 1979. Ao realizar uma comparação com os gastos de defesa como percentual do PIB no contexto internacional, o documento afirma que a China ocupa a sexta posição entre países como EUA, Rússia, Índia, Reino Unido, França, Japão e Alemanha, possuindo também o percentual mais baixo entre os membros permanentes do Conselho de Segurança da ONU.

A conclusão que o documento chega sobre este tópico é que as despesas de defesa chinesas estão em níveis relativamente baixos, o que demonstraria que o país não promove, através de sua modernização nas forças armadas, perigo eminente para o cenário internacional, e anuncia que os gastos com defesa da China continuarão em crescimento constante, porém moderado, uma vez que há grande lacuna que precisa ser

preenchida quanto aos requisitos necessários para o PLA garantir a soberania nacional, os interesses e a segurança do país.

Na sexta e última seção, o documento postula algumas contribuições ativas que o país tem no presente para ajudar na construção de uma comunidade compartilhada e harmoniosa no futuro. Dentre os pontos apresentados, o de maior destaque para a temática deste trabalho é a afirmação, no documento, de que o país busca lidar de forma adequada com as disputas sobre território e em relação a demarcação marítima. Neste sentido, a China afirma estar disposta a aumentar a confiança mútua e a administrar as diferenças com seus vizinhos pela estabilidade regional, intensificando a partir de 2016 o diálogo com as Filipinas sobre a questão do Mar do Sul da China. O documento ainda enfatiza que o país possui com a ASEAN uma declaração abrangente e eficaz para resolução de disputas e que visa transformar o Mar do Sul da China em uma região de paz e cooperação crescentes (CHINA, 2019).

Alguns pontos do documento merecem maior atenção, dentre eles a intensa conexão que o documento faz com os princípios e pilares exaltados e proclamados por Xi Jinping desde sua chegada ao cargo de Presidente, destacando a lógica de país próspero e forte para alcançar seu renascimento e modernização. Para Codersman (2019) se trata de uma clara e detalhada resposta às alterações ocorridas em 2017 e 2018 na estratégia de segurança e de defesa nacional dos EUA, apresentadas no próximo capítulo, mas também aos relatórios oficiais mais recentes de Washington sobre o poderio militar chinês e seu expansionismo. Segundo o autor, esses sinais poderiam demonstrar que China e EUA surgem no início da terceira década do século XXI como superpotências concorrentes (CODERSMAN,2019).

Para além de uma resposta aos documentos de defesa dos EUA, o Livro Branco chinês apresenta os esforços militares do país como razoáveis, pacíficos, justos e de baixo perfil, enfatizando apenas a busca pela defesa de seus direitos e integridade territorial. Neste sentido, direciona para os Estados Unidos o papel de potência expansionista que pode trazer desequilíbrio ao *status-quo*. O documento também aponta a China como uma potência harmoniosa em seu entorno regional, que busca cooperação através de instituições e encontra nas mesmas o espaço para o diálogo e a solução de controvérsias, principalmente as territoriais e marítimas.

Ao retratar as relações do país com as Filipinas sobre o Mar do Sul da China a partir de 2016 como de amizade, cooperação e diálogo fluido, o documento parece trazer menos os fatos, que incluem denúncias na Corte sobre direito do Mar, como apresentado

no capítulo quatro, e mais uma vontade diplomática. Este é um exemplo da interpretação própria da RPC sobre seu posicionamento no cenário internacional, que coaduna também a afirmação sobre o baixo gasto do PIB chinês com defesa, algo que a próxima seção também coloca em xeque. Porém, mais que apenas uma visão particular, o Livro Branco de Defesa de 2019, como um importante documento político, apresenta para a comunidade internacional uma China poderosa, que compreende poder fazer contrapeso aos EUA no sistema, e por isso usa o documento para responder diretamente à sua contraparte, e que, com suas capacidades materiais em pleno desenvolvimento e otimização, não permitirão que seus interesses, e o que entendem que é seu de direito, lhes seja negado ou retirado.

2.6 **As capacidades materiais da China Moderna: desenvolvimentos econômicos e militares com ênfase na PLAN**

O principal objetivo desta seção é apresentar de maneira gráfica a evolução das capacidades materiais da RPC, enfatizando prosperidade econômica e força militar, os dois pontos mais destacados durante os governos dos quatro mais recentes líderes do país, brevemente apresentados neste capítulo: Deng, Jiang, Hu e Xi. Dado o objeto deste trabalho, a principal força militar a ser analisada nesta seção é a Marinha Chinesa, também conhecida como o Exército Naval de Libertação Popular (PLAN na sigla em inglês). Os dados aqui apresentados, além de constituírem importantes estruturas para o desenvolvimento do país desde sua política de portas abertas no final da década de 1970, também refletem princípios continuamente presentes nos principais documentos que guiam o país ao longo das últimas cinco décadas. Os dados aqui apresentados são compilados das bases de dados do Banco Mundial (2021) e do Janes Online (2021),

A escolha por iniciar esta análise a partir de dados socioeconômicos revela mais que apenas um destaque ao exponencial crescimento vivenciado pela China desde a década de 1970, mas a busca incessante dos últimos governos por trazer bem-estar social e padrão mais confortável de vida para sua imensa população. Como já comentado, o sucesso chinês em retirar milhões da pobreza é um de seus grandes trunfos, apesar de a desigualdade crescente, mesmo mais controlada, entre os centros urbanos e o interior do país, ser algo que ainda incomoda o Partido, uma vez que a insatisfação e instabilidade que este fato pode gerar, tem o poder de enfraquecer o governo central. Além disso, Xi Jinping aposta que o renascimento chinês, que se apoia na política do ‘Sonho da Chinês,’

entende que para se tornar uma sociedade moderna, tais parâmetros de desenvolvimento socioeconômicos precisam ser alcançados.

Enquanto o Gráfico 1 apresenta o vertiginoso crescimento do PIB chinês em dólar constante desde a década de 1970, sem recuar um ano sequer, o Gráfico 2 mostra a também impressionante evolução do PIB per capita chinês em comparação com a média mundial em dólar constante. Contudo, o PIB per capita do país ainda não conseguiu, desde o ano de 1970, ultrapassar a média mundial. Entretanto, a partir da metade dos anos 2010, é possível perceber uma aproximação do PIB chinês com a média mundial maior a cada ano. Trazendo um pouco da breve história da China moderna apresentada na seção 2.2 deste capítulo, a maior aproximação entre os padrões de PIB per capita mundial e o da China vai ocorrer justamente no governo de Xi, muito próximo ao anúncio de seu segundo governo. Neste mesmo momento, verifica-se no Gráfico 3, que pela primeira vez o PIB da RPC medido pela paridade do poder de compra, ultrapassa o dos Estados Unidos, continuando a se distanciar dos números americanos desde então.

Ao traçar essa breve análise com alguns dos mais básicos dados socioeconômicos é possível afirmar que houve continuidade de objetivos de política interna na China desde sua reabertura. Os objetivos de crescimento e de modernização da sociedade vem sendo perseguidos e alcançados, não sem desafios ou sem cobrar seu alto preço, como também já comentado. Se no início do século XXI não eram todos os Estados e demais atores do cenário internacional que tinham muito claro que a China ajudaria a moldar os rumos da economia global, desde meados de 2010 esta não é mais uma dúvida.

Quanto ao segundo conjunto de Gráficos – números 4, 5 e 6 – podemos observar informações agora relacionadas não apenas à questões econômicas, mas também associadas às forças armadas do país. Apresentando dados que envolvem gastos de defesa e gastos governamentais com as forças armadas, buscamos estruturar um argumento que se relaciona diretamente com a parte V do Livro Branco de Defesa chinês de 2019. O documento argumenta que a China é o principal país do sistema internacional entre as principais potências que vem diminuindo de forma efetiva seus gastos percentuais de defesa em relação ao PIB o que, segundo o documento, reforçaria a postura de desenvolvimento do país enquanto um ator pacífico no sistema internacional, pois apesar da modernização justa e cabível de suas forças militares, não haveria um aumento expressivo dos gastos militares do país que justificassem temor

Por um lado, o Gráfico 4 confirma, parcialmente a afirmativa apresentada no documento. Desde 1996, quando a China apresentou gastos governamentais com defesa

de 15%, todos os anos posteriores apresentaram decréscimo nos números percentuais, alcançando o número mais baixo da história em 2020 com menos de 5% de gastos governamentais em defesa. Por outro lado, o mesmo gráfico demonstra que também a partir de 1996 os gastos com defesa em números absolutos da China começaram a aumentar de forma substancial, chegando também em seu patamar mais alto no ano de 2020. Como será brevemente comentado na seção seguinte, e mais profundamente explorado no capítulo quatro, 1996 foi o ano do incidente do Recife de Mischief que envolveu China e Filipinas e segundo algumas argumentações, reforçou os laços entre Washington e Manila.

O Gráfico 5 ajuda a sustentar a argumentação de que a afirmação de uma China que reduz seus gastos militares apresentada em documento oficial, o Livro Branco de Defesa de 2019, é feita de maneira enviesada e pouco consistente por parte do governo chinês. O gráfico demonstra que apesar da rápida diminuição do percentual de gastos governamentais a partir do PIB com as forças armadas, o PIB chinês cresceu de forma ainda mais impressionante, como demonstrado no Gráfico 1. Desta maneira, se há diminuição do percentual de gastos com defesa, mas aumento do PIB, virtualmente não há em números absolutos, como reforça o Gráfico 4, diminuição real dos gastos militares da China. Por sua vez, o Gráfico 6 apresenta os gastos com defesa na China em números reais, cifras que crescem mais a cada ano também a partir do ano de 1996, e o percentual do PIB gasto com defesa e que se mantem razoavelmente estável, e não em queda, desde a segunda década de 1990. Ou seja, esses conjuntos de gráficos ajudam a entender o alerta que a modernização e os gastos com defesa da China emite para potências regionais e extrarregionais, indo na contramão da afirmação da parte V do Livro Branco de Defesa (2019) da China destacada na seção anterior.

Por fim, a última sequência de gráficos, que inclui também uma tabela completa dos navios que a PLAN possui em serviço ou em fase de construção, procura complementar o Gráficos 7, apresentando, em primeiro lugar, a diversidade de navios militares que estão sendo construídos na China ao longo dos últimos 20 anos, podendo ser possível perceber quais tipos de navios tiveram maior produção e quais tiveram menor. O Gráfico 8, por sua vez, apresenta todos os navios em serviço da PLAN, destacando também seus tipos e aumento ou diminuição na frota de determinados modelos a disposição para utilização. A Tabela 3 complementa a análise destes dois primeiros gráficos, apesar de estar intimamente conectada também com o Gráfico 10. A tabela apresenta de maneira conjunta e por anos, todos os navios chineses, suas

quantidades em serviço e em construção. Nesta análise foi possível perceber o aumento do número já alto da construção e utilização de embarcações como Corvetas e Fragatas[24], rápidas e baratas de serem produzidas, ágeis e completas no que tange o sistema de defesa e ataque. É interessante também destacar que a categoria Submarino antissubmarino Nuclear também teve um exponencial crescimento em sua produção.

Tão interessantes quanto os Gráficos 7 e 8 são os Gráficos 9 e 10, bem menos complexos que os dois anteriores, mas igualmente importantes para a análise da Marinha Chinesa, principalmente em seu entorno regional. Ambos os gráficos podem confirmar um argumento importante trazido no Livro Branco de Defesa, presentes em demais discursos e perfis políticos traçados para o governo de Xi Jinping, que colocou em prática um projeto de modernização das Foras Armadas e de sua estrutura de comando em seu primeiro mandato como presidente do país.

Apesar de ser possível perceber um pico da utilização de navios militares em serviço no ano de 2010, muito próximo ao lançamento do projeto norte americano do Pivot para a Ásia, a ser comentado no próximo capítulo, há uma constante diminuição de navios em uso nos anos de 2015 e 2021. Isso significa que o Mar deixou de ser importante na estratégia chinesa? Pelo contrário, nos últimos 10 anos as rotas e saídas para o Mar, bem como seu no entorno regional, passaram a ser algumas das prioridades do PLA. Combinando a análise do Gráfico 9 com a do Gráfico 10 percebemos que ao mesmo tempo que há uma diminuição de navios em serviço na última década, há, um aumento considerável de navios em construção, principalmente a partir de 2015, momento intenso de disputas no Mar do Sul da China com atores regionais e extrarregionais, mas também ano da reforma das forças armadas perpetrada por Xi.

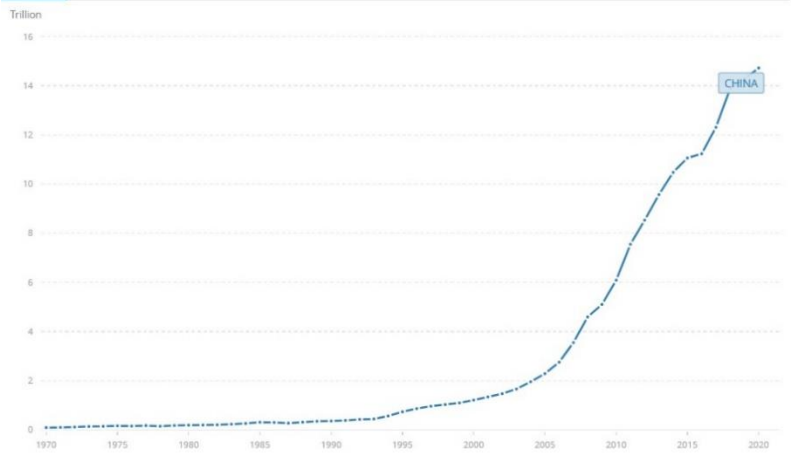
Aliada à conjuntura apresentada, podemos adicionar ainda algumas informações da seção 2.4 deste capítulo que agregam à análise. Em diversas ocasiões e em vários documentos oficiais, Xi Jinping demonstra toda sua preocupação com a modernização das forças armadas chinesas como um caminho para a construção de um Estado chinês moderno, poderoso, próspero e respeitado no sistema internacional. Esta modernização otimizaria a utilização de recursos no exército chinês, diminuindo a quantidade de navios

[24] Não há diferenciação clara entre Fragatas e Corvetas, muitas vezes sendo definidas por cada Marinha de formas diferentes. Ambas são navios leves de combate podendo receber armamento de mísseis e canhões. Sendo assim, essas duas classes de navios podem ter sua nomenclatura modificada, e, portanto, tornando os dados intercambiáveis em alguns anos.

em serviço, mas aumentando suas capacidades, tecnologia e poder de fogo e navegação, algo que parece se confirmar a partir dos dados apresentados.

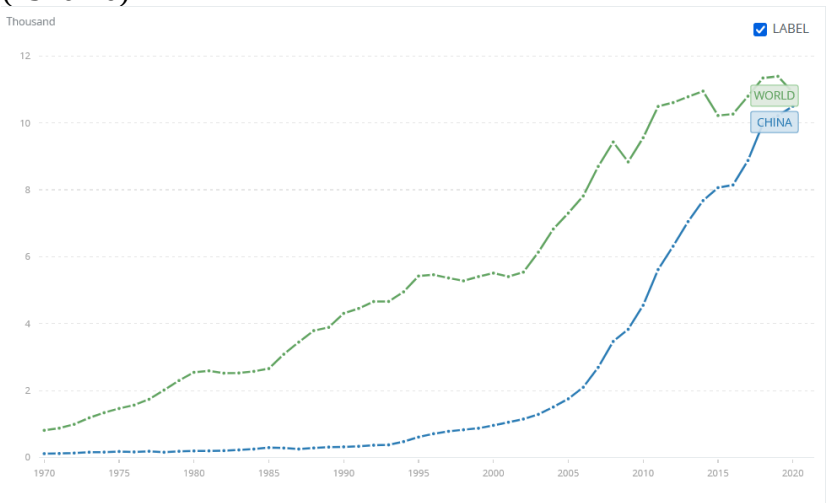
Por fim, o Gráfico 11 apresenta a distribuição do pessoal da PLAN desde o ano 2000. O que se pode perceber é que que, mesmo depois da reforma nas forças armadas de 2015, a quantidade de pessoal continua a mesma sem maiores mudanças. Reforçando o argumento sobre a otimização das formas armadas, o objetivo do governo central para estas como um todo e aqui, especificamente, para a Marinha é desenvolver e especializar seu pessoal para estarem preparados para a agir como uma Força Armada de um grande país como a China. Nos dois casos, da capacidade material e de pessoal, a China parece estar apostando mais em qualidade e tecnologia que em quantidade, mesmo quando o 'adversário' tem uma das maiores forças armadas do mundo.

Gráfico 1 - Evolução do PIB da China em dólar corrente (1970-20)



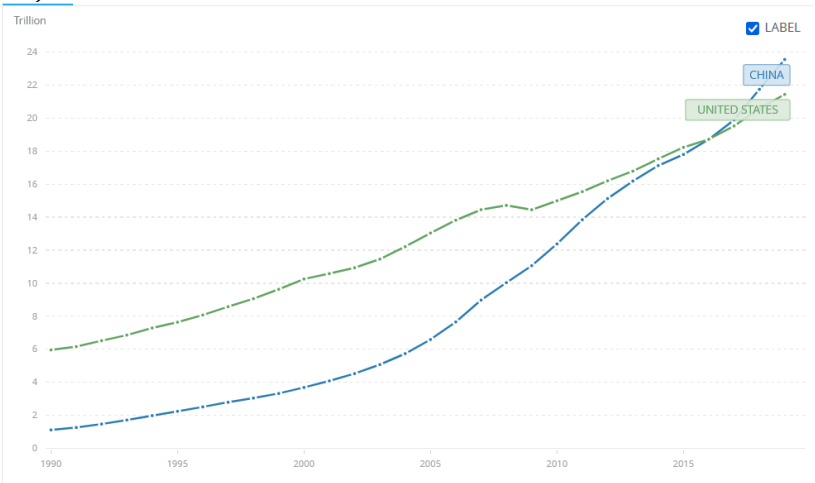
Fonte: (WOLRD BANK, 2021)

Gráfico 2 - Evolução do PIB per capita da China em dólar corrente frente ao mundo (1970-20)



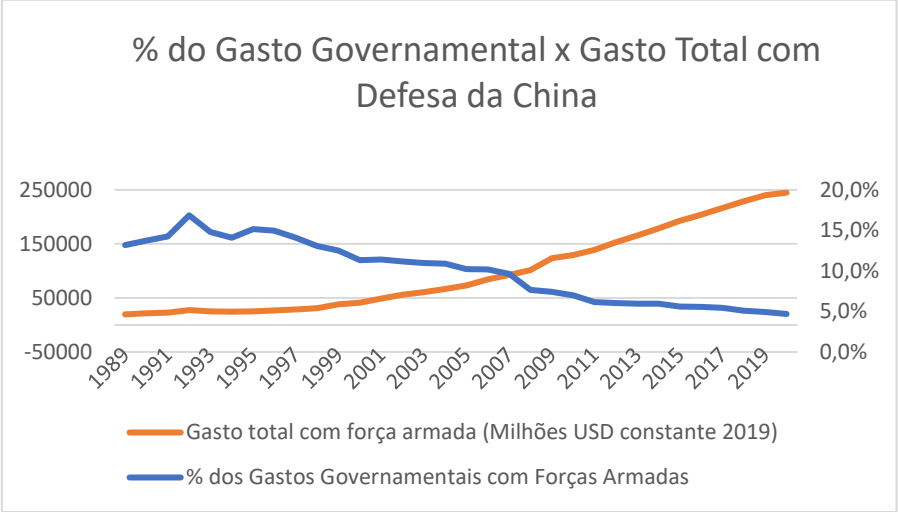
Fonte: (WOLRD BANK, 2021)

Gráfico 3 - Evolução do PIB (PPP) da China em dólar corrente frente aos EUA (1990-20)



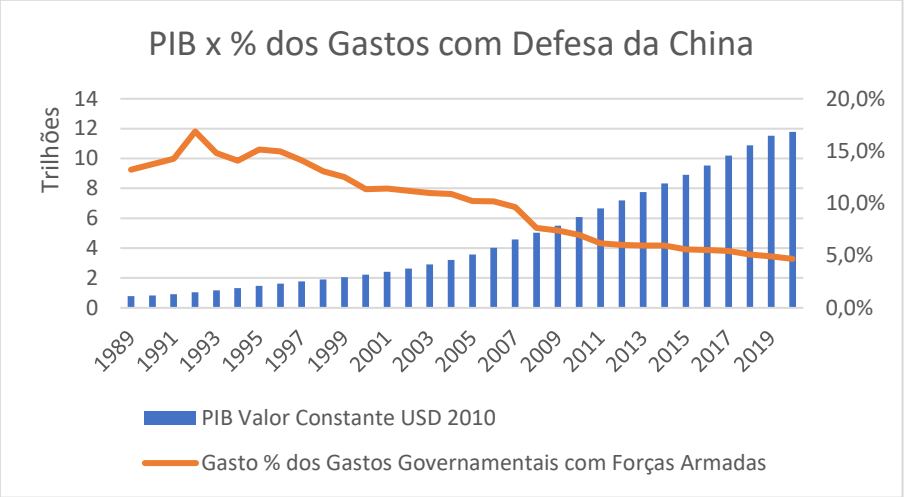
Fonte (WOLRD BANK, 2021)

Gráfico 4 - Percentual do Gasto Governamental em defesa vs Gasto total com defesa RPC



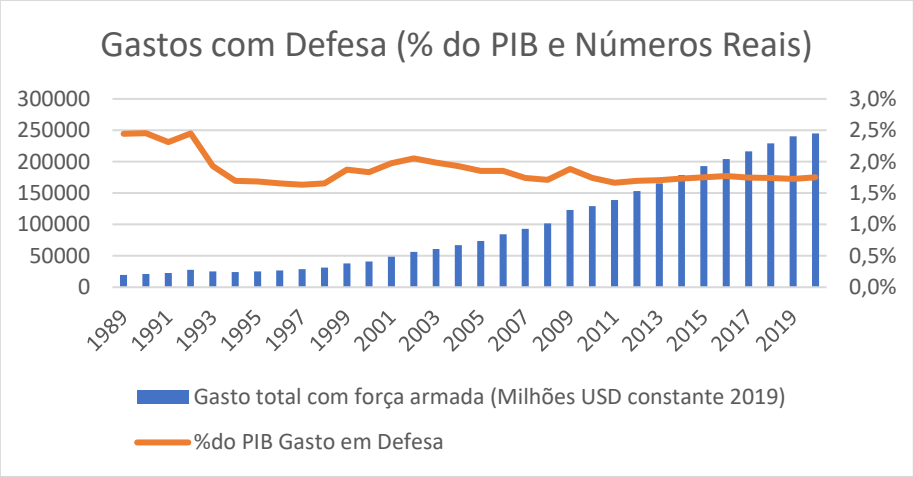
Fonte: Elaboração própria com dados de: SIPRI (2021)

Gráfico 5 - PIB total vs Percentual dos gastos com defesa RPC



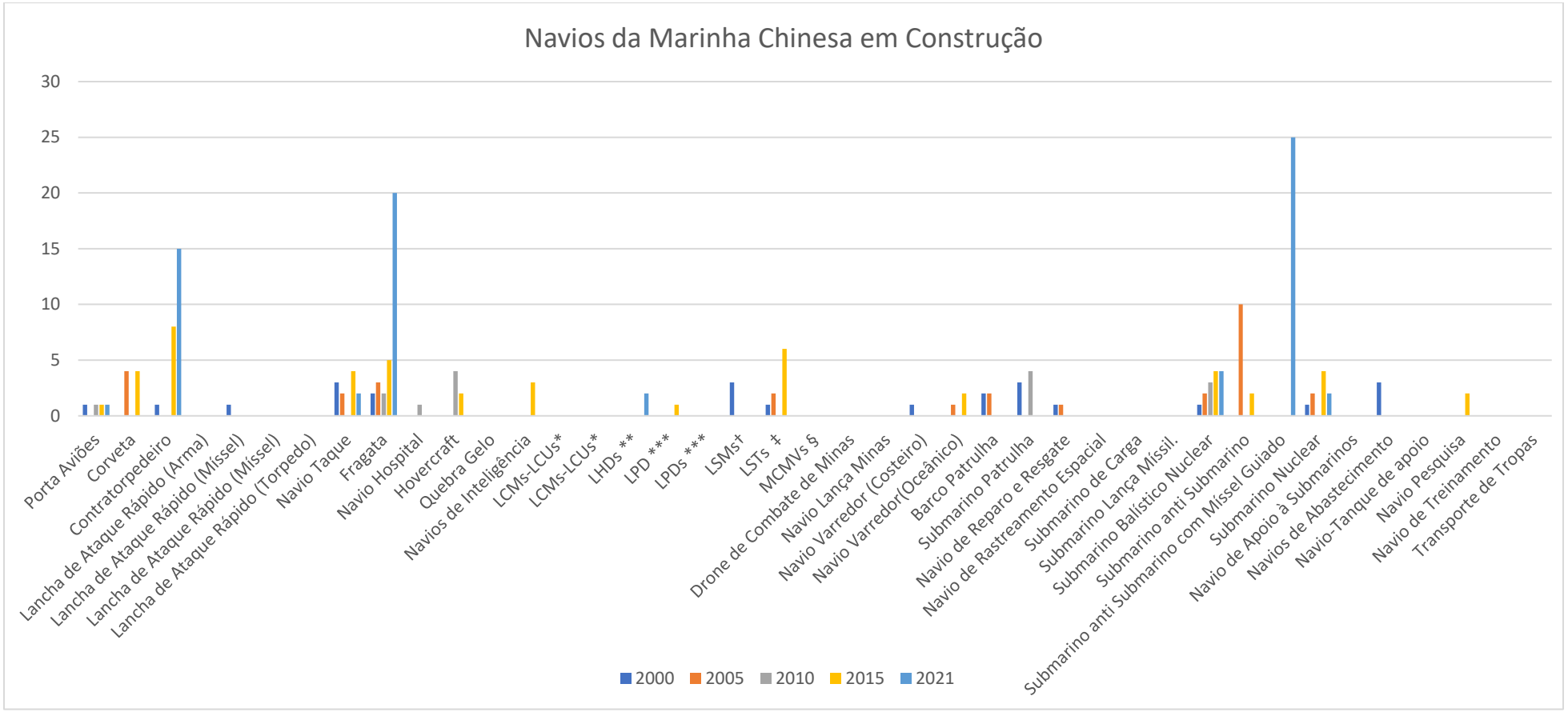
Fonte: Elaboração própria com dados de: SIPRI (2021); WOLRD BANK (2021).

Gráfico 6 - Gastos com Defesa na RPC por anos em % e em números reais



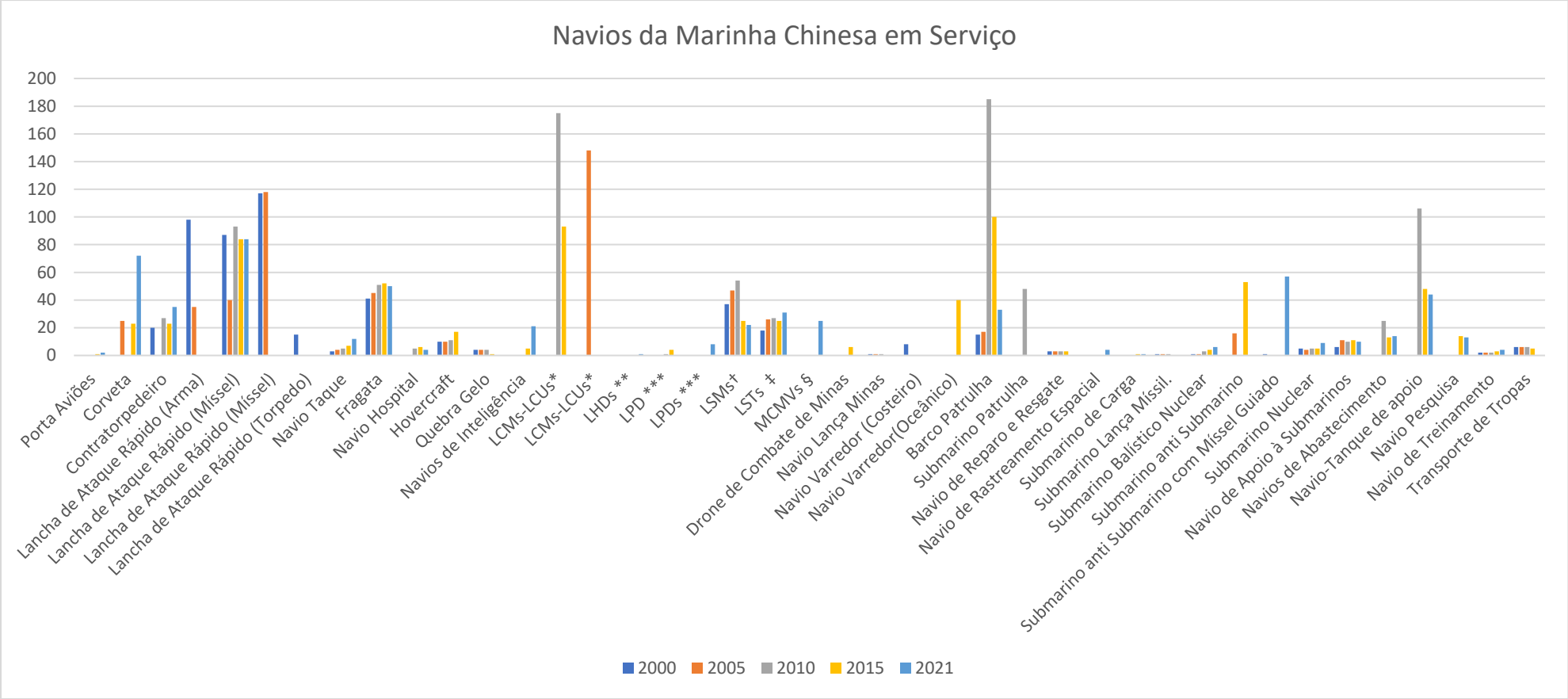
Fonte: Elaboração própria com dados de: SIPRI (2021); WOLRD BANK (2021).

Gráfico 7 - Navios da Marinha Chinesa (PLAN) em construção por tipo e por ano (2000-21)



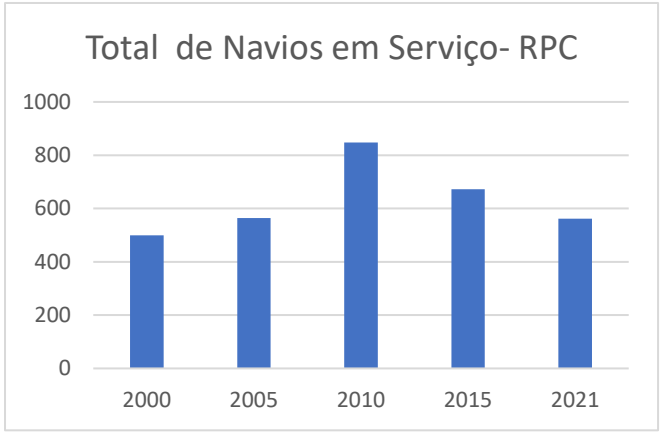
Fonte: Elaboração própria com dados de JANES (2021)

Gráfico 8: Navios da Marinha Chinesa (PLAN) em Serviço por tipo e por ano (2000-21)



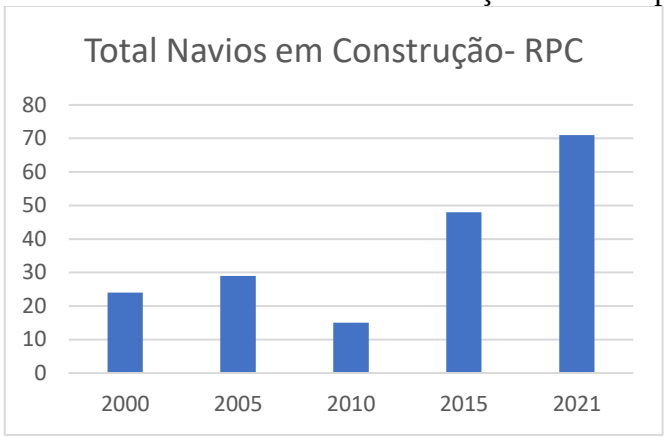
Fonte: Elaboração própria com dados de: JANES (2021)

Gráfico 9- Navios militares em serviço da Marinha Chinesa por anos



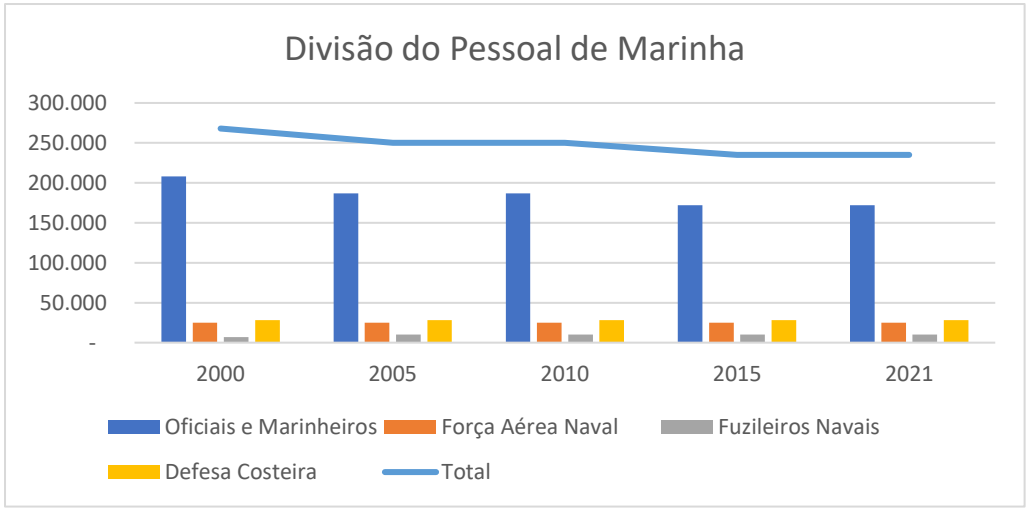
Fonte: Elaboração própria com dados de: JANES (2021)

Gráfico 10- Navios militares em construção na China por anos



Fonte: Elaboração própria com dados de: JANES (2021)

Gráfico 11-Divisão do Pessoal da Marinha chinesa



Fonte: Elaboração própria com dados de: JANES (2021)

Tabela 3 - Composição da Marinha chinesa (PLAN) entre 2000-2021[25]

Embarcações	2000		2005		2010		2015		2021	
	Em serviço	Construção (Planejado)	Em serviço	Construção (Planejado)	Em serviço	Construção (Planejado)	Em serviço	Construção (Planejado)	Em serviço	Construção (Planejado)
Porta Aviões	0	-1	0	0	0	1 (1)	1	1	2	1 (2)
Corveta	0	0	25	4	0	0	23	4 (3)	72	-
Contratorpedeiro	20	1 (1)	0	0	27	-	23	8	35	15 (9)
Lancha de Ataque Rápido (Arma)	98	-	35	-	0	0	0	0	0	0
Lancha de Ataque Rápido (Míssel)	87	-1	40	-	93	-	84	-	84	-
Lancha de Ataque Rápido (Míssel)	117	-	118	-	0	0	0	0	0	0
Lancha de Ataque Rápido (Torpedo)	15	-	0	0	0	0	0	0	0	0
Navio Taque	3	3	4	2	5	-	7	4	12	-2
Fragata	41	2	45	3	51	2 (4)	52	5 (6)	50	-20
Navio Hospital	0	0	0	0	5	-1	6	-	4	-
Hovercraft	10	-	10	-	11	4	17	2	0	0
Quebra Gelo	4	-	4	-	4	-	1	-	0	0
Navios de Inteligência	0	0	0	0	0	0	5	3	21	-
LCMs-LCUs*	0	0	0	0	175	-	93	-	0	0
LCMs-LCUs*	44 (230)	-	148	-	0	0	0	0	0	0
LHDs **	0	0	0	0	0	0	0	0	1	2 (5)
LPD ***	0	0	0	0	1	-	4	1 (1)	0	0
LPDs ***	0	0	0	0	0	0	0	0	8	-
LSMs†	37	3	47	-	54	-	25	-	22	-
LSTs ‡	18	1	26	2	27	-	25	6	31	-

[25] Em 22 de janeiro de 2021 a RPC aprovou uma lei, que entrou em vigor em 1o de fevereiro do mesmo ano, onde especifica explicitamente, pela primeira vez, as condições sob as quais sua guarda costeira está autorizada a utilizar armas letais contra navios estrangeiros. Segundo a lei, a guarda costeira está autorizada a utilizar todos os meios necessários para parar ou evitar ameaças de embarcações estrangeiras. O primeiro artigo da lei afirma que ela é necessária para salvaguardar a soberania, a segurança e os direitos marítimos do país em regiões que alega serem parte de seu território, mas que não estão de acordo com a UNCLOS (TIAN,2021).

MCMVs §	0	0	0	0	0	0	0	0	25	-
Drone de Combate de Minas	4 (42)	-	4 (42)	-	4 (42)	-	6	-	0	0
Navio Lança Minas	1	-	1	-	1	-	0	0	0	0
Navio Varredor (Costeiro)	8	1	0	0	0	0	0	0	0	0
Navio Varredor(Oceânico)	27 (13)	-	18 (26)	1	27 (22)	-	40	2	0	0
Barco Patrulha	15	2	17	2	185	-	100	-	33	-
Submarino Patrulha	56 (8)	3 (2)	41 (10)	-	48	4	0	0	0	0
Navio de Reparo e Resgate	3	1	3	1	3	-	3	-	0	0
Navio de Rastreamento Espacial	0	0	0	0	0	0	0	0	4	-
Submarino de Carga	0	0	0	0	0	0	1	-	1	-
Submarino Lança Míssil.	1	-	1	-	1	-	0	0	0	0
Submarino Balístico Nuclear	1	-1	1	2 (2)	3	3	4	4	6	4
Submarino anti Submarino	0	0	16	10 (1)	0	0	53	2 (4)	0	0
Submarino anti Submarino com Míssel Guiado	1	0	0	0	0	0	0	0	57	-25
Submarino Nuclear	5	1	4	2 (3)	5	-	5	4	9	2
Navio de Apoio à Submarinos	6	-	11	-	10	-	11	-	10	-
Navios de Abastecimento	29+	3	68+	-	25	-	13	-	14	-
Navio-Tanque de apoio	0	0	0	0	106	-	48	-	44	-
Navio Pesquisa	0	0	0	0	0	0	14	2	13	-
Navio de Treinamento	2	-	2	-	2	-	3	-	4	-
Transporte de Tropas	6	-	6	-	6	-	5	-	0	0

Legenda:
* Landing Craft Mechanized (Barco de Desembarque de Mecânicos)/ Landing Craft Utility (Barco de Desenbarque de Tropas)/ Landing Craft, Vehicle, Personnel (Barco de Desembarque, Veículo, Pessoal)
** Landing Helicopter Dock (Navio de Aterrissagem de Helicópteros)
*** Landing Platfom/Dock (Barco de Transporte Anfíbio)
†Landing Ship Medium (Navio de Desembarque Médio)
‡ Landing Ship tank (Navio de Desembarque de Tanques)/ Logistics Support Vessel (Navio de Apoio Logístico)
§ Mine Countermeasure Vessel (Navio Anti Minas)

Fonte: Elaboração própria com dados de: JANES (2021)

2.7 **Encontros e desencontros entre China e Estados Unidos no Mar do Sul da China: as convenções internacionais, os direitos históricos e a perspectiva chinesa**

A presença militar norte americana na região do Mar do Sul da China não é recente. A Sétima Frota, por exemplo, criada no contexto da Segunda Guerra Mundial, desde então foi a responsável pelo comando operacional do país na Ásia Pacífico, e até hoje se mantem estacionada em uma base no Japão. Na década de 1970 quando se iniciaram as primeiras disputas territoriais no Mar do Sul da China, envolvendo países do Sudeste Asiático e a China, como apresentado no capítulo quatro de forma mais profunda, os choques entre as forças armadas de China e EUA não eram frequentes naquele entorno regional.

A linha do tempo da CFR (2021) mostra que uma das primeiras interações mais diretas entre China e EUA nas disputas do Mar do Sul da China foi em 1996 quando, após o Incidente de Mischief Reef (ver capítulo 4) entre a Marinha das Filipinas e da RPC, aprofunda-se uma crise nas relações entre Beiijng e Manila, relançando, de forma quase automática, os laços militares entre os Estados Unidos e as Filipinas. Já naquele ano foram realizados exercícios conjuntos por parte dos dois países, algo que o então presidente filipino buscou desvincular do incidente ocorrido na primeira metade de 1996 (CFR, 2021). Contudo, as tensões foram relaxadas depois da assinatura de um Código de Conduta – COC na sigla em inglês – (com a ASEAN) que sugeria a resolução pacífica das disputas regionais. O COC será abordado de maneira mais profunda no capítulo 4 desta tese.

Foi também no final da década de 1990, no ano de 1998 que os presidentes chinês, Jiang Zemin, e americano, Bill Clinton, assinaram um acordo militar bilateral consultivo que tinha como intuito construir confiança mútua entre as duas nações, mas que teve sua eficácia questionada depois que duas aeronaves militares, uma americana, de patrulha, e uma chinesa, interceptadora, colidiram sobre o Mar do Sul da China matando o piloto chinês. A aproximação dos EUA com a RPC não ocorreu de maneira impensada, uma vez que naquela década, a PLAN passava por um período de modernização e começava a se tonar menos uma marinha costeira de defesa e mais uma frota de águas azuis, que exploraria de maneira mais ousada territórios mais distantes da enorme massa continental do território chinês (CFR, 2021).

Com a entrada da década de 2010 passamos a ver uma presença mais constante dos Estados Unidos no Leste da Ásia. Não que o país tenha deixado seus postos avançados

na região (Figura 7), mas devido aos desenvolvimentos da Guerra ao terror, os EUA voltou-se com todas as suas forças para o Oriente Médio, deixando, por cerca de uma década, uma importante década para a RPC, uma espécie de vácuo de poder na Ásia. No ano de 2010, a então Secretária Geral dos EUA, Hillary Clinton, declarou em visita à Ásia, que os EUA , apesar de se posicionarem com neutralidade quanto às disputas de soberania no Mar do Sul da China, julgavam imprescindível a liberdade de navegação e o livre acesso aos recursos comuns da região, como a passagem de embarcações, militares mas também comerciais, que estruturam o fluxo do comércio internacional. A declaração vem pouco tempo depois que a China busca afirmar seu direito de ocupar ilhas disputadas e resolver tais disputas bilateralmente ou através do COC, quando países da ASEAN estavam envolvidos.

Em 2011, além de uma resposta indireta à postura chinesa em águas consideradas como territoriais das Filipinas, o governo americano passou a engrossar o discurso de Manila e chamar suas águas adjacentes não de Mar do Sul da China, mas Mar do Oeste das Filipinas em resposta à assertividade da Marinha chinesa na região. É também no ano de 2011 que o presidente norte-americano, Barack Obama, lança a estratégia de pivot para a Ásia Pacífico em discurso proferido na Austrália durante viagem oficial. Obama anunciou novas tropas e equipamentos para a região, incomodando a contraparte chinesa. (ANDREWS; CAMPBELL, 2013).

Figura 7 - Países com bases militares dos EUA na região do Pacífico, com destaque para a área em disputa no Mar do Sul da China (2019)

Fonte: Maynard (2019)

Nos anos de 2013 e 2014, a Marinha norte americana iniciou a condução de Operações de Liberdade de Navegação (FONOPs na sigla em inglês) no Mar do Sul da

China em áreas disputadas por praticamente todos os reivindicantes da região. Desde então, as operações de liberdade de navegação por parte dos EUA na região não arrefeceram. O conceito de liberdade de navegação, melhor apresentado no capítulo três, é um direito presente na UNCLOS, que nunca foi ratificada pelos EUA, mas que se utiliza da prática, compreendida pela China como um desrespeito à sua soberania e a seus direitos históricos, princípio este não reconhecido pela UNCLOS. Para além das operações de liberdade de navegação, a Marinha americana continua apoiando seus aliados reginais, realizando e conduzindo exercícios militares conjuntos nas águas e espaços aéreos em disputa, assinando pactos de defesa principalmente com as Filipinas, como ocorreu em abril de 2014 (CFR, 2021).

Em outubro de 2015, talvez a mais controversa operação de liberdade de navegação foi colocada em prática pela Marinha americana que, alegando passagem inocente, passou a cerca de12 milhas náuticas das ilhas que a China está construindo próximo ao conjunto de ilhas Spratly. O ocorrido gerou tensões nas relações China-EUA e o embaixador chinês em Washington considerou a ação um sério ato de provocação militar e político. Em 2016 mais um ato de provocação, desta vez pelo lado chinês. Um dos navios de Guerra da PLAN capturou um drone subaquático da marina americana que coletava dados científicos no Mar do Sul da China. O navio chinês deixou o local sem devolver o drone, apesar dos apelos dos soldados americanos. Em 2018 dois navios de Guerra, um da marinha americana, outro da marinha chinesa, quase colidiram próximo as ilhas Spratly. O navio americano realizava o que o Pentágono chamou de operação de liberdade de navegação de rotina, enquanto o navio chinês passou a 40 metros de distância de sua contraparte como uma forma de aviso, uma vez que compreenderam que os EUA estavam infringindo a sua soberania. (CFR, 2021).

Mais recentemente, em julho de 2020, o então Secretário de Estado Norte Americano declarou que a maior parte das reivindicações chinesas no Mar do Sul da China são ilegais. Desde o início das Operações de Liberdade de Navegação por parte dos Estados Unidos no Mar do Sul da China, o governo da RPC tem feito uma série de movimentos e declarações para demonstrar sua insatisfação e repudiar as operações norte americanas (XINHUA,2021). Para Xinhua, He (2021) afirma que os EUA vêm buscando transformar a região do Mar do Sul da China em uma zona de caça em prol de seus interesses geopolíticos, sendo atualmente a maior ameaça para a paz e a estabilidade da região. O governo chinês não reconhece como legítimo o Tribunal Arbitral do Direito do Mar que julgou como causa favorável às Filipinas, a atuação chinesa na região como

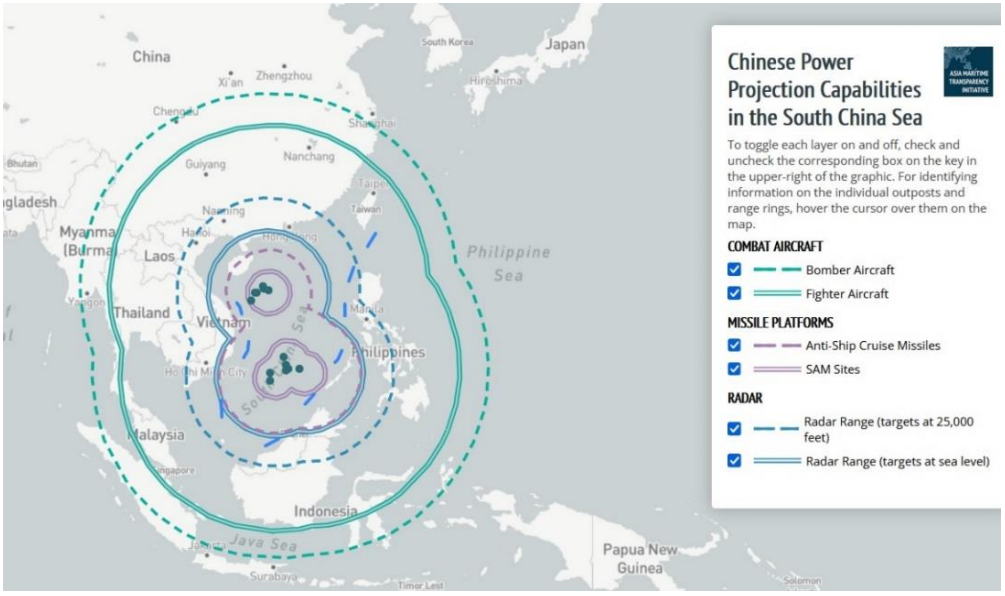
ilegal e prejudicial aos vizinhos. Os EUA, alega He (2021), enviaram um navio de Guerra entrando ilegalmente, logo após a decisão do Tribunal, em águas chinesas mesmo sem fazer parte da Convenção (HE, 2021).

Segundo a agência oficial de notícias oficial do Estado chinês, como forma de solidificar a ideia da ameaça chinesa e reconquistar seu espaço na Ásia Pacífico, os EUA acusa a RPC de ações infundadas, agindo através de operações de liberdade de navegação que são como uma ficção, já que dos milhares de navios mercantes que passam anualmente na região, até então não houve relatos de ameaça à sua segurança no Mar do Sul da China. Para o governo chinês, o envio de navios de guerra e porta-aviões americanos para o Mar do Sul da China para a realização de 'passagens inocentes', patrulha e exercícios de Guerra são uma demonstração de forças extrarregionais que aumentam a tensão e diminuem a estabilidade da Ásia Pacífico (XINHUA, 2021)

A partir de 2014, a China passou a aumentar de forma considerável suas capacidades de monitoramento e projeção de poder no Mar do Sul da China. Boa parte dessa estrutura só se tornou possível devido a construção de bases de uso dual em postos avançados do país, nos conjuntos disputados das ilhas Spratly, mais ao sul, e Paracel, mais ao norte do MSC. Nas ilhas Spratly os postos avançados se localizam na Ilha Tree, na Ilha Woody, na Ilha Lincoln, na ilha Money, na Ilha Duncan e na ilha Triton. Já nas Paracel, tais capacidades foram instaladas nos recife: Subi Reef, Mischief, Gaven , Hughes, Johnson, Fiery Cross e Cuarteron. Esse conjunto de capacidades inclui radares, matrizes de comunicação, pistas de pouso, hangares e sistema de mísseis terra-ar e anti-navio (AMTI/CSIS, s/d).

A instalação desses recursos estratégicos em pontos-chave do Mar do Sul da China (Figura 8) pode auxiliar a RPC na negação de acesso ao Mar por parte de países que agirem de maneira contrária aos seus interesses e diretrizes em seu entorno regional. Certamente não é uma coincidência que o início da instalação de tais capacidades tenha se dado pouco tempo depois do lançamento da política de Pivot para a Ásia do governo Obama (AMTI/CSIS, s/d). Dentro de uma análise de curto ou até médio prazo, é possível afirmar que tais recursos poderão ser utilizados como forma de negar acesso aos EUA na região, uma vez que, como reforça o governo chinês, se trata do maior fator desestabilizante no Mar do Sul da China nas últimas décadas.

Figura 8 - Capacidade de projeção de poder chinês a partir dos postos avançados nas ilhas Spratly e Paracel no Mar do Sul da China.



Fonte: AMTI/CSIS (s/d)

2.8 **Considerações Finais**

Nas considerações finais deste capítulo, buscamos elaborar uma aproximação sobre a posição chinesa no seu entorno regional, mais especificamente no Mar do Sul da China, aos desenvolvimentos do Realismo Neoclássico de Ripsman, Taliaferro e Lobell (2016), utilizando ainda as considerações, reunidas no capítulo 1, sobre potências revisionistas e de *status-quo* segundo os autores do realismo clássico a partir do que foi apresentado por Schweller (1994).

Para realizarmos a análise sobre a posição da China no Mar do Sul da China desde a década de 1970 a partir do Realismo Neoclássico tipo III precisamos destacar principalmente as variáveis domésticas relativas à RPC. Baseamo-nos, para isso, na Tabela 1 do capítulo 1 desta tese. A partir da década de 1970, a imagem do líder da RPC se alterou profundamente, apesar de manter certas características como o pragmatismo. Com o fim da Era Mao, que destacava o culto à personalidade do líder, e início da Era Deng, passamos a ver uma lenta mudança da ascensão de líderes políticos para líderes com características políticas e técnicas. Deng iniciou a ponte com o restante do mundo, trabalho continuado por Jiang Zemin e aprofundado por Hu Jintao.

Estes líderes, que conseguiram manter legitimidade interna, utilizavam-se da coexistência pacífica como fio condutor para posicionar a China no sistema internacional

com abordagens de ascensão e desenvolvimento pacíficos, mas também de mundo harmonioso, com cautela no que tange a postura principalmente frente ao ocidente. Em seu entorno regional, principalmente no MSC, todos os líderes em destaque mantiveram uma postura assertiva que se escalona até o momento atual com Xi Jinping, que tem uma abordagem ainda mais enfática, destacando o 'Sonho Chinês' e as pretensões de modernização e crescimento para a posição de liderança da China, regional e internacionalmente.

Quanto à cultura estratégica da RPC, vale argumentar que esta também está associada ao pragmatismo, e com o passar das décadas e uma maior garantia, por parte do país em termos de suas capacidades materiais, essa cultura estratégica parece estar se estruturando com maior segurança sobre os objetivos e interesses do país. Ao mesmo tempo que a RPC busca uma postura de diálogo, de reciprocidade e de aceitação por parte do cenário internacional, também promove o 'Sonho Chinês' como seu principal plano de política interna e externa. Neste sentido, no MSC, a China procura ter suas demandas, por ela entendidas como justas, atendidas, e seu espaço estratégico respeitado.

As duas últimas variáveis intervenientes, e, portanto, domésticas, do Neorrealismo do Tipo III de Ripsman, Taliaferro e Lobell (2016) são extremamente complexas de serem medidas na China. As relações Estado-sociedade evoluíram nos últimos 60 anos, mas a quinta modernização, a política, nunca foi profundamente realizada. O PCC controla as forças armadas e é base para as relações dos governos provinciais com o governo central. Elites produtivas, políticas e intelectuais de maior destaque ainda são aquelas que estão dentro do partido. Mesmo assim, há o florescimento de uma sociedade civil mais engajada com o fim da era Mao, que mesmo assim é extremamente monitorada pelo governo central.

Da mesma forma, as instituições domésticas da RPC passaram por muitas alterações, que incluem a chegada de empresas estrangeiras, as quais impactaram também nas estruturas domésticas, bem como uma busca por modernização das empresas estatais, do empreendedorismo chinês e das próprias forças armadas que, em 2015, passaram por sua mais recente e principal reestruturação. Apesar da modernização do país, das renovações nas bases do Estado e de algumas de suas mais importantes instituições ao longo das seis décadas deste recorte, a manutenção da estrutura central da política da RPC com apoio no partido, contina perpetuando certas posturas chinesas frente à política internacional. Adicionalmente há diversas interpretações externas sobre o ganho de poder

da China, principalmente por parte de países do ocidente que se sentem ameaçados pelo seu espetacular crescimento.

No que tange a Tabela 2 do Capítulo 1 desta tese, que reúne algumas das principais diferenciações entre potência de *status-quo* e revisionista, segundo a definição de autores do realismo clássico e neoclássico, há um misto de posturas da China entre esses dois conceitos. Em alguns aspectos. a China se apresenta como potência revisionista, por exemplo, por buscar aumento de suas capacidades militares e econômicas de forma rápida e escalonada, por confiar no aumento de poder relativo do país, por ter um sentimento de insatisfação (ou opressão por acontecimentos históricos principalmente no século XIX) em relações ao *status-quo* e por imaginar que há maior fatia do poder global que poderia reunir.. Por outro lado, pelos discursos e posturas exteriores, a China afirma usar a força para manter a ordem e a segurança, se beneficia com o *status-quo,* apesar de não estar plenamente satisfeita com ele, principalmente no seu entorno regional onde vem alcançando maior presença principalmente marítima, e se posiciona como favorável ao equilíbrio de poder e estabilidade na região, se aproximando de características condizentes com uma potência de *status-quo*.

Destaca-se ainda, quanto a elaboração de tipos ideais de potências (revisionistas e e de *status-quo*) elaboradas por Schweller (1998) que a postura chinesa, seguindo a Tabela 2 da tese, também não se encaixa perfeitamente nas figuras de lobo ou raposa, ou até mesmo pombas ou corujas, dadas as características complexas apresentadas pela relação da China como seu entorno estratégico e com potências exteriores.

Esta postura preliminarmente mista da China frente ao tipo ideal apresentado a partir do quadro de elaboração própria nesta tese, pode precisar de maior aprofundamento no que diz respeito a relação chinesacom outra importante potência, que costuma ser associada ao comportamento de *status-quo* e se beneficiar de forma central dele. O capítulo seguinte apresenta alguns desenvolvimentos sobre a relação China e Estados Unidos no MSC.

3 **OS ESTADOS UNIDOS NO MAR DO SUL DA CHINA**

3.1 **Considerações Iniciais**

Abordar os Estados Unidos neste trabalho é fundamental para que seja possível trazer um debate mais estruturado sobre o status chinês enquanto potência, tendo o seu entorno estratégico, e mais especificamente o Mar do Sul da China, como estudo de caso. Sendo os Estados Unidos o mais importante ator extrarregional da Ásia, e a China a potência, ao menos regional, mais proeminente, e estando ambas as Marinhas atuantes naquele mesmo espaço, se faz necessário compreender como, nas últimas décadas, se construíram as relações bilaterais sino-americanas no que diz respeito à atuação destes atores na Ásia Pacífico, ou como convencionou-se chamar mais recentemente, Indo-Pacífico (KHURANA,2017).

O recorte temporal deste capítulo é o mesmo feito no capítulo anterior, 1970-2020, e pelos mesmos motivos. Contudo, vale ressaltar que as interações mais diretas entre China e Estados Unidos na região do Mar do Sul da China se intensificaram a partir do século XXI, mais especificamente no início de sua segunda década, com o lançamento da estratégia norte-americana sob o governo Obama de “Pivot para a Ásia”, como já comentado anteriormente. Desta forma, a segunda seção deste trabalho procura traçar um breve histórico da presença norte-americana na Ásia, mais especificamente no que podemos chamar de 'extremo oriente' sob uma perspectiva eurocêntrica, mas que já teve tantas designações. Nessa seção, além de comentar a relação e presença americana na região, buscamos fazer um pequeno debate sobre o recente fortalecimento do termo Indo-Pacífico sobre o mais antigo Ásia Pacífico, buscando compreender o que mudou na perspectiva e estratégia norte-americanas.

A terceira seção parte de uma apresentação enxuta de dois importantes documentos de defesa e segurança dos Estados Unidos, dando enfoque em suas estruturas e diferenças, mas mais diretamente na forma como ambos tratam a China e a questão das disputas e presença no Mar do Sul da China. Os documentos em questão são o *National Security Strategy* de 2017, assinado pelo Presidente norte americano na época, Donald Trump, e o *National Defense Strategy* de 2018, elaborado pelo Departamento de Defesa do país. Além dos dois documentos, é feita uma breve apresentaçãoo sobre o *Military and Security Developments involving the People's Republic of China* de 2020.

Na quarta seção apresentamos de forma gráfica os desenvolvimentos econômicos e militares dos EUA, destacando os gastos com a Marinha do país e seus aparatos militares presentes na região do Indo-Pacífico, principalmente aqueles mais próximo ao Mar do Sul da China. Por fim, na última seção, procuramos apresentar as principais interações entre China e Estados Unidos no Mar do Sul da China entre 1970 e 2020 no que tange as questões relativas ao MSC. Nessa seção procuramos nos aprofundar um pouco mais sobre as Operações de Liberdade de Navegação dos EUA na região do MSC. Os eventos regionais que envolvem os países da ASEAN, com destaque para Filipinas e Vietnã, são abordados com maiores detalhes no capítulo quatro desta tese.

Nas considerações finais do capítulo, alguns dos principais conceitos da corrente teórica realista trabalhados no capítulo 1 desta tese, são recobrados para que seja possível estabelecer uma relação entre os três principais objetos deste trabalho: o Mar do Sul da China, a própria RPC e os EUA.

3.2 **Estados Unidos na Ásia: da Ásia Pacífico ao Indo-Pacífico**

Todos os continentes são construções políticas, e com a Ásia não é diferente (MCDOUGALL,2007). A ideia de 'Ásia', é, por exemplo, europeia, nascida a partir da noção de mundo formado por três continentes – Europa, África e Ásia – sendo esta última definida como tudo aquilo à leste da Grécia, e esta é a ideia que, de certa forma, persiste até os dias atuais (EMMOTT, 2008).

E talvez por falta de uma definição melhor, ou apenas por um costume imposto pela lógica ocidental, continuamos nos referindo a Ásia da mesma forma que os antigos gregos a ela se referiam: a partir da Europa. Para encontrar alguma lógica étnica, racial e até mesmo política dentro do continente, sua subdivisão é feita unindo grupos de países que de alguma forma possuam alguma semelhança entre si. Contudo, tal postura não impede que a lógica ocidental siga 'construindo' o continente asiático (EMMOTT, 2008).

Há, portanto, diversas maneiras de classificar a Ásia. O termo Eurásia, por exemplo, é formado por uma aglutinação de palavras que combina Europa e Ásia sendo utilizado para se referir a vasta massa de terra que abrange ambos. É, contudo, um conceito que enfatiza o continente em sua magnitude de 54 milhões de km2. Enquanto o conceito de Leste Asiático procura ter um recorte mais geográfico, apesar de nunca deixar de ser político, ao envolver os países que estão no Leste do continente, o conceito de Ásia Pacífico, criado entre os anos de 1960 e 1970, carrega um significado muito mais político,

uma vez que legitima, de certa forma, o envolvimento norte-americano na Ásia, incluindo-a na região do Pacífico – ou inserindo os EUA na Ásia. (MCDOUGALL, 2007).

Diferente do conceito de Eurásia, Ásia Pacífico gira em entorno do Oceano Pacífico, bem como o conceito de Indo-Pacífico, mais recentemente apresentado por acadêmicos e presente em documentos oficiais principalmente norte-americanos. Contudo as semelhanças entre os dois conceitos param por aí. O termo Indo-Pacífico, geopoliticamente falando, vem sendo utilizado como um substituto ao termo Ásia Pacífico, contudo, vale destacar que são conceitos estruturalmente diferentes. O termo "Ásia Pacífico" está ligado à parte do continente asiático que é banhada ou está inserida no Oceano Pacífico, ideia apoiada por potências asiáticas e extrarregionais para se referir a sua região ou para buscar certa unidade ou semelhança dentro de uma região tão vasta e diversa. Segundo Singh (s/d), a Ásia Pacífico é constituída por três regiões, Nordeste Asiático, Sudeste Asiático e Oceania sendo uma concepção mais voltada para o econômico e menos para segurança (ver mapa na Figura 9).

Por outro lado, o termo Indo-Pacífico combina dois oceanos, o Pacífico e o Índico e as massas de terra que são banhadas por eles. O conceito, que teve sua primeira representação acadêmica em 2007 no artigo de Gurpreet S. Khurana, Capitão de Mar e Guerra da Marinha Indiana, pode ser visto como um conceito que exemplifica a mudança de poder do Ocidente para o Oriente. Sua extensão é costumeiramente apresentada como da costa oriental da África, passando pelo Oceano Índico alcançando o Pacífico Ocidental e incluindo países como o Japão, a Austrália e a Nova Zelândia (KHURANA,2017).

A Figura 9 apresenta a diferença entre os dois conceitos, Ásia Pacífico e Indo-Pacífico, em termos geopolíticos. O Indo-Pacífico, compreende importantes linhas de comunicação marítimas e apesar de estar associado a questões econômicas e comerciais, justamente pela importância das rotas comerciais que integra, é essencialmente um conceito associado à segurança e geoestratégica, principalmente pela crescente centralidade de países como Índia e China na região e no Sistema Internacional. Os termos vêm sendo adotado em diversos documentos oficiais de países como Japão, Austrália, Índia e Estados Unidos, mas não é comumente identificado em trabalhos acadêmicos ou documentos chineses.

Figura 9 - A extensão das regiões Ásia Pacífico e Indo-Pacífico em perspectiva comparada

Fonte: Gopalawamy; Ramachandran (2017)

Argumenta-se ainda que o conceito de Indo-Pacífico pode gerar importante mudança de como o mundo é entendido em termos estratégicos. Por mais que a região do Oceano Índico e o Pacífico Ocidental tenham pouca ou nenhuma semelhança em suas características para juntos formarem uma região concisa, a criação e utilização do conceito Indo-Pacífico é baseada na cada vez maior interconexão entre as duas regiões, a maior importância que o oceano vem tomando nas disputas estratégicas do século XXI e principalmente a centralidade que a Ásia vem ganhando no Sistema Internacional (KHURANA,2017).

E como os EUA se encaixam nesta região? Aos poucos, a visão estratégica do país sobre a Ásia está se modificando. A ênfase aparenta sair da Ásia Pacífico, para o Indo-Pacífico, algo que passa a ficar mais evidente pelos documentos, discursos e perspectivas americanas a partir do governo de Donald Trump (2017-2021), a Estratégia de Defesa Nacional dos EUA de 2017, abordada na próxima seção, é exemplo dessa substituição do termo Ásia-Pacífico para Indo-Pacífico.

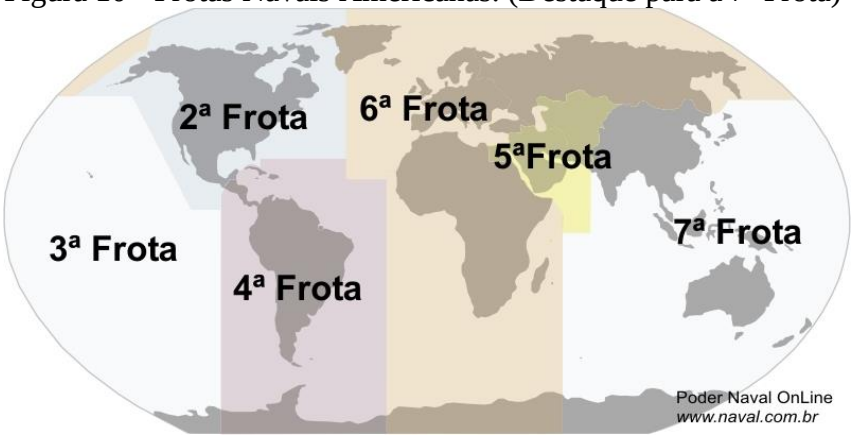
O histórico da presença norte-americana na Ásia é longo, datando das últimas décadas do século XVIII logo após o fim da Guerra de Independência norte americana (1775-1783). A primeira presença dos EUA na Ásia ocorreu com embarcações comerciais que serviram na China um ano depois do fim da Guerra em 1784 e aumentou exponencialmente desde então, inicialmente com a criação do Esquadrão do Pacífico em

1821 e do Esquadrão do Leste da Índia em 1835, que se envolveu, na década seguinte, na Primeira Guerra do Ópio (e também na Segunda do) garantindo acesso ao território chinês em 1844. Uma década depois, a Marinha norte americana criou a Patrulha do Rio Yangtze, também na China, em 1854 um ano depois que o Comodoro Perry abria os portos japoneses para o mundo em 1853. A Patrulha do Rio Yangtze só teve fim em 1949 com a ascensão da República Popular da China e a política isolacionista do país (KOLAKOWSKI, 2018).

Para Kolakowski (2018) a Segunda Guerra Mundial terminou com os EUA obtendo uma posição central na Ásia, depois de entrar na Guerra do Pacífico em 1941 após o bombardeio japonês a Pearl Harbour. As três décadas que se seguiram foram de conflitos entre os EUA e a URSS que envolviam a Ásia principalmente como importante zona de influência desejada por ambas as potências. Além da Guerra civil na China, que envolvia o continente e Taiwan, a Guerra da Coreia, que envolveu diretamente a RPC, a URSS e os EUA e começou apenas cinco anos após o fim da Segunda Guerra Mundial. Além do apoio à França contra as forças comunistas na Indochina até 1954, a partir da década de 1960 os EUA agiram diretamente no Vietnã até a queda de Saigon em 1975.

A normalização das relações entre EUA e RPC no final da década de 1970, a política de portas abertas do país que se inicia na mesma época, e o fim da Guerra Fria cerca de uma década depois, levou a mudança na abordagem norte-americana para a Ásia. Contudo, o país nunca se afastou completamente do continente, principalmente em termos militares. Desde o final da Segunda Guerra Mundial, os EUA já tinham se estabelecido na região. A Sétima Frota é exemplo desta presença e do desejo de atuação na área. Criada em 1943 quando os EUA já participavam da Segunda Guerra Mundial e atuavam na Ásia Pacífico, a Sétima Frota é uma das divisões da Marinha dos Estados Unidos, conforme indica a Figura 10, que tem como missão atuar no Indo Pacífico e atualmente está baseada em CFA Yokosuka, base naval norte americana no Japão, conforme apresenta a Figura 11. Ainda sobre a Figura 10, vale destacar que a Primeira Frota, não destacada na imagem, foi reativada sob o governo Biden dada a importância da região do Pacífico, como uma forma de pressionar a China que tem presença cada vez mais forte na região.

Figura 10 - Frotas Navais Americanas. (Destaque para a 7ª Frota)



Fonte: Galante (2018)

Figura 11 - Frotas Navais da Marinha Americana e suas localizações (2011)

Fonte: Orbis Defense (2020)

Segundo a página oficial do Comando da Sétima Frota, esta é a maior frota em serviço dos EUA e possui entre cinquenta e setenta navios e submarinos, 150 aeronaves e mais de vinte mil marinheiros e fuzileiros navais, operando numa área de cerca de 124 milhões de km2 se estendendo da Linha Internacional de Data até a fronteira Índia-Paquistão, e das ilhas Kuril, ao norte, até a Antártica (COMMANDER US 7TH FLEET, s/d). Para além da Sétima Frota, os EUA mantêm uma série de bases militares na região do Oceano Pacífico, mas também algumas no Índico, possuindo, portanto, base de ação no Indo-Pacífico. A Tabela 4 apresenta apenas as bases navais dos EUA no Indo-Pacífico, contudo há ainda bases do Exército e da Força Aérea dos EUA que também se encontram em diversas partes da região.

Recentemente, em 30 de maio de 2018, o Comando do Pacífico dos EUA (USPACOM), criado em 1947, em passagem de comando, teve seu nome alterado para

USINDOPACOM, acrescentando a referência ao Índico em seu nome dada a importância da Índia e do Indo-Pacífico à estratégia geopolítica dos EUA (USINDOPACOM, 2018). O USINDOPACOM, anteriormente conhecido como USPACOM, é um Comando Combatente Unificado do Departamento de Defesa dos EUA, ou seja, um comando militar que é composto por unidades de mais de um ramo das Forças Armadas do país. Há atualmente 11 comandos[26] combatentes organizados em uma base geográfica, ou área de responsabilidade. É objetivo primordial do USINDOPACOM garantir um Indo-Pacífico livre e aberto segundo página oficial do comando. A sede da USINDOPACOM fica em Camp H.M. Smith, na localidade de Aeia, cidade de County, na ilha de Honolulu no Havaí. Na Figura 12 é possível perceber toda área de responsabilidade do USINDOPACOM (USINDOPACOM, s/d).

Figura 12 - Área de Responsabilidade da USINDOPACOM (bandeira indica a sede)

Fonte: USINDOPACOM (s/d)

[26] *US Northen Command, Us European Command, US Central Command, US Indo-Pacific Command, US Africa Command, US Southern Command, US Space Command*. Há ainda os *Functional Combatant Commands: US Special Operations Command, US Transportattion Command, US Strategic Command, US Cyber Command.*

Tabela 4 - Bases Navais dos EUA no Indo-Pacífico[27]

Países/Regiões	Nome das Bases[28]	Ano de estabelecimento pelos EUA
Coreia do Sul	CFA Chinhae	1972
Coreia do Sul	CATC Camp Mu Juk	1980
Guam	NB Guam	1944
Guam	NSA Anderson	2009
Japão	NAF Misawa	1946
Japão	NAF Atsugi	1950
Japão	CATC Camp Smedley D Butler	1955
Japão	CATC Camp Fuji	1953
Japão	MCAS Iwakuni	1950
Japão	MCAS Futenma	1957
Japão	CFA Yokosuka	1945
Japão	CFA Sasebo	1952
Japão	CFA Okinawa	1951
Singapura	Singapore Area Coordinator	2007
Diego Garcia[29]	NSF Diego Garcia	1976
Havaí	Camp H.M. Smith	1956
Djibouti	Camp Lemonnier	2002

Fonte: Elaboração própria a partir de JANES (2021).

Com o início do século XXI e a Guerra ao Terror, protagonizada pelo Ocidente, mas capitaneada pelos EUA em função dos ataques terroristas de 11 de setembro de 2001, a região da Ásia Pacífico perdeu centralidade na estratégia norte-americana, e apenas com a estratégia "Pivot para a Ásia" do governo de Barack Obama, a região, ainda focada na Ásia Pacífico, voltou a ter maior importância para a política externa do governo americano. O objetivo de reequilibrar e reengajar-se na região depois de uma década do 11 de setembro, se dava não só pela centralidade da economia da Ásia Pacífico na

[27] As bases norte-americanas na região do Indo-Pacífico são muitas e variam em tamanho e complexidade. As bases em Singapura, por exemplo, são bem menos complexas que aquelas em Okinawa.

[28] Legenda - *CFA:Commander Fleet Activities; NAF: Naval Air Facilities; CATC: Combined Arms Training Center; MCAS: Marine Corps Air Stations; NB:Naval Base; NSF: Naval Support Facilities; NSA:Naval Support Activities*

[29] É um atol no arquipélago de Chagos, território ultramarino britânico no Oceano índico. A única ilha que forma o atol é militarizada e não possui população local desde 1973, apenas uma base militar cedida pelo Reino Unido para os EUA que começou a ser construída na mesma época.

dinâmica econômica internacional, mas também pela escalada de capacidades materiais da China na região (ANDREWS; CAMPBELL, 2013).

Foi também durante a administração Obama que os EUA aprofundaram suas negociações com a Parceria Transpacífica (TPP na sigla em inglês) quando em 2009 o então presidente deu continuidade às conversações com o grupo, criado em 2005, e com quem Bush em 2008 já havia travado os primeiros contatos. Em 2011, a Secretária de Estados dos EUA, Hillary Clinton, apresentou o TPP como peça central da estratégia pivot para a Ásia Pacífico do governo. O pacto de participação dos EUA no TPP foi assinado no início de 2016. Contudo, a entrada dos EUA no TPP sofreu uma série de ataques políticos, uma vez que setores da sociedade americana acreditavam que certas cláusulas do acordo seriam prejudiciais para a economia do país, causando desemprego. Quando Trump, um dos críticos do projeto, assumiu a presidência, deixou o acordo, cumprindo promessa de campanha. A retirada poderia significar mais uma vez ganho de forças para a China com o complexo projeto da Iniciativa Cinturão e Rota lançado em 2013 (MCBRIDE; CHATZKY; SIRIPIRAPU, 2021).

Índia, China e Estados Unidos são as grandes potências do Indo-Pacífico. Mas há incertezas sobre o futuro dos EUA nesta região, segundo Medcalf (2020). Os EUA buscam dissuasão e estabilidade ou crise e conflito no Indo-Pacífico? Estaria Washington pronto para se afastar da cena, ou estaria de volta com força total? Contudo, há mais certezas que dúvidas sobre se alguma vez os EUA realmente se ausentaram da Ásia desde sua independência. Mais que todas essas perguntas, é necessário buscar resposta para outra que é central: o que significa para os EUA engajar-se no Indo-Pacífico?

Principalmente em relação à China, engajar-se no Indo-Pacífico para o governo norte-americano pode significar travar um embate de longo prazo com a RPC por influência no sistema internacional, o que indica que reafirmar sua presença no Indo-Pacífico é crucial. Porém, para alcançar seus objetivos e interesses há duas possibilidades: ou agir ativamente no Indo-Pacífico, inclusive buscando frustrar os interesses da China; ou deter apenas um papel de apoio para outras potências menores que também buscam cercear a China (MEDCALF,2020).

Para Medcalf (2020), a Ásia é lar de alianças centrais que constituem um império informal desenvolvido pelos EUA como forma de controlar o ambiente de segurança no Pacífico. Sua intenção era, antes de mais nada, garantir a sua permanência como parceiro indispensável para todos os aliados e que adversários em potencial, mas também aliados, não se sentissem tentados ou capacitados a mudar o *status-quo* da região. Em relação à

China, ao mesmo tempo que os EUA precisam do país como parceiro econômico, também necessitam militar e diplomaticamente equilibrar o país.

A Índia vem a se tornar um parceiro estratégico importantes para os EUA no que tange o equilíbrio de forças na região do Indo-Pacífico, mais ainda quando a China se mostra uma força marítima em potencial, buscando deixar de ser apenas uma potência terrestre. Os EUA vêm reconhecendo o potencial de potências regionais intermediárias, como Japão, Austrália e de maneira mais poderosa, a Índia para limitar as ambições chinesas e manter uma vantagem enquanto potência na ordem mundial (MEDCALF,2020). As recentes preocupações quanto a expansão da assertividade, da força e dos interesses da China na região se desenvolveram em formato de uma coalizão frouxa que reúne, desde 2017, Estados Unidos, Japão, Austrália e Índia, o 'QUAD' ou *Quadrilateral Security Dialogue*, formado pelas principais democracias do que vem sendo chamado de Indo-Pacífico. Apesar dos diálogos ainda recentes, é possível perceber uma movimentação contrária do 'QUAD' ao posicionamento chinês na região (ORCHARD, 2020).

Medcalf (2020) afirma que o poder americano no Indo-Pacífico tem mais chances de se adaptar que de decair, mais ainda olhando para o histórico norte-americano de poder, muitas vezes subestimado como em períodos do pós-Guerra do Vietnã e do pós-Guerra Fria. Nos últimos anos, afirma o autor, a estratégia do Indo-Pacífico é uma evolução do pivot para a Ásia da administração Obama, mais ainda porque Washington busca reestruturar sua rede de aliados na região.

A Estratégia do Indo-Pacífico Livre e Aberto (*Free and Open Indo Pacific* na sigla em inglês FOIP) é exemplo de como podemos responder à pergunta sobre a permanência dos EUA no Indo-Pacífico: não abrir mão de estar próximo, mas ao mesmo tempo aliar-se a aliados históricos para manter um equilíbrio frente a RPC. Japão, Austrália, Índia e de certa forma países da ASEAN como Filipinas e Vietnã, buscam aprimorar e sincronizar suas próprias abordagens da estratégia FOIP com os EUA. O conceito de Indo-Pacífico Livre e Aberto é anterior à estratégia norte americana do governo Trump, claramente apresentada na Estratégia de Segurança Nacional de 2017. Países como Japão em 2016 e Austrália em 2016 e 2017 já apresentavam seus delineamentos sobre o conceito. Índia e ASEAN fizeram o mesmo um pouco mais tarde. Apesar das particularidades, os pontos que ligam todas as estratégias que tratam de Indo-Pacífico, por parte destes atores, envolvem prosperidade econômica e maior conectividade de forma livre entre as sub-regiões. A criação do QUAD passou a enfatizar também o compromisso entre EUA,

Austrália, Índia e Japão com valores democráticos compartilhados no Indo-Pacífico (YEO, 2020).

> A visão dos EUA para o Indo-Pacífico não exclui nenhuma nação. Não pedimos aos países que escolham entre um parceiro ou outro. Em vez disso, pedimos que defendam os princípios fundamentais da ordem regional em um momento em que esses princípios estão sob nova ameaça (EUA, 2019, p.6, tradução nossa)

3.3 **As Estratégias de Defesa Nacional e de Segurança Nacional dos EUA: o que se fala da China?**

A cada mandato de um presidente americano são lançados dois dos principais documentos relativos à segurança e à defesa nacional do país. No governo de Donald Trump foram lançados os documentos "Estratégia de Segurança Nacional", publicado em dezembro de 2017 e assinado pelo então presidente, e "Estratégia de Defesa Nacional", lançado em janeiro de 2018 pelo Departamento de Defesa Nacional. Mais recentemente, em março de 2021, o governo Biden lançou um documento entitulado "Orientação estratégica de segurança nacional provisória" que, como destaca o nome, ainda é preliminar.

Dado o recorte temporal desta Tese, os documentos de defesa e segurança nacional aqui analisados serão os da Era Trump, principalmente por que em suas diversas páginas se referem algumas vezes a RPC, além de terem servido como balizadores para a redação do novo Livro Branco de Defesa chinês de 2019, conforme comentado no capítulo anterior (CORDESMAN,2019). Adicionalmente, abordaremos de maneira geral o documento "Desenvolvimentos militares e de segurança envolvendo a República Popular da China- 2020" (no original "*Military and Security Developments involving the People's Republic of China*"), um relatório anual elaborado como subsídio ao Congresso dos EUA pelo Escritório do Secretário de Defesa do país.

Com pouco mais de 50 páginas, o documento de Estratégia de Segurança Nacional dos EUA lançado no governo Trump, se inicia com uma espécie de prefácio escrito pelo presidente onde afirma que tal documento procura apresentar uma visão estratégica com o intuito não só de proteger os cidadãos americanos como também preservar seu modo de vida. No breve texto o presidente também destaca o papel o documento como caminho para manutenção da paz, mesmo que por meio da força, e da prosperidade do país. Afirma ainda que é de interesse de seu governo promover um equilíbrio de poder que favoreça

os EUA e seus aliados, garantindo e guardando o que interpretamos ser os valores Ocidentais, colocando o país em primeiro lugar (EUA,2017).

O documento é estruturado em quatro capítulos, chamados de pilares, além da introdução e conclusão, e um quinto capítulo que procura comentar sobre a estratégia de segurança norte-americana em diversos contextos regionais. No primeiro pilar, destaca-se o a proteção ao Estado, aos cidadãos e ao modo de vida norte-americano. No segundo pilar, o tópico central é a promoção da prosperidade americana, já no terceiro destaca-se a preservação da paz através da força e, por fim, no quarto pilar versa-se sobre a busca pelo avanço da influência americana através de seus valores, inspirando parceiros e agindo através de fóruns multilaterais para alcançar melhores resultados. No quinto capítulo, que apresenta a estratégia americana em contextos regionais, são destacadas as regiões: do Indo-Pacífico, da Europa, do Oriente Médio, do Sul da Ásia, da Ásia Central, do hemisfério Ocidental e da África (EUA, 2017).

Nas conclusões do documento, afirma-se que ele é fundamental para definir uma direção estratégica positiva para o país. De forma bastante unilateral, o documento, ainda nas conclusões, argumenta que é guiado pelo que chama de "realismo de princípios". Seria por um lado realista pois reconhece o poder como pilar central da política internacional e os estados soberanos como os atores últimos e responsáveis por manter a paz. Por outro, seria ligado aos princípios pois afirma que ao levar os princípios americanos ao sistema, leva-se também paz e prosperidade para o mundo (EUA, 2017).

Ao fazermos uma breve análise no texto do documento, é possível perceber que uma das palavras que mais se apresenta no texto, ao selecionarmos aquelas relacionadas a Estados, especificamente, que não os EUA, é "China" que aparece 33 vezes; mais que "Europa" (29 vezes) Rússia (25 vezes), "Oriente Médio" e "Indo-Pacífico (12 vezes cada), Índia (8 vezes), Japão (4 vezes) e Brasil (nenhuma vez). Para além desta análise preliminar e pontual, pretendemos compreender de que forma a China é retratada na estratégia de segurança dos EUA de 2017.

Segundo o documento de Estratégia Nacional de Segurança, a China, mas também a Rússia, desafiam o poder, a influência e os interesses americanos e buscam enfraquecer a prosperidade e a segurança do país, uma vez que estariam determinados a tornarem as economias menos livres e menos justas, aumentando suas forças armadas e controlando informações e dados a favor da expansão de suas influências. Ainda sobre China e Rússia, o documento afirma que ambos os países estão desenvolvendo armas e recursos avançados tecnologicamente e que podem ameaçar a arquitetura de comando e controle

dos EUA no SI. Mais especificamente sobre a China, o documento afirma que são responsáveis por tomar para si propriedade intelectual dos EUA e, a partir deste *know how*, se utilizam de meios sofisticados, muitos aprendidos de forma não-tradicional, com o intuito de enfraquecer negócios e a economia dos EUA. (EUA, 2017).

O documento apresenta a ideia de que a China busca deslocar os EUA da região do Indo-Pacífico com o intuito de aumentar o alcance de seu modelo econômico para ordenar tal região a seu favor e de forma desfavorável aos EUA. Seria por isso que a China estaria expandindo seu poder, e boa parte desta expansão seria não só às custas da soberania de outros Estados, mas também pelo acesso que o país tem à economia de inovação dos EUA. Neste caso, o poder aqui mencionado não é apenas o poder militar, mas sobre ele o documento informa que há uma modernização e rearmamento das forças militares chinesas em curso; essas seriam as mais bem financiadas do mundo, atrás apenas dos EUA. Segundo a estratégia de segurança dos EUA, a China, mas também a Rússia, estão em um processo de reafirmação de sua influência regional, principalmente, mas também internacional. Dentro dos passos que tais países estão trilhando, está o desenvolvimento de capacidades militares de ponta que possam negar acesso aos EUA em seus entornos em tempos de crise. O Mar do Sul da China, como um dos principais entornos estratégicos marítimos da China é, em tempos de paz, uma zona crítica de comércio como já comentado neste trabalho. (EUA, 2017).

Segundo o documento, China e Rússia procuram contestar as vantagens geopolíticas construídas ao longo das décadas pelos EUA, e estão buscando mudar a ordem do sistema a seu favor. Além disso, ambos os Estados direcionam seus investimentos para países em desenvolvimento com o objetivo de expandir sua influência sobre estes e obter vantagens contra os EUA. E, apesar de a China usar penalidades econômicas, operações de influência e ameaças militares implícitas para persuadir outros Estados menores e menos poderosos, os EUA continuam buscando cooperar com o país. Ainda segundo a estratégia de segurança dos EUA (2017) os investimentos em infraestrutura que a China faz em larga escala no mundo todo, bem como suas estratégias comerciais, reforçam as aspirações geopolíticas do país frente aos EUA. No documento, comenta-se que a construção e militarização de postos avançados no Mar do Sul da China (leia-se ilhas, muitas delas artificias, nas Spratly e Paracels que recebem estrutura de uso dual, inclusive anti-acesso para potências externas na região) colocam em risco o fluxo comercial na região, ameaçando ainda a soberania de outras nações, além da estabilidade regional.

Apesar de apresentar suas ambições como benéficas, afirma o documento, o domínio que o Estado chinês vem articulando em diversas regiões pode, segundo interpretações do alto escalão de segurança e defesa dos EUA descritas no documento, diminuir a soberania de diversos Estados do Indo-Pacífico. O documento afirma também que a RPC busca e está conseguindo ganhar uma posição estratégica na Europa através de práticas comerciais desleais. Contudo, o documento afirma que é papel dos EUA contestar o comércio injusto da China, com apoio de seus parceiros, e que procurará restringir a aquisição de tecnologias sensíveis por parte do país. (EUA, 2017).

O documento destaca ainda a importância de países aliados aos EUA no Sudeste Asiático e em instituições regionais como a ASEAN e a Cooperação Econômica da Ásia Pacífico (APEC) como peças centrais para promover um Indo-Pacífico livre e aberto. Nesta temática sobre o Indo-Pacífico, o documento afirma que há uma competição geopolítica em curso na região entre visões distintas sobre a ordem mundial: de um lado visões a favor de ordem livre, de outro lado, visões a favor de uma ordem repressiva. O Documento de Estratégia de Segurança Nacional dos EUA de 2017 descreve o Indo-Pacífico como uma região que se estende da costa oeste da Índia até a costa oeste dos EUA, e afirma que é de interesse dos EUA e de seus aliados um Indo-Pacífico Livre e Aberto (EUA, 2017).

Enquanto o documento de Estratégia de Segurança Nacional de dezembro de 2017 usa a palavra "revisionista" apenas uma vez para se referir a potências como China e Rússia, o resumo do documento de Estratégia de Defesa Nacional[30], desenvolvido pelo Departamento de Defesa norte-americano utiliza o termo seis vezes, mesmo que não traga uma definição para o conceito. Todas as vezes que o termo foi utilizado estava relacionado ou a China ou a Rússia (EUA, 2018).

Sobre este também importante documento que lança as bases para a atuação estratégica norte-americana no que tange a defesa do país, buscamos destacar algumas passagens, principalmente aquelas que mencionam a China e fazem uma interpretação muito própria sobre o país. O resumo oficial da estratégia de defesa dos EUA de 2018 é dividido em três seções além da introdução e da conclusão. A primeira trata do ambiente estratégico em que EUA e demais potências estão inseridos; o segundo destaca os objetivos do Departamento de Defesa dos EUA; enquanto o terceiro trata da abordagem estratégica do país. No documento, descreve-se a China como um competidor estratégico

[30] Os sites oficiais do Departamento de Defesa dos EUA apenas oferecem o resumo oficial do documento. O resumo possui doze páginas de texto.

que se utiliza de uma economia predatória para intimidar vizinhos enquanto militariza o Mar do Sul da China. Neste sentido, o desafio principal para a segurança e a prosperidade dos EUA é o ressurgimento de competição estratégica de longo prazo, aqui classificado como poderes ou potências revisionistas. (EUA, 2018).

Para o Departamento de Defesa dos EUA, é cada vez mais nítido que a China bem como a Rússia, buscam moldar o mundo a partir de seu modelo de política que chamam de autoritário. O objetivo por parte de China e Rússia, segundo o documento, é, através deste modelo, ganhar autoridade de veto sobre a decisões sejam econômicas, diplomáticas ou de segurança de outras nações, principalmente aquelas de seus entornos estratégicos. Para o Departamento de Defesa, a China se aproveita da modernização de suas forças armadas, bem como o que chamam de operações de influência regional e extrarregional e até mesmo de acordos baseados em economia predatória para coagir vizinhos a reordenar o Indo-Pacífico em benefício principalmente chinês. Segundo o documento, enquanto a China continua sua ascensão econômica e militar, afirmando seu poder por meio de uma estratégia nacional de longo prazo, continua buscando um programa de modernização militar com o objetivo de alcançar a hegemonia regional do Indo-Pacífico em curto prazo. Para isso, dentro de sua estratégia, seria necessário o deslocamento dos Estados Unidos daquela região, algo que vem procurando fazer, segundo afirma o documento, como um primeiro passo para alcançar a proeminência global no futuro (EUA, 2018).

Para os EUA, reafirma o documento, a China e a Rússia estão minando a ordem do sistema internacional por dentro do próprio sistema, aproveitando-se de seus benefícios, quando lhes convém, mas ao mesmo tempo enfraquecendo seus princípios e regras, parte deles sustentado sobre uma visão ocidental que reflete um *American-way-of-life*. Destaca-se, contudo, a afirmativa dentro do documento de que o objetivo maior desta estratégia de defesa, apresentada em formato de resumo em 2018, é estabelecer uma relação militar entre China e EUA que seja proveitosa e que inaugure um caminho de paz, transparência e não-agressão entre estes dois importantes atores do Sistema Internacional Contemporâneo (EUA, 2018).

Por fim, o longo relatório anual do Departamento do Defesa para o Congresso sobre a RPC – o documento possui cerca de 200 páginas de texto – traz uma série de informações levantadas sobre aquele país, principalmente em quesito militar. Por outro lado, também acaba por demonstrar as principais interpretações e fragilidades que o país tem em relação à China. Desde 2000, relata a introdução do relatório, o Departamento de

Defesa dos EUA desenvolve e fornece ao Congresso do país um relatório anual sobre as forças militares e de segurança da China e seus desenvolvimentos. Os documentos anuais procuram avaliar a estratégia nacional da China, a forma como abordam os tópicos militares e principalmente as possíveis mudança nas forças armadas do país para as próximas duas décadas. (EUA, 2020b).

O documento admite que o ano de 2020 potencialmente seria importante para a modernização das forças armadas do país, principalmente pelo centenário do partido no ano seguinte. Admitiu ainda que há 20 anos, quando o primeiro relatório foi produzido, avaliou-se que as forças armadas da China eram consideráveis também em termos quantitativos, mas arcaicas e pouco adaptadas para as ambições de curto prazo do governo e do Partido.

Segundo o relatório, o PCC procurou entender as principais deficiências das forças armadas chinesas e procuraram, em uma estratégia de longo prazo, transformar as forças armadas em uma força mais moderna e compatível com o que o documento chama de 'aspirações de fortalecer e transformar a China'. O documento é dividido em seis capítulos principais, mas apresenta também um resumo executivo. Nos capítulos centrais o que mais é debatido são a compreensão sobre a estratégia chinesa, a modernização de suas forças armadas, suas capacidades e atuação na periferia de seu entorno regional, a presença global do PLA, recursos e tecnologia para modernização e as trocas bilaterais no que tange a defesa dos países. (EUA, 2020b).

3.4 **As capacidades materiais norte-americanas: desenvolvimentos econômicos e militares**

O principal objetivo desta seção é apresentar de maneira gráfica a evolução das capacidades materiais dos EUA, enfatizando principalmente os ganhos tecnológicos e a expansão militar de sua Marinha de Guerra, a principal força militar a ser analisada nesta seção dado o objetivo deste trabalho. Ao final da apresentação dos dados e da análise realizada, são apresentadas informações complementares e comparativas das forças militares navais das duas potências, com ênfase no Mar do Sul da China. É necessário fazer uma breve ressalva sobre a Marinha dos EUA. Os dados compilados na base utilizada para este estudo, Janes Online (2021), relativas à Marinha dos EUA não considera embarcações menores ou embarcações auxiliares como pertencentes à Marinha de Guerra do país. No caso de embarcações como Corvetas, Barcos Patrulha, Aviso

Patrulha, Navio Patrulha Oceânico, Navios de Interceptação e outros, a Marinha Norte Americana os classifica e considera como Guarda Costeira.

Os primeiros dados apresentados nesta seção, relativos aos Gráficos 12, 13 e 14 se relacionam diretamente com os gastos de defesa dos EUA e seu PIB. Como comentado no capítulo três, a China passou a frente dos EUA no que tange o PIB por PPP. Porém, quando este é medido em dólar corrente, o valor do PIB americano ainda é maior que o chinês. Contudo, algo que chama a atenção é que diferente dos gráficos relativos ao percentual do gasto governamental e total de gastos com defesa da China, que traz grande disparidade para cada um dos valores, no caso dos EUA há um acompanhamento de perto das duas tendências. Isso significa que no caso americano o percentual de gasto governamental em defesa (Gráfico 12) acompanha o gasto total com defesa, algo que não ocorre no caso da RPC.

Fazendo uma comparação também entre o Gráfico 13 que mostra o PIB total dos EUA frente ao percentual gasto com defesa no país, pode-se perceber que o PIB dos EUA cresce de forma muito mais lenta e contínua que se comparado ao PIB chinês, que cresceu vertiginosamente nas últimas décadas. Percebe-se ainda que o percentual dos gastos do governo com forças armadas nos EUA tem uma queda considerável a partir de 2011, justamente o momento que é lançado o Pivot para a Ásia. Por mais que se verifique também uma queda no percentual dos gastos governamentais com defesa da RPC, este é muito mais discreto. Quanto ao Gráfico 14, que relaciona gastos com defesa dos EUA em percentual e em números reais, percebe-se que há um acompanhamento bem próximo da tendência de ambos.

Os Gráficos 15, 16 e 17 da sequência, apresentam os navios da Marinha de Guerra dos EUA, em construção, planejados para construção e em serviço. Todos os gráficos são estruturados por ano e por tipo de embarcação. O Gráfico 15, que apresenta os navios em construção, apresenta um aumento de construção de submarinos de ataque movidos a energia nuclear de 2015 para 2021, bem como de Contratorpedeiros de Mísseis Guiados que aumentou exponencialmente de 2015 para 2021.

Ao mesmo tempo, houve diminuição considerável da construção de Submarinos Balísticos Estratégicos Nucleares. Porém, vale destacar ao analisar o Gráfico 16, que apesar da diminuição da construção de tais submarinos, houve um considerável aumento do planejamento para a construção deste tipo de embarcação, bem como de Submarinos Movidos a Energia nuclear, Fragatas de Mísseis Guiados e Barcos de Transporte Anfíbio. Tanto no caso dos submarinos balísticos estratégicos nucleares e das Fragatas de Misseis

Guiados, nos anos anteriores não havia planejamento para sua construção. Contudo em 2021 são os planejamentos que mais se destacam.

É possível analisar que o fortalecimento da estratégia do Indo-Pacífico livre e aberto, bem como em resposta à expansão militar da PLAN, tenha estimulado um planejamento também mais assertivo por parte dos EUA, que não querem perder espaço na região. Por fim, o Gráfico 17 demonstra que houve uma certa manutenção dos navios em serviço por parte da Marinha Americana, com um pequeno aumento para os Contratorpedeiros de Mísseis Guiados. Nesta análise da Marinha, olhando para os três gráficos, nos interessa levar em conta que os navios em construção ou em planejamento para construção refletem um aumento de tensões entre China e EUA no Indo-Pacífico, mas mais especificamente em sua região central, o Mar do Sul da China.

Os Gráficos 18, 19 e 20 ajudam a confirmar a análise anteriormente feita sobre a Marinha americana em construção, planejada e em serviço. Segundo o Gráfico 18, há um aumento substancial na construção de navios na Marinha americana de 2010 para 2015, mas uma manutenção de 2015 para 2021. Por outro lado, como apresenta o Gráfico 19, houve um aumento bastante considerável no planejamento de embarcações a serem construídas, tanto de 2010 para 2015 quanto de 2015 para 2021, o que poderia significar uma resposta preventiva dos EUA à modernização e fortalecimento das forças armadas, em especial da PLAN, da RPC. Quanto aos navios militares em serviço, o Gráfico 20 demonstra que há uma manutenção nos últimos 15 anos, podendo-se perceber uma queda progressiva a partir de 2007, mas mais enfática de 2015 para 2021. Este resultado, combinado com os resultados dos Gráficos 18 e 19 e também dos Gráficos 15 e 16 e aliado ainda à análise realizada ao longo deste trabalho, pode nos ajudar a conjecturar que a Marinha norte-americana estaria passando por uma modernização, com a substituição de navios que já estão em serviço há alguns anos, por novas tecnologias que possam vir a ser o diferencial no comparativo de poder com outras Marinhas fortes e modernas como a PLAN busca se tornar. Quanto ao Gráfico 21, que apresenta o pessoal da Marinha dos EUA, é possível perceber uma manutenção no número de oficiais, e ligeiras alterações nas divisões propostas.

A Tabela 5 apresenta um consolidado e descritivo dos Gráficos 15, 16 e 17 e procura mostrar em números a evolução da Marinha Americana entre 2007 e 2021 apresentando as classes e navios de Guerra em serviço, em construção e planejados. A Tabela também apresenta a força do Comando Militar *Sealift*, navios de apoio, mas que

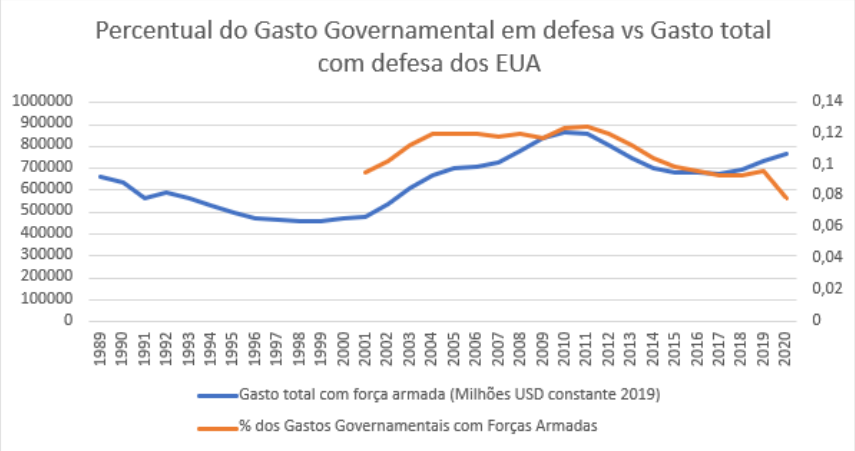
são normalmente operados por civis. O ano de 2007 foi escolhido para início da tabela por se tratar da mais antiga data disponível da base de dados.

As últimas duas figuras apresentadas nessa seção, a Figura 13 e a Figura 14 apresentam uma comparação entre as bases aéreas e navais de China e Estados Unidos na Região do Indo-Pacífico, demonstrando de maneira bastante clara que as principais bases americanas fazem o contorno do território chinês. Neste sentido, é possível compreender a posição enfática do governo da RPC quanto a sua presença no MSC como seu entorno estratégico, bem como na busca pela rápida modernização de sua PLAN. Não é de se espantar que para a China, ao compreender que o Mar é a saída mais importante e viável no século XXI para o país e que os EUA ocupam posições estratégicas em seu entorno, busque uma postura firme e assertiva, mais ainda pelo histórico recente de dominação do Império chinês por parte de potências ocidentais, entre elas um recém independente EUA.

A Figura 14 apresenta um infográfico bastante visual da comparação entre as forças militares entre China e EUA. O infográfico apresenta, em destaque, que os EUA, embora possuam menos soldados que a RPC, tem cerca de 100 mil soldados na região da Ásia-Pacífico espalhados entre Japão, Coreia do Sul, Guam, Filipinas, Singapura e Tailândia. O infográfico destaca também que o orçamento de defesa dos EUA em 2020 era quase 4 vezes maior que o chinês, o que não significa que todo esse montante é diretamente aplicado à modernização das forças armadas, uma vez que grande parte se destina a pagamento de pessoal da ativa e pensões.

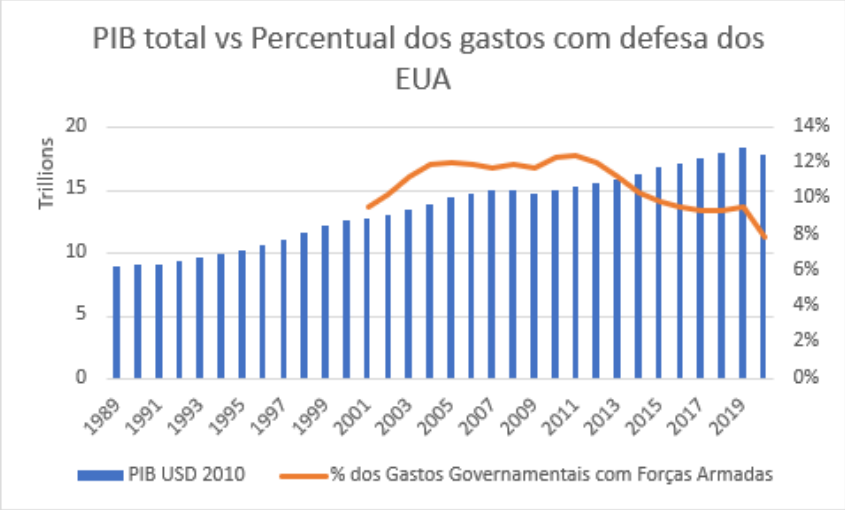
Ainda sobre a força militar dos dois países, o infográfico afirma que a Americana é mais bem equipada que a chinesa possuindo um número relativamente maior de Navios principais, porta-aviões, submarinos estratégicos, lançadores de mísseis intercontinentais, aviões de transporte pesado, aviões tanque e caças. Vale destacar, contudo, que mesmo possuindo uma Força Armada mais bem equipada, diferente da China que é potência regional e está dentro da região do Mar do Sul da China, os EUA é potência extrarregional, apesar das importantes bases que possui na região. Ou seja, os EUA podem ter uma desvantagem por não estar na região de forma maciça, mas essa desvantagem pode se transformar em vantagem em certas situações.

Gráfico 12 - Percentual do Gasto Governamental em defesa vs Gasto total em defesa-EUA



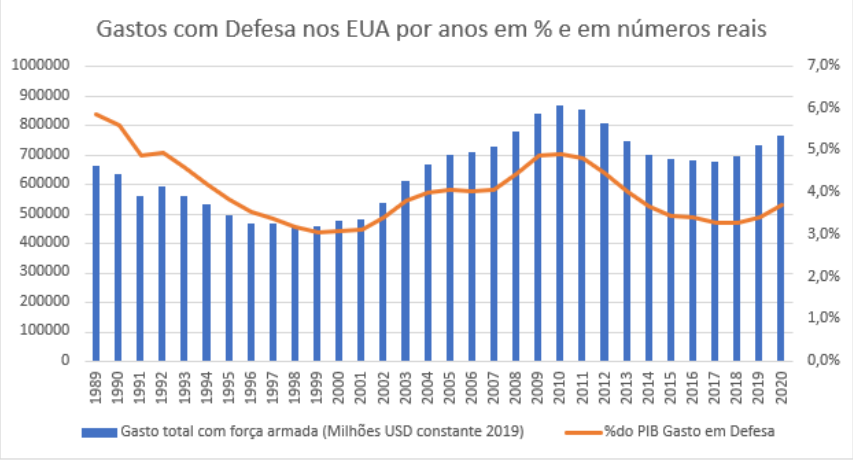
Fonte: Elaboração própria com dados de: SIPRI (2021)

Gráfico 13 - PIB total vs Percentual dos gastos com defesa dos EUA



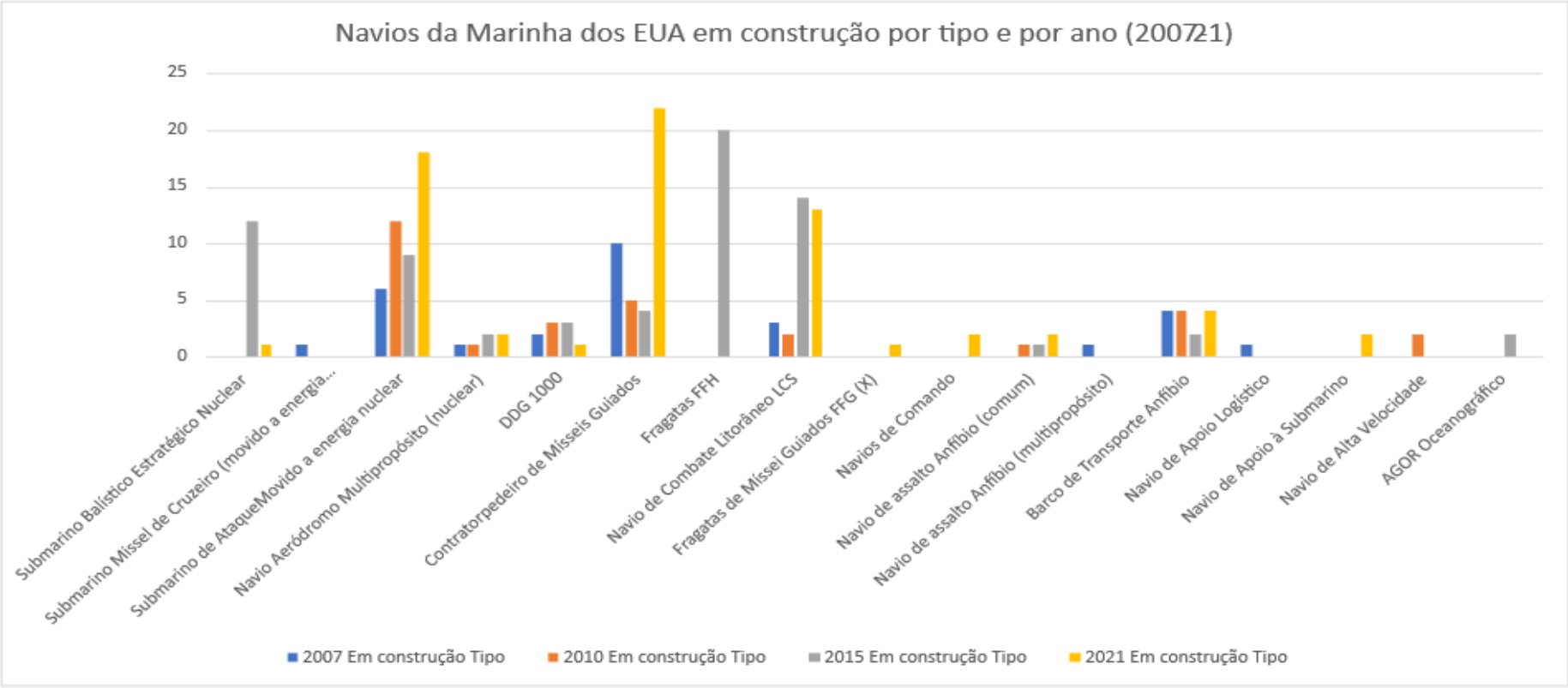
Fonte: Elaboração própria com dados de: SIPRI (2021); WORLD BANK (2021).

Gráfico 14 - Gastos com Defesa dos EUA por anos em % e em números reais



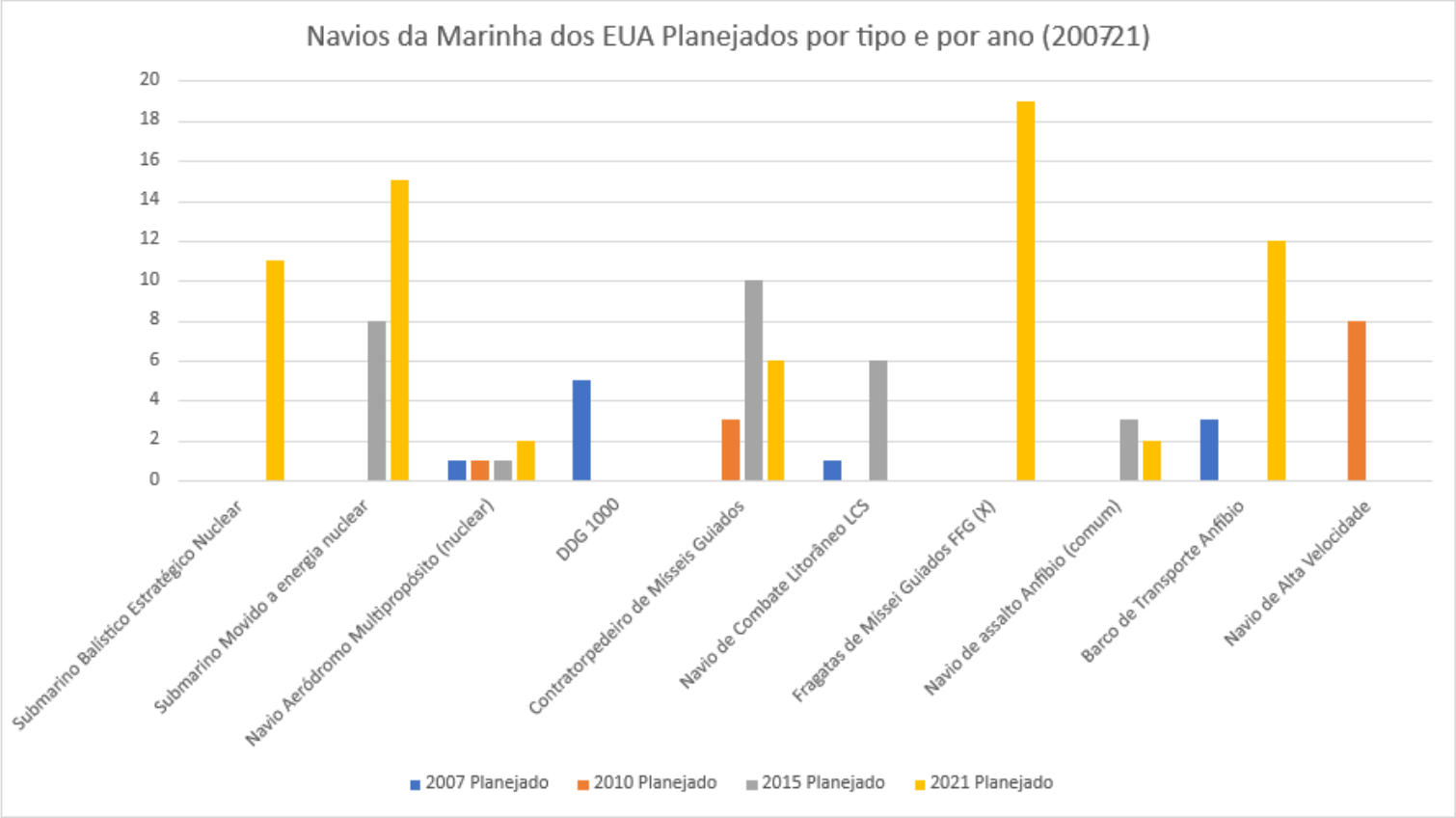
Fonte: Elaboração própria com dados de: SIPRI (2021); WORLD BANK (2021).

Gráfico 15 - Navios da Marinha dos EUA em construção por tipo e por ano (2007-21)



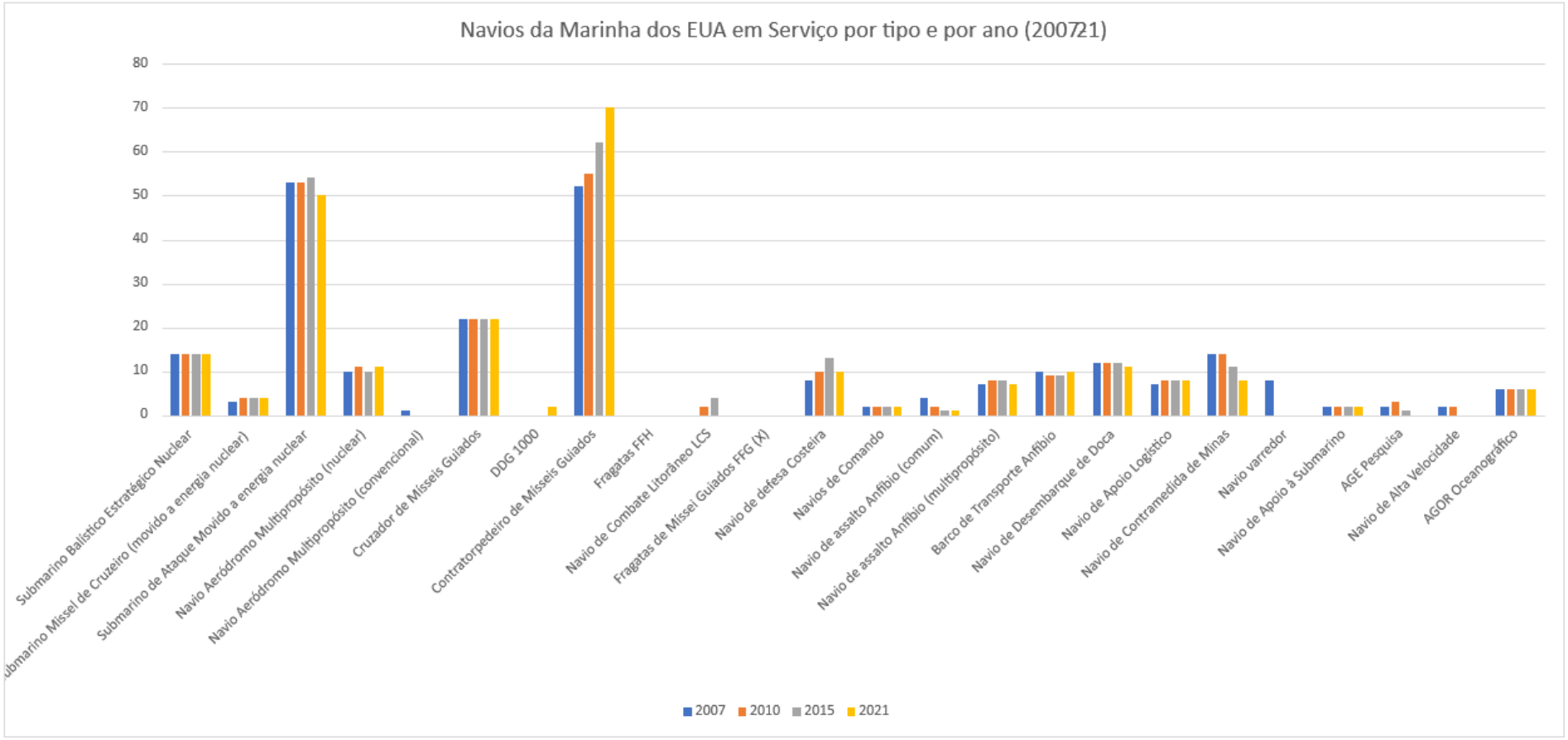
Fonte: Elaboração própria com dados de JANES (2021)

Gráfico 16 - Navios da Marinha dos EUA planejados por ano e por tipo (2007-2021)



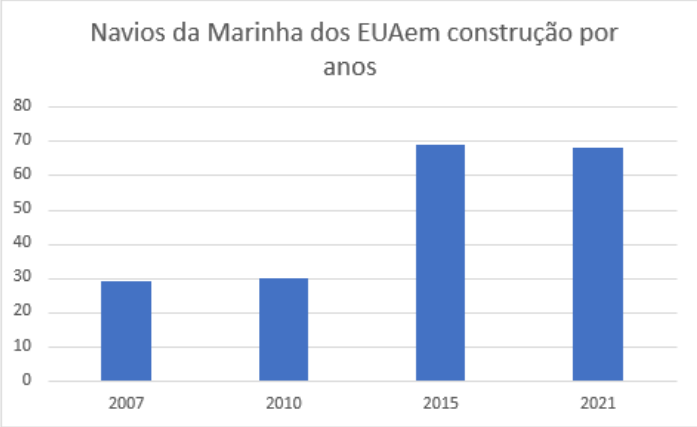
Fonte: Elaboração própria com dados de JANES (2021)

Gráfico 17 - Navios da Marinha dos EUA em Serviço por tipo e por ano (2007-2012)



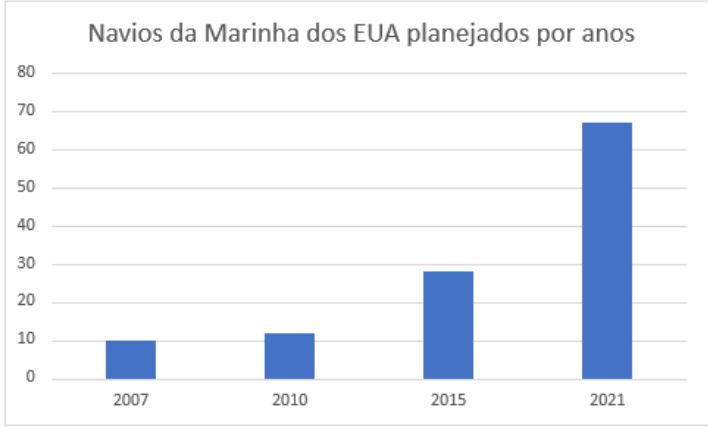
Fonte: Elaboração própria com dados de JANES (2021)

Gráfico 18 - Navios da Marinha dos EUA em construção por anos



Fonte: Elaboração própria com dados de JANES (2021)

Gráfico 19 - Navios da Marinha dos EUA planejados por anos

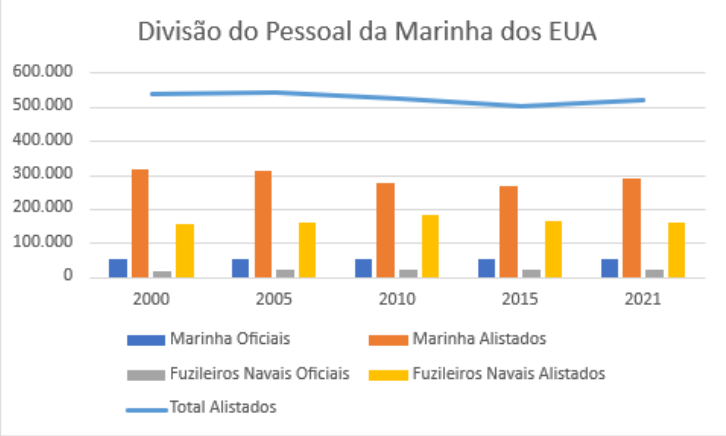


Fonte: Elaboração própria com dados de JANES (2021)

Gráfico 20 - Navios da Marinha dos EUA em serviço por anos

Fonte: Elaboração própria com dados de JANES (2021)

Gráfico 21 - Divisão do Pessoal da Marinha dos EUA



Fonte: Elaboração própria com dados de JANES (2021)

Tabela 5 - Composição da Marinha de Guerra norte Americana e Comando Militar Sealift[31] entre 2007-2021

	2007		2010		2015		2021	
Embarcações	**Em Serviço**	**Em construção (Planejado)**	**Em Serviço**	**Em construção (Planejado)**	**Em Serviço**	**Em construção (Planejado)**	**Em Serviço**	**Em construção (Planejado)**
Submarino Balístico Estratégico Nuclear	14	0	14	0	14	12	14	1 (11)
Submarino Balístico Missel de Cruzeiro (movido a energia nuclear)	3	1	4	0	4	0	4	0
Submarino de Ataque Movido a energia nuclear	53	6 (1)	53	12	54	9 (8)	50	18 (15)
Navio Aeródromo Multipropósito (nuclear)	10	1 (1)	11	1 (1)	10	2 (1)	11	2 (2)
Navio Aeródromo Multipropósito (convencional)	1	0	0	0	0	0	0	0
Cruzador de Mísseis Guiados	22	0	22	0	22	0	22	0
DDG 1000	0	2 (5)	0	3	0	3	2	1
Contratorpedeiro de Mísseis Guiados	52	10	55	5 (3)	62	4 (10)	70	22 (6)
Fragatas FFH	21 (9)	0	21 (9)	0	1 (4)	20	0	0

[31] Navios Militares tripulados por civis, como cargueiros, navios-guindaste e navios-hospital

Navio de Combate Litorâneo LCS	0	3 (1)	2	2	4	14 (6)	20 (2)	13
Fragatas de Míssei Guiados FFG (X)	0	0	0	0	0	0	0	1 (19)
Navio de defesa Costeira	8	0	10	0	13	0	10	0
Navios de Comando	2	0	2	0	2	0	2	2
Navio de assalto Anfíbio (comum)	4	0	2	1	1	1 (3)	1	2 (2)
Navio de assalto Anfíbio (multipropósito)	7	1	8	0	8	0	7	0
Barco de Transporte Anfíbio	10	4 (3)	9	4	9	2	10	4 (12)
Navio de Desembarque de Doca	12	0	12	0	12	0	11 (1)	0
Navio de Apoio Logístico	7	1	8	0	8	0	8	0
Navio de Contramedida de Minas	14	0	14	0	11	0	8	0
Navio varredor	8	0	0	0	0	0	0	0
Navio de Apoio à Submarino	2	0	2	0	2	0	2	2
AGE Pesquisa	2	0	3	0	1	0	0	0
Navio de Alta Velocidade	2	0	2	2 (8)	0	0	0	0
AGOR Oceanográfico	6	0	6	0	6	2	6	0

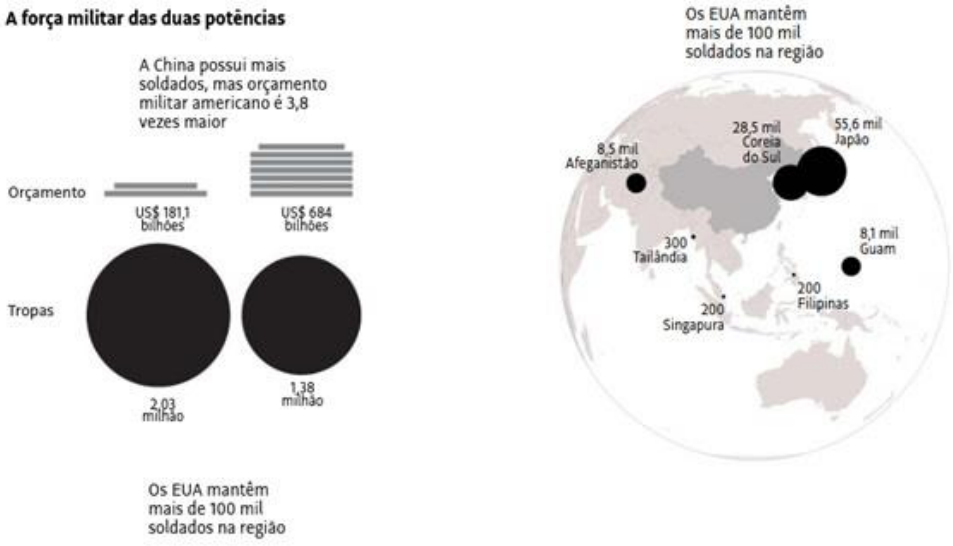
COMANDO MILITAR SEALIFT								
Navio Cargueiro	30	8(3)	27	3 (3)	28	0	33	0
Navio de Apoio à Mísseis	4	0	3	1	2	0	2	0
Navio de Reparo de Cabos	1	0	0	0	1	0	0	0
Navio de Transporte	5	0	4	0	3	0	4	0
Navio de Vigilância	7	0	8	1	6	1	2	1
Navio Escolta de Submarinos	0	0	0	0	0	0	4	0
Navio Guindaste	6	0	6	0	6	0	6	0
Navio Hospital	2	0	2	0	2	0	2	0
Navio Oceânico de Vigilância	4	0	5	0	5	0	11	7
Navio Rápido de Apoio à Combate	4	0	4	0	0	0	5	0
Navio Reboque e Salvamento	0	0	4	0	0	0	3	8
Navio Tanque	20	0	19	0	17	17	22	7 (14)
Supercargueiro	56	0	55	0	57	0	56	0

Fonte: Elaboração própria com dados de JANES (2021)

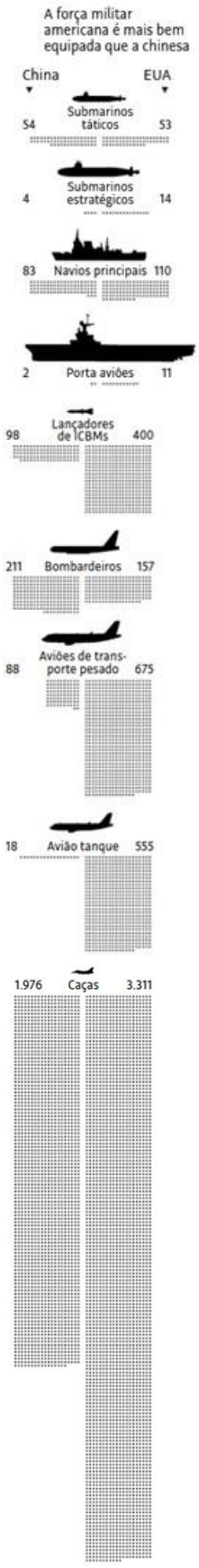
Figura 13 - Bases Americanas e Chinesas na região do Indo-Pacífico com destaque para Mar do Sul da China (2020)

Fonte: Gielow (2020)

Figura 14 - Infográfico da força militar naval de China e EUA em perspectiva comparada (2020)



(Infográfico continua na próxima página)



Fonte: Gielow (2020)

3.5 **Encontros e desencontros entre China e EUA no Mar do Sul da China: as operações de liberdade de navegação**

Em 1979 os EUA iniciaram o que chamaram de Programa de Liberdade de Navegação (*Freedom of Navigation* - FON), buscando garantir o interesse nacional de navegar livremente pelos oceanos, respeitando tratados internacionais sobre o tema. Desde então, a Marinha dos EUA realiza frequentemente, como parte de sua rotina, Operações de Liberdade de Navegação (FONOPs na sigla em inglês) no mundo todo. O Programa consiste, até hoje, em consultas bilaterais ou multilaterais, criação de representações diplomáticas e afirmações operacionais com o uso de navios ou aeronaves do governo dos EUA em regiões onde sejam percebidas reivindicações excessivas de Estados banhados pelo mar (DEPARTAMENTO DE DEFESA EUA, 2017). Contudo, a partir de 2009 com o aumento das tensões de forma escalonada no Mar do Sul da China, houve uma alteração no contexto dos programas FON e diversos debates sobre sua eficácia e natureza política dado o aumento de Operações de Liberdade de Navegação realizadas pelos EUA na região, o que vem gerando extensas reclamações por parte do governo chinês (WIRTH,2020).

Não é apenas o governo chinês que enxerga a execução de FONOPs, principalmente no MSC, como negativa. Parte da opinião pública, mas também de lideranças políticas acadêmicas norte-americanas, fortalecem o coro que se apresenta como contrário à continuidade destas manobras por parte da Marinha norte-americana, que não é consenso dentro do país. Além de serem taxadas como operações excessivamente caras, também são apresentadas como perigosas pois colocam em risco, muitas vezes visto como desnecessário, a vida e os ativos nacionais dos EUA, principalmente por que acabam trazendo poucos benefícios tangíveis para o país. Esta narrativa afirma que quando navios chineses desafiam as cada vez mais numerosas FONOPs norte americanas no MSC, por exemplo, há chances elevadas de acidentes, sejam por manobras de curta distância por parte de navios de grande extensão, seja pela perseguição de navios chineses aos americanos (PANTER,2021).

Atualmente, há ampla discussão dentro dos EUA sobre a eficácia das FONOPs da Marinha norte-americana, mais especificamente na região do MSC, principalmente porque não houve, até o presente momento, garantias de que este tipo de operação alterou a atuação da China na região gerando um comportamento mais tímido por parte da RPC, algo próximo ao que os EUA imaginam ser o ideal especificamente sobre a presença e

reivindicações chinesa no MSC. Há ainda um debate sobre a legalidade das operações norte americanas de liberdade de liberdade de navegação, uma vez que a noção de que países devem tomar medidas que venham a levar a um confronto violento é, segundo legistas e professores de direito de universidades norte-americanas, inconsistente com os princípios básicos do direito internacional. Por tais motivos, parte da opinião pública nos EUA acredita que há opções diplomáticas, menos custosas e que seriam mais condizentes com a Carta das Nações Unidas, como comunicados diplomáticos sejam verbais ou escritos, que podem ser suficientes para o reforço da posição legal que os EUA afirmam defender por meio das FONOPs no MSC. Contudo, apesar das posições contrárias, o que se verifica é um aumento deste tipo de operação por parte do governo dos EUA (VALENCIA,2021)

Totalizando 30 operações de liberdade de navegação por parte da Marinha dos EUA entre os Governos Obama e Trump no MSC, conforme apresentado de forma mais detalhada na Tabela 6, durante os governos de ambos os presidentes, foram realizadas também operações 'informais' de liberdade de sobrevoo com o uso de aeronaves de vigilância e bombardeiros de longo alcance que passam pelo espaço aéreo correspondente ao Mar do Sul da China e em especial sobre as áreas reivindicadas pelo governo da RPC e nas ilhas artificiais construídas pelo país. De maneira oficial, as FONOPs, como comentado no capítulo anterior, possuem finalidade legal baseada na UNCLOS, contudo, as afirmações navais de liberdade de navegação, que no caso dos EUA sustentam mais recentemente a estratégia de um Indo-Pacífico Livre e Aberto, acabam por se tornar ferramentas estratégicas e geopolíticas para o alcance de interesses políticos paroquiais (WIRTH, 2020). Por sua vez, o Mar do Sul da China está no centro da conectividade do Indo-Pacífico, o que significa dizer que o controle por parte de um Estado desta região significa não apenas vantagens econômicas e comerciais, mas também de segurança sobre o Indo-Pacífico, o que pode significar vantagem sobre toda a região (MEDCALF,2020).

Mesmo que o conceito de Indo-Pacífico tenha se intensificado a partir do governo de Donald Trump, desde o estabelecimento do Pivot para a Ásia, colocado em prática no início do segundo mandato de Barack Obama, a Ásia banhada pelo Pacífico voltou a se tornar o centro das atenções do país, como mencionado. A Tabela 6 marca o início das FONOPs um ano depois do início oficial da estratégia do Pivot, o que nos permite compreender que se a Parceria Transpacífica estava no centro da política externa americana para a Ásia-Pacífico em termos econômicos e comerciais, as FONOPs tinham a mesma centralidade no que diz respeito às questões geopolíticas, estratégicas e de

segurança. A diferença é que enquanto o TPP foi descontinuado pelo governo de Trump, as FONOPs se intensificaram.

Tabela 6 - Número de Operações de Liberdade de Navegação relatadas por parte da Marinha dos EUA no MSC nos Governos Obama (2009-2016) e Trump (2017-2020)

Governos	Anos	Números de FONOPs no MSC
Obama	2013	1
Obama	2014	0
Obama	2015	2
Obama	2016	3
Trump	2017	6
Trump	2018	5
Trump	2019	7
Trump	2020	6

Elaboração própria a partir de Wirth (2020) e Shelbourne (2020)

Contudo, vale destacar que nem sempre ficam claras quais as práticas dos Estados banhados pelo Mar do Sul da China que as FONOPs americanas realizadas na região, buscaram e buscam coibir ou protestar. Porém, a China, como o principal alvo das FONOPs dos EUA no MSC mantém suas reivindicações ambíguas de forma intencional, o que torna mais difícil identificar alvos legais e ilegais das FONOPs. Por outro lado, é regra geral por parte das autoridades da Marinha dos EUA não fornecer detalhes operacionais e legais das FONOPs na região. Mesmo assim, informações como nome do navio e as características geográficas da região em questão acabam sendo conhecidos. Entretanto, apenas nos casos em que os atores envolvidos - Força Aérea, Marinha, Guarda Costeira ou navios de pescadores com ação dual - promovam resistência ou agressão é que maiores detalhes das FONOPs são divulgados (WIRTH, 2020).

Em agosto de 2017 um dos mais completos estudos sobre as FONOPs no Mar do Sul da China foi publicado. De realização de Eleanor Freund (2017), apesar de já desatualizado, o estudo cumpre importante papel de apresentar de maneira mais profunda e clara como algumas dessas operações, que estão no limite entre a legalidade e o excesso, ocorrem. O estudo envolveu cinco operações de liberdade de navegação realizadas pela Marinha dos EUA entre outubro de 2015 e maio de 2017.

Em 27 de outubro de 2015 o USS Lassen, contratorpedeiro da Marinha dos EUA, realizou uma FONOP sob passagem inocente dentro das 12mn de cinco recursos no conjunto de ilhas Spratly (Subi Reef, Cay nordeste, Cay Sudeste, South Reef e Sand Cay). Todos esses recursos são reivindicados por China (e Taiwan) Vietnã e Filipinas. Segundo

Freund (2017), esta FONOP desafiou certas políticas dos Estados em questão que exigem notificação ou permissão prévia de passagem inocente em seu Mar Territorial. A Marinha dos EUA não fez tal solicitação, contudo, nenhum dos Estados reivindicantes tem nessa região mar territorial. Ainda assim exigem que seja feito o aviso (FREUND, 2017).

Em 29 de janeiro de 2016 o USS Curtis Wilbur, um contratorpedeiro da Marinha dos EUA, realizou uma FONOP também usando passagem inocente dentro das 12mn da Ilha Triton, no conjunto de Ilhas Paracel. Apesar de ser ocupada pela RPC, a ilha é reivindicada por Taiwan e pelo Vietnã. Mais uma vez, os EUA não fizeram aviso de trânsito ou pediram permissão prévia. Diferente do primeiro caso, neste a Ilha tem direito a mar territorial, porém os EUA não reconhecem a ilha como território chinês e mais uma vez não realizou aviso ou pedido prévio de permissão de passagem (FREUND, 2017).

No dia 10 de maio do mesmo ano, o USS William P. Lawrence conduziu uma FONOP também sob alegação de passagem inocente nas 12mn de Fiery Cross Reef no conjunto de Ilhas Spratly. A ilha é ocupada pela RPC e possui extensos recursos militares como uma pista de pouso de aproximadamente 3 mil metros de comprimento e 300 metros de largura. Vale destacar que a ilha, considerada pela UNCLOS em julho de 2016 como uma rocha, foi aterrada para ter seu tamanho aumentado. Apesar de ocupada pela China, Filipinas, Vietnã e Taiwan também reivindicam a região. A estratégia norte-americana e o *modus operandi* desta FONOP são os mesmos que os das anteriormente apresentadas (FREUND, 2017).

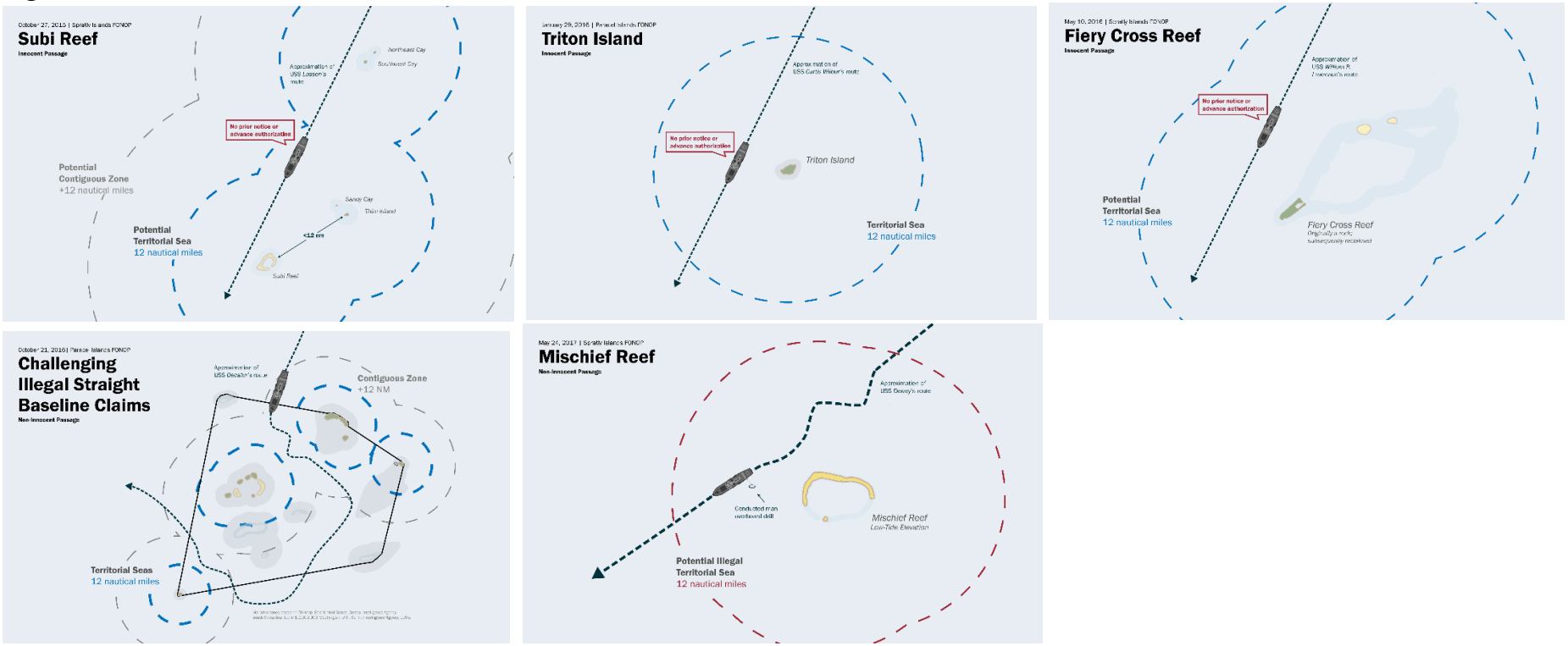
Em 21 de outubro de 2016, o USS Decatur, contratorpedeiro da Marinha dos EUA conduziu uma FONOP navegando nos limites externos dos mares territoriais na região das ilhas Paracel. Diferente das FONOPs apresentadas anteriormente, esta não desafiou as exigências de pedido de aviso ou permissão de trânsito na região. O que aconteceu neste caso foi a realização de exercício de manobras por parte da embarcação sem se aproximar ou adentrar os limites de 12mn do mar territorial reivindicado por China, Taiwan e Vietnã. Contudo, ao fazer tais manobras, a embarcação da Marinha Americana cruzou águas que seriam consideradas internas da China, caso os EUA reconhecessem o pleito do país (FREUND, 2017).

Por fim, em 24 de maio de 2017 o USS Dewey, um contratorpedeiro da Marinha dos EUA realizou uma FONOP dentro das 12mn de Mischief Reef, no conjunto de ilhas Spratly ocupado pela RPC mas reivindicado por Taiwan, Filipinas e Vietnã. Uma vez que Mischief Reef é uma elevação de maré baixa, conforme decidido pela UNCLOS em 2016, e apesar de aterrado pelo governo da China, não possui direito a um mar territorial. A

embarcação navegou em zigue-zague pelas 12mn de Mischief Reef e conduziu exercícios de treinamento, o que sinalizava que não se tratava de passagem inocente, exatamente como aconteceu com o caso apresentado anteriormente (FREUND, 2017).

As FONOPs aqui apresentadas são ilustradas na Figura 15 com suas principais características e informações. Para além da ilustração apresentada a seguir, é possível perceber que as operações realizadas pela Marinha dos EUA na região do MSC têm um arranjo semelhante, apesar de certas peculiaridades, levando em consideração os casos apresentados.

Figura 15 - FONOPs da Marinha dos EUA no MSC entre Outubro de 2015 e Maio de 2017



Fonte: Freund (2017)

Em todos os exemplos apresentados, fez parte da postura da Marinha Americana aproximar-se com embarcação em área ocupada ou reivindicada pela China onde os EUA não reconhecem a soberania chinesa sobre a região, ou onde, segundo a UNCLOS, não há possibilidade de haver mar territorial pelas características do recurso. Além disso, Washington não assume posição sobre qual nação reconhece ter soberania sobre os recursos.

Para Davis (2020), a forma como as FONOPs são colocadas em prática nos últimos anos aumenta as chances de os EUA entrarem em um conflito sério. Apesar de serem realizadas em todo o mundo, normalmente são as FONOPs realizadas na região do Mar do Sul da China, e que normalmente tem a China como alvo, que chamam maior atenção dos analistas. Contudo, mais recentemente, há operações visando a Rússia e algumas outras que em 2020 focaram a região da América do Sul.

Segundo o autor, a análise que poderia ser feita sobre tantas FONOPs realizadas em curto espaço de tempo é de que haveria várias marinhas ameaçando a liberdade de navegação dos EUA, o que para Davis (2020) não seria verdade. Dados em tempo real sobre todo tráfego marítimo civil, que representa parte expressiva do comércio global, indicam que não há barreiras ou lacunas próximo a China, Rússia ou Venezuela que possam significar bloqueio do comércio mundial e que necessite de uma resposta militar rigorosa por parte dos EUA, argumenta o autor.

E por mais que para se manter proficiente em suas atuações de dissuasão no mar, a Marinha dos EUA precise conduzir exercícios, manobras e outras atividades, não haveria a necessidade de provocar rivais e adversários a tomarem medidas sérias contra os interesses do país pelo excesso de FONOPs. Sugerindo um exercício contrário, Davis (2020) afirma que se a PLAN desafiasse a supremacia dos EUA nos oceanos Pacífico e Atlântico com passagens regulares próximo ou dentro das 12mn do país, certamente Washington agiria de forma enérgica, e não aceitaria tal comportamento como aceitável pelas regras de trânsito em águas internacionais. Para Davis (2020) os EUA deveriam incentivar seus aliados regionais a investir em capacidades de auto-defesa e anti-acesso (A2/AD) como fez a China em recursos ultramarinos no MSC, conforme abordado no capítulo três. Esse movimento levaria a utilização de FONOPs com maior moderação evitando riscos desnecessários para o governo dos EUA.

3.6 **Considerações Finais**

Nas considerações finais deste capítulo, procuramos aproximar a postura dos EUA no Mar do Sul às argumentações teóricas do Realismo Neoclássico de Ripsman, Taliaferro e Lobell (2016), utilizando ainda as considerações, apresentadas no capítulo 1, sobre potências revisionistas e de *status-quo* segundo os autores do realismo clássico a partir do que foi apresentado por Schweller (1994).

Ao novamente nos utilizarmos da Tabela 1 do capítulo 1 que reúne as variáveis apresentadas por Ripsman, Taliaferro e Lobell (2016) sobre o Realismo Neoclássico Tipo III, percebemos que a imagem do líder, nas duas últimas décadas, quando os EUA passam a se posicionar de forma mais assertiva no MSC é de certa constância em relação a postura chinesa no Indo-Pacífico. Desde o pivot para a Ásia, não houve grande mudança da postura do líder dos EUA em relação a RPS no que tangea presença e postura chinesa no MSC, apenas, no governo Trump, certas posturas ficaram mais claras.

Se durante o governo Obama as declarações eram de neutralidade quanto ao reconhecimento do território dos atores que disputavam os recursos no Mar do Sul da China, mais recentemente as declarações de Mike Pompeo no governo Trump, indicavam apoio a Corte Permanente de Arbitragem e afirmavam não reconhecer os territórios chineses. Por mais que as FONOPs tenham se intensificado no governo Trump, elas surgiram no MSC no formato mais recente durante o governo Obama.

Neste sentido, a imagem do líder dos EUA parece esbarrar na cultura estratégica do país quando se trata do MSC, como mencionado no parágrafo anterior. Para além dos documentos de segurança e defesa nacionais, e os relatórios ao congresso sobre a força militar da China, os EUA parece buscar se manter presente e influente no MSC mesmo sem estar por lá. A estruturação do QUAD, os constantes exercícios militares com aliados, as bases navais e aéreas, as próprias FONOPs e a mudança de perspectiva sobre a região – de Ásia Pacífico para Indo-Pacífico – demonstram que sua preocupação com a atuação chinesa na região parece se expandir, e há uma cultura estratégica para se manter dominante na região.

Fazendo uma ponte com o exposto acima, as próprias instituições domésticas norte americanas com vistas ao MSC foram adaptadas à uma nova visão sobre a região. Recentemente, como já foi comentado, a USPACOM alterou seu nome, para USINDOPACOM, e sua visão para algo mais abrangente, como forma de monitorar mais de perto a região de influência chinesa, mas também como forma de aproximar mais

aliados em oposição a certas posturas chinesas na região, e na sua zona central, o MSC. Neste caso, as relações Estado-sociedade sobre a China e seu entorno regional foram alimentadas, durante o governo Trump principalmente através da criação de um inimigo externo. Esta abordagem frente a China certamente não é inédita, mas nos últimos cinco anos parece ter ganhado força no discurso dos chefes de Estados dos EUA, justificando, de certa forma, a atenção e o gasto dispendidos com a região.

Quanto a Tabela 2 do capítulo 1 da tese, que reúne posturas associadas com a defesa ou revisão do *status-quo*, é possível afirmar, em quase todo o quadro, de elaboração própria, que os EUA se encaixam como potência satisfeita e que se preocupa com a possibilidade de revisão de ordem que lhe seja desvantajosa. Uma das acusações recorrentes nos documentos de defesa e segurança dos EUA analisados neste capítulo é que a China se aproveita da ordem, e age por dentro dela, para ganhar vantagens competitivas frente aos EUA. Se isto de fato se verifica ou não é uma argumentação que ainda precisa ser investigada.

De certa forma, a relação da China com seus vizinhos no Mar do Sul da China e a interpretação específica da UNCLOS por parte do país no momento de reivindicação e ocupação de recursos, pode, de alguma maneira, trazer razão parcial para o argumento americano. O próximo capítulo aprofunda as relações no MSC entre a China e pequenas potências do Sudeste Asiático.

4 **O PAPEL DA ASEAN NAS DISPUTAS DO MAR DO SUL DA CHINA E AS EXPERIÊNCIAS DE VIETNÃ E FILIPINAS**

4.1 **Considerações Iniciais**

Como já comentado neste trabalho, quatro dos principais atores que figuram nas disputas do MSC – Vietnã, Malásia, Filipinas e Brunei sem contar com a Indonésia, que tem eventuais reivindicações sobre as Ilhas Natuna – são membros da ASEAN. A pressão chinesa tem sido intensa para os membros da ASEAN banhados pelo MSC, com uma série de incidentes na região, desde meados da década de 1970.

Este capítulo tem como objetivo analisar a ASEAN em relação aos conflitos marítimos do MSC. Na primeira seção, apresentamos um breve histórico do "ASEAN-Way" e da UNCLOS conectando-os às disputas do MSC. Na segunda seção, mostramos como a ASEAN reagiu às disputas, tanto coletiva quanto individualmente por meio de seus membros, também apresentando como o comportamento dos membros da ASEAN sobre as reivindicações e disputas no MSC influencia a tomada de decisão da Associação. Na terceira seção, buscamos analisar o comportamento da ASEAN em relação à questão do MSC com o objetivo de responder por que a ASEAN falha em alcançar uma posição comum e assertiva.

Por fim, na sétima seção apresentamos a postura de dois membros da ASEAN, Filipinas e Vietnã que, enquanto atores regionais do Sudeste Asiático e banhados pelos MSC, além de possuírem longo histórico de incidentes com a China no MSC, também se posicionaram sobre a ação chinesa na região em Tribunais Internacionais. Cada um dos dois atores possui maior ou menor proximidade com os EUA e vem, ao longo dos anos, alterando suas políticas e força armada quando se trata da relação no MSC e seus desdobramentos. Finalizamos o capítulo com breves conclusões sobre relação de ASEAN, com destaque para alguns de seus membros no MSC, no que tange EUA e China.

4.2 **A questão do "ASEAN-Way" nas disputas no Mar do Sul da China**

Tendo a Conferência de Bandung de 1955 como inspiração, muitos países do Sudeste Asiático começaram a tentar estabelecer grupos de solidariedade regional. As Filipinas propuseram um grupo anticomunista que seria seguido por muitas outras propostas regionais. A maioria dessas tentativas de aproximação teve origem étnica ou

religiosa, o que acabou não abrangendo a totalidade dos Estados do entorno e, portanto, não avançando como o esperado. No entanto, todos esses movimentos mostraram o interesse em englobar a região em algum tipo de processo de integração (BA, 2009).

Em 1961, ao contrário de vários conflitos e rivalidades, em sua maioria decorrentes do nacionalismo latente derivado da recente pós-colonização, foi criada a Associação do Sudeste Asiático (ASA), formada pela Tailândia, Filipinas e Malásia. Em 1963, com o mesmo espírito de busca de cooperação, foi criado a Maphilindo, abrangendo as Filipinas, Indonésia e Malásia, no mesmo ano em que a Malásia se tornou Federação da Malásia. Contudo, ambas as iniciativas não tiveram o que era essencial no momento para continuar existindo: se enfraqueceram pela falta de relacionamento entre dois de seus três membros. Mais uma vez, os nacionalismos rivais estariam no caminho de uma associação regional do Sudeste Asiático (BA, 2009).

O ano de 1967 não parecia muito propício para a formação de um bloco regional. Contudo, o que possibilitou a criação da ASEAN[32] foi um acordo entre grupos internos transnacionais para formar um tipo alternativo de regionalismo, bem como a maneira como as ideias de nacionalismo e regionalismo se estabeleceram de forma complementar neste acordo. O temor da difusão do comunismo aumentava no final da década de 1950 e na década de 1960 no Sudeste da Ásia, principalmente pela independência do Vietnã e o início da Segunda Guerra da Indochina[33], que estimulou os demais países da região a buscar maneiras de se proteger de seus efeitos militares, ideológicos e econômicos.

Naquele momento, regionalismo e nacionalismo ainda estavam em lados opostos para os países do Sudeste Asiático: o último pesava mais em suas avaliações. Nesse sentido, era necessário que os vínculos regionais fossem criados a partir de argumentos que ligassem regionalismo e nacionalismo. Portanto, ideias de autodeterminação, consideração nacional e não intervenção aliaram-se a ideias de unidade, solidariedade e organizações regionais que significaram uma busca não só pelo fim dos conflitos, mas também pela coalizão entre os Estados do Sudeste Asiático (BA, 2009).

Em outras palavras, a ASEAN foi fundada sob os princípios de não interferência; diplomacia silenciosa; não uso da força e tomada de decisão por consenso (HAZMI, 2009), o que é conhecido como "*ASEAN-Way*". Esses princípios têm permitido à

[32] A ASEAN foi fundada pela Declaração de Bangkok em 1967. Seus países membros são Malásia, Filipinas, Indonésia, Tailândia e Singapura (1967), Brunei (1984), Vietnã (1995), Mianmar e Laos (1997), Camboja (1999).

[33] Também conhecida no Ocidente como Guerra do Vietnã, e no Vietnã como Guerra Americana (1955-1975)

Associação, unida por uma proposta regional, ter um arcabouço bastante frouxo que acomode países com antigas rivalidades e que dão grande importância às suas soberanias (HAACKE, 2002).

Hoje, o mesmo "ASEAN-Way", fundamental para a criação e constituição da associação, pode ser o responsável por dificultar uma ação mais enfática da ASEAN perante as disputas e reivindicações marítimas dos seus membros no MSC. Essas reivindicações estão diretamente relacionadas com a UNCLOS, criada quinze anos após a fundação da ASEAN e envolve pelo menos metade dos membros da Associação.

4.2.1 A UNCLOS e o "ASEAN-Way"

Em 1982, a Convenção das Nações Unidas sobre o Direito do Mar (UNCLOS) resultou em um acordo sobre as questões das responsabilidades e direitos das nações nos mares. O confronto pelas reivindicações na região do MSC começou após a Segunda Guerra Mundial, mas recebeu um novo impulso após o lançamento da UNCLOS e suas regras sobre Mar Territorial, Zona Econômica Exclusiva (EZZ) e Plataforma Continental, o que permitiria aos Estados litorâneos expandir seus territórios e abrir novas possibilidades para a exploração de recursos naturais e patrulhamento marítimo (BECKMAN, 2014).

A UNCLOS estabeleceu parâmetros relativos à exploração de recursos, livre navegação, direitos e disputas territoriais, como já mencionado na introdução deste trabalho. O tratado, entre outras questões, aborda os direitos de soberania dos estados costeiros sobre o território marítimo e o espaço aéreo, e possui um mecanismo de resolução de conflitos em casos de disputas baseadas em reivindicações sobrepostas. Ele entrou em vigor em 1994, e naquele momento as Filipinas (1984) e o Vietnã (1994) já haviam ratificado o tratado. Poucos anos depois, Malásia e Brunei (1996) o ratificaram. Outros membros da ASEAN também ratificaram o tratado em diferentes momentos: Indonésia (1986), Singapura (1994), Mianmar (1996), Laos (1998) e Tailândia (2011). O Camboja assinou o tratado em 1983, mas nunca o ratificou. A China, que não é membro da ASEAN, mas que mantém relações extensas com o bloco e intensas disputas marítimas e territoriais no MSC, ratificou o tratado em 1996.

Mas a UNCLOS não é o único mecanismo que pode interferir nas reivindicações dos membros da ASEAN no MSC. Em 2002, a ASEAN assinou com a China uma Declaração sobre a Conduta das Partes no MSC (DOC) que aplica os mesmos princípios

da Carta da ASEAN de 1967 para disputas territoriais e usa a UNCLOS como base para lidar com reivindicações e disputas entre membros da ASEAN e a China. O DOC (ASEAN,2002b) é uma declaração não vinculante e não possui um mecanismo de resolução de disputas, uma vez que seus membros se comprometem a resolvê-las de forma voluntária, sem levar as disputas para instituições internacionais. O DOC, no entanto, não foi capaz de reunir uma posição comum entre os países da ASEAN sobre suas reivindicações em relação aos chineses devido aos interesses distintos dos membros da Associação no assunto (SEVERINO, 2014).

Assim, sem poder avançar para um Código de Conduta (COC) desejado, que está em negociação desde 1999, e seria mais vinculante, criando mecanismos de resolução de disputas, o DOC continua sendo uma declaração mais sugestiva e pouco eficaz. A China é a principal força opositora a um COC, uma vez que restringiria suas reivindicações (THAYER, 2012). Considerando o nível de tensão envolvendo principalmente as Filipinas e o Vietnã, enquanto membros da ASEAN, com a China nos últimos anos, uma nova tentativa para chegar a um acordo básico sobre a natureza e o escopo de um novo COC foi feita em 2017. Em agosto daquele ano, os Ministros das Relações Exteriores da ASEAN e seu homólogo chinês endossaram a estrutura para uma versão atualizada do Código de Conduta para o Mar do Sul da China (COC), amplamente baseado na versão da estrutura sugerida em 2002. Apesar de abordar especificamente a prevenção de incidentes e a garantia do conceito de liberdade de navegação, a minuta do documento, assim como o anterior, também indica que não será juridicamente vinculativo (STONEY, 2017).

Segundo Bhadri (2021), China e a ASEAN têm o objetivo de redigir o COC para funcionar como uma estrutura regional de regras e padrões que auxilie os Estados a alcançar maior paz e estabilidade na região, uma vez que as disputas são de longa data. Contudo, a falta de unanimidade dentro da Associação e os diversos compromissos que a China mantém bilateralmente com o bloco e com alguns de seus membros, se caracterizam como obstáculos que, mais uma vez, podem diminuir a força da associação em colocar em vigor tal código frente às estratégias chinesas para a região. Contudo, as várias disputas e reivindicações no MSC envolvem membros da ASEAN e atores que têm relações diretas com a Associação. Portanto, tais reivindicações precisam ser analisadas individualmente, mas também buscando entender como elas influenciam a tomada de decisão da ASEAN, realizada por consenso.

4.3 **As Reivindicações e os Ocupantes do Mar do Sul da China: estratégias individuais dos membros da ASEAN**

As principais reivindicações no MSC, mar fechado ou semifechado, envolvem as ilhas Paracel e Spratly. Enquanto o arquipélago das Paracel é controlado pela China desde 1974 e reivindicado pelo Vietnã e Taiwan, as Ilhas Spratly possuem o maior número de reivindicações sobrepostas na região e são disputadas pela China (e também por Taiwan), Vietnã, Filipinas, Malásia e Brunei (EMMERS, 2003) Todos esses países marcam presença na região, como se pode verificar na Tabela 7.

Tabela 7 - Número de recursos ocupados nas disputas no MSC - Ilhas Spratly, Ilhas Paracel e outros (2021)

Países	**Spratly**	**Paracel**	**Outros***
Vietnã	21	-	6 (Estações DK1)[34]
Filipinas	9	-	-
China	7	20	1 (Scarborough Shoal)
Malásia	5	-	-
Taiwan	1	-	-

Fonte: Elaborado a partir de dados de Banlaoi (2010) e AMTI/CSIS (2021)

Os membros da ASEAN têm posições individuais distintas em relação à questão do MSC, afinal apenas alguns deles são reclamantes e entre eles existem algumas disputas de fronteira, mesmo que a China não esteja envolvida. A influência econômica e política chinesa, por outro lado, embora afete todos os países da ASEAN, não é homogênea. Portanto, alguns membros, especialmente os não reclamantes, colocam mais ênfase na relação bilateral com a China do que no esforço conjunto para resolver disputas territoriais em uma postura coletiva.

Como poderoso ator no MSC, a China é o principal responsável pelas demandas territoriais na região. O Estado chinês, como já comentado neste trabalho, reivindica o MSC em sua quase totalidade, de acordo com o mapa da Linha de Nove Traços apresentado na ONU em 2009, quando as Filipinas, o Vietnã e a Malásia apresentaram informações técnicas para requerer a extensão de suas plataformas continentais. O

[34] As Dịch vụ-Khoa (DK1), também chamadas de Estações de Serviço Científico-Tecnológicas e Econômicas, são uma série de plataformas marítimas isoladas construídas pelo governo vietnamita no sul das Ilhas Spratly, no MSC. As quatorze plataformas são estruturas de aço que suportam instalações residenciais e de logística e são operadas pela Marinha do Vietnã. (AMTI/CSIS, 2021)

governo chinês se utiliza da argumentação de direitos históricos para reivindicar ilhas, atóis e águas adjacentes no MSC (BECKMAN, 2014).

No entanto, a China não é o único ator do MSC signatário da UNCLOS cujas reivindicações vão além do que o documento estabelece como legal. As próximas subseções apresentarão individualmente os membros da ASEAN que têm reivindicações no MSC e aqueles que não têm.

4.3.1 Membros da ASEAN com reivindicações no MSC e suas posições

4.3.1.1 Vietnã

O Vietnã reivindica grande parte do MSC. Vizinho da China, com quem tem histórico de conflitos[35], Hanói recentemente entrou em alguns incidentes com Beijing por questões de soberania no MSC. As demandas do Vietnã incluem, como a China, todas as ilhas Spratly e Paracel.

As relações geopolíticas sino-vietnamitas são historicamente tensas. Embora as disputas de fronteira terrestre entre eles tenham sido resolvidas (FRAVEL,2008), o mesmo não pode ser dito sobre as disputas marítimas, a começar pelas Ilhas Paracel, que foram conquistadas pela China durante a Guerra do Vietnã. As reivindicações vietnamitas se sobrepõem às feitas pela Malásia e pelas Filipinas. O Vietnã ingressou na ASEAN quase vinte anos após a criação da Associação e sua influência como um ator importante na instituição levou muito tempo para se solidificar.

O que diferencia as reivindicações vietnamitas e chinesas, além da área total, que no caso do Vietnã é um pouco menor, é que ao contrário da China, que exige todas as áreas como Mar Territorial, o Vietnã reivindica como ZEE (US ARMY COMMAND AND GENERAL STAFF COLLEGE, 2014) No caso do Vietnã, assim como na China, a região reivindicada é maior do que seria permitido pela UNCLOS.

Considerando uma sensação de ameaça estimulada pela China, o Vietnã não se restringiu apenas à ASEAN como única ferramenta eficaz para lidar com as disputas no

[35] Apesar de China e Vietnã manterem um histórico de tensões fronteiriças que não se iniciaram no século XX, chamada por Deng Xiaoping de Expedição Punitiva, a invasão chinesa ao território vietnamita em 1979, em resposta a invasão e ocupação perpetrada pelo Vietnã no Camboja, marcou o ápice das tensões entre os dois países. Destaca-se que as tensões entre Beijing e Hanói se aprofundaram depois que o Vietnã estabeleceu laços com a União Soviética em um momento que a RPC já se posicionava como rival da URSS na Guerra Fria (CFR, 2021).

MSC. De fato, no caso das reivindicações e ações nas Ilhas Spratly, o Vietnã inclinou-se para a internacionalização do tema em diversas organizações internacionais, pedindo a participação de outros países (como Estados Unidos, Japão e Índia), amparando-se na UNCLOS, no esforço de diluir o poder chinês (COLLINSON;ROBERTS, 2013). Além disso, o Vietnã tentou levar a questão à arbitragem internacional em 2013, postura recusada pela China. Ao mesmo tempo, o Vietnã aprimorou sua posição militar, fortalecendo sua Marinha e Guarda Costeira (VUVING, 2014).

4.3.1.2 Filipinas

As Filipinas, embora não reivindiquem quase todo o MSC como China e Vietnã, também extrapolam o que a UNCLOS estipula como reivindicações legais. As Filipinas fazem demandas territoriais de ZEEs que representam a busca pela expansão de sua indústria pesqueira, uma vez que as reivindicações estão concentradas principalmente na abundante zona de pesca no oeste do país.

Embora não reivindiquem as ilhas Paracel, as Filipinas lançaram demandas territoriais sobre parte das ilhas Spratly, o que cria conflito com a China e com o Vietnã. A presença de embarcações pesqueiras das Filipinas em áreas disputadas pela China e pelas Filipinas também é fonte de grande parte do confronto entre os países (US ARMY COMMAND AND GENERAL STAFF COLLEGE, 2014).

Reivindicando parte das Ilhas Spratly, as Filipinas foram o primeiro membro da ASEAN a ser afetado pela expansão militar chinesa no MSC e a trazer o assunto à organização em 1995[36]. O chamado incidente de *Mischief Reef* levou à uma observação no Comunicado Conjunto da Reunião Ministerial da ASEAN de 1995 (AMM). Desde então, as Filipinas têm buscado estratégias para as disputas de fronteira do MSC (SEVERINO, 2014), um deles é a pressão que faz na ASEAN para o estabelecimento do COC, algo ainda não alcançado.

Outra estratégia é buscar apoio externo para reafirmar o uso da UNCLOS como ferramenta básica para se chegar a uma solução. Em 2014, seguindo o que o Vietnã havia feito em 2013, as Filipinas entraram com queixas no Tribunal Permanente de Arbitragem contra a assertividade chinesa na região. Apesar de uma posição favorável em relação às

[36] Embora as Ilhas Paracel tenham sido tomadas do Vietnã na década de 1970, o país só se tornou parte da ASEAN em 1995.

Filipinas em 2016 pelo Tribunal, a China não aceitou as reivindicações (CORTE PERMANENTE DE ARBITRAGEM, 2016).

Uma terceira estratégia é tentar mostrar alguma força em termos militares. É necessário mencionar que após a eleição do presidente filipino, favorável ao diálogo com a China, Rodrigo Duterte, houve um período de menor confronto entre os dois países em relação às águas territoriais e ZEE das Filipinas, incluindo a indicação de sua exploração conjunta por ambas as nações. A postura do presidente, no entanto, não reflete a vontade da elite política do país (HEYDARIAN, 2018).

4.3.1.3 Malásia

As reivindicações da Malásia no MSC envolvem as águas que circundam a fronteira leste da Península da Malásia e da parte leste da Malásia (Sabah e Sarawak, na ilha de Bornéu) (MAHADZIR, 2014). O país evita críticas públicas à China, em parte devido ao influente grupo étnico chinês em sua população (23%, enquanto os malaios representam 60%), bem como a influência da China na economia da Malásia (KAPLAN, 2014). No entanto, a Malásia sempre buscou uma posição unificada da ASEAN nas disputas de fronteira do MSC, mas tem buscado modernizar sua força militar (MAHADZIR, 2014), ao mesmo tempo em que fortalece seus laços militares e econômicos com os Estados Unidos.

A Malásia também faz reivindicações de ZEE em parte das Ilhas Spratly, que, ao contrário das Filipinas, Vietnã e China, estão dentro das regras da UNCLOS. No entanto, a Malásia afirma que as ilhas do arquipélago Spratly que estão dentro de sua ZEE devem ser consideradas território do país, o que não está nas regras da UNCLOS, uma vez que o tratado lança mecanismos apenas para reivindicar áreas habitadas, o que não é o caso.

4.3.1.4 Brunei

Assim como a Malásia, Brunei não critica a China em público, embora a linha de nove traços chegue muito perto da costa do país. Portanto, sua ZEE seria severamente reduzida se as reivindicações chinesas fossem consideradas. Dentro da ASEAN, Brunei apoia uma posição unificada em relação ao problema, mas enfatiza muito mais os benefícios econômicos do relacionamento com a China do que os incidentes ocasionais

com o país. Destaca-se que Brunei reconhece que toda a questão do MSC deve ser resolvida em uma abordagem multilateral (STOREY, 2005).

O único recurso disputado por Brunei seria o recife Louisa, embora haja dúvidas se seria uma ilha ou uma rocha (ROACH, 2014). Algumas interpretações afirmam que Brunei, em 2018, abandonou suas reivindicações marítimas no MSC em troca de financiamento chinês (HART, 2018). No entanto, há pesquisadores que ainda afirmam que Brunei mantém um baixo perfil no atol de Louisa, mas não necessariamente desistiram das bases na localidade (TIEZZI, 2018). Devido à proximidade geográfica, há reivindicações sobrepostas entre a ZEE de Brunei e a ZEE da Indonésia, Malásia e Filipinas (US ARMY COMMAND AND GENERAL STAFF COLLEGE, 2014).

4.3.2 Membros da ASEAN sem reivindicações no MSC e suas posições

4.3.2.1 Indonésia

A Indonésia é o maior país da ASEAN, tanto em população quanto em PIB. Deveria ser esperado, portanto, que cumprisse uma função de liderança ou pelo menos de direção na Associação. Esse potencial papel de liderança sofreu um revés com a crise asiática de 1997 e a queda do governo do General Suharto após 30 anos no poder. Desde então, a Indonésia tem lentamente tentado desempenhar o papel de uma terceira via em muitas das principais questões da ASEAN, e as disputas do MSC não são exceção.

Mesmo antes da Crise de 1997 ou do incidente de *Mischief Reef* em 1995, a Indonésia já havia tentado neutralizar o desafio de segurança envolvendo o MSC. Não sendo um reivindicante de qualquer área disputada no MSC – excluindo a eventual sobreposição da linha chinesa de nove traços com os campos de gás das ilhas Natuna – a Indonésia está mais preocupada com a segurança marítima e a liberdade de navegação. Em termos comerciais, a China convidou a Indonésia para ser parte essencial da chamada "Rota da Seda Marítima" (TIEZZI, 2014).

A Indonésia não tem disputas com a China no MSC e suas demandas estão dentro do prescrito pela UNCLOS como legais e são exclusivamente para fins econômicos, mas devido à proximidade, a ZEE da Indonésia se sobrepõe à ZEE de Brunei, Vietnã, Malásia e Filipinas (US ARMY COMMAND AND GENERAL STAFF COLLEGE, 2014). Por outro lado, é importante ressaltar que as tensões com a China vêm aumentando devido às ilhas Natuna. De acordo com Jacarta, essas ilhas estão localizadas dentro da Zona

Econômica Exclusiva de 200 milhas náuticas do país. No entanto, esta área se sobrepõe à reivindicação marítima da linha de nove traços mais ao sul da China. Até agora, a Indonésia recusou-se terminantemente a abrir qualquer possibilidade de reconhecer que a área está em disputa. Ao mesmo tempo, divulgou vídeos mostrando o afundamento de barcos chineses e reforçou suas forças marítimas para manter os pescadores chineses fora da área (CHEW,2021).

4.3.2.2 Singapura

Embora seja uma pequena cidade-estado, Singapura é uma força diplomática (e militar) entre os membros da ASEAN, devido ao seu alto PIB per capita (KAPLAN, 2014). Quanto à disputa do MSC, Singapura mostra um tom conciliador, potencializado pelo fato de não ser diretamente afetada pela disputa. Porém, vale destacar que Singapura tem laços militares estreitos com os EUA, defendendo a segurança marítima e a liberdade de navegação na região.

4.3.2.3 Tailândia

Devido aos fortes laços econômicos com a China e nenhuma reivindicação no MSC, por não ser banhado pelo mesmo, a Tailândia geralmente defende uma abordagem branda em relação às questões do MSC, sem lançar declarações ou apresentar posturas que ataquem o posicionamento daquele país na região.

4.3.2.4 Laos e Mianmar

Como a Tailândia, ambos têm laços econômicos importantes com a China. Além disso, eles compartilham fronteiras com aquele país. Em terceiro lugar, eles não têm disputas no MSC, afinal não são banhados pelo mesmo. Portanto, geralmente cedem à pressão chinesa e tentam evitar qualquer comentário severo da ASEAN em relação à China.

4.3.2.5 Camboja

Não localizado no MSC, o Camboja apoia fortemente a China devido aos laços econômicos que possui com o país e como uma ferramenta para minimizar a influência vietnamita, principal rival geopolítico do Camboja, na região. Além disso, o governo de Phnom Penh é o principal defensor do discurso chinês na ASEAN quando nas discussões sobre DOC e COC: O Camboja apoia a China em favor de um documento mais flexível sobre a abordagem das disputas e reivindicações no MSC (THAYER, 2012).

As relações bilaterais entre chineses e cambojanos não são novas, e a cooperação entre os dois países passa pelas áreas política, econômica, cultural e militar. Esta abordagem foi recentemente chamada de "Parceria Estratégica Abrangente de Cooperação" entre o Camboja e a China (SIPHAT, 2015).

Para a China, o Camboja tem uma localização central no Sudeste da Ásia; e para o Camboja, a China se tornou sua principal fonte de ajuda externa, bem como de capital estrangeiro. Além disso, as empresas chinesas tornaram-se gestores e investidores de empresas estatais cambojanas e aumentaram as interações econômicas bilaterais, o que pode explicar o apoio dos cambojanos a Beijing em questões relacionadas às disputas no MSC (SIPHAT, 2015), inclusive no que diz respeito à tomada de decisão no âmbito interno da Associação.

4.4 **Influência dos países-membro na tomada de decisão da ASEAN**

O processo de tomada de decisão da ASEAN é feito por consenso em reuniões anuais, como a Reunião Ministerial da ASEAN (ou *ASEAN Ministerial Meeting* -AMM- em inglês). A estrutura frouxa da Associação, que permitiu a sua construção e continuidade desde 1967 até os dias atuais, é derivada do *ASEAN-Way* e pode ser avaliada como uma virtude, mas também como um ponto fraco.

Os países da ASEAN geralmente sobrevalorizam suas prioridades individuais e, com poucas exceções, não estão obtendo os benefícios (ou arcando com os custos) de fazer parte de uma organização regional como a ASEAN. Nesta subseção são apresentados breves resumos, em formato de tabela, de sete reuniões importantes do AMM, tratando de decisões difíceis em relação aos litígios do MSC, visando analisar a tomada de decisão da Associação e a relação interna travada entre seus membros, principalmente frente a atores externos ao bloco.

A opção pela tabela tem como objetivo mostrar semelhanças e diferenças entre acordos, decisões e desacordos das reuniões, dando destaque aos Comunicados Conjuntos que, via de regra, são emitidos no final das mesmas, no que tange o tratamento de questões do MSC. Os Comunicados Conjuntos costumam trazer, ao que se refere às atividades no MSC, uma indicativa muito semelhante em todos os anos, destacando a necessidade de buscar resoluções pacífica de controvérsias, da não militarização e da autocontenção nas atividades conduzidas no MSC. Desta forma indicamos, na Tabela 8, momentos em que houve maiores controvérsias na emissão dos Comunicados Conjuntos e do tratamento das questões relativas a reivindicações territoriais, atividades e incidentes no MSC entre os membros da ASEAN mas também com a RPC.

Tabela 8 - Seleção e Resumo de Sete Reuniões Ministeriais da ASEAN (ASEAN Ministerial Meeting- AMM) destacando, decisões, acordos e desacordos sobre MSC .

AMM	Realização	Ano	País Anfitrião	Decisões sobre MSC	Acordos sobre o MSC	Desacordos sobre MSC
25º AMM	Manila	1992	Filipinas	Declaração de Manila (1992) vaga, porém apelou para resolução pacífica das disputas territoriais no MSC e cooperação em outras áreas do MSC.	Estruturar um Código de Conduta futuramente, mesmo sem menção à exploração conjunta de recursos no MSC .	Indonésia e Filipinas buscavam declaração oficial, diferente de Malásia (ocupa recursos no MSC desde 1983) e Brunei buscavam declaração menos assertiva,
28º AMM	Bandar Seri Begawan	1995	Brunei	Com Vietnã aceito como 7o membro da ASEAN, foi mencionado em Comunicado Conjunto oficial o incidente de Mischief Reef naquele ano, depois de insistência filipina que se queixava sobre ocupação chinesa naquela região.	Garantias informais do governo chinês aos membros da ASEAN de que incidente de Mischief Reef seria incidente isolado	Seis membros da ASEAN discordaram das Filipinas sobre relevância e urgência das ações chinesas no incidente de Mischief Reef que não foi profundamente debatido no encontro.
35º AMM	Bandar Seri Begawan	2002	Brunei	Estabelecimento de uma Declaração de Conduta das Partes (DOC) não vinculante, entre China e ASEAN sobre o MSC.	DOC como principal instrumento da relação ASEAN-China até os dias atuais quanto as disputas no MSC.	O estabelecimento de Código de Conduta (COC) mas vinculante, debatido desde a Declaração de Manila de 1992, não foi alcançado. Filipinas fez esforço para validar COC, mas Malásia e China, não fizeram questão do Código mais vinculante pois congelaria construções e ocupações em recursos disputados.
43º AMM	Hanói	2010	Vietnã	Retomaram-se os trabalhos do Grupo de Trabalho Conjunto ASEAN-China após China se certificar de que atividades ou projetos relativos ao MSC seriam relatados ao governo chinês durante as Reuniões Ministeriais ASEAN-China.	Retorno dos diálogos via Grupo de Trabalho Conjunto ASEAN-China dentro das Reuniões Ministeriais ASEAN-China.	Vietnã busca internacionalizar a questão do MSC com apoio norte americano. Washington se ofereceu para desempenhar papel de mediador na questão, desagradando governo chinês.

45º AMM	Phnom Penh	2012	Camboja	N/A	N/A	Primeira vez que ASEAN não chegou a um consenso e não emitiu Comunicado Conjunto devido à insistência dos redatores, Filipinas e Vietnã, em elaborar parágrafo sobre ações chinesas no MSC, que enfrentou resistência do Camboja, anfitrião e presidente da reunião.
47º AMM	Nay Pyi Taw	2014	Mianmar	Após incidentes envolvendo China, Vietnã e Filipinas, a Indonésia apoiou as solicitações filipinas para conclusão do COC e o uso da arbitragem internacional para resolver disputas.	Comunicado Conjunto da reunião foi detalhado sobre a questão das atividades chinesas no MSC e expressou preocupações sobre a situação.	Posição comum registrada no documento não agradou Filipinas ou Vietnã, pois foi menos assertiva que ambos solicitaram inicialmente.
53º AMM	Online (Video Conferência)	2020	Vietnã	Declarada busca pela implementação do DOC, além de relações de cooperação entre China e ASEAN.	Houve concordância sobre os esforços feitos tanto por parte da ASEAN quanto por parte da China para continuar a segunda leitura do Projeto Único de Texto de Negociação do COC iniciado em 2019.	Menção à preocupação de representantes de alguns membros sobre atividades e incidentes graves na região. Os comentários estavam relacionados principalmente ao impasse de quase nove meses entre navios chineses, malaios e vietnamitas devido à exploração de petróleo no MSC e tensões entre navios chineses e filipinos nas ilhas Spratly e entre navios vietnamitas e chineses nas Paracel.

Fonte: Elaboração próprias a partir de ASEAN (1992); ASEAN (1995); ASEAN (2002a); EMMERS (2003), ASEAN (2010); COLLINSON;ROBERTS (2013); ASEAN (2012); THAYER (2012); TIEZZI (2014); ASEAN (2014); ASEAN (2020); CFR (2021).

4.5 **Comportamento da ASEAN nas disputas do Mar do Sul da China: a falta de uma posição assertiva**

Até a década de 1980, o núcleo duro, ou seja, os cinco membros originais da ASEAN, compartilhavam uma série de características, como o anticomunismo e uma profunda desconfiança em relação ao expansionismo chinês. Com a entrada de Brunei, um ex-protetorado britânico, na Associação em 1984 esse padrão continuou. Mas, após a Guerra Fria, tal característica tornou-se menos importante em termos ideológicos. Contudo, com a adição de Vietnã, Laos, Mianmar e Camboja, a desconfiança relativamente decrescente desse núcleo em relação à China foi misturada à uma profunda dependência econômica e política dos recém-chegados em relação a Beijing. E mesmo fazendo parte do núcleo duro da ASEAN, a Tailândia, que não possui demandas ou disputas no MSC, gradualmente suavizou sua posição em relação à China, devido ao crescente comércio e investimento chineses para o país (THAYER, 2012).

Deve-se acrescentar que a concentração geográfica da ASEAN foi de certa forma diminuída após a entrada de Laos, Mianmar e Camboja, que não estão no MSC, enquanto todos os outros sete membros (com exceção da Tailândia) têm pelo menos algum tipo de fronteira marítima com a região. Desta forma, é possível compreender por que Laos, Mianmar, Camboja e Tailândia tendem a votar por um compromisso entre a ASEAN e a China, mesmo que este enfraqueça a ASEAN no que tangem as disputas marítimas no MSC.

Mesmo assim, a ASEAN tem tido sucesso em trazer paz à uma região problemática desde sua fundação em 1967. O "*ASEAN-Way*" transformou o Sudeste Asiático:

> em uma comunidade de segurança de fato, onde é quase inconcebível para qualquer Estado-membro travar guerra contra o outro. A diplomacia preventiva e a segurança cooperativa são o nome do jogo na ASEAN. No entanto, quando se trata das disputas no MSC, envolvendo membros da ASEAN e a China, o órgão regional ainda não elaborou uma resposta ideal (HEYDARIAN, 2015, p.3, tradução nossa).

A ASEAN e sua maneira própria de conduzir seu regionalismo, não podem ser totalmente explicadas pelas teorias clássicas de Integração Regional como a Teoria Neofuncionalista (HAAS, 1958) ou Teoria do Regime (KRASNER, 1982). Mas essas teorias podem nos dar interpretações e motivos interessantes para a falta de posição assertiva da ASEAN em relação às disputas do MSC

As atividades dos grupos de interesse para a integração, segundo Ba (2009), foram uma das razões pelas quais a ASEAN pôde ser criada. Em nível regional, as atividades dos grupos de interesse estão principalmente ligadas a questões econômicas e comerciais. O papel dos governos é muito mais importante do que o papel das instituições supranacionais, principalmente pelas características do *ASEAN-Way*. Quanto aos partidos políticos, eles não têm um peso genuíno na constituição do regionalismo da ASEAN. Todos esses elementos são centrais para a teoria do neofuncionalismo clássico para explicar o sucesso da integração regional dentro e fora da Europa (RUGGIE, KATZENSTEIN, KEOHANE, SCHMITTER, 2005).

Isso também acontece quando se trata da criação de instituições e organizações supranacionais dentro do bloco, que é uma questão central para a teoria neofuncionalista. A ASEAN não possui instituições supranacionais porque o supranacionalismo requer um poder de fiscalização da organização supranacional sobre seus membros, o que não é encontrado na ASEAN.

Além disso, o mecanismo de Transferência de Lealdade apresentado por Haas (1958) como último passo na teoria do Neofuncionalismo está distante do regionalismo proposto pela ASEAN e a razão para isso é muito bem exemplificada nas disputas do MSC. Mesmo com a integração econômica que a ASEAN experimentou, não haverá uma transferência de lealdade do nível nacional para o supranacional, em primeiro lugar porque não há organização supranacional no sentido estrito do termo na ASEAN, em segundo lugar porque os membros da ASEAN têm rivalidades antigas, porém latentes e terceiro porque os Estados-membros não estão dispostos a abrir mão de parte de sua soberania em direção ao nível supranacional.

No caso das disputas do MSC entre membros da ASEAN frente a China, o comportamento e as ações da ASEAN são enfraquecidos não só pelo *ASEAN-Way*, mas também pelas posições individualistas dos membros da Associação. Devido à falta de instituições regionais fortes guiadas pela ASEAN, os Estados-membros da Associação temem ceder qualquer soberania ao nível supranacional.

Analisando ainda a posição da ASEAN através das ideias da Teoria do Regime (KRASNER, 1982), podemos assumir que os princípios, normas, regras e procedimentos de tomada de decisão em uma instituição ajudam atores a convergir suas expectativas em um determinado tema. No caso das disputas no MSC, pode-se dizer que, depois de mais de vinte anos tentando traçar uma posição comum e assertiva para a resolução problema,

a ASEAN ainda tem um longo caminho pela frente. As disputas ainda persistem mesmo entre alguns de seus membros, agravadas pela postura firme dos chineses.

Nesse sentido, a ASEAN apresenta princípios perceptíveis, primando pela estabilidade da região, geralmente por meio do uso da não- violência. Mas o *ASEAN-Way*, com sua abordagem frouxa que permeia boa parte da instituição, é um conjunto de normas informais que dão pouca ingerência à Associação em termos de obrigações e direitos individuais de seus Estados-membros, especialmente no que diz respeito a problemas de segurança. Ou seja, qualquer problema específico que ameace um ou alguns dos membros não é necessariamente visto pelos outros como um problema para toda a organização.

Esse conjunto de normas vagas gera uma falta de regras, dificultando, portanto, a capacidade da organização de elaborar prescrições para a ação. Na verdade, a decisão mais comum da ASEAN, no caso dos litígios do MSC, é sugerir a conciliação por parte dos reclamantes, orientar as suas ações pelo DOC e aguardar a chegada do COC. Com essa arquitetura institucional porosa, o processo de tomada de decisão não parece lidar profunda ou diretamente com problemas alarmantes para a região como as disputas do MSC

Ao contrário do que a Teoria do Regime apontaria, os procedimentos de tomada de decisão alcançam uma escolha coletiva limitada na ASEAN, uma vez que é fortemente influenciada pelos interesses individuais de cada membro. Dessa forma, segundo a teoria, tal estrutura não permite a formação de um regime real. Com isso, os membros reclamantes da ASEAN, nas disputas do MSC, passaram a buscar outras alternativas e não a própria Associação.

4.6 **Filipinas e Vietnã**

Esta seção tem como objetivo apresentar de forma abrangente o histórico de embates e incidentes de Filipinas e Vietnã, dois membros da ASEAN que possuem extensas reivindicações e sobreposições de territórios no MSC, com a China, bem como apontar a relação de ambos os países, que foram ativamente atuantes durante o 45º AMM de 2012 quando a ASEAN não atingiu um consenso devido às discordâncias sobre as recentes ações chinesas em territórios marítimos no MSC, com os EUA no que tange especificamente o MSC e as disputas nele envolvidas. Para isso, buscamos utilizar a linha do tempo das disputas marítimas chinesas a partir do *Council on Foreign Relations,* "uma organização, *think tank* e editora independente e não partidária" (CFR, 2021, s/p, tradução

própria) e da linha do tempo do MSC do *China-United States Exchange Foundation*, "uma fundação independente, não governamental e sem fins lucrativos" (CHINA US FOCUS, 2021, s/p, tradução própria) como ambos os *think tanks* se apresentam.

Buscamos ainda, apresentar a evolução dos números relativos às forças armadas de Filipinas e Vietnã, dando destaque para os dados reunidos entre os anos de 2000 e 2020, principalmente relativos às suas forças marítimas, buscando compreender se tais dados refletem a postura dos países quanto a suas relações intra e extra-regionais no que se refere ao MSC. Ainda procuramos fazer uma breve relação entre as reivindicações de Filipinas e Vietnã no Tribunal Permanente de Arbitragem entre 2013 e 2016 sobre a assertividade chinesa no MSC e as reações de China, EUA e da comunidade internacional sobre os resultados desse pleito por parte dos países do Sudeste Asiático em destaque. A escolha de ambos os países como forma de ilustrar uma possível mudança de postura da RPC em relação ao MSC, bem como dos EUA sobre este mesmo espaço, se relaciona justamente com as queixas formais que ambos os países fizeram à comunidade internacional sobre a postura chinesa no MSC.

4.6.1 Histórico de embates e incidentes de Filipinas e Vietnã com a China no MSC e a postura dos EUA frente a Manila e Hanói (1970-1990)

O ano de 1974 marca talvez um dos primeiros incidentes no MSC envolvendo a China e o Vietnã. Pouco depois da assinatura dos Acordos de Paz de Paris, que colocavam fim na participação estadunidense na Guerra do Vietnã, e da reaproximação entre os EUA e a RPC, representada desde 1971 no Conselho de Segurança da ONU, as forças militares chinesas ocuparam a parte ocidental das ilhas Paracel. As forças chinesas fincaram bandeiras do país em diversas ilhas e ilhotas do conjunto das Paracel (CFR, 2021).

Em janeiro daquele ano, tropas chinesas partiram da base na ilha Woody, no conjunto das Paracel, e intervieram em um conflito entre milícias chinesas e tropas do Vietnã do Sul que estavam instaladas na pequena ilha Duncan, também no conjunto das Paracel (Figura 16). Navios chineses e vietnamitas trocaram fogo depois que a China ocupou a parte oeste do conjunto das ilhas Paracel. A marinha chinesa afundou o navio sul vietnamita, saindo vencedora. Ainda assim, naquele mesmo ano, o Vietnã do Sul ocupou seis territórios nas ilhas Spratly (CHINA US FOCUS, 2021). Enquanto as tropas vietnamitas fugiram para o sul, criando a primeira ocupação do país nas ilhas Spratly, as forças chinesas tomaram as guarnições que as tropas deixaram em Duncan e

bombardearam outras pequenas construções do país que se encontravam em ilhotas próximas. Portanto, desde 1974 o governo chinês controla basicamente todo conjunto de ilhas Paracel enquanto o Vietnã continua a reivindicar a região (TONNESSON, 2001).

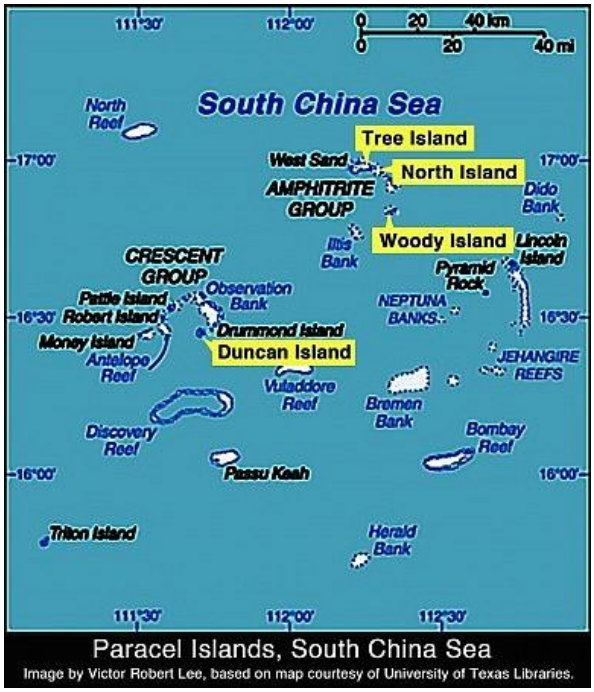
Apesar dos incidentes nas Ilhas Paracel terem cessado no século XX, o mesmo não se verifica no século XXI. Em 2018 a China finalizou a construção de uma pista de pouso na ilha Woody (Figura 17), que ocupa desde 1955, a maior daquela região, única com extensão capaz de receber bombardeiros como o modelo Xian H-6[37]. A Ilha Woody possui outras construções militares, assim como boa parte das ilhas Paracel ocupadas pela China[38] (AMTI/CSIS, 2021;REUTERS, 2018).

Em 1976, apenas dois anos depois da ocupação chinesa na parte ocidental das Ilhas Paracel, e com o Vietnã ocupando permanentemente, através de tropas, parte das Ilhas Spratly, as Filipinas descobrem um campo de petróleo na costa da ilha Palawan (Figura 18), que se encontra adjacente ao MSC, próximo as ilhas Spratly (cerca de 160 milhas náuticas de distância), já com presença vietnamita (CFR, 2021). O campo de petróleo Nido, na Bacia Nordeste de Palawan, passou a ser explorado em 1979 e cessou suas atividades, cerca de 40 anos depois, em 2019 (GEOEXPRO, 2020).

[37] O Xian H-6 é bombardeiro bimotor, variação do projeto Soviético Tupolev Tu-16, que começou a ser manufaturado na RPC em 1969. Tem capacidade de carga de 39 toneladas, comporta 6 tripulantes, tem autonomia de 5926 quilômetros e mede 34,8 metros de comprimento e 33 metros de envergadura. Necessita de 2100 metros para decolagem e 1539 metros para aterrisagem (AEROCORNER, 2021).

[38] No conjunto de ilhas Paracel, a China possui construções militares e ocupa as seguintes ilhas/rocha: Antelope Reef (Liangyang Jiao em mandarim);Bombay Reef (Langhua Jiao em mandarim); Drummond Island (Jinqiang Dao em mandarim); Duncan Islands (Chenhang Dao em mandarim);Lincoln Island (Dong Dao em mandarim);Middle Island (Zhong Dao em mandarim); Money Island (Jinyin Dao em mandarim); North Isalnd (Bei Dao em mandarim); North Reef (Bei Jiao em mandarim); Observation Bank (Yin Yu em mandarim);Pattle Island (Shanhu Dao em mandarim);Quanfu Island (Quanfu Dao em mandarim); Robert Island (Ganquan Dao em mandarim);South Island (Nan Dao em mandarim); South Sand (Nan Shazhou em mandarim);Tree Island (Zhansgu Dao em mandarim); Triton Island (Zhongjian Dao em mandarim); West Sand (Xi Shanzhou em mandarim); Woody Island (Yongxing Dao em mandarim); Yagong Island (Yagong Dao em mandarim) (AMTI/CSIS, 2021).

Figura 16 - Ilhas Paracel com destaque para a localização da ilha Duncan e da ilha Woody



Fonte: Lee (2016)

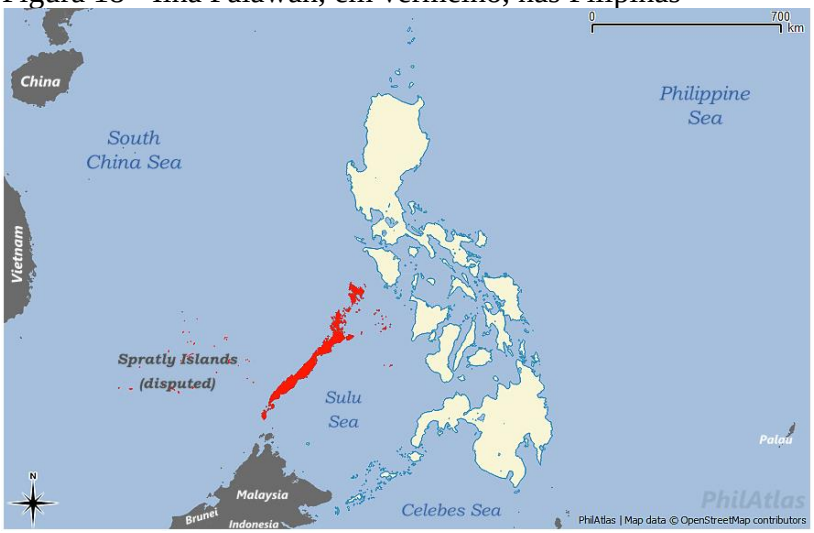
Figura 17 - Imagem de Satélite da Pista de Pouso na Ilha Woody (2018)

Fonte: AMTI/CSIS, (2021)

A descoberta do campo de Nido, seguida por outras em regiões próximas, foi a primeira descoberta de petróleo na Bacia Nordeste de Palawan e ocorreu quatro anos depois da aprovação da Lei de Exploração e Desenvolvimento de Petróleo (em inglês *Oil Exploration and Development Act*) do governo filipino, lançada em 1972. Esta lei passou a dar bases legais para a exploração de recursos petrolíferos, um marco para o país que buscava com a primeira empresa petrolífera nacional, a *Cities Service Inc*, autossuficiência energética, alcançando em 1979, primeiro ano de exploração do campo, 8.8 milhões de barris de petróleo e chamando a atenção de agências internacionais,

décadas depois, quanto ao crescimento da produção de petróleo da Bacia de Palawan, adjacente ao MSC (CFR, 2021). Na Figura 19, apresentada a seguir, estão em destaque as bacias Nordeste e Sudeste da ilha de Palawan no sul das Filipinas, onde se concentram grande parte dos campos de petróleo e gás ativos do país (Figura 20).

Figura 18 - Ilha Palawan, em vermelho, nas Filipinas



Fonte: PHILATLAS (2021)

Enquanto em 1976, o Vietnã iniciou a construção da primeira pista de pouso no MSC, nas ilhas Spratly, dois anos depois, em 1978, as Filipinas incorporam a ilha Tithu naquela região, também iniciando a construção de uma pista de pouso. Em 1979 Vietnã e China travam um breve, porém importante e brutal conflito, a chamada Guerra Sino-vietnamita, em partes por questões fronteiriças, e em partes como resposta da RPC à invasão vietnamita em território cambojano. Em 1983, a Malásia ocupa cinco territórios nas Spratly enquanto em 1988 a China ocupa Fiery Cross Reef (CHINA US FOCUS, 2021). No final da década de 1980, após cerca de uma década de relações razoavelmente calmas no MSC, principalmente no que diz respeito às RPC, Vietnã e Filipinas, as tensões voltaram a se elevar. Em 1988 a China e o Vietnã entraram em confronto em Johnson Reef, que marcou o primeiro conflito armado de Beijing dentro do conjunto de Ilhas Sptraly (Figura 21). O incidente coincide com as reformas econômicas do governo de Deng Xiaoping na década de 1980, quando há um aumento da atividade comercial e econômica do país nas áreas costeiras, e o aumento da produção eleva o consumo de recursos materiais, aumentando também a necessidade da prospecção na região (CFR,2021).

Considerado um dos conflitos mais sérios no MSC, neste episódio foram afundados três navios da marinha vietnamita pela chinesa, o que levou a morte de setenta

e quatro marinheiros de Hanói. O embate se deu por um aumento da presença física do governo chinês nas ilhas Spratly, mais especificamente em Fiery Cross Reef em 1988, o que levou a uma resposta mais assertiva por parte do Vietnã que buscou ocupar diversos recifes na região como forma de monitorar a movimentação chinesa naquelas águas (CFR, 2021).

A Figura 21 apresentada a seguir, demonstra a atual presença dos Estados nas ilhas Spratly. Atualmente, e desde 1988, poucos dias depois do confronto com a China em Johnson Reef, o Vietnã ocupou vinte e uma posições[39] no conjunto de ilhas Spratly, enquanto a China ocupa seis posições [40] na região desde 1988 e Mischief Reef desde 1995. Ainda, as Filipinas ocupam nove posições[41] nas Spratly, sete delas cuja presença filipina – nem sempre com construções permanentes – se estabeleceu entre 1970 e 1978, a Malásia cinco[42], e Taiwan e Brunei ocupam uma posição cada[43] (VUVING, 2016).

No início da década de 1990, a China aprovou sua lei sobre Mar Territorial e Zona Contígua, reivindicando a posse do MSC em sua integralidade baseado em direitos históricos que datariam dos séculos XXI à XVI AC. A lei chinesa de 1992 não estava em conformidade com o que havia sido acordado pela UNCLOS, assinada pelo país uma década antes e ratificada em 1996 (CFR, 2021). As principais interpretações sobre a aprovação da lei chinesa compreendem que se trata de uma tentativa por parte do país em obter maior segurança marítima frente a uma norma internacional para o direito do mar que se estabelecia através das Nações Unidas e da UNCLOS (KIM, 1994).

---

[39] São as posições ocupadas pelo Vietnã nas ilhas Spratly: Southwest Cay (Song Tu Tay em vietnamita); South Reef (Da Nam em vietnamita); Petley Reef (Nui Thi ou Da Thi em vietnamita); Sand Cay (Son Ca em em vietnamita); Namyit Island (Nam Yet em vietnamita); Discovery Great Reef (Da Lon em vietnamita); Sin Cowe Island (Sinh Ton em vietnamita); Collins Reef (Co Lin em vietnamita); Lansdowne Reef (Len Dao em vietnamita); Sin Cowe East Island (Sinh Ton Dong em vietnamita); Ladd Reef (Da Lat em vietnamita); Spratly Island (Truong Sa ou Truong Sa Lon em vietnamita); West Reef (Da Tay em vietnamita); Central Reef (Truong Sa Dong em vietnamita); East Reef (Da Dong em vietnamita); Pearson Reef (Phan Vinh em vietnamita); Allison Reef (Toc Tan em vietnamita); Cornwallis South Reef (Nui Le em vietnamita); Pigeon or Tennent Reef (Tien Nu em vietnamita); Barque Canada Reef (Thuyen Chai em vietnamita); Amboyna Cay (An Bang em vietnamita) (VUVING, 2016).

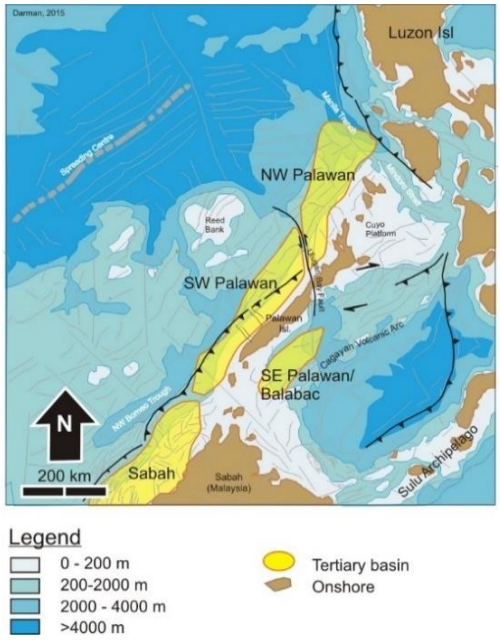
[40] São as posições ocupadas pela China nas ilhas Spratly: Subi Reef (Zhubi Jiao em mandarim); Gaven Reef (Nanxun Jiao em mandarim); Hughes Reef (Dongmen Jiao em mandarim); Johnson South Reef (Chigua Jiao em mandarim); Fiery Cross Reef (Yongshu Jiao em mandarim); Cuarteron Reef (Huayang Jiao em mandarim); Mischief Reef (Meiji Jiao em mandarim) (VUVING, 2016).

[41] São as posições ocupadas pelas Filipinas nas ilhas Spratly: Northeast Cay (Parola em filipino);Thitu Island (Pag-asa em filipino);Loaita Cay (Panata em filipino);Loaita Island (Kota em filipino);West York Island (Likas em filipino);Flat Island (Patag em filipino);Nanshan Island (Lawak em filipino);Second Thomas Shoal (Ayungin em filipino);Commodore Reef (Rizal em filipino) (VUVING, 2016).

[42] São as posições ocupadas por Malásia:Swallow Reef (Layang-Layang em malaio) desde 1983; Ardasier Reef (Ubi em malaio) desde 1986; Mariveles Reef (Mantanani em malaio) desde 1986; Erica Reef (Siput em malaio) desde 1999; Investigator Shoal (Peninjau em malaio) desde 1999(VUVING,2016).

[43] Brunei ocupa Louisa Reef (Terumbu Semarang Barat Kecil em malaio) enquanto Taiwan ocupa a ilha Itu Aba (Taiping Dao em mandarim) (VUVING, 2016)

Figura 19 - Bacias Nordeste e Sudeste da Ilha Palawan

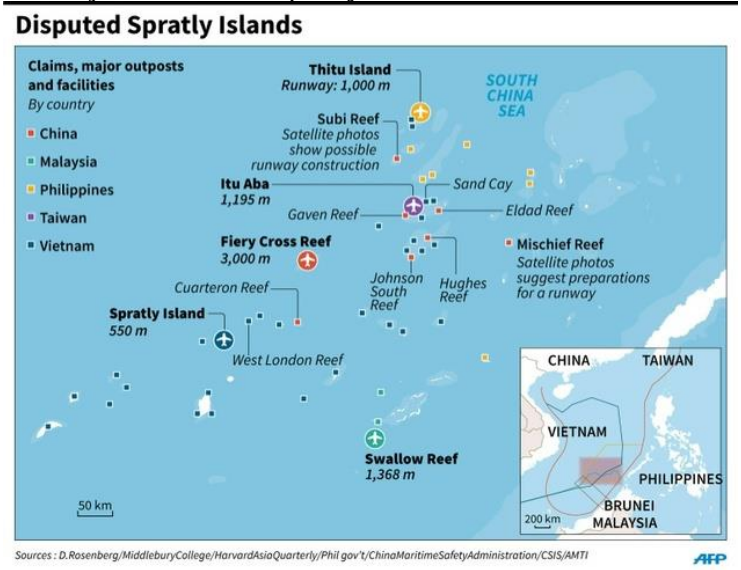


Fonte: GEOSEISMIC-SEASIA (2021).

Figura 20 - Campos de Petróleo e Gás Ativos nas Filipinas

Fonte:GEOEXPRO (2020)

Figura 21 - Principais posições ocupadas por China, Malásia, Filipinas Taiwan e Vietnã no conjunto de ilhas Spratly



Fonte: Vuving (2016)

Também no ano de 1996, China e Filipinas protagonizaram o chamado "Incidente de Mischief Reef". Naquela oportunidade, três navios da marinha chinesa travaram uma batalha de cerca de 90 minutos com uma canhoneira da marinha filipina, próximo ao

recife de Mischief Reef, que faz parte do conjunto de ilhas Spratly. Mischief Reef é ocupada por Beijing, mas reivindicada por Manila. O confronto, desencadeia uma crise nas relações sino-filipinas e marca o primeiro embate da China com um país da ASEAN, uma vez que quando a China travou embates com o Vietnã no final da década de 1980, Hanói ainda não era um Estado-membro da Associação. Naquele mesmo ano, Filipinas e Estados Unidos realizam exercícios militares conjuntos na ilha de Palawan, próximo ao conjunto de ilhas Spratly. Contudo, alguns meses depois do incidente, China e Filipinas assinaram uma declaração não vinculante que visava soluções pacíficas para as disputas territoriais marítimas entre os dois estados (CFR, 2021).

Em 1999, um ano depois da assinatura do Acordo Consultivo Marítimo Militar entre China e Estados Unidos, primeiro acordo militar bilateral entre os Estados, enfraquecido no ano de 2001 depois do incidente entre uma aeronave chinesa e uma norte americana no MSC, a marinha Filipina encalhou intencionalmente o BRP Sierra Madre, um navio Landing Ship Tank (LST) da Segunda Guerra Mundial, no Second Thomas Shoal um atol nas ilhas Spratly sob domínio das Filipinas. O BRP Sierra Madre, antigo USS Harnett Country doado à marinha vietnamita e posteriormente às Filipinas funciona hoje como uma instalação militar de vigília da marinha filipina. A intenção do governo filipino era manter as reivindicações territoriais do país na região. Desde aquele ano, ao menos um destacamento de fuzileiros navais das Filipinas se reveza continuamente a bordo do Sierra Madre, estacionado no atol como forma de manter presença militar no local, muito próxima a outras posições ocupadas e reivindicadas por outros Estados da região, principalmente a China (AMTI/CSIS, 2021).

4.6.2 Embates recentes de Filipinas e Vietnã com a China no MSC e a postura dos EUA frente a Manila e Hanói (2000-2020)

Apesar da assinatura do DOC em 2002 pelos países da ASEAN e a China, os embates e disputas por territórios marítimos não cessaram na virada do século ou com o compromisso não vinculante. Em 2009 Malásia e Vietnã apresentaram uma submissão conjunta à Comissão das Nações Unidas sobre os Limites da Plataforma Continental (*UN Commission on the Limits of the Continental Shelf* em inglês) para o alargamento de suas Plataformas continentais para além das 200 milhas náuticas previstas inicialmente pela UNCLOS (CFR, 2021). As reivindicações acirraram ainda mais as reivindicações e atritos sobre a soberania no MSC. A China se opôs profundamente à submissão legal dos

países, indicando infração grave dos mesmos à soberania chinesa sobre as ilhas do MSC, e respondendo este movimento com a apresentação pública do famoso mapa da Linha de Nove Traços, que indicava o que o governo de Beijing entendia como seu Mar Territorial (GLASER, 2011) No ano seguinte, os EUA afirmaram o interesse em manter o acesso aberto aos recursos marítimo da Ásia, reiterando, contudo, sua neutralidade quanto às questões de soberania no MSC.

A partir do ano de 2011, é possível perceber um acirramento nas questões relativas aos embates quanto a soberania na região, uma vez que pode-se notar o aumento de incidentes ano a ano entre os Estados banhados pelo MSC. Naquele ano, o governo filipino convocou um representante da RPC no país para comunicar oficialmente sobre as preocupações filipinas com as incursões navais chinesas em território reivindicado pelo país depois que foram registradas cinco incursões de navios chineses naquele ano, principalmente na região das Ilhas Spratly, e na costa da Ilha Palawan, um dos principais campos de petróleo e gás do país.

As incursões se iniciaram em março de 2011, e foram marcadas por um incidente entre navios de vigilância chineses e um navio de pesquisa filipino que estava na região de Reed Bank, entre o conjunto de ilhas Sptraly e a costa oeste das Filipinas. Na ocasião, o navio filipino foi levado a deixar a região. No mesmo ano, poucos dias depois do impasse diplomático entre China e Filipinas, que acionaram o DOC de 2002 da ASEAN acusando-se mutuamente, o governo do Vietnã protestou contra uma suposta perseguição da marinha chinesa a navios de exploração de petróleo vietnamitas (CFR, 2021).

Em uma onda de provocações menores entre navios da China e embarcações das Filipinas, principalmente próximo à costa filipina e ao conjunto de ilhas Spratly, o governo de Manila buscou responder às escaramuças passando a se referir ao MSC como Mar Ocidental das Filipinas em todas as comunicações oficiais desde outubro de 2011. Um ano depois, em outubro de 2012, o governo filipino assinou uma ordem administrativa que garantia o direito de nomear e designar suas áreas marítimas da forma como melhor entendessem (CFR, 2021).

O ano de 2012 foi marcado não só pela falta de consenso no AMM da ASEAN que pela primeira vez não conseguiu emitir um Comunicado Conjunto devido aos impasses entre Filipinas e Vietnã, de um lado, e principalmente, o Camboja, presidente da reunião, do outro, quanto a postura chinesa no MSC (THAYER, 2012). Alguns meses antes, o Incidente de Scarborough Shoal, ao norte do conjunto das ilhas Spratly, piorou o relacionamento diplomático já desgastado entre China e Filipinas. O governo de Manila

enviou um navio de guerra para enfrentar barcos de pesca chineses que circulavam naquela região (Figura 22). A movimentação seguinte do governo de Beijing foi enviar seus navios de vigilância para proteger os navios de pesca, levando a um impasse de cerca de dois meses que gerou certo embargo de produtos filipinos pelo governo chinês e um alerta contra o turismo de cidadãos da RPC no arquipélago (CHINA US FOCUS, 2021).

Figura 22 - Localização e principais distâncias de Scarborough Shoal

Fonte: SOUTH CHINA SEA BOOK (s/d)

Ainda em 2012, o Vietnã aprova uma lei marítima nacional que afirma sua jurisdição sobre as ilhas Paracel e Spratly exigindo aviso de qualquer navio de guerra estrangeiro que passasse pela área. Esta ação vietnamita é tomada poucos meses depois que navios pesqueiros chineses são acusados por Hanói de sabotagem pois teriam cortado cabos de um Navio Hidrográfico, o Bihn Mihn 2, da estatal PetroVietnam que fazia levantamentos sobre petróleo e gás na costa do país. A resposta chinesa quanto à lei marítima nacional do Vietnã foi anunciar o estabelecimento de uma cidade denominada Sansha nas ilhas Paracel, mais especificamente na ilha Woody, para administrar não só as ilhas Paracel, mas também as Spratly (CFR, 2021).

Também em 2012, o Vietnã aumentou seus gastos com defesa em cerca de 17% (SIPRI, 2021), enquanto a China colocou em funcionamento seu primeiro porta-aviões, o Liaoning construído em 1988 pela URSS e batizado na época de Riga inicialmente e Varyag posteriormente. A intenção chinesa era usar o Liaoniang como modelo para a elaboração de seus próprios porta-aviões, construídos com tecnologia local, o que se

realiza cerca de meia década depois com o lançamento do porta-aviões Shandong (CHINA POWER TEAM, 2021).

No ano de 2013, o então Primeiro-Ministro do Japão, Shinzo Abe, começa sua primeira viagem ao exterior visitando o Vietnã, a Tailândia e a Indonésia, indicando buscar relações mais próximas com a ASEAN em prol de maior estabilidade e paz na região, visto que enxergava que estaria em curso uma importante mudança no cenário estratégico da região. Após o anúncio do fortalecimento da cooperação financeira de Tóquio com os países da ASEAN, que tinha como pano de fundo a busca pela alavancagem da Parceria Transpacífica, o governo japonês ofereceu ajuda militar pela primeira vez após o fim da Segunda Guerra Mundial. O objetivo era fortalecer suas alianças com a região, frente a cada vez mais forte presença chinesa no Sudeste Asiático. Com o aumento dos embates e ameaças marítimas no MSC, o Japão passou a considerar a venda de equipamentos militares, como hidroaviões e submarinos de águas rasas, para países da ASEAN. Ainda no mesmo ano, o governo de Tóquio anunciou o fornecimento de barcos-patrulha para a Guarda Costeira das Filipinas como uma forma de auxiliar o país a aumentar suas capacidades no MSC (CFR, 2021).

Também em 2013, as Filipinas deram início a um caso de arbitragem internacional sob o Anexo VII da UNCLOS (UNCLOS,1982b)[44] no Tribunal Permanente de Arbitragem (PCA em inglês). A reclamação se voltava para as reivindicações de soberania chinesas sobre o conjunto de ilhas Spratly, incluindo Scarborough Shoal (Figura 22), embate iniciado no ano anterior no chamado "Incidente de Scarborough", mas se somando à décadas de relações mal resolvidas entre os dois Estados. Como já mencionado anteriormente neste capítulo, a China rejeitou o processo e não participou da arbitragem, sendo relacionada como *'in absentia'* em todo processo (CFR, 2021; PCA,2021).

Em abril de 2014 o então presidente dos EUA, Barack Obama, assinou um novo pacto militar com as Filipinas, aliado mais antigo dos EUA na região, com duração de 10 anos. Sob o Acordo de Cooperação de Defesa Aprimorada (ou *Enhanced Defence Cooperation Agreement* em inglês), as forças armadas estadunidenses ganharam maior presença de tropas rotativas no arquipélago, poderiam se envolver mais em treinamentos conjuntos com Manila e teriam maior acesso as bases do país (CFR, 2021). Apesar de apoiar o governo filipino no que tange o pleito por arbitragem internacional nas questões

[44]Para maiores informações sobre o Anexo VII:
<https://www.un.org/depts/los/convention_agreements/texts/unclos/annex7.htm>

do MSC, Washington buscou reafirmar que o tratado assinado com Manila não visava conter a RPC em seu entorno geográfico (RAUHALA, 2014).

Ainda no primeiro semestre de 2014, o Vietnã enviou navios de suas forças armadas com o intuito de impedir o estabelecimento de uma plataforma de petróleo por parte da RPC em águas disputadas próximo as ilhas Paracel. Há uma rápida escalada de tensões entorno do evento, uma vez que a resposta chinesa se apresenta de maneira desproporcional: quarenta navios são enviados para proteger a plataforma e há a colisão de diversas embarcações. Há acusações mútuas sobre quem iniciou o incidente. Manifestações anti-China emergiram no Vietnã e houve depredação de empresas chinesas no país.

A plataforma, instalada e operada pela petrolífera estatal chinesa foi retirada de operação um mês antes do previsto. Poucos meses depois do incidente envolvendo Vietnã e China quanto a plataforma de petróleo chinesa em águas contestadas, os EUA anunciaram a flexibilização de um antigo embargo sobre a venda de armamentos ao Vietnã. Compreende-se que este movimento norte-americano, ligado ao que o país considera ser um aumento de assertividade chinesa no MSC, permite maior facilidade de compra de armamentos de segurança marítima por parte do Vietnã, o que ajudaria o país a reforçar a defesa de seus pleitos no MSC frente a uma poderosa marinha chinesa. (CFR, 2021).

Em outubro de 2014 foi relatado pela publicação especializada em defesa e Marinhas do mundo, Janes, que se iniciava a construção de uma extensa ilha artificial em um recife na região das Spratly. O banco de dados Janes afirmou que as imagens obtidas por meio de satélites apontavam que a ilha artificial que estava sendo construída pela China em Fiery Cross Reef tinha pelo menos 3 mil metros de comprimento e cerca de 200 a 300 metros de largura, o que seria grande o suficiente para a construção de uma pista de pouso militar e de um galpão de armamentos (JANES, 2021). Alguns anos mais tarde, a análise se mostrou verdadeira. O recife, reivindicado por Vietnã, Filipinas e RPC, mas ocupado pela RPC, teve sua pista de pouso completa já no ano de 2015, medindo cerca de 3.125 metros de comprimento. A construção, afirma a publicação especializada, permite que a RPC inicie patrulhas aéreas sobre as ilhas Spratly e foi rapidamente finalizada (Figura 23) (JANES, 2021).

No início de dezembro de 2014, apesar de não participar do processo de arbitragem com as Filipinas, a China emitiu um documento sobre a questão intitulado "Documento de Posição do Governo da República Popular da China sobre a Matéria de

Jurisdição na Arbitragem do Mar do Sul da China Iniciada pela República das Filipinas". No documento, Beijing argumentou que o tribunal arbitral estabelecido a pedido das Filipinas, não possuía jurisdição sobre o caso, reiterando que aquela peça jurídica não indicava nenhum tipo de aceitação por parte do governo chinês sobre opiniões ou reivindicações filipinas ou mesmo indicava a participação chinesa na arbitragem. Entre os principais argumentos chineses para tal posição estavam a falta de jurisdição do tribunal para lidar com a questão, que deveria, para o governo de Beijing, ser tratada de forma bilateral através de outros instrumentos, como o DOC da ASEAN (MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES DA RPC, 2014).

Figura 23 - Evolução da Construção no Recife de Fiery Cross (Ilhas Spratly) pela RPC (2009-2015-2018-2020)

Fonte: Elaboração própria a partir das imagens de AMTI/CSIS (2021).

Ainda em dezembro de 2014, em resposta ao documento de posição lançado pela RPC, Hanói decidiu unir forças com Manila e também apresentar um caso formal ao Tribunal (PCA) demandando que a jurisdição do Vietnã fosse respeitada e que considerasse os direitos e interesses vietnamitas nos conjuntos de ilhas Paracel e Spratly, bem como em sua própria ZEE. A representação do governo do Vietnã pedia ainda que o Tribunal de Arbitragem, sob a UNCLOS, declarasse a Linha de Nove Traços chinesa como sem bases legais (CALVO, 2014).

Outro importante acontecimento do último mês de 2014 foi o lançamento de um estudo[45] por parte do governo norte-americano, mais especificamente do Escritório de Assuntos Oceânicos e Polares do Bureau de Oceanos e Assuntos Científicos e Ambientais Internacionais do Departamento de Estado dos EUA. O estudo de número 143 de uma série de outros estudos sobre a visão de Washington quanto às reivindicações marítimas, limites costeiros de um Estado e a consistência desses com o direito internacional, tinha como objeto principal as reivindicações territoriais marítimas no MSC (CALVO, 2014).

Entre outros, o mencionado estudo apresentou uma profunda análise que demonstrava, segundo a argumentação oficial do governo estadunidense, que as reivindicações chinesas, bem como o mapa com a linha de nove traços, não possuíam consistência legal (DEPARTAMENTO DE ESTADO DOS EUA, 2014).

Menos de um ano depois do lançamento do estudo, em agosto de 2015, os EUA pareciam buscar reforçar suas conclusões sobre a ausência de bases legais chinesas nas suas reivindicações de soberania no MSC, ao lançar o documento intitulado Estratégia de Segurança Marítima da Ásia-Pacífico do Departamento de Defesa dos EUA (ou *U.S. Department of Defense's Asia-Pacific Maritime Security Strategy* em inglês) (CFR, 2021).

O novo estudo[46] afirmava que desde 2013, quando se iniciaram as reivindicações de territórios e soberania sobre o conjunto de ilhas Spratly, a China se apropriou de cerca de três mil acres naquela região. A cifra reivindicada pela RPC era muito maior que a de Vietnã com cerca de 80 acres, a da Malásia com 70 acres, a das Filipinas com 14 acres e de Taiwan com 8 acres. O argumento do estudo era de que em vinte meses, a China havia se apropriado de mais terras na região que todos os demais Estados reivindicantes somados nos últimos quarenta anos (DEPARTAMENTO DE DEFESA DOS EUA, 2015).

Nos últimos meses de 2015, ano de extensa reivindicação de terras em Mischief Reef por parte da RPC (CHINA US FOCUS, 2021), tendo os mencionados estudos como base de legitimação, os EUA, conforme relatado no capítulo anterior, enviaram um navio

[45] Para maiores informações sobre o Estudo no 143 do "Escritório de Assuntos Oceânicos e Polares do Bureau de Oceanos e Assuntos Científicos e Ambientais Internacionais do Departamento de Estado dos EUA sobre as reivindicações marítimas no MSC" : https://www.state.gov/wp-content/uploads/2019/10/LIS-143.pdf

[46] Para maiores informações sobre o Estudo Estratégia de Segurança Marítima da Ásia-Pacífico do Departamento de Defesa dos EUA de 2015: https://dod.defense.gov/Portals/1/Documents/pubs/NDAA%20A-P_Maritime_SecuritY_Strategy-08142015-1300-FINALFORMAT.PDF

patrulha de sua marinha até as 12mn de ilhas construídas pela China na região das ilhas Spratly, disputada por quase todos os atores banhados pelo MSC. O episódio gerou rusgas diplomáticas com a China, que considerou a ação americana uma provocação séria nos âmbitos militar e político. Como uma espécie de resposta à ação americana, a marinha chinesa estacionou aviões de caça do modelo J-11 nas ilhas Paracel no mesmo mês em que a marinha norte-americana realizou a FONOP (CFR,2021).

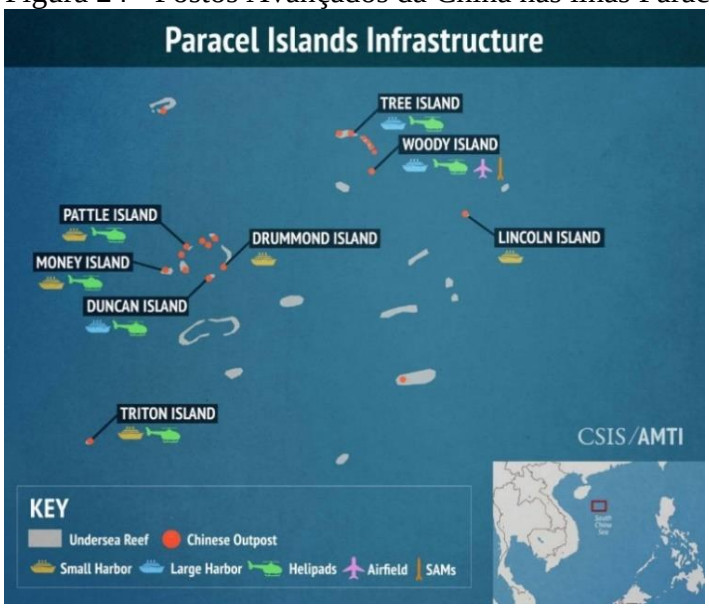
Para os atores banhados pelo MSC, o ano de 2016, marcado pela decisão da PCA sobre o caso das Filipinas e suas reivindicações ligadas a UNCLOS em relação a RPC no mês de julho, reuniu também outros acontecimentos de importância na região. Ainda em fevereiro de 2016, Beijing finalizou a implantação de mísseis terra-ar na Ilha Woody, controlada pelo país, localizada no conjunto de Ilhas Paracel (Figura 24). A informação foi revelada por autoridades dos EUA e de Taiwan que também alertaram que o movimento poderia sinalizar a militarização (Figura 24) das disputas marítimas no MSC (CFR, 2021; AMTI/CSIS, 2021). Por outro lado, a China afirmou que a instalação do armamento sinalizava tão somente seu direito de defesa em uma região que considera como seu território (CFR, 2021). A subida de tom do governo chinês é interpretada como mais uma resposta às operações de liberdade de navegação dos EUA próximo às ilhas artificiais chinesas e nas águas disputadas do MSC, atividades que datam do final de 2015 como já mencionado (AMTI/CSIS, 2021).

Em maio de 2016, o novo presidente filipino, Rodrigo Duterte, foi eleito com um discurso pró-China, sendo também o primeiro presidente filipino a ter ascendência chinesa e, portanto, buscava uma relação mais construtiva e amistosa com a RPC que seu antecessor Benigno Aquino III (BBC ONLINE, 2016). Em outubro de 2016, Duterte visitou Beijing onde prometeu melhorar os laços econômicos e diplomáticos entre os dois países. Em entrevista à emissora estatal chinesa CCTV, o presidente falou sobre as disputas territoriais entre os dois países no MSC. Na entrevista, Duterte afirmou estar sendo pragmático, que buscava amizade com todos, chineses e americanos, e quando perguntado quão sincera era sua nova abordagem frente à questão do MSC, o presidente respondeu "[t]alvez porque eu seja chinês [de ascendência]" ressaltando que 25% da população das Filipinas é formada por descendentes de chineses (HUANG; STEGER, 2016, s/p, tradução própria)

Poucos meses depois, a PCA decidiu a favor das Filipinas pelo caso aberto contra a RPC em 2013 chegando à conclusão de que a linha de nove traços da China não tem base legal para as reivindicações do país apoiadas em direitos históricos argumentados

pelo governo chinês. O tribunal também afirmou que nenhuma das regiões nas ilhas Spratly ocupadas pela China se enquadram nos requisitos da UNCLOS para gerar ZEE para o país. A PCA ainda registrou em sua decisão que as atividades de construção de ilhas artificiais da RPC prejudicaram o ambiente marinho e caracterizou as práticas de seus navios, de guerra, pesca ou patrulha como inseguras, gerando um aumento de riscos à navegação. (PCA, 2016). Em resposta à decisão, o governo chinês afirmou que não aceitava ou reconhecia a sentença emitida pelo tribunal (CFR, 2021).

Figura 24 - Postos Avançados da China nas ilhas Paracel e sua infraestrutura



Fonte: AMTI/ CSIS (2017)

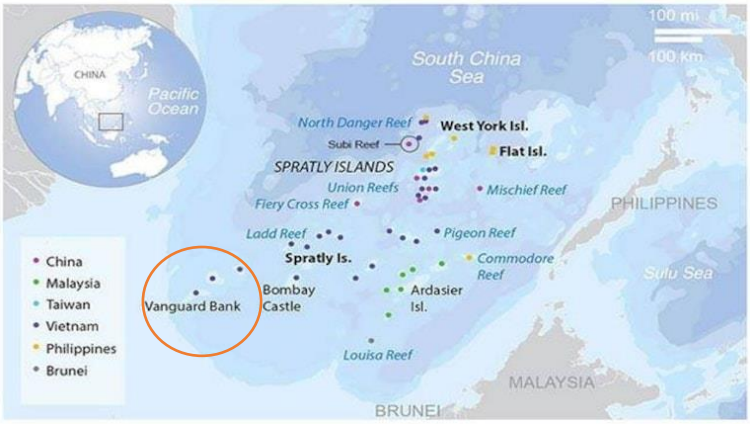
Apesar da repercussão inicial quanto a decisão do tribunal, favorável às Filipinas e a resposta chinesa, o governo filipino pareceu desacelerar suas críticas e posturas combativas em relação à RPC no início do mandato de Duterte, principalmente quando comparado com o mandato de Aquino III (2010-2016). Exemplo desta afirmação foi o estabelecimento, em novembro de 2016, de uma zona de não-pesca e santuário marinho em uma lagoa na região de Scarborough Shoal, um dos principais pontos de tensões entre Filipinas e China. Desta forma, Duterte assinalou a intenção de melhora das relações com Beijing, buscando fortalecer os laços econômicos com o país ao retornar os diálogos bilaterais com a RPC sobre os territórios disputados, deixando a decisão da PCA em segundo plano naquele momento, sem, contudo, renunciar suas reivindicações (CFR, 2021).

E apesar da postura filipina mais conciliadora a partir de 2016, a China não pareceu ter desacelerado suas ações com vistas a aumentar as capacidades de vigilância e

monitoramento nos territórios reivindicados no MSC. Da pista de pouso construída em 2018 na ilha Woody, no conjunto de ilhas Paracel, por exemplo, podem decolar bombardeiros, como o H-6 mencionado anteriormente, que tem capacidade de atingir áreas em todo o MSC, incluindo quase todo o arquipélago das Filipinas (REUTERS,2018). Além disso, em 2019, mais de duzentos navios chineses foram vistos perto da ilha Thitu no conjunto de ilhas Spratly, ocupada pelas Filipinas, entre os meses de janeiro e março daquele ano. Esta extensa presença chinesa próximo a ilha, disputada pelos dois Estados, levou a uma declaração enfática do presidente filipino que afirmou que enviaria tropas, em missão suicida se necessário fosse, caso Beijing continuasse a enviar navios próximo à ilha Thitu. A ilha em questão estava recebendo a construção de uma rampa de docagem para facilitar a entrega de equipamentos e materiais de construção (CFR, 2021).

Os choques entre China e Vietnã também escalaram no ano de 2019. Durante diversas semanas, navios da guarda costeira chinesa e vietnamita estiveram envolvidos em um confronto depois que o navio hidrográfico Haiyang Dizhi 8 da marinha chinesa entrou em águas disputadas próximo ao Vanguard Bank (Figura 25), um banco de areia controlado pelo Vietnã e que possui cinco plataformas de petróleo (DK1 - ver Tabela 7), sendo três delas em uso por Hanói (CFR,2021). A região é localizada na parte mais ocidental do conjunto de ilhas Spratly, em águas disputadas, mas que são consideradas pelo governo de Hanói como sua ZEE (LE, 2019).

Figura 25 - Conjunto Ilhas Spratly e controle por país com destaque ao Vanguard Bank e três plataformas vietnamitas



Fonte: INDIA TODAY ONLINE (2016)

O navio hidrográfico e sua escolta buscavam impedir o Vietnã de explorar petróleo da região por meio de navios patrulha e manobras marítimas agressivas. Houve protestos por parte da população vietnamita na embaixada chinesa no país, e os EUA

emitiram comunicado criticando o comportamento intimidador de Beijing (LE, 2019). Não se tem ideia exata de quantas embarcações estiveram envolvidas no ocorrido, mas algumas estimativas acreditam que ao menos oitenta embarcações chinesas e cinquenta vietnamitas foram reportadas na região durante os quatro meses (AMTI/CSIS,2019). O incidente se pareceu com outro ocorrido em 2014 no conjunto de ilhas Paracel quando a China enviou uma plataforma de petróleo para águas disputadas na região com o Vietnã, o que levou a colisão entre diversas embarcações vietnamitas e chinesas (LE, 2019).

No ano de 2020, com a pandemia de Covid-19, o que é possível perceber é que a China parece continuar reforçando de maneira mais incisiva suas reivindicações no MSC (CFR,2021). Em fevereiro daquele ano um navio da marinha chinesa apontou seu sistema de controle de armas para um navio da marinha das Filipinas no conjunto de ilhas Spratly. O incidente foi caracterizado como de alta gravidade pois poderia escalar as tensões no MSC a um nível de conflito armado (CASTRO, 2020). Em março, Beijing abriu novas estações de pesquisa em Fiery Cross Reef e Subi Reef nas ilhas Spratly com novos silos para mísseis e pistas de pouso de nível militar (CFR,2021). No mês seguinte, um navio chinês de vigilância marítima, afundou um pesqueiro vietnamita que pescava próximo a águas contestadas nas ilhas Paracel. A tripulação foi resgatada com vida pelos chineses e entregue a embarcações pesqueiras vietnamitas (VU, 2020).

Ainda em abril de 2020, a China estabeleceu duas novas estruturas administrativas no MSC cobrindo a administração sobre as ilhas Paracel (distrito de Xisha) e as Spratly (distrito de Nansha). Cabe ressaltar que as áreas são contestadas por outros atores da região, incluindo Filipinas e Vietnã (THU, 2020). Devido aos incidentes e as ações chinesas na região, antes do final do mês o departamento de relações exteriores das Filipinas apresentou dois protestos diplomáticos contra a RPC, acusando o país de violar o direito internacional, bem como a soberania de Manila (CARTRO,2020). O Ministro das Relações Exteriores do Vietnã também fez declarações condenando a ação chinesa sobre a embarcação pesqueira filipina, principalmente por entender que se trata de uma violação da soberania de Hanói (VU, 2020).

No mês de maio de 2020, um empasse que durou cerca de seis meses entre navios chineses, malaios e uma menor quantidade de embarcações vietnamitas no MSC chegou ao fim depois que um navio-sonda de bandeira malaia que estava explorando campos de petróleo e gás em águas contestadas pelos três Estados, ao sul das ilhas Spratly, se retirou da região depois de sofrer pressão por parte de navios chineses e de navios de pesca vietnamitas. O momento mais tenso do ocorrido foi no mês de abril, quando um navio de

pesquisa chinês entrou na ZEE da Malásia, levando, em resposta, ao aumento da presença de navios de guerra dos EUA na região (CFR,2021).

Na sequência dos diversos incidentes e ocorridos no primeiro semestre de 2020 envolvendo a RPC e demais reivindicantes do MSC, em 03 de julho de 2020, os EUA enviaram dois porta-aviões (USS Reagan e USS Nimitz) para navegar pelas águas contestadas do MSC. Dez dias depois, o então Secretário de Estado dos EUA, Mike Pompeo, emitiu uma declaração que afirmava que a maioria das reivindicações chinesas no MSC eram ilegais, destacando que Washington rejeita todas as reivindicações de Beijing que se estendem para além de suas 12 milhas náuticas, se alinhando à decisão do Tribunal Internacional de 2016 sobre a ausência de base legal das reivindicações chinesas. Em resposta, a China afirmou que suas reivindicações eram válidas (CFR, 2021).

4.6.3 Análise sobre a evolução das forças armadas de Vietnã e Filipinas e sua relação com as tensões no MSC (1970-2000-2020)

O objetivo desta subseção é apresentar de maneira gráfica a evolução das forças armadas de Filipinas e Vietnã, fazendo uma comparação dos dados obtidos com os momentos de maiores tensões no MSC, apresentados nas duas subseções anteriores quanto ao MSC, envolvendo os dois atores e a China.

A partir do Gráfico 22, quanto aos gastos de defesa das Filipinas, percebeu-se que após as descobertas de campos de petróleo no Mar, houve um aumento com gastos de defesa pelo país, bem como um discreto aumento após o início do funcionamento do campo de Nido, em 1979. A década de 1970, no caso filipino, também é moldada pela ocupação do país em regiões das ilhas Spratly, o que pode explicar, parcialmente o aumento do percentual do PIB em gastos com defesa. Apesar do incidente de Mischief Reef entre China e Filipinas em 1996, os Gráficos 22 e 23 mostram uma diminuição dos gastos de defesa do país, que pode ser explicado pela Crise Financeira de 1997 que atingiu todo o Sudeste Asiático.

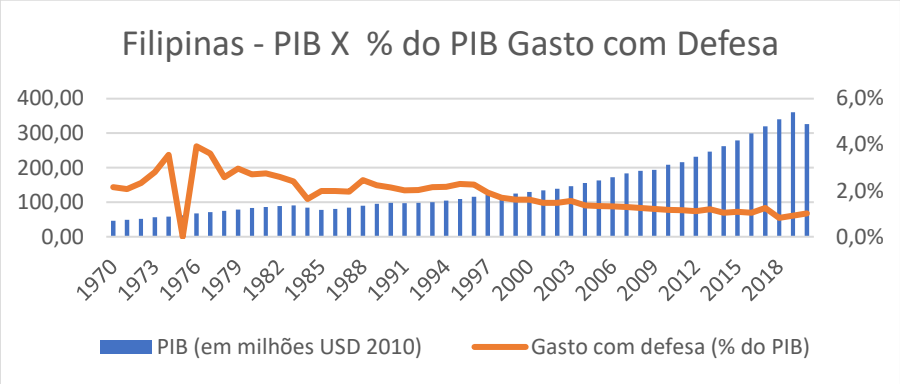
A partir dos anos 2000, apesar da assinatura do DOC entre a ASEAN e a China, o que se verifica é um aumento do gasto de defesa absoluto das Filipinas. Apesar da queda do percentual do gasto com defesa em relação ao PIB, demonstrado no Gráfico 22, o aumento do PIB filipino nos faz perceber que em termos absolutos, os gastos de defesa do país aumentaram, como demonstra o Gráfico 23. O início de um aumento mais consistente nos gastos de defesa de Manila, segundo apresenta o Gráfico 23, começaram

a ocorrer em 2012, pouco tempo depois que as Filipinas renomeiam oficialmente o MSC para Mar do Oeste das Filipinas, mesmo ano do Incidente de Scraborough Shoal relatado na subseção anterior. Já em 2013 os gastos de defesa filipinos se estabelecem acima dos US$ 3 bilhões. O aumento coincide com o acirramento das relações entre China e Filipinas depois das sucessivas incursões navais chinesas em território filipino, mais especificamente próximo à Ilha Palawan, adjacente ao conjunto de Ilhas Spratly. Também foi no ano de 2013 que as Filipinas apresentaram no Tribunal Permanente de Arbitragem suas reclamações quanto à postura chinesa no MSC tendo como base a UNCLOS.

O maior aumento relativo dos gastos de defesa em números absolutos das Filipinas, como apresenta o Gráfico 23, foi entre os anos de 2016 e 2017, seguido da maior queda relativa, de 2017 para 2018, desde o início do século XXI. O ano de 2016 foi marcado pela apresentação da decisão do Tribunal Permanente de Arbitragem (PCA) sobre a representação das Filipinas contra a China no MSC. A decisão foi favorável à Manila, porém não foi aceita pela China, que continuava a demonstrar sinais de militarização dos espaços ocupados nas Spratly e Paracel – a implantação de mísseis terra-ar na ilha Woody naquele ano é um exemplo. No mesmo ano, o presidente filipino, Rodrigo Duterte, favorável à relações mais amistosas com a China, foi eleito, o que poderia explicar a brusca diminuição dos gastos de defesa de 2017 para 2018. Contudo, percebe-se que entre 2018 e 2020 houve novamente um aumento nos gastos de defesa, o que poderia refletir o novo desconforto da relação sino-filipina que passa pela presença assertiva de navios chineses próximos a Ilha Thitu, ocupada pelas Filipinas, no conjunto das Spratly, mas também às diversas ações chinesas no primeiro semestre de 2020, apresentadas no final da seção anterior, que parecem demonstrar a vontade do país em expandir suas capacidades, vigilância e administração no MSC.

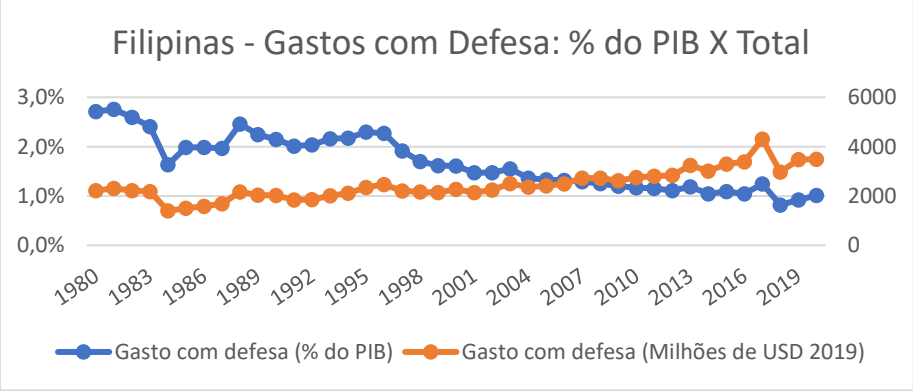
O Gráfico 24, que apresenta o tamanho do corpo da marinha filipina, demonstra que o maior aumento de pessoal foi na Guarda Costeira do país, principalmente a partir de 2015. O tamanho do pessoal da reserva tem um crescimento contínuo desde o início dos anos 2000, no corpo de fuzileiros, um salto a partir de 2005 que não se repetiu, e no corpo da marinha, um discreto aumento contínuo desde 2000. Esses números parecem demonstrar que o investimento em Guarda Costeira, principalmente para monitorar, guardar e patrulhar seu entorno regional, é o principal feito no país. Esta máxima se confirma com o Gráfico 25 que apresenta a composição da marinha e guarda costeira filipinas quanto à sua frota. É possível perceber que o aumento mais preponderante, que se verifica depois de 2015, é de fato com Barcos Patrulha.

Gráfico 22 - Percentual do Gasto de Defesa das Filipinas em relação ao PIB (1970-20)



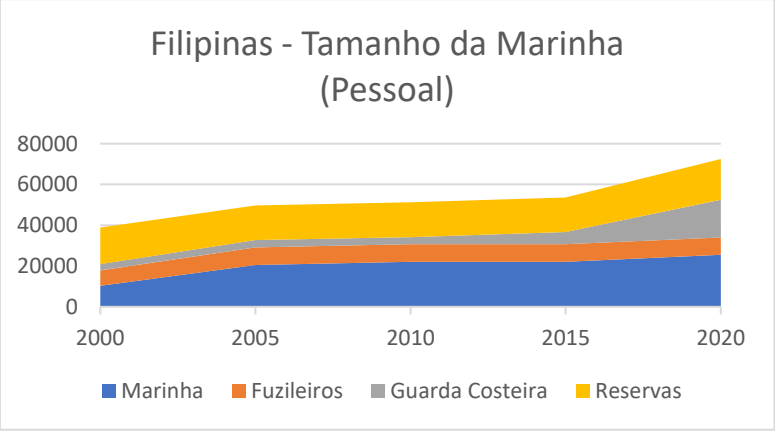
Fonte: Elaboração própria com dados de: SIPRI (2021); WORLD BANK (2021).

Gráfico 23 - Gasto de Defesa das Filipinas : % do PIB versus Valor Absoluto em Milhões de Dólares (1980-2020)



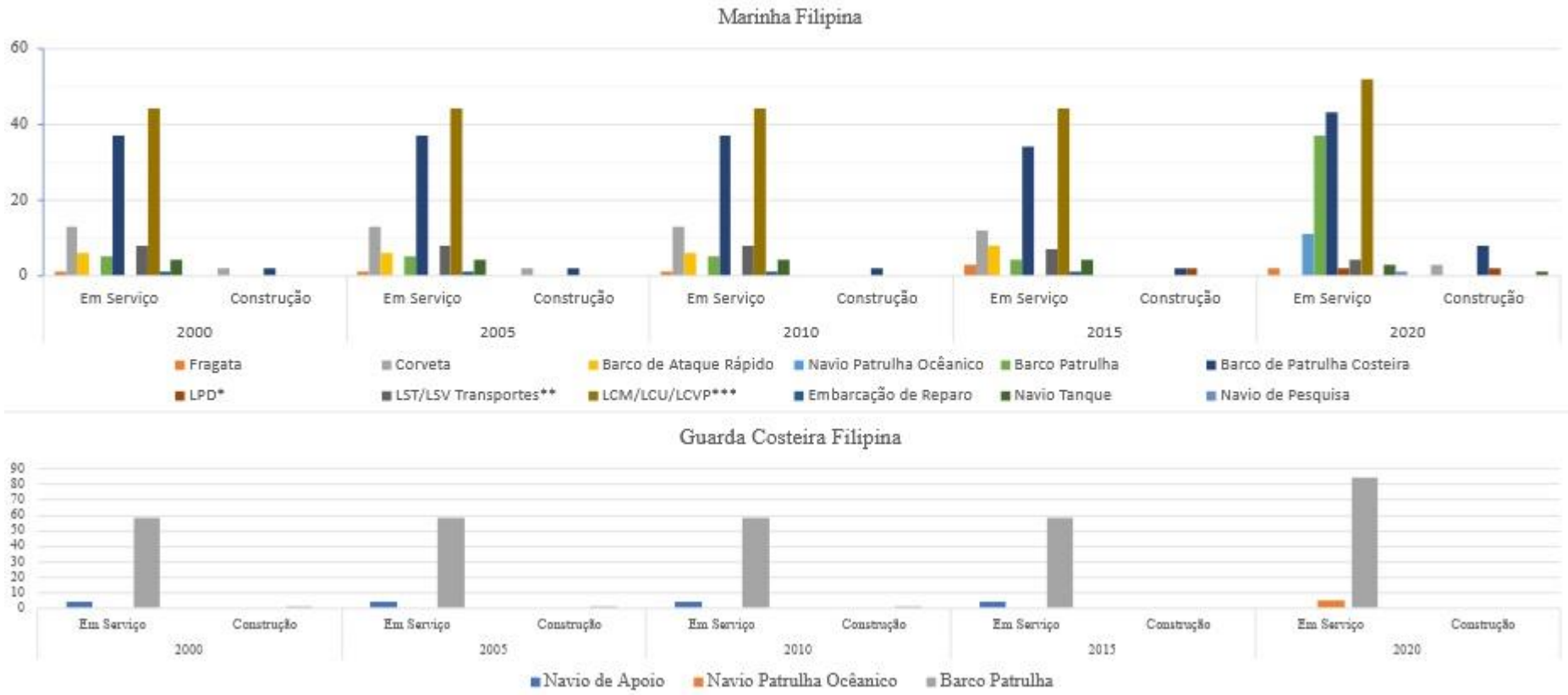
Fonte: Elaboração própria com dados de: SIPRI (2021); WORLD BANK (2021).

Gráfico 24 - Tamanho da Marinha Filipina - Pessoal



Fonte: Elaboração própria com dados de JANES (2021).

Gráfico 25 - Composição da Marinha das Filipinas e Guarda Costeira[47]



Fonte: Elaboração própria com dados de: JANES (2021).

[47] Legenda: * Landing Platfom/Dock (LPD) (Barco de Transporte Anfíbio) ** Landing Ship Tank (LST/LSV) (Navio de Desembarque de Tanques)/ Logistics Support Vessel (Navio de Apoio Logístico) ***Landing Craft Mechanized (LCM/LCU/LCVP)(Barco de Desembarque de Mecânicos)/ Landing Craft Utility (Barco de Desenbarque de Tropas)/ Landing Craft, Vehicle, Personnel (Barco de Desembarque, Veículo, Pessoal)

Os números apresentados pela marinha vietnamita são menos completos que aqueles apresentados pela marinha filipina. Entre os anos de 1995 e 2002, por exemplo, não foi possível verificar os dados sobre gastos com defesa em termos percentuais ou totais do Vietnã. Também não foram encontrados dados consistentes quanto a tais cifras antes do ano de 1987. Ainda assim é possível fazer algumas análises interessantes com utilização dos Gráficos 26 e 427 para ligar os momentos de maiores embates e tensões no MSC e o comportamento das Forças Armadas e do governo de Hanói.

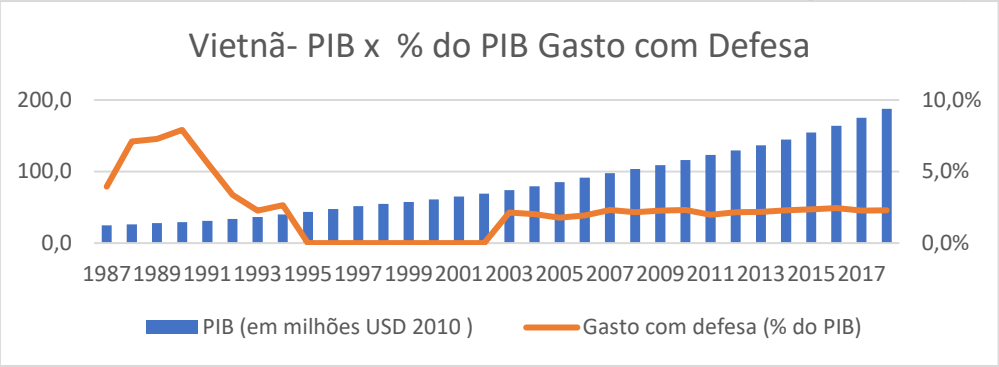
Da mesma forma que aconteceu com as Filipinas, houve uma diminuição do percentual de gastos de defesa vietnamita em relação ao PIB do país, mais discreta aqui que no caso filipino, mas um aumento nos números absolutos de tais gastos. A motivação também parece ser a mesma: o aumento do PIB do país e não a diminuição dos gastos em defesa. Mais especificamente no Gráfico 27 é possível perceber o crescente aumento dos gastos de defesa do Vietnã, que atingem, em 2008, os US$3 bilhões, ao menos cinco anos antes das Filipinas, escalando continuamente até US$ 5,6 bilhões em 2018.

Momentos tensos na relação China-Vietnã como o conflito que os Estados travaram em 1988 no conjunto de ilhas Spratly cujo saldo foi a morte de mais de setenta marinheiros vietnamitas e três navios daquela marinha afundados, e mais recentemente a colisão de navios dos dois Estados em 2014 depois da tentativa chinesa de estabelecer uma plataforma de petróleo em águas contestadas próximo ao conjunto de ilhas Paracel, também coincidem com o aumento em gastos de defesa. De 1988 para 1990 o gasto de defesa do Vietnã aumentou em 57% enquanto de 2014 para 2016 o aumento foi de 18%. Outro exemplo é o aumento de cerca de 17% com gastos em defesa do governo de Hanói de 2011 para 2012 depois que o país teve cabos de petróleo e gás de um navio hidrográfico cortado por embarcações pesqueiras de bandeira chinesa, conforme acusaram os representantes vietnamitas.

Tais cifras militares em expansão no Vietnã podem ser também verificadas pelo aumento do tamanho da marinha do país em número de tropas e pessoal (Gráfico 28), mas principalmente em sua guarda costeira, como demonstra o Gráfico 29. De acordo com o Gráfico 28 houve um salto considerável tanto no tamanho do pessoal da marinha quanto da infantaria naval vietnamita de 2005 para 2010, mas principalmente de 2010 a 2015, estabilizando-se de 2015 em diante. Já o Gráfico 29, além de demonstrar um aumento considerável entre 2015 e 2020, apresenta também números bastante elevados da Guarda de Fronteiras (criada em 1979), com 52 navios patrulha, que anteriormente não

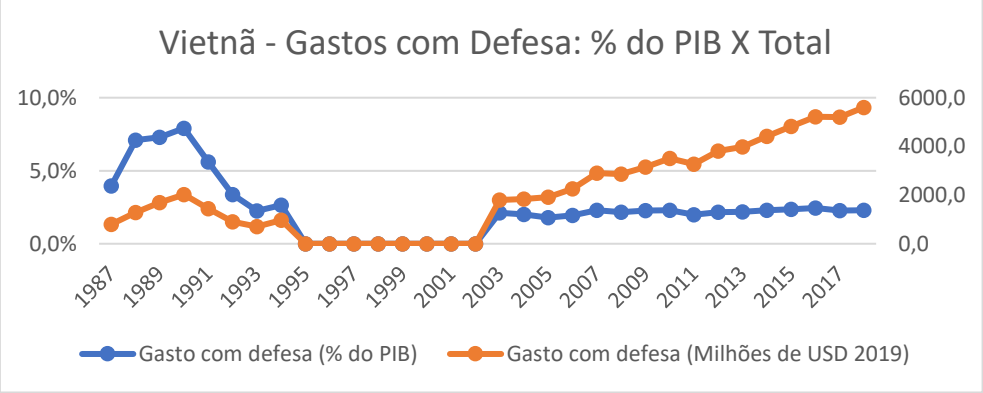
podiam ser vistos nos números da força armada vietnamita, segundo subsídios do Janes (2021).

Gráfico 26 - Percentual do Gasto de Defesa do Vietnã em relação ao PIB (1987-2018)[48]



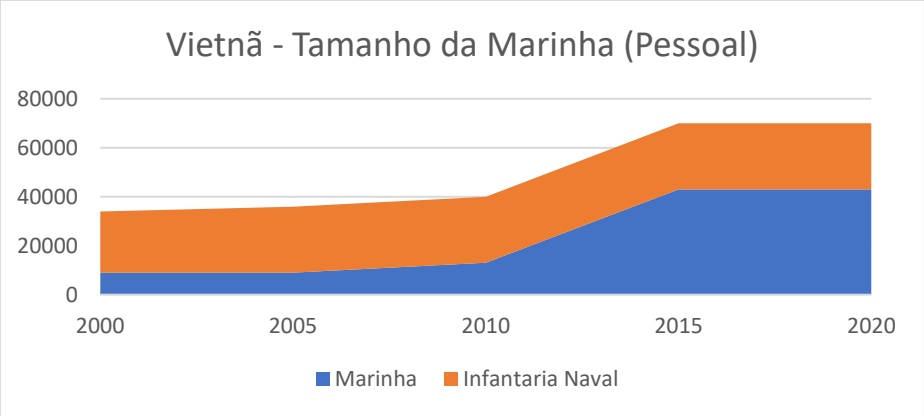
Fonte: Elaboração própria com dados de: SIPRI (2021); WORLD BANK (2021).

Gráfico 27 - Gasto de Defesa do Vietnã : % do PIB versus Valor Absoluto em Milhões de Dólares (1987-2018)[49]



Fonte: Elaboração própria com dados de: SIPRI (2021); WORLD BANK (2021).

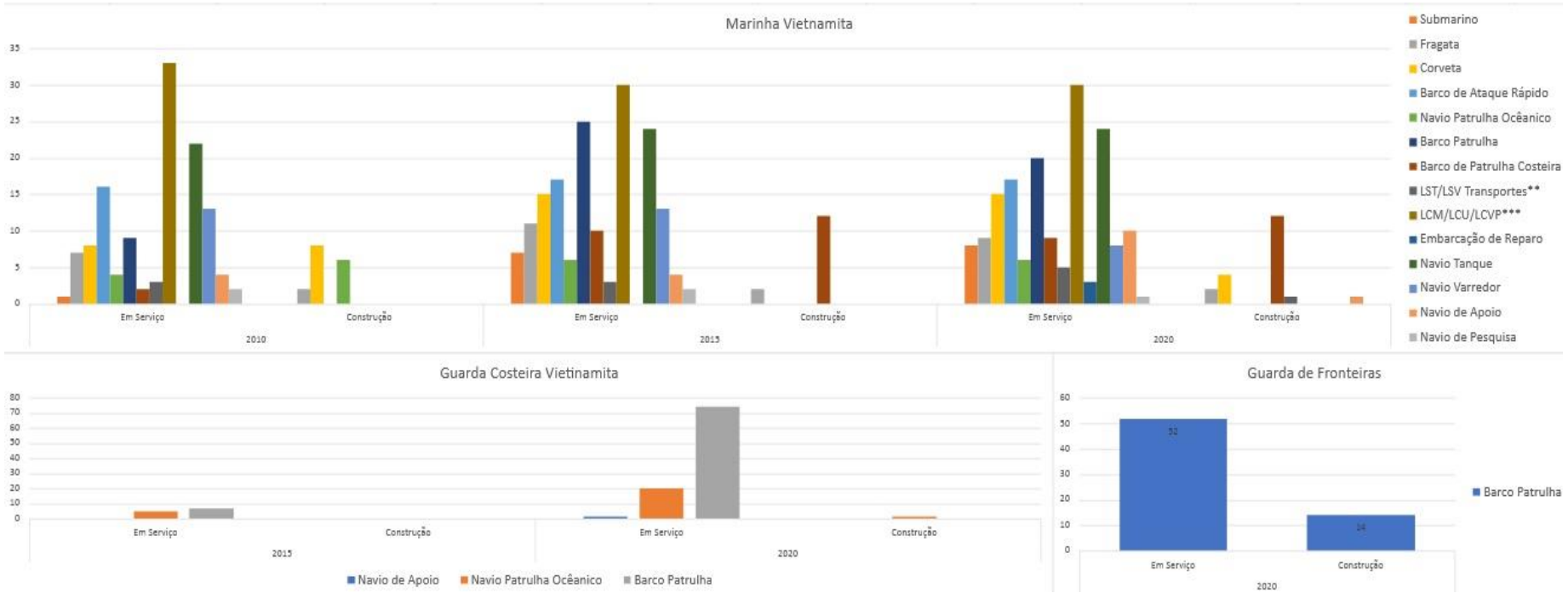
Gráfico 28 - Tamanho da Marinha Vietnamita – Pessoal



Fonte: Elaboração própria com dados de: JANES (2021)

[48] Os dados de Gasto com Defesa (%do PIB) do Vietnã entre 1995 e 2202 não foram encontrados.
[49] Os dados de Gasto com Defesa (%do PIB e Valor Absoluto) do Vietnã entre 1995 e 2202 não foram encontrados

Gráfico 29 - Composição da Marinha do Vietnã, Guarda Costeira e Guarda de Fronteiras[50]



Fonte: Elaboração própria com dados de: JANES (2021)

[50] Legenda: * Landing Platfom/Dock (LPD) (Barco de Transporte Anfíbio) ** Landing Ship Tank (LST/LSV) (Navio de Desembarque de Tanques)/ Logistics Support Vessel (Navio de Apoio Logístico) ***Landing Craft Mechanized (LCM/LCU/LCVP)(Barco de Desembarque de Mecânicos)/ Landing Craft Utility (Barco de Desenbarque de Tropas)/ Landing Craft, Vehicle, Personnel (Barco de Desembarque, Veículo, Pessoal)

4.7 **Considerações Finais**

A ASEAN teve sucesso em diluir as rivalidades de segurança entre membros, evitando novos conflitos entre eles. Mas, o aprofundamento do processo de integração veio na área econômica. Em outras áreas, como relacionamento cultural, medidas antipirataria e gestão de desastres, houve um desenvolvimento moderado. No entanto, em termos políticos, o processo estagnou de alguma forma, no que tange a obtenção de diretrizes comuns para enfrentar problemas críticos, especialmente aqueles derivados de pressões externas. Nesses casos, parece que não é a coesão ou o consenso da organização que é importante para a maioria dos países, mas os interesses individuais.

A ASEAN pode ser descrita como uma instituição voltada para dentro, em termos políticos, que busca aliviar as tensões internas. Portanto, não é surpreendente que enfrente muitos problemas ao lidar com confrontos externos. Como Heydarian (2015, p.2, tradução própria) aponta, "[...] quando se trata de disputas no MSC envolvendo membros da ASEAN e a China, o órgão regional ainda tem que elaborar uma resposta ótima [...] a ASEAN não está equipada com o mandato legal e a capacidade burocrática para fazer cumprir os princípios e regras aceitos regionalmente ".

A ASEAN não tem tido sucesso em resolver as disputas de fronteira entre seus membros e menos ainda em lidar com as disputas de fronteira entre esses membros e a China. A implementação total do DOC, que levaria ao COC, parece não ser viável no futuro próximo.

As posições dos dez membros da ASEAN em relação às disputas no MSC são bastante diferentes e variam de acordo com sua posição geográfica (mais perto ou mais longe do MSC), suas reivindicações territoriais ou econômicas na região (mais central ou menos central para sua defesa e economia) e seu nível de relacionamento com a China (maior ou menor). Esta grande variação também impacta diretamente a posição da Associação sobre como lidar com os conflitos no MSC.

Essa postura está vinculada ao *ASEAN-Way* que, por suas características, pode levar a um reforço de interesses individuais sobre coletivos ou supranacionais. Nesse sentido, o *ASEAN-Way* continuará a fragilizar a associação em termos de segurança e defesa, apesar de sua força no estabelecimento de laços econômicos e sócio-políticos na região, obrigando seus membros a buscarem outros mecanismos fora da instituição para lidar com tais assuntos.

Exemplo destes mecanismos externos à instituição que são acionados pelos membros, que são atados pela instituição de resolver assuntos delicados, e que não são consenso internamente é o Tribunal Permanente de Arbitragem (PCA), procurado por Filipinas e posteriormente por Vietnã para lidar com a atuação assertiva da China no MSC. A falta de evolução do DOC para um acordo vinculativo para tratar das questões de direito internacional marítimo bilateralmente com a China levou tais atores a recorrerem a outros mecanismos, que apesar de não terem solucionado o problema, se posicionaram de maneira mais enfática sobre a questão.

O que se pode concluir a partir dos dados e fatos históricos, estudos e interpretações apresentados neste capítulo sobre a relação da ASEAN, e mais especificamente de Filipinas e Vietnã, com as reivindicações e atuações da China e de outros atores regionais, como a Malásia, e extra-regionais, como os Estados Unidos, no MSC é que parece haver uma escalada de conflito que envolve Estados com poderes bastante assimétricos. Os embates, mais ou menos graves, entre os países banhados pelo MSC e que tem na região reivindicações de soberania, acesso e exploração, refletem em aumento de gastos em defesa, aumento de frota e de tropa além de uma série de retaliações diplomáticas e comerciais. Além disso, pela descrição histórica dos principais conflitos entre Filipinas, Vietnã e China (subseções 4.6.1 e 4.6.2), há um aumento de constância de embates no MSC com a virada do século XXI, principalmente a partir do início da segunda década, o que não significa que os conflitos anteriores não tenham moldado a forma como tais atores hoje se comportam frente a delicada contenda do MSC.

No que tange os membros da ASEAN destacados neste capítulo, Vietnã e Filipinas, e seu relacionamento com as potências envolvidas nas contendas do MSC, principalmente China, mas também EUA como uma potência extra-regional é possível verificar comportamentos que se aproximam ou de afastam de *balancing* e *bandwagoning*. Mais uma vez, utilizamos os conceitos elucidados por Walt (1985) que indicam o *balancing* como um movimento de se aliar à coalizão ou Estado contrário à ameaça, e o *bandwagoning* como o movimento de se aliar a coalizão ou Estado que representa a ameaça, o que permite fazer uma série de interpretações dependendo do ponto de vista utilizado.

Partindo das informações reunidas neste capítulo, onde percebemos as intensas interações entre China e os países do Sudeste Asiático no que diz respeito à presença e soberania sobre as águas e recursos no MSC, onde desde a década de 1970 tais interações se apresentam com contornos competitivos ou de rivalidade, é possível afirmar que tanto

Vietnã quanto Filipinas, enxergando a China enquanto uma potência que representa ameaça à sua soberania e até mesmo ao seu território e recursos, estejam agindo em movimentos que se assemelham ao *balancing*, ou seja, por agir e se aliar a coalizões contrárias à ameaça que alegam estar expostos.

É possível enxergar de maneira bastante clara esse tipo de comportamento quando ambos os Estados buscam o PCA para fazer denúncias quanto a postura chinesa na região do MSC que ilustra uma espécie de ameaça aos Estados em questão. Com quem seria feito o *balancing*, contudo? Com organismos e organizações internacionais e até mesmo com potências extra-regionais que vem condenando as posturas chinesas no MSC e que colocam os Estados menores da região, como Vietnã e Filipinas, em risco. Isso não significaria, contudo, afirmar que os governos de Hanói e Manila são a favor, por exemplo, das ações de FONOPs norte-americanas no MSC, pois esse tipo de ação pode, inclusive, trazer mais instabilidade e aumentar as ameaças regionais percebidas pelos atores em questão.

Entretanto, vale afirmar que a interpretação sobre uma ação de *balancing* por parte de Vietnã e Filipinas não é completamente cristalina e livre de reinterpretações. Por exemplo, a chegada de Duterte ao poder nas Filipinas, também descrita neste capítulo, com um perfil pró-China, em um primeiro momento pode, na mesma lógica que enxerga a RPC enquanto ator que ameaça a soberania de atores do Sudeste Asiático envolvidos nas disputas do MSC, classificar o governo de Manila como mais próximo de uma postura de *bandwagoning*. Contudo, é possível afirmar, dentro desta mesma lógica, que a posição de *bandwagoning* das Filipinas foi breve, uma vez que Duterte percebeu, em pouco tempo, que a RPC não faria grande mudança de postura em relação às Filipinas no MSC.

Ainda sobre reinterpretações, é interessante pensar que, se entendemos que as ações de FONOPs dos EUA perturbam a estabilidade regional no MSC e que suas alianças e ações com outros países no Indo-Pacífico ameaçam a paz e a segurança nesta região, como costuma afirmar a China, é possível interpretar que Vietnã e Filipinas agem a partir de uma postura mais próxima de *bandwagoning* e não de *balancing*, uma vez que estariam se aliando a coalizão que ameaçaria a estabilidade regional. Apesar da importância das distintas interpretações, esta pesquisa se aproxima mais da primeira, que compreende Filipinas e Vietnã enquanto pequenas potências regionais buscando construir uma postura de *balancing* frente a China, uma vez que ambos os Estados se sentem ameaçados, como foi possível demonstrar nessa pesquisa, frente a escalada de

assertividade da postura chinesa na região do MSC, principalmente nos conjuntos de ilhas Spratly e Paracel.

Isso não significa, necessariamente, que esta pesquisa afirme que a escalada de assertividade chinesa represente uma postura totalmente revisionista por parte do governo da RPC frente ao MSC, uma vez que a interpretação por parte de Beijing sobre sua postura mais incisiva na região possa ser associada a um aumento de poder como via para a manutenção de seu *status-quo* regional. Em nossa interpretação, compreendemos que as ações chinesas vêm despertando sensação de perigo e ameaça para pequenas potências como Filipinas e Vietnã. Por este motivo, afirmamos entender que suas posturas frente à China em relação ao MSC se aproximam mais a de *balancing* segundo os termos de Walt (1985).

CONCLUSÃO

O intuito desta pesquisa foi apresentar não só dados relevantes sobre as Marinhas de Estados Unidos, China, Vietnã e Filipinas, suas posições e disputas no MSC, mas também os recursos ocupados, os mecanismos utilizados pelas grandes e pequenas potências regionais para lidar com a temática, além do histórico interno e regional desses atores e seus documentos oficiais relativos à disputa naquela região. Também, a pesquisa buscou analisar um embate entre China e Estados Unidos trazendo um desenvolvimento teoricamente orientado para compreender, a luz do realismo político, o comportamento dos Estados, principalmente da RPC, nas contendas do MSC. Portanto, destacamos aqui novamente nosso arcabouço teórico e o aparato metodológico da pesquisa, para entender como as hipóteses, central e secundária, do estudo podem ser aqui interpretadas.

Neste sentido, inicialmente, apresentaremos Tabela 9, idêntica a Tabela 1 do Capítulo 1 que resumiu os principais desenvolvimentos teórico-metodológicos de Ripsman, Taliaferro e Lobell (2016) buscando utilizá-los como base para algumas análises sobre China e EUA no MSC. Posteriormente a Tabela 2, de elaboração própria, baseada na Tabela 2 do capítulo 1 será apresentada e interpretada de acordo com a postura chinesa no MSC e frente aos EUA. Por fim, a metodologia da pesquisa, apresentada na introdução, será retomada ao final com o intuito de medir nossas hipóteses e compreender de que maneira é possível classificar a China enquanto potência no MSC.

Tabela 9 - Resumo do quadro metodológico do Realismo Neoclássico Tipo III de Ripsman, Taliaferro e Lobell (2016)

Variáveis independentes (Sistêmicas)	Variáveis intervenientes (Domésticas)	Variáveis dependentes (Resultados)
Sistema Internacional interestatal	Imagem do líder	Resposta da interação entre estímulos sistêmicos e variáveis domésticas em curto, médio ou longo prazo.
Clareza dos sinais de ameaças e oportunidades no sistema	Cultura estratégica de um país	Ações de curto prazo: resposta a desafios e oportunidades do sistema
Permissividade e restrição dos ambientes estratégicos dos Estados no Sistema	Relações Estado-sociedade	Ações de Médio prazo: processos políticos de grande estratégia dos Estados
	Estrutura das instituições domésticas	Ações de longo prazo: mudanças na natureza do sistema internacional

Elaboração própria baseada em Ripsman, Taliaferro e Lobell (2016)

Para aplicar o quadro apresentado anteriormente e que resume os aspectos centrais do Realismo Neoclássico do Tipo III de Ripsman, Taliaferro e Lobell (2016) voltado, neste trabalho, para a relação entre China e EUA no MSC, é necessário pensar nas variáveis independentes, as sistêmicas, primeiro, seguidas das variáveis intervenientes, as domésticas, de ambos os Estados para, por fim, ao chegar às variáveis dependentes, buscar compreender os resultados destas interações.

Em um primeiro momento, sobre as variáveis sistêmicas ao longo das seis décadas, podemos mencionar a mudança do sistema internacional a partir da *detent* na década de 1970, que não necessariamente abrangeu toda a região da Ásia, vide Vietnã, e que não impediu posturas conflituosas entre a RPC e seus vizinhos regionais no MSC. Os anos de 1980 trouxeram a consolidação do fim da Guerra Fria e a década de 1990, o estabelecimento de uma nova ordem internacional, aparentemente capitaneada pelo liberalismo norte-americano.

Já no início da década de 2000, uma nova mudança no sistema internacional inclui de vez o terrorismo na pauta das grandes potências e novas crises financeiras internacionais, que lembram, mesmo que de longe, as do final da década de 1990. A nova década, iniciada em 2010 traz uma reconfiguração da política internacional com a diversificação de novos atores a partir da importância de potências emergentes e a consolidação da presença chinesa como importante ator no cenário internacional. A década de 2020 se inicia com a pandemia do Covid-19, que interfere em todas as temáticas do sistema internacional.

Ainda sobre as variáveis sistêmicas, pensando na clareza dos sinais de ameaças e oportunidades apresentadas pelo sistema, a maioria das mudanças de destaque ocorridas nas décadas selecionadas não eram exatamente claras, como o próprio fim da Guerra Fria, mas apontavam, mesmo que de forma indireta, para novas ameaças, ou desafios, e oportunidades. Alguns exemplos interessantes de ameaças envolvem a ascensão do poder norte-americano após o fim da Guerra Fria, que apresenta também uma oportunidade de aumento das relações e dos arranjos multilaterais que estruturam a década de 1990. A década de 2000 foi, por um lado, de ameaças terroristas, e por outro de oportunidades para Estados como a China, que buscavam impulsionar sua presença internacional.

Se nos concentrarmos nas variáveis domésticas de China e EUA frente ao MSC nos anos de 2010-2020, quando os embates entre os dois países no MSC ficaram mais constantes, podemos afirmar que os líderes de ambos os Estados se posicionam contrários à contraparte, entendendo, por parte da China, que a presença americana e suas ações de

FONOPs são um desrespeito à soberania da RPC, e no caso americano, que o Estados chinês está desrespeitando a UNCLOS e coagindo Estados vizinhos menores. Neste momento, temos Hu Jintao e Xi Jinping enquanto líderes na RPC, Barack Obama e Donald Trump enquanto líderes nos EUA. Por mais que pelas características do Estado chinês, a passagem de poder seja muito mais previsível que nos EUA, podemos verificar certa ruptura na continuidade, no caso chinês, e alguma continuidade na ruptura, no caso americano.

Apesar do pragmatismo, a postura de Xi é muito mais assertiva que a de Hu, e Xi Jinping lança o Sonho Chinês e a BRI como diretrizes claras de sua política para dentro e para fora. No caso americano, apesar da expressiva mudança de partido no poder, Obama e Trump se aproximam quando se voltam para o Pacífico, procurando conter a China no que tange a sua atuação no MSC . No governo Trump, mesmo com a saída do TPP, o país passou a destacar sua atenção a uma área maior, o Indo-Pacífico. Quanto a cultura estratégica dos países, podemos reiterar o que foi dito anteriormente. Como forma de garantir legitimidade interna e externa, Xi Jinping passou a investir não apenas no audacioso plano da BRI, mas também na modernização e valorização da PLAN como uma maneira de se posicionar de forma mais vantajosa frente à extensiva presença americana, posicionada em bases militares, no seu entorno regional, que é uma de suas principais áreas de influência.

Por outro lado, o pivot para a Ásia, mais recentemente transformado numa atenção destacada do governo norte americano ao Indo-Pacífico, que, ao contrário do que se pode imaginar, não vai na direção contrária ao estabelecimento do TPP enfraquecido no governo Trump, faz coro ao reforço de alianças com seus parceiros tradicionais e na presença física do país na região. Quanto as estruturas de instituições domésticas e as relações Estado-sociedade do país, percebe-se um apoio da maioria da população à política de Xi Jinping, apesar de que está relação é muito difícil de ser corretamente medida. No caso americano, percebe-se uma retórica nos documentos oficiais que reforça a construção da China como o inimigo ou rival das instituições culturais e sociais norte-americanas e do ocidente e que, portanto, precisa ter sua expansão controlada.

Frente a interação de variáveis sistêmicas e domésticas no que tange a relação de China e Estados Unidos no Mar do Sul da China, principalmente desde a virada do século XXI, podemos analisar que, no que diz respeito ao curto prazo, ou seja, resposta a desafios e oportunidades do sistema, ambas as movimentações, tanto de China como de EUA podem significar mais desafios que oportunidades para ambos os Estados. Mais desafios

porque há falta de entendimento por parte dos atores do MSC, somada à construção de ilhas artificiais e instalação de armamento anti-acesso por parte da China em recursos ultramarinos, e do aumento exagerado e uso muitas vezes inconsequente das FONOPs por parte dos EUA. Além disso, os documentos de defesa de ambos os Estados se relacionam um com o outro de maneira direta e provocativa. As oportunidades, não necessariamente mútuas, podem vir a ser exploradas por China e EUA na lacuna deixada pelo outro no que diz respeito a interação e alianças com outras potências regionais menores.

Quanto a ações de médio prazo, ou seja, associadas à processos políticos de grande estratégia dos Estados, podemos analisar que a modernização das forças armadas chinesas bem como seus planos de política externa e interna do governo Xi (o Sonho Chinês) e as ousadas pretensões para o ano de 2049 parecem demonstrar que a China busca uma fatia maior do poder internacional, o que não significa necessariamente alterar o *status-quo* ou mudar a natureza do sistema. Por outro lado, os EUA parecem se aproveitar de suas vantagens materiais, ainda superiores, para impedir, se iniciando pelo entorno regional da China, uma postura mais desafiadora da RPC frente aos EUA, seus valores e modo de vida no médio prazo.

Sobre a pergunta central deste trabalho, o quadro a seguir, construído a partir do capítulo teórico desta tese que se desenvolve seguindo conceitos e arcabouços teóricos da escola realista de Relações Internacionais, busca nos ajudar a responder se "É possível enxergar a atuação chinesa frente as questões do Mar do Sul da China a partir da década de 1970, como compatível com a de uma potência revisionista?". O quadro, que apresenta um realce sobre os parâmetros, de potência revisionista ou de *status-quo*, segundo conceitos elaborados por autores realistas clássicos e neoclássicos, apresenta certas divergências sobre a posição da China. É importante enfatizar que, para efeitos deste trabalho, os parâmetros escolhidos para a classificação da postura da China enquanto potência revisionista ou de *status-quo* na região do MSC a partir de conceitos do realismo clássico e neoclássico têm pesos idênticos. Ou seja, cada um dos conceitos para a construção do tipo ideal pensado para esta Tese, têm a mesma importância ou "valor" na elaboração desta avaliação.

Não foi elaborado o quadro posicional dos EUA, visto que a pergunta-problema deste trabalho é formulada em termos da característica do Estado chinês frente a postura dos EUA e de outras pequenas potências regionais especificamente no MSC, foi escolhido manter apenas um quadro posicional, o da RPC.

Tabela 10 – Quadro Posicional sobre Potências Revisionista e de *Status-quo*: CHINA (realce)

	Parâmetros	Potência Revisionista	Potência de *status-quo*
1	Quanto ao uso da força (CARR,1981 [1946])	Para alterar a ordem (busca por aumentar poder)	Para manter a ordem (busca pela segurança)
2	Quanto à fatia do poder global (CARR,1981 [1946])	Insatisfeito	Satisfeito
3	Quanto à distribuição de territórios, riqueza e poder (SCHUMAN, 1948)	Não ideal	Ideal
4	Quanto ao *status-quo* (SCHUMAN, 1948)	Insatisfeito (humilhado ou oprimido)	Satisfeito (beneficiado)
5	Quanto à percepção sobre a paz no SI (CARR,1981[1946]) (SHCUMAN,1948)	Pró-mudanças e redistribuições (agressivo)	Comprometido com a paz (pacífico)
6	Quanto à capacidade material para alterar a ordem (SCHUMAN,1948)	Grande potência: Sim Pequena potência: Não	N/A
7	Quanto à ideologia de política externa (MORGENTHAU,2003 [1948])	De imperialismo. Sempre necessária. Direito natural	De *status-quo*. Nem sempre necessária. Paz e direito internacional
8	Quanto à postura frente a ordem internacional (KISSINGER, 1957)	Revolucionária (defensiva ou ofensiva)	Legitima (defensiva)
9	Quanto ao equilíbrio de poder (WOLFERS, 1959)	Contrário (pois costuma evitar mudanças), mas sem alternativa pode praticar	A favor (mantém a ordem)
10	Quanto ao objetivo primordial do Estado (SCHWELLER, 1994)	Alteração de *Status-quo* (aumentar poder)	Manutenção do *Status-quo* (manter poder ou aumentar poder para manter *status-quo*)
11	Quanto à disposição em colocar segurança em risco. (SCHWELLER,1994)	Disposto (por ganhos)	Não disposto (objetivo final é segurança)
12	Quanto ao bandwagoning (SCHWELLER,1994)	Válido pela oportunidade de ganhos e auto-extensão	Válido em resposta a ameaças externas
13	Quanto a distribuição de capacidades (RIPSMAN, TALIAFERRO,LOBELL, 2016)	Aumento de capacidades econômicas e militares de maneira rápida e escalonada	Aumento de capacidades econômicas e militares de maneira lenta e não escalonada
14	Quanto a imagem do líder (RIPSMAN, TALIAFERRO,LOBELL, 2016)	Confiante ao aumento de poder relativo do país	Receoso quanto ao aumento do poder relativo do país
15	Quanto a postura regional (RIPSMAN, TALIAFERRO,LOBELL, 2016)	Distinta da postura no Sistema Internacional	Condizente com postura no Sistema Internacional

Fonte: Elaboração Própria

A interpretação e análise do quadro (Tabela 10), não podem ser dissociadas da estrutura metodológica de hipóteses, variáveis e objetivos desta tese, apresentadas na introdução do trabalho. Por este motivo, a análise do quadro nos ajudará a comprovar, ou não, a hipótese central. Desta forma, os indicadores apresentados na introdução deste trabalho serão retomados na conclusão para serem avaliados a partir das informações reunidas neste estudo. Os indicadores escolhidos para compreender a postura e atuação chinesas no Mar do Sul da China: (1) a percepção de revisionismo da China sobre ela mesma e dos demais Estados – principalmente EUA, Vietnã e Filipinas – sobre a China; (2) a ocupação chinesa de ilhas no Mar do Sul da China, (3) aumento quantitativo e qualitativo da Marinha chinesa (4) atuação chinesa em fóruns internacionais.

Lançando mão destes indicadores para entender e classificar postura e atuação chinesas no Mar do Sul da China, a partir da pesquisa realizada ao longo deste trabalhos compreendemos que: (1) a percepção de revisionismo da China sobre ela mesma e dos demais Estados – principalmente EUA, Vietnã e Filipinas – sobre a China é distinta., uma vez que a China não parece compreender, ou não declara estar agindo, em nome de um revisionismo, mas sim de seus interesses soberanos e direitos naturais por tanto tempo negados; (2) a ocupação chinesa de ilhas no Mar do Sul da China é maior hoje que em qualquer outro momento do recorte temporal deste trabalho; a ocupação não é apenas quantitativa, mas também qualitativa com recursos altamente tecnológicos, como demonstrado nos capítulos desta tese; contudo, ao contrário da interpretação ocidental, mais especificamente dos EUA, para a RPC a ocupação das ilhas está de acordo com seus diretos históricos e faz parte de sua estratégia de proteção de seus interesses e soberania; (3) o aumento quantitativo e qualitativo da Marinha chinesa é uma realidade constante, apesar de ainda estar atrás dos EUA; entretanto, a China vem buscando investir mais em tecnologia e qualidade que apenas em quantidade; (4)e por fim, a atuação chinesa em fóruns internacionais no que tange a temática do Mar do Sul da China deixa a desejar, uma vez que os julgamentos capitaneados por Vietnã e Filipinas no PCA não contaram com a presença nem mesmo aceitação de resultados ou interlocução por parte da RPC.

Retomando a interpretação da Tabela 10, e agora com a análise dos indicadores apresentados no início do trabalho, é delicado posicionar a China como potência revisionista ou de *status-quo* no MSC no que tange a postura dos EUA na região. Nossa hipótese central indica que a influência dos EUA na região provoca alta percepção de ameaça por parte da China, levando o país a ter postura de *status-quo* no Mar do Sul da

China frente à potência extra- regional. Esta afirmativa faz sentido por um lado tendo em vista alguns mecanismos de atuação dos EUA na região do MSC, como as próprias FONOPs , e a profusão de bases americanas estrategicamente posicionadas ao redor do litoral chinês. Desta forma, a modernização e investimento pesado na PLAN, bem como o aumento de armamentos anti-acesso em recursos avançados, faria sentido por uma perspectiva defensiva, ou de manutenção de *status-quo*, na região. Ou seja, para que a China pudesse permanecer influenciando a região sem o aumento da presença americana, seria necessário o aumento de poder por parte do governo chinês. Contudo, as extensivas reivindicações já consolidadas por parte da China no MSC, inclusive desrespeitando completamente a norma internacional do direito do Mar e ameaçando a soberania de Estados vizinhos e muito menos poderosos, parte deles aliados tradicionais norte-americanos, somado ao investimento em tecnologias anti-acesso, poderia indicar a busca por uma revisão, em médio prazo, da ordem regional, com maior restrição ou até mesmo impedimento da presença americana em seu entorno regional.

Utilizando o quadro posicional como uma forma de aplicar os conceitos realistas para classificar de maneira mais precisa a China enquanto uma potência revisionista ou de *status-quo*, há novamente um empasse. Das quinze definições apesentadas, oito, podemos interpretar, indicam a China como potência revisionista e outras oito como mais próxima de uma potência de *status-quo* (um dos parâmetros pode ser interpretado de forma dupla totalizando 16 posicionamentos no total). Procuramos, nos próximos parágrafos, interpretar os parâmetros da Tabela 10 para justificar a classificação, dentro de cada um deles, da RPC enquanto condizente com o que o parâmetro traduz como potência revisionista ou de *status-quo*.

Os parâmetros indicados na Tabela 10 seguem a ordem dos autores associados ao realismo clássico e neoclássico a partir das obras mais antigas para as mais recentes. No que tange o posicionamento da China no MSC enquanto potência revisionista ou de *status-quo*, a partir da pesquisa realizada neste trabalho, e dando a cada um dos parâmetros pesos iguais, podemos inferir, de acordo com nossa interpretação, que o comportamento da China aparenta ter traços revisionistas, mas também de *status-quo*.

No primeiro parâmetro, quanto ao uso da força (CARR,1981 [1946]), entendemos que a China pode ser associada a lógica de *status-quo*, uma vez que busca manter a ordem para garantir sua própria segurança. Nesse sentido, manter a ordem significa não permitir maior inserção norte americana no Indo-Pacífico em associação com outros aliados, uma vez que isso significaria ameaça à segurança de Beijing. Sobre o segundo parâmetro,

quanto à fatia do poder global (CARR, 1981 [1946]), compreendemos que a China está mais próxima a posição de uma potência revisionista, uma vez que se apresenta como insatisfeita com o poder que reúne globalmente, a ponto de buscar um contínuo investimento em capacidades materiais, inclusive em seu entorno regional como o MSC, desde sua reabertura na década de 1970, mas de forma mais robusta a partir da virada do século. De acordo com o terceiro parâmetro, quanto à distribuição de territórios, riqueza e poder (SCHUMAN,1948), posicionamos a China como potência revisionista, uma vez que, se pensarmos em termos da atuação do país no MSC, percebemos aumento de ocupação de territórios, principalmente a partir da década de 1970, o que inclui a construção de ilhas artificiais, grande parte delas com capacidades militares.

Em relação ao quarto parâmetro, quanto ao *status-quo* (SCHUMAN, 1948), há uma situação especial: no que tange a região do MSC, podemos afirmar que a RPC está satisfeita com o *status-quo* que a beneficia, desde que lhe seja garantido o direito de continuar aumentando seu poder para garantir sua segurança; no que tange o sistema internacional, podemos inferir que há uma insatisfação desde o século das humilhações com sua posição que ainda não está condizente com a grandeza de posição da autoimagem e autopercepção chinesas. Dentro do quinto parâmetro, quanto à percepção sobre a paz no SI (CARR,1981 [1946]; SHCUMAN,1948), de acordo com as declarações e documentos oficiais analisados nesta pesquisa, podemos interpretar a RPC enquanto uma potência de *status-quo*, comprometida com a paz, caso isso signifique sua manutenção de poder e vantagens, com postura pacífica, apesar de nem sempre ter posições regionais que estejam de acordo com o discurso apresentado.

No que tange o sexto parâmetro, quanto à capacidade material para alterar a ordem (SCHUMAN,1948), ao considerarmos a China uma das grandes potências desta Era, entendemos que há sim capacidade por parte do Estado tanto para manter e aumentar seu poder e influência no MSC quanto para, em médio e longo prazo, alterar a ordem cada vez mais a seu favor no sistema internacional. Por este motivo, a RPC está associada ao posicionamento de grande potência revisionista neste parâmetro. Em relação ao sétimo parâmetro, quanto à ideologia de política externa (MORGENTHAU, 2003 [1948]), compreendemos que a RPC está mais associada a postura de potência revisionista, de imperialismo, com uma lógica de direito natural, afinal é o direito natural e histórico que o país evoca ao contrariar determinações da UNCLOS sobre mar territorial e a denúncia filipina e vietnamita ao PCA.

Dentro do parâmetro oito, quanto à postura frente a ordem internacional (KISSINGER, 1957), posicionamos a China como uma potência de *status-quo*, que se posiciona de maneira legítima, ou defensiva, em relação a sua posição de proeminência em seu entorno regional, o que lhe foi negado entre meados do século XIX e do século XX, não apenas na Ásia, mas em todo sistema, como afirma a postura oficial chinesa. No parâmetro nove, quanto ao equilíbrio de poder (WOLFERS,1959), compreendemos a RPC como uma potência de *status-quo* que está a favor do equilíbrio de poder para manter a ordem. No MSC, Beijing é a favor do equilíbrio de poder desde que não haja um aumento da presença americana na região, o que traria alteração na ordem que, atualmente, a China rege. Sobre o parâmetro dez, quanto ao objetivo primordial do Estado (SCHWELLER,1994), consideramos a RPC como uma potência de *status-quo* que enxerga seu aumento de poder como forma de manter o *status-quo* regional. Ou seja, o crescimento da assertividade e do investimento em capacidades militares não precisa necessariamente ser visto como uma busca de alterar a ordem, mas como forma de garantir que o país possa continuar com vantagens dentro de seu entorno regional, vantagens essas que são infinitamente superiores, como demonstrado na pesquisa, às de demais pequenas potências regionais, que as colocam em uma posição de fragilidade regional.

Ao interpretar o parâmetro onze, quanto à disposição em colocar segurança em risco (SCHWELLER,1994), compreendemos que a China, ao aumentar seu poder, busca segurança, ou seja, garantir sua posição e as vantagens que possui no MSC, portanto entendemos o Estado como não disposto, e por isso, uma potência de *status-quo*. Em relação ao parâmetro doze, quanto ao *bandwagoning* (SCHWELLER, 1994), posicionamos a RPC como uma potência de *status-quo,* uma vez que enxerga o *bandwagoning* válido apenas em resposta à ameaças externas, principalmente em relação as suas vantagens, capacidades e poder relativos na região em questão, o MSC. A China enxerga o aumento da presença americana e de seus aliados, alguns deles membros da ASEAN, no MSC como ameaças que podem levar ao *bandwagoning*. Um exemplo deste tipo de ameaça externa são as FONOPs da Marinha dos EUA ou os exercícios navais no Indo-Pacífico com o QUAD ou no próprio MSC com aliados do Sudeste Asiático .

No que diz respeito ao parâmetro treze, quanto à distribuição de capacidades (RIPSMAN, TALIAFERRO,LOBELL, 2016), compreendemos a China como uma potência revisionista uma vez que o aumento de capacidades econômicas e militares se dá de maneira rápida e escalonada como foi visto ao longo desta pesquisa. No que tange

o parâmetro quatorze, quanto à imagem do líder (RIPSMAN, TALIAFERRO,LOBELL, 2016), também é possível alocar a RPC como uma potência revisionista, mais ainda no governo de Xi Jinping já que o líder enxerga e se posiciona de maneira confiante em relação ao aumento de poder relativo do país e trabalha em prol deste aumento com estratégias como a BRI e o Sonho Chinês. Por fim, o décimo quinto e último parâmetro, quanto à postura regional (RIPSMAN, TALIAFERRO,LOBELL, 2016), classificamos mais uma vez a China como uma potência revisionista, pois sua postura regional é distinta daquela do Sistema Internacional: parece haver um esforço, por parte da RPC em aumentar seu poder e suas capacidades para manter a ordem e afastar as ameaças regionais, mas ao mesmo tempo, ao analisar os parâmetros escolhidos que estão ligados ao sistema internacional, parece haver uma busca por aumento de poder e condições relativas no que diz respeito às demais grandes potências desta Era.

Nesse sentido, poderíamos conceitualizar a China como uma potência mista, com características que fazem lembrar não só uma potência de *status-quo* de seu entorno, como também revisionista de certas práticas tradicionais de outros atores na sua região de influência. Uma potência mista pode, por suas características que pertenceriam aos dois conceitos, ou parâmetros, como foi chamado na Tabela 10, tender, em médio prazo, mais para um lado ou para o outro. No momento, nos colocamos como satisfeitos ao classificar a China enquanto uma potência mista em seu entorno regional e frente aos EUA, também porque, ao buscar a classificação de Schweller (1998) de tipos ideias de potências, revisionistas ou de *status-quo*, usando analogias de animais, tivemos dificuldades em posicionar o país como lobo, pomba ou raposa.

Por fim, mais não menos importante, apresentamos a hipótese secundária desta pesquisa: rente a postura chinesa no MSC é possível estudar explicar as respostas filipina e vietnamita através dos movimentos de *bandwagoning/balancing* em relação às potências envolvidas. Levando em consideração a distribuição das capacidades de Filipinas e Vietnã e sua posição frente à China no MSC, e a percepção de ameaças e oportunidades de ambos os Estados frente à RPC, é de fato possível chegar a uma percepção mais aprofundada sobre a postura de ambos os atores, membros da ASEAN.

Utilizando aqui as definições de *balancing* e *bandwagoning* de Walt (1985) onde *balancing* é o movimento de se aliar à coalizão contrária à ameaça, enquanto o *bandwagoning* é o movimento de se aliar a coalizão que representa a ameaça. Se compreendermos que ambos os Estados se sentem, desde o início das disputas pelas ilhas e recursos no MSC ameaçados pela China, a maior potência regional, pode-se perceber

um movimento de *balancing*, quando se aproximam, por inúmeras vezes dos EUA e das decisões tomadas por instituições internacionais como o PCA. Durante os primeiros anos do governo de Duterte, nas Filipinas, o presidente pareceu buscar um *bandwagoning* com a China no que tange as relações no MSC, na busca de vantagens e ganhos, chegando inclusive a estabelecer uma zona de exploração conjunta de pesca com a RPC em uma região que era parte de sua ZEE. Contudo, ao perceber o pouco retorno e a retomada da postura assertiva da China nos últimos anos, passou, mais uma vez a posicionar-se de forma contraria a ameaça, ou seja, aproximando-se mais uma vez do movimento de *balancing*.

Compreendemos que apesar de não comprovar completamente nossa hipótese central, conseguimos alcançar todos os objetivos do trabalho. Foi possível, neste trabalho, traçar um histórico completo dos conflitos, sob várias perspectivas, analisar as reações dos países vizinhos do Sudeste Asiático a postura China no MSC, dando destaque para Filipinas e Vietnã, mas também passando pela análise da postura de outros atores da ASEAN, e por fim analisar as capacidades materiais, o histórico e os documentos dos principais países atuantes na região para realizar um debate sobre a postura chinesa no MSC frente aos EUA com a utilização da corrente teórica do realismo político como base.

Entendemos ainda, que esta agenda de pesquisa está longe de se encerrar e que há lacunas que podem e devem ser preenchidas no que tange o estudo da postura da RPC enquanto potência no MSC, mas também em outros espaços, sejam eles físicos ou não. Há diversas janelas que podem ser exploradas nas pesquisas relacionadas a esta temática: desde maior atenção aos atores internos, para além dos líderes das potências envolvidas e aqui destacadas, até as estratégias geopolíticas e militares em estudos calcados na lógica da defesa, principalmente naval. Há ainda a possibilidade trabalhar de maneira mais aprofundada as questões econômicas como motor ou base de poder dos atores sublinhados neste estudo. Podemos ainda abrir novas janelas conceituais e teóricas dentro do realismo para estudar as diretrizes estratégicas chinesas e aplicar esses conceitos a situações reais e limítrofes. Por fim, mas sem nenhuma pretensão de esgotar a temática, temos o interesse de explorar, com maiores detalhes, a postura de outros países vizinhos, dando ênfase para a ASEAN, no que tange suas relações intra-regionais e extra-regionais no MSC e como isso reflete no jogo político regional.

REFERÊNCIAS

AMTI (ASIA MARITIME TRANSPARENCY INITIATIVE). **China's New Spratly Island Defenses**, 2016. Disponível em: <https://amti.csis.org/chinas-new-spratly-islanddefenses/>. Acesso em: 14 nov. 2021.

AEROCORNER. **Xian H-6**.2021 Disponível em: <https://aerocorner.com/aircraft/xian-h-6/> Acesso em: 14 nov. 2021.

ALLISON, Graham. **Destined for war**: Can America and China escape Thucydides's trap?. Houghton, Mifflin Harcourt, 2017.

AMTI/CSIS. **China Risks Flare-Up Over Malaysian, Vietnamese Gas Resources**. 2019. Disponível em: <https://amti.csis.org/china-risks-flare-up-over-malaysian-vietnamese-gas-resources/> Acesso em: 14 nov. 2021.

AMTI. Asia Maritime Transparency Initiative. **Island Tracker Archive**.2021 Disponível em: <https://amti.csis.org/island-tracker/> Acesso em: 14 nov. 2021.

AMTI/CSIS. **Chinese Power Projection Capabilities in the South China Sea**. S/D Disponível em : <https://amti.csis.org/chinese-power-projection/>. Acesso em: 14 nov. 2021.

ANDREWS, Brian; CAMPBELL, Kurt. **Explaining the US 'Pivot' to Asia.** 2013. Disponível em: <https://www.chathamhouse.org/sites/files/chathamhouse/public/Research/Americas/0813pp_pivottoasia.pdf> Acesso em: 14 nov. 2021.

ASAMI, Tadahiro. C**hiang Mai Initiative as the Foundation of Financial Stability in East Asia**. Association of SouthEast Asian Nations Secretariat, 2005. Disponível em: <http://www.asean.org/17905.pdf> Acesso em: 14 nov. 2021.

ASEAN. **1992 Declaration on the South China Sea**. 1992. Disponível em: < https://humanrightsinasean.info/wp-content/uploads/files/documents/ASEAN_Declaration_on_the_South_China_Sea_1992.pdf> Acesso em: 14 nov. 2021.

_____ **Joint Communique 28th ASEAN Ministerial Meeting**, 1995. Disponível em: <https://asean.org/meetingreport/the-28th-asean-ministerial-meeting-amm-29-30-july-1995-bandar-seri-begawan-brunei-darussalam/ > Acesso em: 14 nov. 2021.

_____ **Joint Communique 35th ASEAN Ministerial Meeting**, 2002. Disponível em: < https://asean.org/joint-communique-of-the-35th-asean-ministerial-meeting-bandar-seri-begawan-29-30-july-2002/> Acesso em: 14 nov. 2021.

_____ **Declaration on the conduct of Parties in the South China Sea**, 2002.Disponível em: < https://cil.nus.edu.sg/wp-content/uploads/2019/04/2002-Declaration-on-the-Conduct-of-Parties-in-the-South-China-Sea-1.pdf> Acesso em: 14 nov. 2021.

_____ **Joint Communique 43rd ASEAN Ministerial Meeting**, 2010. Disponível em: < https://asean.org/joint-communique-of-the-43rd-asean-foreign-ministers-meeting-enhanced-efforts-towards-the-asean-community-from-vision-to-action-ha-noi-19-20-july-2010/> Acesso em: 14 nov. 2021.

_____ **Joint Communiqué 47th ASEAN Ministerial Meeting**, 2014. Disponível em: < https://asean.org/wp-content/uploads/2012/05/Joint-Communique-of-47th-AMM.pdf> Acesso em: 14 nov. 2021.

_____ **Joint Communiqué 53rd ASEAN Ministerial Meeting**, 2020. Disponível em: < https://asean.org/wp-content/uploads/2021/03/12.-FINAL-Joint-Communique-of-the-53rd-AMM.pdf > Acesso em: 14 nov. 2021.

BA, A. D. . **(Re) negotiating east and southeast Asia**: Region, regionalism, and the association of southeast Asian nations. Stanford , Stanford University Press,2009.

BADER, Jeffrey. **The U.S. and China's Nine-Dash Line: Ending the Ambiguity**. 2014. Disponível em: < https://www.brookings.edu/opinions/the-u-s-and-chinas-nine-dashline-ending-the-ambiguity/>. Acesso em: 14 nov. 2021.

BANLAOI, R. C. **Renewed tensions and continuing maritime security dilemma in the South China Sea**. The South China Sea: Cooperation for Regional Security and Development. Hanoi, Diplomatic Academy of Vietnam, 143-159, 2010

BBC ONLINE **Why is the South China Sea contentious?** BBC Online. 12 de julho de 2016. Disponível em: <http://www.bbc.com/news/world-asia-pacific-13748349> Acesso em: 14 nov. 2021..

BECKMAN, Robert. ASEAN and the South China Sea Dispute. In CHAVHAVALPONGPUN, Pavin. **Entering Uncharted Waters**? ASEAN and the South China Sea". Singapore ,ISEAS Publising:, 2014.

BHADRI, VISHAL. **ASEAN, China, and a Code of Conduct for the South China Sea in Institute of Peace and Conflicts Studies**. 2021 Disponível em: <http://www.ipcs.org/comm_select.php?articleNo=5762> Acesso em: 14 nov. 2021.

BRASIL. **Livro Branco de Defesa Nacional**. 2012 Disponível em:< https://www.defesa.gov.br/arquivos/estado_e_defesa/livro_branco/livrobranco.pdf>. Acesso em: 14 nov. 2021.

CALVO, A. **South China Sea Arbitration**: Vietnam Makes Submission to Court. 2014 Disponível em: <https://theasiadialogue.com/2014/12/29/south-china-sea-arbitration-vietnam-makes-submission-to-court/> Acesso em: 14 nov. 2021.

CARR, Edward. **Vinte Anos de Crise 1919-1939**: uma introdução aos estudos de Relações Internacionais. Brasília: Universidade de Brasília, 1981

CARRIÇO, Alexandre. Grande Estratégia e o «sonho da China» de Xi Jinping. **Relações Internacionais** (R: I), n. 38, p. 23-33, 2013.

CASTRO, R. **Implications of the Recent Philippines-China Naval Stand-Off**. 2020 Disponível em: <https://amti.csis.org/implications-of-the-recent-philippines-china-naval-stand-off/>. Acesso em: 14 nov. 2021.

CFR (COUNCIL OF FOREIGN RELATIONS). **China's Maritime Disputes**. 2021. Disponível em:<https://www.cfr.org/timeline/chinas-maritime-disputes>. Acesso em: 14 nov. 2021.

CHEW, A. **Indonesia Arms Maritime Force Amid Chinese, Vietnamese Fishing Boat Incursions**. South China Morning Post. 2021. Disponível em: <https://www.scmp.com/week-asia/politics/article/3117018/indonesia-arms-maritime-force-amid-growing-china-encroachment> Acesso em: 14 nov. 2021.

"CHINA DAILY ONLINE. **The South China Sea dispute** S/D Disponível em: <http://www.chinadaily.com.cn/opinion/2011-06/28/content_12795760.htm>. Acesso em: 14 nov. 2021.

CHINA POWER TEAM. **What Do We Know (so far) about China's Second Aircraft Carrier?**. 2021 Disponível em: <https://chinapower.csis.org/china-aircraft-carrier-type-001a/> Acesso em: 14 nov. 2021.

CHINA US FOCUS. **Understanding the South China Sea Dispute**. 2021 Disponível em: <https://www.chinausfocus.com/south-china-sea/> Acesso em: 14 nov. 2021.

CHINA. **Advocating the Five Principles of Peaceful Coexistence and Bringing China-Maldives Relations to a New High**. 2014. Disponível em: <https://www.fmprc.gov.cn/mfa_eng/wjb_663304/zwjg_665342/zwbd_665378/t1170821.shtml> Acesso em: 14 nov. 2021.

CHINA. **China's National Defense in the New Era**. 2019. Disponível em: <http://english.www.gov.cn/archive/whitepaper/201907/24/content_WS5d3941ddc6d08408f502283d.html> Acesso em: 14 nov. 2021.

CHRISTENSEN, Thomas. **Useful Adversaries**: Grand Strategy, Domestic Mobilization, and Sino-American Conflict, 1947–1958. Princeton , Princeton University Press, 1996.

CLIBBON, J.A look back: Jiang Zemin and a more accountable China. **CBC**, 2011. Disponível em: <https://www.cbc.ca/news/world/a-look-back-jiang-zemin-and-a-more-accountable-china-1.1028404> Acesso em: 14 nov. 2021.

CORDESMAN, Anthony H. China's new 2019 Defense White Paper**:** an open strategic challenge to the United States, but one which does not have to lead to conflict**. CSIS** 2019. Disponível em: < https://www.csis.org/analysis/chinas-new-2019-defense-white-paper> Acesso em: 14 nov. 2021.

COLLINSON, G., & ROBERTS,C. B. The role of ASEAN. **The South China Seas and Australia's Regional Security Environment**, Canberra, Australia's National Security College.2013

COMMANDER US 7TH FLEET. **History.** S/D. Disponível em: <https://www.c7f.navy.mil/Subs-and-Squadrons/>. Acesso em: 14 nov. 2021.

CORTE PERMANENTE DE ARBITRAGEM. The South China Sea Arbitration - Press Released. **The Diplomat** 2016.Disponível em: <http://thediplomat.com/wp-content/uploads/2016/07/thediplomat_2016-07-12_09-15-37.pdf> Acesso em: 14 nov. 2021.

COX, Robert W. Gramsci, hegemony and international relations: an essay in method. **Millennium**, v. 12, n. 2, p. 162-175, 1983.

CRONIN, Patrick. Cooperation from Strength: The United States, China and the South China Sea. **Center for a New American Security**.January, 2012.

DAVIS, D. L. The Risk of Too Many Freedom of Navigation Operations. **The Diplomat**. 2020. Disponível em: <https://thediplomat.com/2020/07/the-risk-of-too-many-freedom-of-navigation-operations/>. Acesso em: 14 nov. 2021.

DAWOOD, Layla. Neoclassical Realism. **Oxford Bibliographies** ,2016.Disponível em: <http://www.oxfordbibliographies.com/view/document/obo-9780199756223/obo-9780199756223-0187.xml> Acesso em: 14 nov. 2021.

DEPARTAMENTO DE DEFESA DOS EUA. **The Asia-Pacific Maritime Security Strategy: Achieving U.S. National Security Objectives in a Changing Environment.**

2015.Disponível em: <https://dod.defense.gov/Portals/1/Documents/pubs/NDAA%20A-P_Maritime_SecuritY_Strategy-08142015-1300-FINALFORMAT.PDF> Acesso em: 14 nov. 2021.

DEPARTAMENTO DE DEFESA DOS EUA. U.S. **Department of Defense Freedom of Navigation (FON) Program.** 2017. Disponível em: <https://policy.defense.gov/Portals/11/DoD%20FON%20Program%20Summary%2016.pdf?ver=2017-03-03-141350-380> Acesso em: 14 nov. 2021.

USA. **Department of State.** China: Maritime Claims in the South China Sea. 2014. Disponível em: <https://www.state.gov/wp-content/uploads/2019/10/LIS-143.pdf> Acesso em: 14 nov. 2021.

ECONOMIC TIMES**. How China's bold move in the 1990s changed Asia and the world forever**. 2017. Disponível em: <https://economictimes.indiatimes.com/news/international/business/how-chinas-bold-move-in-the-1990s-changed-asia-and-the-world-forever/articleshow/59437613.cms> Acesso em: 14 nov. 2021.

EMMERS, R. **Cooperative Security and the Balance of Power in ASEAN and the ARF**. New York: Routledge, 2012

EMMOTT, Bill. **Rivals**: how the power struggle between China, India and Japan will shape our next decade. Orlando: Harcourt, 2008.

EUA. **National Security Strategy of the United States of America**. 2017.Disponível em: <https://www.whitehouse.gov/wp-content/uploads/2017/12/NSS-Final-12-18-2017-0905.pdf>. Acesso em: 14 nov. 2021.

____. **Summary of the 2018 National Defense Strategy Of the United States of America**: Sharpening the American Military's Competitive Edge. 2018. Disponível em: <https://dod.defense.gov/Portals/1/Documents/pubs/2018-National-Defense-Strategy-Summary.pdf>. Acesso em: 14 nov. 2021.

____. **A Free And Open Indo-Pacific:** Advancing a Shared Vision. 2019. Disponível em: <https://www.state.gov/wp-content/uploads/2019/11/Free-and-Open-Indo-Pacific-4Nov2019.pdf>. Acesso em: 14 nov. 2021.

____. Statement by Secretary Michael R. Pompeo, U.S. Position on Maritime Claims in the South China Sea. **US EMBASSY** 2020. Disponível em: <https://la.usembassy.gov/statement-by-secretary-michael-r-pompeo-u-s-position-on-maritime-claims-in-the-south-china-sea/> Acesso em: 14 nov. 2021.

____. Military and Security Developments Involving the People's Republic of China. **Media Defense.** 2020 Disponível em: <https://media.defense.gov/2020/Sep/01/2002488689/-1/-1/1/2020-DOD-CHINA-MILITARY-POWER-REPORT-FINAL.PDF>. Acesso em: 14 nov. 2021.

FAIRBANK, John King; GOLDMAN, Merle. **China**: uma nova história. Harvard, Harvard University Press, 2006.

FILHO, Paulo R. A **Defesa Nacional da China na Nova Era**, 2019. Disponível em: <https://velhogeneral.com.br/2019/09/08/a-defesa-nacional-da-china-na-nova-era/> Acesso em: 14 nov. 2021.

FRAVEL, M. T. Strong borders, secure nation: **Cooperation and conflict in China's territorial disputes** (Vol. 111). Princeton: Princeton University Press.2008

FREUND, E. Freedom Of Navigation In The South China Sea: A Practical Guide. **AMTI/CSIS** 2017. Disponível em: <https://amti.csis.org/freedom-of-navigation-practical-guide/>. Acesso em: 14 nov. 2021.

GALANTE, A. Marinha dos EUA restabelece a Segunda Frota para enfrentar ameaça russa. **Naval.** 2018. Disponível em: <https://www.naval.com.br/blog/2018/05/07/marinha-dos-eua-restabelece-a-segunda-frota-para-enfrentar-ameaca-russa/>. Acesso em: 14 nov. 2021.

GAO, George. **In China, 1980 marked a generational turning point**. 2015.Disponível em: <https://www.pewresearch.org/fact-tank/2015/11/12/in-china-1980-marked-a-generational-turning-point/> Acesso em: 14 nov. 2021.

BAUTISTA, J. M. Oil and Gas Exploration in The Philippines. **GEOEXPRO** 2020. Disponível em: <https://www.geoexpro.com/articles/2020/07/oil-and-gas-exploration-in-the-philippines>. Acesso em: 14 nov. 2021.

GEOSISMIC-SEASIA. **Seismic Atlas of SE Asian Basins**: West Palawan Basins. 2021. Disponível em: <http://geoseismic-seasia.blogspot.com/2009/11/philippines-basin.html>. Acesso em: 14 nov. 2021.

GEWIRTZ, Julian. **Unlikely partners**. Harvard, Harvard University Press, 2017.

GIELOW, A. EUA intensificam exercícios navais contra China às vésperas da eleição. **Folha online.** 2020. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/mundo/2020/10/eua-intensificam-exercicios-navais-contra-china-as-vesperas-da-eleicao.shtml>. Acesso em: 14 nov. 2021.

GILPIN, Robert. **War and Change in World Politics**. Nova York ,Cambridge University Press, , 1981

GLASER, B. S. Tensions Flare in the South China Sea. **CSIS**. 2011. Disponível em: <https://csis-website-prod.s3.amazonaws.com/s3fs-public/legacy_files/files/publication/110629_Glaser_South_China_Sea.pdf> Acesso em: 14 nov. 2021.

GOPALAWANY, B ;RAMACHANDRAN, A. The Shifting Balance of Power in the Indo Pacific. **China Focus.** 2017. Disponível em: <https://www.chinausfocus.com/peace-security/the-shifting-balance-of-power-in-the-indo-pacific>. Acesso em: 14 nov. 2021.

HAACKE, Jürgen. **ASEAN's Diplomatic and Security Culture**- Origins, development and prospects. Nova York : Routledge, 2005

HAAS, E. B. **The uniting of Europe**: Political, social, and economic forces, 1950-1957. Stanford, Stanford University Press.1958

HART, M. Brunei Abandons South China Sea Claim for Chinese Finance**. Geopolitical Monitor**, 4.2018

HAZMI, A. What is "ASEAN Way" ? **Good News from Southeast Asia**. 2020. Disponível em: <https://seasia.co/2020/01/21/what-is-ASEAN-way> Acesso em: 14 nov. 2021.

HE, F. **Xinhua Commentary**: U.S. poses gravest threat to peace in South China Sea. 2021. Disponível em: <http://www.xinhuanet.com/english/2021-07/14/c_1310060337.htm> Acesso em: 14 nov. 2021.

HEYDARIAN, R.J. Opinion: Manila elite split over Duterte's China policy. **Nikkei Asia Online**. 2018. Disponível em: <https://asia.nikkei.com/Opinion/Manila-elite-split-over-Duterte-s-China-policy> Acesso em: 14 nov. 2021.

HODAL, Kate. Despite oil rig removal, China and Vietnam row still simmers. **The Guardian Online,** 2014. Disponível em: <http://www.theguardian.com/world/2014/jul/17/oil-rig-china-vietnam-row-south-chinasea > Acesso em: 14 nov. 2021.

HUANG, E. ; STEGER, I. "I am Chinese": Rodrigo Duterte explained the Philippines' shift in the South China Sea to China's CCTV. **QZ** 2016. Disponível em: <https://qz.com/813171/i-am-chinese-president-rodrigo-duterte-explained-the-philippines-shift-in-the-south-china-sea-to-chinas-cctv/>. Acesso em: 14 nov. 2021.

INDIA TODAY. Chinese media brands US, Japan eunuchs, tells military to prepare for counter-attack. **India Today** 2019. Disponível em: <https://www.indiatoday.in/world/story/chinese-media-brands-us-japan-eunuchs-tells-military-to-prepare-for-counter-attack-329255-2016-07-14>. Acesso em: 14 nov. 2021.

JANES. **JANES FIGHTING SHIPS**. 2021. Disponível em: <https://customer.janes.com/FightingShips/Display/> Acesso em: 14 nov. 2021.

KAPLAN, Robert D. **Asia's Cauldron:** the South China Sea and the end of a stable Pacific. New York: Random House, 2014.

KHURANA, G. S. The 'Indo-Pacific' Concept: Retrospect And Prospect.**CIMSEC.** 2017 Disponível em: <https://cimsec.org/indo-pacific-concept-retrospect-prospect/> Acesso em: 14 nov. 2021.

KIM, Hyun-Soo. The 1992 Chinese Territorial Sea Law in the Light of the UN Convention. **The International and Comparative Law Quarterly** 43, no. 4, 1994

KISSINGER, Henry A. **A World Restored**: Castlereagh, Metternich, and the Problem of Peace, 1812-22. Boston , Houghton Mifflin, 1957

KOBAYASHI, S.; BAOBO, J.; SANO, J.. The "Three Reforms" in China: Progress and Outlook, **JRI** 1999. Disponível em: <https://www.jri.co.jp/english/periodical/rim/1999/RIMe199904threereforms/> Acesso em: 14 nov. 2021.

KOLAKOWSKI, C L. A Short History of US Involvement in the Indo-Pacific.. **Journal of Indo-Pacific Affairs** Vol.1 Nº 3, 2018.

KRASNER, S. D. Regimes and the limits of realism: regimes as autonomous variables. **International Organization**, 497-510.1982

LAKATOS, Eva Maria; MARCONI, Marina de Andrade. **Fundamentos de metodologia científica**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2003.

LE, T. **The Vanguard Bank standoff shows China remains undeterred**. 2019. Disponível em: <https://www.lowyinstitute.org/the-interpreter/vanguard-bank-standoff-shows-china-remains-undeterred>. Acesso em: 14 nov. 2021.

LEBOW, Richard. Classical Realism. In: DUNNE, Tim; KURKI, Milja, SMITH, Steve. **International Relations Theories**: discipline and diversity. Oxford: Oxford University Press, 2013.

LEE, V. R. Satellite Images: China Manufactures Land at New Sites in the Paracel Islands. **The Diplomat** 2016. Disponível em: <https://thediplomat.com/2016/02/satellite-images-china-manufactures-land-at-new-sites-in-the-paracel-islands/> Acesso em: 14 fev. 2022

OLIVEIRA, Henrique Altemani de; LESSA, Antônio Carlos. China rising-strategies and tactics of China's growing presence in the world: a special issue of RBPI. **Revista Brasileira de Política Internacional**, v. 57, n. SPE, p. 5-8, 2014.

LIN, Rongrong. The Rise of Technocratic Leadership in the 1990s in the People's Republic of China. **Politics and Governance**, v. 8, n. 4, p. 157-167, 2020.

MAHADZIR,, D. Malaysia's maritime claims in the South China Sea: security and military dimensions'. In CHAVHAVALPONGPUN, Pavin. **Entering Uncharted Waters**? ASEAN and the South China Sea. ISEAS Publising: Singapore, 2014.

MATTERN, Johannes. **Geopolitik**: doctrine of National Self-Sufficiency and Empire. Baltimore: Johns Hopkins University Press, 1946

MAYNARD, R. US plans new naval base in Australia to thwart Chinese. **The Times** 2019. Disponível em: <https://www.thetimes.co.uk/article/us-plans-new-naval-base-in-australia-to-thwart-chinese-tcphn5t5t>. Acesso em: 14 fev. 2022

MCBRIDE, J ;CHATZKY, A ;SIRIPIRAPU, A. What's Next for the Trans-Pacific Partnership (TPP)?. **CFR**. 2021. Disponível em: <https://www.cfr.org/backgrounder/what-trans-pacific-partnership-tpp>. Acesso em: 14 fev. 2022

MCDONELL, Stephen. **China allows three children in major policy shift**. 2012. Disponível em: <https://www.bbc.com/news/world-asia-china-57303592>. Acesso em: 14 fev. 2022

MCDOUGALL, Derek. **Asia Pacific in world politics**. Boulder CO: Lynne Rienner Publishers, 2007.

MEARSHEIMER, John J. **The Tragedy of Great Power Politics**. New York, W.W. Norton & Company,2001.

_____ . Structural Realism. In: DUNNE, Tim; KURKI, Milja, SMITH, Steve. **International Relations Theories:** discipline and diversity. Oxford: Oxford University Press, 2013.

MEDCALF, Rory. **Contest for the Indo-Pacific:** Why China Won't Map the Future. Canberra, La Trobe University Press and Black Inc., 2020.

MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES DA RPC. **Position Paper of the Government of the People's Republic of China on the Matter of Jurisdiction in the South China Sea Arbitration Initiated by the Republic of the Philippines**. 2014 Disponível em: <https://www.fmprc.gov.cn/nanhai/eng/snhwtlcwj_1/t1368895.htm>. Acesso em: 14 fev. 2022

MOORE, Ali. **This Is Not a Drill**: 5 facts about the south China sea. 2018. Disponível em: <https://pursuit.unimelb.edu.au/articles/this-is-not-a-drill-5-facts-about-the-south-chinasea>. Acesso em: 14 fev. 2022

MORGENTHAU, Hans. **A Política entre as Nações**: a luta pelo poder e pela paz. São Paulo: Imprensa Oficial do Estado, 2003.

MUSGRAVE, Paul. NEXON, Daniel. Zheng He's Voyages and the Symbolism Behind Xi Jinping's Belt and Road Initiative. **The Diploma**t 2017. Disponível em: <https://thediplomat.com/2017/12/zheng-hes-voyages-and-the-symbolism-behind-xi-jinpings-belt-and-road-initiative/> Acesso em: 14 fev. 2022

MYERS, STEVEN LEE. With Ships and Missiles, China is Ready to Challenge U.S. Navy in Pacific. **The New York Times Online**. 2018. Disponível em: <https://www.nytimes.com/2018/08/29/world/asia/china-navy-aircraft-carrierpacific.html?rref=collection%2Fbyline%2Fsteven-lee-myers> Acesso em: 14 fev. 2022

NUDELMAN, Mike; ROSEN, ARMIN; KELLEY, Michael. This Map Shows Why The South China Sea Could Lead To The Next World War. **Business Insider**. 2014. Disponível em: <http://www.businessinsider.com/the-south-china-sea-graphic2014-7 > Acesso em: 14 fev. 2022

OLIVEIRA, Henrique Altemani de. Brasil e China: uma nova aliança não escrita?. **Revista Brasileira de Política Internacional**, v. 53, n. 2, p. 88-105, 2010.

ONU. Third United Nations Conference on the Law of the Sea. In **Codification Division Publications:Diplomatic Conferences.** 2018. Disponível em: <http://legal.un.org/diplomaticconferences/1973_los/> Acesso em: 14 fev. 2022

ORBIS DEFENSE. U.S. Navy anuncia retorno da Frota do Atlântico dos EUA, com foco na ameaça russa. **Orbis Defense**. 2020. Disponível em: <https://orbisdefense.com/u-s-navy-anuncia-retorno-da-frota-do-atlantico-dos-eua-com-foco-na-ameaca-russa/> Acesso em: 14 nov. 2021.

ORCHARD, Phillip. The Indo-Pacific After COVID-19. **Geopolitical Futures**.. 2020. Disponível em: < https://geopoliticalfutures.com/the-indo-pacific-after-covid-19/>. Acesso em: 14 nov. 2021.

PANTER, J.G. Will Americans Die for Freedom of Navigation? Argument. **Foreign Policy Online**. 2021. Disponível em: <https://foreignpolicy.com/2021/04/06/freedom-of-navigation-operation-china-us-maritime-law/> Acesso em: 14 fev. 2022

PCA. **The South China Sea Arbitration**: The Republic of Philippines v. The People's Republic of China. 2021. Disponível em: <https://pca-cpa.org/en/cases/7/>. Acesso em: 14 fev. 2022

____. **PCA Case Nº 2013-19 In The Matter Of The South China Sea Arbitration**. 2016. Disponível em: <https://pcacases.com/web/sendAttach/2086>. Acesso em: 14 fev. 2022

PEARCE, Fred. **Peak China**: Beijing makes doomed attempt to boost birth rate. 2015. Disponível em: <https://www.newscientist.com/article/dn28423-peak-china-beijing-makes-doomed-attempt-to-boost-birth-rate/> Acesso em: 14 fev. 2022

PHILATLAS. **Palawan Profile.** 2021. Disponível em: <https://www.philatlas.com/luzon/mimaropa/palawan.html#modal> Acesso em: 14 fev. 2022

PU, Wei. How The Eleven-Dash Line Became a Nine-Dash Line, And Other Stories **RFA** 2015. Disponível em: <https://www.rfa.org/english/commentaries/line-07162015121333.html>. Acesso em: 14 fev. 2022

REUTERS. China air force lands bombers on South China Sea island. **Reuters**. 2018. Disponível em: <https://www.reuters.com/article/us-southchinasea-china-idUSKCN1IK047> Acesso em: 14 fev. 2022

RIPSMAN, Norrin M.; TALIAFERRO, Jeffrey W.; LOBELL, Steven E. **Neoclassical Realist Theory of International Politics.** New York: Oxford University Press, 2016.

ROACH, J. A. **Malaysia and Brunei**: an analysis of their claims in the South China Sea. Virginia, VA: CNA Corporation.2014

ROSE, Gideon. Neoclassical Realism and Theories of Foreign Policy. **World Politics** 5.1 (October 1998), 144–177.1998

RUAHALA, E. Obama in the Philippines: Our Goal Is Not to Contain China. **Time**. 2014. Disponível em: <https://time.com/78779/obama-philippines-china/>. Acesso em: 14 fev. 2022

RUGGIE, J., KATZENSTEIN, P. J., KEOHANE, R. O., & SCHMITTER, P. C. Transformations in world politics: the intellectual contributions of Ernst B. Haas. Annu. **Rev. Polit. Sci**., 8, 271-296. 2005

SCHUMAN**, Frederick. International Politics**: the destiny of the western state system. Nova York: McGraw-Hill Book Company, 1948

SCHWELLER, Randall, L. Bandwagoning For Profit: bringing the revisionist state back in. **International Security**, Vol. 19, Nº1, 1994

_____. **Deadly Imbalances**: Tripolarity and Hitler's strategy of world conquest. New York: Columbia University Press, 1998.

SCHWELLER, Randall. L.; PRIESS, David. A tale of two realisms: expanding the institutional debate. **International Studies Review,** Vol. 41, no 1, 1997.

SCIUTTO, Jim. Exclusive: China warns U.S. surveillance plane. **CNN Online**. 2015. Disponível em: <http://edition.cnn.com/2015/05/20/politics/south-china-seanavy-flight/index.html> Acesso em: 14 fev. 2022

SEVERINO, Rodolfo. "Preventing Conflict in the South China Sea" In CHAVHAVALPONGPUN, Pavin. **Entering Uncharted Waters**? ASEAN and the South China Sea. Singapore: ISEAS Publising, 2014.

SHAMBAUGH, David L. et al. **China goes global**: The partial power. Oxford: Oxford University Press, 2013.

SHELBOURNE, M. Destroyer USS John S. McCain Performs South China Sea FONOP. **USNI**. 2020.Disponível em: <https://news.usni.org/2020/12/22/destroyer-uss-john-s-mccain-performs-south-china-sea-fonop>. Acesso em: 14 fev. 2022

SINGH, A. Vikrant Kumar Edara Asked: What does the term "Indo-Pacific" signifies, as distinct from Asia-Pacific?. **IDSA** S/D. Disponível em: <https://idsa.in/askanexpert/termIndoPacificsignifies>. Acesso em: 14 fev. 2022

SIPHAT, T. Patterns and Impacts of Chinese Assistance in Cambodia. In: Santasombat Y. (eds) **Impact of China's Rise on the Mekong Region**. Palgrave.2015

SIPRI. **SIPRI Military Expenditure Database**, 2021. Disponível em: <https://www.sipri.org/databases/milex> Acesso em: 14 fev. 2022

SOUTH CHINA SEA BOOK. **Highlights**. S/D. Disponível em: <https://southchinaseabook.com/highlights/>. Acesso em: 14 fev. 2022

SPENCE, Jonathan D. **The search for modern China**. 3. Ed. WW Norton & Company, 2013.

STONEY, I. Assessing the ASEAN-China Framework for the Code of Conduct for the South China Sea. **Perspective**, (62), 2017 Disponível em: <https://www.iseas.edu.sg/images/pdf/ISEAS_Perspective_2017_62.pdf> Acesso em: 14 fev. 2022

_____. China's Thirst for Energy Fuels Improved Relations with Brunei. **China Brief**, 5(24), 8-10. 2005

TERRIL, R. China Enters the 1980's. **Foreign Affairs**, Vol. 58, No. 4, April 1980.

THAM, Jensen. Is the South China Sea Dispute a Foregone Conclusion? in: **The Diplomat**. 2018. Disponível em: < https://thediplomat.com/2018/05/is-thesouth-china-sea-dispute-a-foregone-conclusion/>. Acesso em: 14 fev. 2022

THANG, Nguyen-Dand e THAO, Nguyen Hong. China's nine dotted lines in the South China Sea: the 2011 exchange of diplomatic notes between the Philippines and China **Ocean Development and International Law**, vol. 43 n 1 Jan-Mar 2012

THAYER, Carlyle A. ASEAN's Code of Conduct in the South China Sea: a litmus test for community-building? **The Asia Pacific Journal**. Vol. 10, issue 34. Nº 4. August 2012. Disponível em: <http://thediplomat.com/wp-content/uploads/2016/07/thediplomat_2016-07-12_09-15-37.pdf> Acesso em: 14 fev. 2022

THE ECONOMIST. Joining the dashes. **The Economist** 2014. Disponível em: <https://www.economist.com/asia/2014/10/04/joining-the-dashes>. Acesso em: 14 fev. 2022

THE SOUTH CHINA SEA: An online resource for students, scholars and policy-makers interested in development, environment and security issues. **The South China Sea.** S/D. Disponível em: <http://www.southchinasea.org>. Acesso em: 14 fev. 2022

THIM, Michal. **Map of South China Sea Claims.** 2012. Disponível em: <https://taiwan-inperspective.com/2012/08/21/map-of-south-china-sea-claims/>. Acesso em: 14 fev. 2022

THU, H.L. Fishing While The Water Is Muddy: China's Newly Announced Administrative Districts In The South China Sea. **AMTI/CSIS**. 2020. Disponível em: <https://amti.csis.org/fishing-while-the-water-is-muddy-chinas-newly-announced-administrative-districts-in-the-south-china-sea/>. Acesso em: 14 fev. 2022

TIAN, Y.L. China authorises coast guard to fire on foreign vessels if needed. **Reuters Online**. 2021. Disponível em: <https://www.reuters.com/article/us-china-coastguard-law-idUSKBN29R1ER> Acesso em: 14 fev. 2022

TIEZZI, Shannon. Revealed: China's Reasons for Island-Building in the South China Sea. **The Diplomat.** 2015. Disponível em:<http://thediplomat.com/2015/04/revealed-chinas-reasons-for-island-building-inthe-south-china-sea/> Acesso em: 14 fev. 2022

_____. In Brunei, China Woos Rival South China Sea Claimant. **The Diplomat**. 2018. Disponível em: < https://thediplomat.com/2018/11/in-brunei-china-woos-rival-south-china-sea-claimant/ > Acesso em: 14 fev. 2022

TONNESSON, S. **The Paracels**: the 'other' South China Sea dispute. 2001. Disponível em: <http://www.cliostein.com/documents/2001/01%20lec%20paracels.pdf> Acesso em: 14 fev. 2022

TSANG, Steve. China's place in East Asia. In: DENT, Christopher M.(org) **China, Japan and Regional Leadership in East Asia**. Cheltenham: Edgar Elgar Pub, 2008

US ARMY COMMAND AND GENERAL STAFF COLEGE. The South China Sea: Every Nation for Itself. **CreateSpace Independent Publishing Platform** .San Bernardino, 2014.

UNCLOS. **Convenção Das Nações Unidas Sobre O Direito Do Mar**. 1982ª Disponível em: <http://www.un.org/depts/los/convention_agreements/texts/unclos/closindx.htm> Acesso em: 14 fev. 2022

_____. **Convenção Das Nações Unidas Sobre O Direito Do Mar, Anexo VII**. 1982b. Disponível em: <https://www.un.org/depts/los/convention_agreements/texts/unclos/annex7.htm> Acesso em: 14 fev. 2022

USINDOPACOM. **Indo-Pacific Command Holds Change of Command Ceremony**. 2018. Disponível em: <https://www.pacom.mil/Media/News/News-Article-View/Article/1535776/us-indo-pacific-command-holds-change-of-command-ceremony/>. Acesso em: 14 fev. 2022

_____. **About USINDOPACOM**. S/D. Disponível em: <https://www.pacom.mil/About-USINDOPACOM/>. Acesso em: 14 fev. 2022

VALENCIA, M. Maintaining US FONOPs in South China Sea is a bad idea. Opinion. **Asia Times Online**. 2021. Disponível em <https://asiatimes.com/2021/03/maintaining-us-fonops-in-south-china-sea-is-a-bad-idea/> Acesso em: 14 fev. 2022

VAZ-PINTO, Raquel. Peaceful rise and the limits of Chinese exceptionalism. **Revista Brasileira de Política Internacional**, v. 57, p. 210-224, 2014.

VU, K. Vietnam protests Beijing's sinking of South China Sea boat. **Reuters.** 2020. Disponível em: <https://www.reuters.com/article/us-vietnam-china-southchinasea-idUSKBN21M072>. Acesso em: 14 fev. 2022

VUVING, A. Vietnam, the US, and Japan in the South China Sea. **The Diplomat**. 2014. Disponível em: < https://thediplomat.com/2014/11/vietnam-the-us-and-japan-in-the-south-china-sea/ > Acesso em: 14 fev. 2022

WADE, Geoff. The Zheng He voyages: a reassessment. **Journal of the Malaysian Branch of the Royal Asiatic Society**, p. 37-58, 2005.

WALT, Stephen M. Alliance Formation and the Balance of World Power. **International Security**, Vol. 9 Nº 4, 1985.

_____. **The origins of alliances**. Ithaca: Cornell University, 1987.

_____ Rising Powers and the Risks of War: a realist view of Sino-American Relations. In: TOJE, Asle. **Will China's Rise Be Peaceful**? security, stability, and legitimacy. Nova York: Oxford University Press, 2018.

WALTZ, Kenneth N. **Teoria das Relações Internacionais**. Lisboa: Gradiva, 2002.

_____. **O Homem, o Estado e a Guerra**: uma análise teórica. São Paulo: Martins Fontes, 2004.

WAN, Ming. **The political economy of East Asia**: striving for wealth and power. CQ Press, 2007.

WASSERSTROM, Jeffrey N. **China in the 21st Century**: The present and the future. Oxford University Press, 2013.

WIRTH, C. South China Sea "Lawfare": Fighting over the Freedom of Navigation. **GIGA**. 2020. Disponível em: <https://www.giga-hamburg.de/en/publications/20691035-south-china-lawfare-fighting-over-freedom-navigation/>. Acesso em: 14 fev. 2022

WOHLFORTH, William. **The Elusive Balance**: Power and Perceptions during the Cold War. Ithaca: Cornell University Press, 1993.

_____ Gilpinian Realism and International Relations. **International Relations,** Vol. 25 Nº 4, 2011

WOLFERS, Arnold. The Balance of Power in Theory and Practice. **Naval War College Review,** Vol. 12, n. 1, 1959.

WONG, Yiu-Chung, Wong. Restructuring the Party-State polity: China's political structural reform in the 1980s. **Asian Perspective**, p. 133-167, 1998.

WOLRDBANK. **World Bank Open Data**. 2021. Disponível em: <https://data.worldbank.org/> Acesso em: 14 fev. 2022

XIE, Yu; ZHOU, Xiang. Income inequality in today's China. **Proceedings of the National Academy of Sciences**, v. 111, n. 19, p. 6928-6933, 2014.

XINHUA INTERNATIONAL. Profile: Xi Jinping and his era, **Xinhua International**. 2017. Disponível em: <http://www.xinhuanet.com//english/2017-11/17/c_136758372_6.htm> Acesso em: 14 fev. 2022

XINHUA PORTUGUÊS. Livro branco publicado para promover entendimento sobre o desenvolvimento da China, **Xinhua Português** 2019. Disponível em: <http://portuguese.xinhuanet.com/2019-09/27/c_138427794.htm> Acesso em: 14 fev. 2022

XINHUA. U.S. undermining South China Sea stability: Foreign Ministry. **Xinhua** 2021. Disponível em: <http://www.xinhuanet.com/english/2020-07/14/c_139212526.htm> Acesso em: 14 fev. 2022

YEO, A. South Korea and the Free and Open Indo-Pacific Strategy. **CSIS**. 2020. Disponível em: <https://www.csis.org/analysis/south-korea-and-free-and-open-indo-pacific-strategy>. Acesso em: 14 fev. 2022

ZAKARIA, Fareed. **From Wealth to Power**: The Unusual Origins of America's World Role. Princeton: Princeton University Press, 1998.

ZHENG, Yongnian; TOK, Sow Keat. Harmonious society and harmonious world: China's policy discourse under Hu Jintao. **Briefing Series**, v. 26, p. 1-12, 2007.

ZHIYUE, Bo. Could the South China Sea Cause a China-US Military Conflict? **The Diplomat**. 2015. Disponível em: < https://thediplomat.com/2015/05/couldthe-south-china-sea-cause-a-china-us-military-conflict/> Acesso em: 14 fev. 2022